

MARCELO BITTENCOURT

**“Estamos Juntos”**  
O MPEA e a Luta Anticolonial (1961-1974)

Volume I

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Doutor. Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho

Niterói  
2002

MARCELO BITTENCOURT

**“Estamos Juntos”**  
O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Doutor. Área de concentração: História Social

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Daniel Araújo Reis Filho - Orientador  
Universidade Federal Fluminense – Departamento de História

---

Prof. Dr. Daniel dos Santos  
University of Ottawa – Department of Criminology

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Leila Leite Hernandez  
Universidade de São Paulo – Departamento de História

---

Prof. Dr. Carlos Moreira Henriques Serrano  
Universidade de São Paulo – Departamento de Antropologia

---

Prof. Dr. José Maria Nunes Pereira  
Universidade Candido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos

Niterói  
2002

## Agradecimentos

É conhecido o risco de se tentar relacionar todos aqueles que ajudaram na realização de uma pesquisa longa como esta, mas, ainda assim, é um risco que deve ser assumido. Dessa forma, inicio os agradecimentos por quem sempre fez o possível e muitas vezes o impossível para que este trabalho pudesse ser concretizado, minha esposa Nadir. Agradeço também aos mais velhos José Maria N. Pereira, Carlos Serrano e Daniel dos Santos, que alimentaram o meu interesse pelo tema, além de fornecerem material para a pesquisa; Célia Nunes (in memoriam), por reforçar a necessidade de enfrentar os problemas e contrariar, quando preciso, o já estabelecido, sempre sem perder la temura; Beluce Bellucci, por ser o camarada das conquistas e dos momentos difíceis também neste trabalho; Rita Chaves, pelo apoio na primeira viagem a Angola e, acima de tudo, pelas discussões sobre o tema; a Hamilton Magalhães, camarada de longa data, artesão das palavras e das vírgulas, que ajudou a arrumar o texto; e a Daniel Aarão Reis, pela orientação durante o percurso e pela exigência constante de observar e testar outras hipóteses.

Na transição para o lado de lá do Atlântico, lembro de José Gonçalves, amigo sempre presente no bate-papo de fins de tarde, que junto com Cesalínia Abreu e José Otávio Van-Dúnem transformavam a conversa em debate, dando angolalidade a um trabalho estruturado no Rio de Janeiro. Em Angola, agradeço ao companheirismo de Américo Gonçalves, que tornou possível minha estadia em Luanda, e ao apoio de Angela e Joana Maciel, bem como o de Jacques dos

Santos, Maria da Conceição Neto, Rosa Cruz e Silva e Virgílio Coelho foram fundamentais por se desdobrarem em esforços que facilitaram minha vida e rentabilizaram ao máximo minha estadia. Da mesma forma, gostaria de registrar o auxílio do embaixador brasileiro à época em Angola, Ruy Vasconcellos, e, no Arquivo Histórico Nacional (Luanda), não posso deixar de mencionar o incansável Matens Neto.

A pesquisa foi longa e aportou em outras margens, conseqüentemente, os agradecimentos também. Em Moçambique, destaco José Luís Cabaço, que nas longas conversas, além dos ensinamentos passados, me exigia uma perspectiva mais abrangente dos fenômenos ocorridos na África Austral; na África do Sul, Colin Darch forneceu importantes fontes bibliográficas e, em Portugal, Augusto Nascimento e Eugenia Rodrigues auxiliaram no que puderam durante minha estadia e mesmo depois, quando continuei dando trabalho com os pedidos de fotocópias de documentos. Na Torre do Tombo, ainda em Lisboa, valeu muito a companhia de Aida Freudenthal, Christine Messiant e João Madeira, quando, em nossos cafés, dividíamos interrogações a respeito da documentação da Pide.

Os agradecimentos vão ainda para os entrevistados que confiaram suas memórias, suas histórias e até mesmo suas análises sobre o que ocorrera na luta de libertação angolana, aceitando falar sobre temas nada fáceis.

No campo institucional, agradeço à Capes pela bolsa concedida e à Universidade Candido Mendes pela possibilidade de executar essa pesquisa.

## Sumário

Índice de Ilustrações	6
Síglas	6
Resumo	8
Abstract	9
Apresentação	10
Capítulo I: O Cenário Colonial	24
Capítulo II: O Falar das Armas	51
Capítulo III: Confronto no Campo do Nacionalismo Angolano	100
Capítulo IV: Crise, Enfraquecimento e Mudança	168
Capítulo V: A Retomada da Iniciativa	236
Capítulo VI: Otimismo e Ruptura na Frente Leste	402
Capítulo VII: As Novas Dissidências e o Cessar-fogo	573
Capítulo VIII: O Fim da Guerra não é o Fim da Guerra	706
Fontes e Bibliografia	725

## Índice de Ilustrações

África - Mapa Político	23
Província de Angola (Mapa de Angola à época colonial)	50
Carta Étnica de Angola	97
Regiões Etnolinguísticas em Angola	98
Grupos Étnicos de Angola (Formas de escrita)	99
Angola - Mapa Regional e Étnico	167
Angola e Sudeste da República Democrática do Congo	235
Angola - Fronteiras Leste e Norte	399
Rota da Guerrilha do MPLA (Leste)	400
Regiões Político-Militares (RPM) do MPLA	401
Dispositivo Militar Português (1972)	572

## Siglas

- ABAKO – Association des Bakongo
- AHN – Arquivo Histórico Nacional – Luanda
- ALIAZO – Alliance des Ressortissants de Zombo
- AOEC – Association des Originaires de l'Enclave de Cabinda
- AREC – Association des Ressortissants de l'Enclave de Cabinda
- ASSOMIZO – Association Mutuelle de Ressortissants de Zombo
- BML – Biblioteca Municipal de Luanda
- CEA – Centro de Estudos Africanos
- CEI – Casa dos Estudantes do Império
- CFB – Caminho de Ferro de Benguela
- CIMADE – Comité Intermouvement Auprès des Évacués
- CONCP – Conferência das Organizações Nacionais das Colónias Portuguesas
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CVAAR – Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados
- DGS – Direção Geral de Segurança
- E.L.A. – Exército de Libertação de Angola

ELNA – Exército de Libertação Nacional de Angola (FNLA)  
EPLA – Exército Popular de Libertação de Angola (MPLA)  
FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda  
FLN – Front de Libération Nationale (Argélia)  
FDLA – Frente Democrática de Libertação de Angola  
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola  
FRAN – Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas  
FUA – Frente de Unidade Angolana  
GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio  
IAN/TI – Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa  
IBCAA – Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos  
JE – Jornal do Exército  
JMPLA – Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola  
LGTA – Liga Geral dos Trabalhadores de Angola  
MABLA – Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola  
MAC – Movimento Anti-Colonialista  
MDIA – Movimento de Defesa dos Interesses de Angola  
MIA – Movimento para a Independência de Angola  
MINA – Movimento de Independência Nacional de Angola  
MIPLA – Movimento Interno Popular de Libertação de Angola  
MLA – Movimento de Libertação de Angola  
MLN – Movimento de Libertação Nacional  
MLEC – Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda  
MLNA – Movimento de Libertação Nacional de Angola  
MNA – Movimento Nacional Angolano  
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola  
MUD – Movimento de Unidade Democrática  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
OUA – Organização da Unidade Africana  
PAI – Partido Africano da Independência (Guiné-Bissau)  
PCA – Partido Comunista Angolano  
PCP – Partido Comunista Português  
PDA – Partido Democrático de Angola  
PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado  
PLUA – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola  
PSP – Polícia de Segurança Pública  
SCCIA – Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola  
UGEAN – União Geral dos Estudantes da África Negra  
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola  
UNTA – União Nacional dos Trabalhadores Angolanos  
UPA – União das Populações de Angola  
UPNA – União das Populações do Norte de Angola

## Resumo

A tese aborda a trajetória do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), desde a sua opção pela luta armada (1961) até a assinatura do cessar-fogo com os militares portugueses (1974). Nesse percurso são enfatizados os momentos de dissidência que tiveram lugar no seio do movimento e os diferentes fatores que intervieram nessas crises. Os problemas militares, o cotidiano da guerrilha e as implicações internacionais nas diferentes zonas de combate criadas pelo movimento também constituem importante foco de atenção. Paralelamente, o trabalho pretende estabelecer uma visão crítica em relação a alguns dos modelos explicativos da complexa história do MPLA, contando para isso com o recurso da utilização de fontes orais, arquivos oficiais e pessoais, sem descuidar do necessário cotejo de fontes diferenciadas. Nessa trilha, destacam-se os diferentes tipos de vínculos de solidariedade que se estabelecem no interior do movimento e que auxiliam no entendimento de seus problemas, sem esquecer, evidentemente, dos condicionamentos étnicos, raciais e externos evidenciados em cada caso.

## Abstract

The thesis addresses the history of the Popular Movement for the Liberation of Angola (M.P.L.A.), from its decision to initiate an armed struggle in 1961 to the cease-fire signed with the Portuguese army in 1974. In studying the course of these events, emphasis is put on the moments of dissidence that took place inside M.P.L.A., as well as on the various factors that have marked such crises. The military problems, the daily life of the guerrillas and the international constraints and pressures placed upon the combat zones created by M.P.L.A., are also considered as an important aspect of our research. This notwithstanding, the thesis tries to develop a critical view regarding certain theoretical explanations of the complex history of M.P.L.A.; in order to achieve such an aim, oral sources, official and personal archives as well as a comparative analysis of multiple and differentiated sources of information were used as methodological and data collection tools. Particular attention was given to the different sorts of bonds and solidarity ties established within M.P.L.A., and to the external, ethnical and racial limitations shown in each historical event. Such elements are essential in order to understand M.P.L.A.'s history.

## Apresentação

*Estamos juntos* é uma expressão de cunho otimista corriqueiramente utilizada por muitos angolanos, quase sempre no momento de uma saudação ou despedida. É possível que, de tanto ser reproduzida, muito de sua força expressiva tenha se esvaecido, principalmente para os ouvidos angolanos. Entretanto, para um brasileiro interessado em estudar a história recente de Angola e que vivenciou o cotidiano angolano, ela ainda reflete a idéia de otimismo e, acima de tudo, de solidariedade, mesmo que esta tenda a se restringir, como muitos têm alertado, dada a situação de confrontação intestina e suas conseqüências por que tem passado a sociedade angolana.

Este trabalho, porém, remete para um outro período, se bem que relativo a um passado ainda recente: a história do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) no contexto da luta anticolonial. O título, é claro, atende ao desejo de veicular uma expressão capaz de *mexer* com aqueles que têm ou tiveram algum contato com Angola ao longo de suas vidas, ainda que o uso mais alargado dessa expressão não estivesse incorporado no cotidiano das pessoas.

Por último, o título deste trabalho não deixa de mostrar uma contradição, nesse caso intencional: o que se observa nos fatos narrados a seguir é que os

angolanos não estavam assim tão juntos, muito pelo contrário, mesmo quando se tratou da luta anticolonial.

Esta pesquisa aprofunda o trabalho iniciado no curso de mestrado, já enriquecido com os resultados obtidos com o trabalho de campo. A viagem que realizei a Angola em 1995 alterou muita coisa pensada e imaginada, muitos conceitos e preconceitos sobre o país. Trouxe cores, sons, cheiros e paladares ao estudo. Percepções nem sempre desejadas, mas igualmente importantes e necessárias ao aprimoramento da análise.

Naquele momento, em Luanda, a capital, vivia-se um clima de apreensão. Após quase duas décadas de conflito armado pós-independência – ou seja, desde novembro de 1975 –, a esperança da população nas eleições presidenciais e legislativas de 1992 tinha dado lugar ao desespero de mais um embate militar entre o governo, comandado pelo MPLA, vitorioso nessas eleições, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), que se recusara a aceitar a deliberação da ONU quanto ao fato de o pleito ter sido considerado livre e justo. Novas negociações foram realizadas em 1994, mas no início de 1995 a ameaça de fracasso do processo de paz dava corpo ao sentimento de que aquela situação não teria um desfecho feliz e muito menos breve. Pelo contrário, a idéia recorrente era de que os fatos escapavam ao desejo da maioria.

É provável que o clima de pessimismo daí resultante tenha facilitado minha tarefa de coleta de relatos orais sobre um período em que se pensava ser possível escrever outras páginas a respeito da história de Angola, diametralmente opostas, como diria boa parte dos meus interlocutores. Contribuiu também o fato de ser um pesquisador brasileiro, o que, para muitos dos entrevistados, sem que isso seja difícil de ser compreendido, significava ao mesmo tempo que eu podia entender tudo o que diziam a respeito de carências e preconceitos, ainda que não soubesse concretamente nada sobre os acontecimentos que marcaram a história desse país. Para além disso, o fato de ser um “mais novo” – como eles chamam àqueles que pertencem às gerações mais recentes, que vieram depois e, portanto, não participaram desse processo histórico – com certeza influenciou no tom didático de alguns entrevistados, que me forneceram interessantes visões panorâmicas sobre o que pensavam ser Angola e sua história.

O país sofria, como ainda sofre, com a desorganização dos serviços públicos, a recorrente falta de energia e água mesmo onde ainda existia a possibilidade de obtê-las, a inflação galopante, as constantes desvalorizações da moeda, os salários expressos em milhões, o desemprego, a fragilidade do ensino e o inseguro mercado informal, que responde à necessidade de todos, principalmente daqueles alocados no mercado formal, mais ambiciosos em suas listas de produtos essenciais. São problemas que evidentemente dificultam as tarefas cotidianas de todos, inclusive dos estrangeiros que não estejam a serviço

de multinacionais com infra-estrutura para atender às mais diversas solicitações, o que, mesmo assim, não se traduz numa garantia de que se estará livre de problemas. Os contratemplos, que viraram regra, exigem ginástica financeira e flexibilidade no trato com os detentores da capacidade de minimizar tais constrangimentos, o que não soa tão estranho assim a um brasileiro, embora deva ser levado em conta numa proporção bem diferente.

Diante das dificuldades, valeram e muito as amizades construídas nesse período. Foram mesmo fundamentais para que se tornasse viável a tarefa de coletar os testemunhos orais e até mesmo para a pesquisa mais sistemática no Arquivo Histórico Nacional e na Biblioteca Municipal de Luanda.

Dessa primeira experiência *in loco*, da pesquisa em arquivos de outras paragens e da leitura crítica do que já se tinha produzido sobre o tema, resultaria a dissertação, posteriormente publicada em livro, *As Linhas que Formam o "EME". Um Estudo sobre a Criação do Movimento Popular de Libertação de Angola*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, em 1996. Ela consistiu em acompanhar uma das várias e diferenciadas trajetórias de contestação anticolonial angolana, presente numa determinada região e a partir de um grupo social específico, de finais do século XIX, quando ainda se estavam definindo os limites do espaço que viria a

ser consagrado como Angola, até o agitado período da década de 50 do século XX, em Luanda, quando se dá início ao processo de gestação do MPLA.

Neste trabalho, o foco temporal da pesquisa avança para o período da luta anticolonial dos anos 60 e 70, uma vez mais com a atenção voltada para a atuação do MPLA, buscando conhecer as razões que levaram à eclosão de conflitos em seu seio até o limite de causar fissuras, seu posicionamento no cenário mais amplo do nacionalismo angolano, suas propostas de como levar à frente a luta contra o regime colonial português e sua estratégia de correlacionar seus interesses com os interesses externos. A enriquecer essa nova mirada, além da perspectiva dos militantes do MPLA, expostas nas entrevistas e nos documentos produzidos à época, adicionei a visão de seus aliados, de seus dissidentes e de seus inimigos, entre os quais se destacam dois dos principais órgãos responsáveis pela repressão portuguesa: a Polícia Internacional de Defesa do Estado (Pide) e o Exército.

Os cinco anos que separam a primeira viagem a Angola em relação ao momento de redação destas linhas iniciais do que se pretende vir a ser uma tese de doutoramento não alteraram muito o cotidiano angolano: a guerra permaneceu, ainda que sem afetar diretamente Luanda e outras cidades, é fundamental na explicação da carência generalizada de bens e serviços nessas mesmas cidades. Nas zonas de combate, a devastação provocada pelos horrores da guerra,

principalmente pelas minas, acrescenta números dantescos a uma contabilidade de difícil imaginação.

O quadro descrito tem implicação direta na pesquisa realizada. Escassas foram as oportunidades de me deslocar para outras zonas do país, fora da capital, dada a situação de insegurança disseminada por todo lado. Não obstante, nas raras oportunidades, foi possível conhecer outras regiões, o que considero de grande importância na análise e mesmo na reconstrução de cenários onde se passou muito do que será descrito mais à frente.

Para aqueles que se ocupam das relações internacionais e das suas interações militares, os anos 90, principal período de realização da pesquisa, foram marcados por duas grandes transformações: a troca de posição entre antigos aliados ideológicos e a descoberta inesperada de afinidades mercantis entre inimigos históricos. Todo esse enredo foi temperado pela confirmação inequívoca de um vastíssimo manancial petrolífero na costa angolana. Isso para não falar dos diamantes, também utilizados como importante linha de financiamento do esforço de guerra. Tais alterações, como se pode imaginar, modificam também memórias e, conseqüentemente, apreciações.

Entretanto, o país continua repleto de contrastes abusivos: potencialmente rico, mas classificado entre os 48 países mais pobres do mundo, segundo as

Nações Unidas; carente de mão-de-obra qualificada, embora com um número crescente de nacionais com diferentes competências vivendo no exterior; vastas zonas capazes de atender à demanda interna na área agrícola, mas necessitando ainda da ajuda alimentar internacional; possuidor dos maiores recursos hidrográficos da região austral da África, mas com índices extremamente baixos de acesso a tais recursos por parte da quase totalidade da população. Como se vê, são carências que nós, brasileiros, em parte, conhecemos bem.

Aliás, nossa relação com Angola não se limita à comparação dos índices de miséria, nem se restringe tampouco à importação, ao longo dos últimos anos, de nossas telenovelas e músicas por Angola, responsáveis pelos *brasileirismos* encontrados no falar angolano, principalmente nas zonas urbanas. Para além da visita de alguns atores da Rede Globo de Televisão e de grupos de música sertaneja e de pagode, a história entre essas duas margens do Atlântico possui laços mais antigos e fortes e está repleta de interesses econômicos complementares e de solidariedades políticas em momentos-chave. São tópicos, pinçados apenas para exemplificar a longevidade dessas relações e, ao mesmo tempo, realçar o nosso desconhecimento dessa história, como o tráfico de escravos, responsável pelo fortalecimento de camadas comerciantes de ambas as costas e, principalmente, pela transposição forçada de africanos de regiões que hoje constituem Angola; a independência brasileira, tomada como modelo durante o século XIX por muitos angolanos; o municciamento intelectual

fornecido por brasileiros, em boa parte clandestinamente, nos anos 50, aos articuladores da contestação anticolonial, já com aspirações em âmbito nacional; o reconhecimento da independência angolana por parte do regime militar brasileiro; o abastecimento de Angola no tocante a gêneros alimentícios no período imediatamente pós-independência, ainda que nem sempre da forma e na quantidade desejada pelos angolanos.

Evidentemente, esse desconhecimento da história entre os dois países tende a ser minimizado pelo crescente interesse que a temática africana, e especialmente a angolana, vem despertando em novos historiadores e antropólogos ao longo dos últimos anos. Isso para não citar a relação diplomática e comercial, há muito oscilante, mas expressando-se sempre como de potencial incalculável, tão logo se estabeleça a paz em Angola.

Por último, devemos reconhecer que a importância em estudar a história de Angola não se prende apenas ao que passou, mas também ao fato de ser um país inserido num espaço estratégico do continente africano. Esse posicionamento, por si só, justificaria o interesse em desvendar o seu passado.

Antes de anunciarmos a forma de apresentação das nossas idéias e começarmos a expor nossos argumentos, acreditamos ser interessante tecer algumas considerações, ainda que iniciais, sobre parte da documentação

utilizada, em especial a consultada no arquivo da Pide, depositado na Torre do Tombo, em Lisboa.

A liberação desse material para livre consulta, a partir de finais de 1995, gerou polêmica no meio político e acadêmico tanto de Portugal quanto das ex-colônias. A discussão incidiu principalmente sobre a forma de acesso às informações de caráter pessoal, que, como se pode imaginar, foram obtidas no passado pela polícia política quase sempre à revelia do investigado. O temor de possíveis constrangimentos que poderiam causar a revelação de trajetórias pessoais e das complexas relações entre a ex-metrópole e suas ex-colônias também teve importância nessa querela.

Para além dessa polêmica, o que importa ressaltar sobre esse acervo é sua importância como mais uma fonte - evidentemente com suas especificidades e limitações - que pode auxiliar o pesquisador na busca de elementos explicativos da história do MPLA, ao lado, por exemplo, dos próprios documentos produzidos pelos movimentos de libertação - alguns deles, aliás, e infelizmente, encontrados apenas nos arquivos da Pide. Cabe lembrar que a maior parte dessa documentação não foi elaborada para ser lida pelo público. Sua pretensão era informar a situação nas colônias a círculos estreitos de poder ligados à repressão direta dos movimentos de libertação e aos órgãos centrais de decisão política.

Não devemos é descuidar da sempre necessária crítica das fontes, pois como afirmou o historiador Étienne François, em referência a um outro arquivo de polícia política aberto à consulta, no caso o da alemã Stasi, esses “arquivos não falam a verdade por si só”. O trabalho de análise sobre esse tipo de material deve ter em conta as “precauções éticas e metodológicas elementares”, o que, por sua vez, não dispensa o historiador “de seu trabalho habitual de reconstituição e de interpretação” (FRANÇOIS, 1998, p. 157).

É preciso ter em mente, ainda, as características singulares de cada tipo de documento. Por exemplo, os autos consultados foram redigidos e datilografados pelos agentes da Pide. Contêm, portanto, uma *arrumação* própria dos fatos, com o agravante de que muitos desses autos podem ter sido preparados *a posteriori*, ressaltando aspectos que o relato do preso não apresentava. Também não pode ser esquecido o fator coerção, presente nos depoimentos, apesar de ser difícil de ser avaliado, o que aumenta a dificuldade de análise desse material. Dessa forma, a confrontação com outras fontes, associada a uma leitura consciente das limitações daqueles documentos, parece ser o melhor caminho para sua apreciação. Recomendações, por sua vez, presentes no rico texto de Christine Messiant em que se discutem os problemas da investigação sobre o nacionalismo angolano, com destaque para as possibilidades que se apresentam com a abertura dos arquivos da Pide.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> A autora enfatiza ser imperativo, para além da crítica interna desse acervo, a sua confrontação “com o conjunto das outras fontes, designadamente orais” (MESSIANT, 2000, p. 848-52).

Na análise dos documentos, como não poderia deixar de ser, mereceram maior atenção alguns processos pessoais, bem como a consulta de séries de relatórios por postos policiais ao longo do período de luta armada. Nesses relatórios e processos, é possível perceber, entre outras coisas, o quanto os agentes da Pide encamparam a percepção luso-tropicalista propagada pelo regime e acrescentaram outras pitadas paternalistas à sua forma de encarar a realidade colonial. Isso se destaca em relação aos africanos de uma maneira geral, incluindo os chamados "terroristas". A própria idéia de que os movimentos de libertação angolanos eram influenciados pelo comunismo internacional e pelo sonho de independência patrocinado pelos norte-americanos se fortalecia dessa concepção. É a expropriação do angolano por uma segunda vez, agora de sua capacidade de reivindicar a independência. Para a metrópole, a contestação com desejo nacional nascera fora de Angola, pois os seus habitantes, segundo essa visão colonial, não seriam capazes disso e nem mesmo quiseram se levantar contra Portugal.

Outro tipo de fonte utilizada neste trabalho são as entrevistas realizadas com alguns atores históricos e que constituem material fundamental para a melhor compreensão do período em questão. São 29 entrevistas, perfazendo um total de aproximadamente 90 horas de gravação. Na coleta dos relatos, procurou-se dar voz às diferentes correntes políticas. Desde líderes históricos do

movimento, militantes que passaram a maior parte do período aqui em discussão nos campos de prisioneiros, outros que estiveram boa parte da luta anticolonial nas frentes de batalha, dissidentes das diferentes crises no MPLA e simpatizantes de longa data mas que não chegaram a ingressar no movimento, até relatos de alguns líderes de outros movimentos de libertação ainda hoje opositores ao MPLA.

Apesar de algumas questões previamente elaboradas, as entrevistas não possuíam um roteiro rígido e acabaram por possibilitar a discussão prolongada de temas até então pouco destacados, mas que no decorrer do encontro assumiram força, tornando-se impossível evitá-los.

Por outro lado, deve-se ter em mente que tais entrevistas incidiam sobre um período do passado em que a configuração político-ideológica e o posicionamento do MPLA no cenário internacional eram muito diferentes daquele quando elas foram feitas. As entrevistas decorreram num contexto que refletia um momento político específico, fruto de inúmeras mudanças, entre as quais cabe citar o multipartidarismo, as eleições diretas e a convivência entre antigos inimigos armados. Tais transformações implicaram a valorização de um discurso conciliador por muitos dos entrevistados que, talvez hoje, quando

novamente as rivalidades militares retornaram em força, se configure como algo “politicamente arriscado”?

Para dar conta de toda essa trajetória, o trabalho foi dividido em oito capítulos, que se referem, no seu fundamental, às diferentes lutas travadas pelo MPLA no período - quer fossem com grupos políticos que concorriam pelo apoio da população angolana na luta pela independência (Capítulos III, IV e VI), quer com o inimigo primeiro, o colonialismo português (Capítulos I, II, V, VI e VIII), quer em torno dos vários casos de crise interna no próprio movimento, suas possíveis causas e conseqüências (Capítulos IV, VI, VII e VIII).

O próprio formato adotado para a apresentação dos resultados da pesquisa reflete o interesse em estudar a estratégia de luta do MPLA em face do colonialismo português – em especial a interdependência entre as esferas militar e diplomática –, a possibilidade de existirem elementos recorrentes nas diversas dissidências que ocorreram internamente e o seu posicionamento em relação aos demais movimentos de libertação angolanos e aos apoios externos.

Pois bem, apresentadas as observações julgadas necessárias para o decorrer do trabalho e já que *estamos juntos*, vamos a ele.

---

<sup>2</sup> Messiant (2000, p. 826-36) alerta para o cuidado que se deve ter em relação às inúmeras reconstruções que as fontes orais comportam.



## I

## O Cenário Colonial

Antes de começar a desenvolver o tema propriamente dito deste trabalho qual seja, a trajetória do Movimento Popular de Libertação de Angola durante o conflito colonial -- e para compreender melhor a complexidade dos fatores envolvidos e a diversidade de atores, convém traçar um quadro geral do cenário em que tais fatos se processarão. A tarefa implica a apresentação, ainda que breve, das características básicas do colonialismo português e, principalmente, das alterações nele ocorridas ao longo do século XX. Até porque é contra ele que o MPLA se levanta e será ele o responsável por importantes condicionamentos impostos ao movimento.

A história de Portugal na África, e mais precisamente em Angola, remonta aos tempos da expansão ultramarina, mas durante muitos anos sua presença esteve restrita a pequenos pólos de comércio. Embora em alguns casos protegidos militarmente, esses pólos sempre sofreram inúmeras dificuldades para sua sobrevivência. As limitações da presença territorial de Portugal em Angola, no entanto, não impediriam que ele mantivesse e expandisse um lucrativo comércio de escravos, realizado com primazia entre Angola e Brasil e mantido de

forma ilegal para além de meados do século XIX.<sup>1</sup> Somente após a crise do tráfico é que se inicia a exploração comercial, em maior escala, de produtos oriundos dos sertões angolanos. Breves ciclos extrativistas – da borracha, da cera e do marfim – pontuaram o fim do século XIX e o começo do XX, mas não por muito tempo, quer em volume de comercialização quer ao nível dos preços no mercado internacional.

Concomitantemente, ainda em fins do século XIX, intensifica-se a disputa entre as potências europeias pela conquista e pela delimitação de territórios na África. Após mais de 300 anos de trato costeiro, estavam reunidas as condições para que fossem efetuadas a invasão e a partilha do continente. Num intrincado jogo de variáveis internas e externas à África, podemos destacar, pelo lado europeu, a conjugação de avanços tecnológicos e de mudanças nos padrões industriais e de consumo, fomentando a disputa por matérias-primas e, ao mesmo tempo, viabilizando a empreitada. A superioridade bélica, as ferrovias, o navio a vapor, o telégrafo e os avanços na área medicamentosa alçaram as possibilidades e as pretensões dos europeus a um patamar surpreendente. Somemos a isso a ascensão de outros interesses conflitantes com a hegemonia britânica no comércio internacional, como seriam os casos da Alemanha e da França,

---

<sup>1</sup> Alexandre (1993) defende que, para se entender o esforço colonial português de finais do século XIX, é preciso estudar o império luso-brasileiro e sua desagregação, sem que isso implique uma percepção unificada e constante do colonialismo ao longo dos *diversos impérios portugueses*.

reforçando a idéia de que qualquer Estado europeu refratário ao projeto colonial perderia espaço no cenário à época vislumbrado.

Pelo lado africano, a resistência, que até então conseguira conter o impulso europeu, sucumbiria à superioridade militar e econômica demonstrada pelo invasor e também às suas próprias crises internas. Novas reordenações territoriais abalaram o continente, fruto quer das interações comerciais com interesses externos, quer da propensão expansionista registrada em determinadas organizações políticas africanas, como seriam os casos da renovada difusão islâmica ao Norte e do militarismo zulu ao Sul.

Com as novas regras decorrentes dessa disputa, Portugal se viu desprotegido: percebe que não bastava mais ter *descoberto* um território para legitimar um domínio, era preciso penetrá-lo e controlá-lo.<sup>2</sup> A hábil diplomacia portuguesa já não estava sendo capaz de responder isoladamente ao novo desafio de resguardar o seu império africano, que tomaria forma com, além de Angola, as colônias de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Apesar do arriscado jogo evidenciado em acordos bilaterais, ora com a sempre próxima Inglaterra, ora com a nem sempre sedutora Alemanha, como forma de obter uma margem de manobra entre os diversos gigantes europeus, era preciso avançar a penetração colonial e explicitar essa dominação.

Angola não foge a esse cenário; pelo contrário, é parte principal dele. Partindo de pequenos pontos litorâneos, de longa data conquistados, e de certas regiões do interior próximo já experientes no comércio com zonas mais afastadas, as tropas coloniais portuguesas, os missionários e os comerciantes avançaram sobre o restante do vasto território, irradiando seu padrão de acumulação e as regras de dominação a se instalar.

No entanto, essa penetração colonial decisiva não se comportou de forma idêntica em todo o território angolano. O desenvolvimento histórico das relações entre a presença colonial e as diferentes populações ganhou colorações locais muito fortes. A compreensão desse processo é fundamental para se entender o surgimento de pólos de reivindicação também diferenciados e mesmo inconciliáveis.

A expansão político-militar portuguesa em território angolano foi batizada, pelos seus executores, de “guerras de pacificação” e se estenderia até as duas primeiras décadas do século XX, mas, mesmo posteriormente, em 1940-1941, o exército colonial teria ainda que se defrontar, no sul da colônia, com a resistência dos kuvale ao trabalho forçado e à expropriação de seu gado (PÉLISSIER,

---

<sup>2</sup> Entre os vários estudos existentes sobre esse período de disputa pelos territórios africanos, podemos destacar os trabalhos de Brunschwig (1993) e Mackenzie (1994).

1986).<sup>3</sup> Não é difícil, portanto, percebermos a fragilidade da idéia de uma dominação portuguesa de cinco séculos sobre o território angolano. A vitória sobre a pulverizada resistência africana no início do século XX marca de forma nítida o início, de fato, do período relativamente curto em que as forças portuguesas exerceram o controle político e militar sem contestações de vulto.<sup>4</sup>

Na segunda metade da década de 1950, consolidado o controle político-militar por Portugal, a polícia política portuguesa, a Pide, se instala em Luanda para investigar e sustar as movimentações de angolanos empenhados na divulgação de panfletos anticoloniais e reunidos em torno de pequenos grupos ligados a várias organizações políticas, muito limitadas quanto à implementação de ações concretas e talvez ainda mais quanto ao número de quadros realmente mobilizados. De toda forma, é nesse meio urbano clandestino, isolado e jovem que irá surgir uma das correntes de contestação que mais tarde irá ingressar no MPLA.

O que por ora cabe ressaltar é que a intensificação da presença portuguesa em Angola, no século XX, não teve apenas um perfil militar. Foi, antes de tudo,

---

<sup>3</sup> Ruy Duarte de Carvalho (1999) traça um retrato intenso, e com longos comentários retrospectivos, da vivência dos kuvale em Angola, fornecendo-nos uma versão bem diferente sobre os embates ocorridos, que os colonialistas chamaram de "guerras de pacificação".

<sup>4</sup> Ferro (1996, p. 225), em seu trabalho sobre a história das colonizações, sintetizando outros autores, afirma que essa resistência africana mais ativa, quando comparada à relativa facilidade de penetração encontrada pelos portugueses na América do Sul, ajuda a explicar a tardia penetração colonial na África. Além disso, deve ser assinalada a menor importância econômica dada aos produtos africanos no período dos descobrimentos e até os séculos XV e XVI.

física, principalmente quando comparada ao padrão anterior, e econômica. Tanto é verdade que a população branca de Angola salta de 9.198 indivíduos em 1900 (o equivalente a 0,2% da população total) para 20.700 em 1920 (0,48%), 44.083 em 1940 (1,2%) e 172.529 em 1960 (3,6%). Mesmo após o início do conflito armado com os movimentos de libertação, em 1961, esse número continua a crescer em proporção significativa, chegando a alcançar mais de 300 mil em 1974.<sup>5</sup>

O impacto dessa crescente migração de portugueses para Angola se refletirá, entre outros aspectos, na regulamentação do trabalho e da propriedade. Após o término legal do trabalho escravo, a administração colonial passou a justificar a imposição do trabalho ao africano como uma condição prévia à escalada colonialista. Em finais do século XIX e ao longo do século XX, foram sendo editadas e emendadas normas com o fim de legislar sobre tal determinação e ao mesmo tempo alargar ao máximo o seu raio de ação. Tais leis contrapunham-se ao direito à propriedade por parte dos africanos, esbarrando assim em interesses há muito tempo instalados nas zonas sob a influência portuguesa, e contrariavam grupos que tinham consolidado uma delicada e específica posição de privilégio situada entre os interesses dos portugueses

---

<sup>5</sup> Esses dados, por vezes com pequenas diferenças, foram encontrados em Bender (1980, p. 48), Marcum (1969, p. 17), Clarence-Smith (1985, p. 190), Antunes (1980, p. 51), Ferreira (1980, p. 601) e nas *Informações Estatísticas* publicadas em 1972 pela Direção Provincial dos Serviços de Estatística, bem como nas *Informações Estatísticas* de 1974, publicadas pela Direção dos Serviços de Estatística da já República Popular de Angola.

metropolitanos e os dos povos do interior de Angola. Com isso, entramos no frágil e movediço terreno da criouldade.

## A Criouldade

A antiga infiltração portuguesa em território angolano se enraizou em áreas costeiras bem delimitadas, como são os casos de Luanda e Benguela, e em determinados eixos no sentido litoral-interior, como é o caso do corredor Luanda-Malange. Nessa áreas, ao longo dos séculos de negociação e imposição dos europeus (pois não eram apenas portugueses) sobre os africanos, fortaleceu-se uma interação que propiciou a formação do que muitos autores chamam de *sociedade crioula* (OLIVEIRA, 1968, 1997; VENÂNCIO, 1996 e DIAS, 1984).<sup>6</sup>

Essa camada intermediária, com interesses próprios e enraizados lentamente, geração após geração, nas áreas apontadas, era formada por indivíduos próximos tanto da matriz cultural européia – expressa pelas letras, pela maneira de se vestir e na forma de administrar o comércio e o espaço urbano – quanto da matriz cultural africana, muitas vezes chamada de tradicional, implicando diferenciadas estruturas de parentesco, aquisição de bens e delegação de poderes. Essa proximidade variava de acordo com o tempo de instalação e

---

<sup>6</sup> O trabalho anteriormente realizado acerca do processo insurrecional em Luanda (BITTENCOURT, 1999) obrigou-nos à elaboração de uma análise histórica bem mais sistemática do que a que se pretende aqui sobre a criouldade e suas implicações em Angola.

com a região, mas sempre sob a influência de ambas as vertentes. O crioulo, aqui em discussão, diz respeito, portanto, a uma mestiçagem cultural, a um cruzamento de traços culturais diferenciados e com os quais ele adquire a capacidade de se relacionar, assumindo uma postura mediadora que lhe convém e que o diferencia, mas não o impede de se aproximar dos extremos que lhe dão forma, de acordo com as necessidades que surgem. Isso, porém, não significa a ausência de disputas e fissuras no interior desse grupo.

Os crioulos, obviamente, como é fácil imaginar, participaram da principal atividade econômica existente em Angola até meados do século XIX: o tráfico de escravos. O comércio escravista implicava a renovação constante dos agentes envolvidos e, ao mesmo tempo, permitia o rápido enriquecimento destes, traduzindo-se, assim, em determinados casos, na acumulação de riqueza por parte de famílias negras e mestiças.<sup>7</sup> Ao longo dos anos, e empenhadas em consolidar sua posição intermediária, essas famílias passaram a integrar também os órgãos administrativos, do Judiciário e militares na colônia, além da Igreja Católica e suas irmandades. Tal fato pode ser melhor entendido levando-se em consideração a fragilidade portuguesa em manter as ligações com o território e, conseqüentemente, firmar sua ascendência sobre ele com base única e exclusivamente na escassa migração metropolitana (STAMM, 1972).

As alterações econômicas decorrentes do fim do tráfico de escravos fizeram com que os interesses, diretos ou indiretos, da sociedade crioula tivessem de ser redirecionados para outros investimentos ou mesmo para ocupações profissionais. Para enfrentar as mudanças, os crioulos implementaram estratégias diversas: a exploração agrícola do café e do açúcar, o comércio de mercadorias vindas do sertão angolano, a exportação de mão-de-obra forçada, os chamados serviços, para São Tomé e Príncipe e a ocupação de postos na administração pública. Mais tarde essas opções foram se reduzindo. Observa-se, por exemplo, que o fim da escravidão e as epidemias dificultaram o sucesso das explorações agrícolas. Também, o maior interesse dos capitais metropolitanos pela colônia limitaram a permanência dos crioulos no comércio em geral e de forma ainda mais específica na exportação de serviços. Como consequência, os cargos públicos passaram a ser disputados com afincos por esse grupo crioulo, transformando-se numa das últimas oportunidades de manutenção de uma condição social e econômica bem diferenciada da grande massa africana.<sup>7</sup>

Contudo, mesmo isso – a manutenção dessa condição social e econômica – era incompatível com as estratégias traçadas em Lisboa, principalmente depois da chegada de um número maior de colonos oriundos da metrópole. Nem mesmo a participação dos crioulos ao lado dos portugueses na consolidação do território

---

<sup>7</sup> Sobre o tráfico de escravos nessa região existe vasta bibliografia, destacando-se os trabalhos de Miller (1988), Medina e Henriques (1996), Ferreira (1996) e Alexandre e Dias (1998).

<sup>8</sup> A luta por tais cargos pode ser vista nos periódicos de finais do século XIX (BITTENCOURT, 1999).

e no enfrentamento dos bolsões de resistência no interior resultaria favorável a esse grupo. A desagregação se fez presente, com as crescentes dificuldades acirrando e explicitando antigas divisões. Fatores raciais e regionais passaram a ser utilizados como armas eficazes para retardar a deterioração de sua situação (DIAS, 1984). Os indivíduos de pele mais clara e os do litoral, mesmo contando com a maior proximidade aos colonos recém-chegados, conseguiram se defender melhor das arbitrariedades ocorridas no interior e do cada vez mais freqüente comportamento racista dos metropolitanos instalados na colônia. Apesar dessas alterações, alguns dos principais elementos que facilitam a apreciação e a delimitação desse grupo continuaram presentes por um longo período, mesmo após o seu declínio socioeconômico: a consciência de sua historicidade, a exaltação de uma época em que dispunham de postos importantes na administração pública, a memória do tempo em que possuíam recursos financeiros muitas vezes invejáveis e, por fim, uma posição mais do que ambígua no que diz respeito à intensificação da penetração colonial portuguesa a partir de finais do século XIX.

A legislação trabalhista imposta por Portugal no território angolano e a expropriação de terras, principalmente na região Centro-Norte, visando ao plantio do café atingiram também algumas franjas desse grupo, direta ou indiretamente, adubando o sentimento independentista, já de longa data pulsante (afinal, o exemplo brasileiro não passara despercebido). Contra tais medidas, mas

acima de tudo na busca pela manutenção, cada vez mais ameaçada, de sua condição social de certa excepcionalidade em relação aos demais africanos. segmentos crioulos lançaram-se à atividade jornalística e fundaram associações culturais que serviam como demonstração de *civilidade*, além de permitir reuniões para se discutir os graves problemas que enfraqueciam e ameaçavam suas conquistas sociais.<sup>9</sup> Mas os resultados alcançados foram modestos e mesmo a proclamação da república portuguesa, em 1910, aguardada por parte desse segmento crioulo como solução para tais problemas, mostrou-se, apesar de mais descentralizadora, insensível a seus anseios. Antes mesmo de as medidas de contenção de Salazar entrarem em vigor, os crioulos presenciaram o fechamento de seus principais canais reivindicativos: as associações culturais e os jornais sob sua tutela (BITTENCOURT, 1999).

### **A Intensificação do Projeto Colonial**

A decisão portuguesa de avançar de fato com o projeto colonial em Angola implicou a elaboração de legislação para dar conta desse processo. O furor normativo não se conteve nas esferas comercial, alfandegária ou mesmo trabalhista, mas envolveu ainda a classificação e delimitação dos espaços mais amplos da sociedade colonial angolana. Surgem, assim, os “civilizados” e os “indígenas”, duas categorias de indivíduos, juridicamente definidas e que

---

<sup>9</sup> O Arquivo Histórico Nacional, em Luanda, possui uma importante coleção de atas das reuniões

dividiam e, ao mesmo tempo, compreendiam toda a população do território angolano, tal como aconteceria em outras colônias portuguesas. A situação até certo ponto indefinida, do ponto de vista legal, em que viviam os crioulos negros e mestiços desapareceu. Com as leis implementadas na década de 20 e reforçadas ao longo dos anos até 1961, os crioulos que pretendessem manter um estatuto diferenciado dos demais africanos precisariam alcançar a condição de assimilado, que era a designação dada ao africano que conseguia alcançar a categoria de "civilizado".

Essa condição era acessível por meio de um exame realizado por funcionários coloniais, que analisavam o grau de *civilidade* dos candidatos mestiços e negros, já que os brancos não precisavam passar por tal processo, sendo considerados, *a priori*, "civilizados". Levavam-se em consideração, entre outras coisas, o seu domínio da língua portuguesa, sua condição econômica, sua moradia e seus hábitos cotidianos. Para termos uma idéia mais nítida desse sistema, vale destacar os dados levantados por Bender (1980, p. 204) referentes ao ano de 1950. Dos 4.036.689 negros, apenas 30.089, portanto, 0,7% desse total, são considerados "civilizados". Com relação aos mestiços, que totalizam 29.648, o número de "civilizados" alcança 26.335, enquanto os 78.826 brancos são identificados no seu todo como "civilizados".

Negros e mestiços que não fossem assimilados eram considerados “indigenas” e como tal sujeitos a uma dura e cada vez mais abrangente regulamentação trabalhista ligada diretamente à cobrança do famoso Imposto Indígena. Esse tributo, que ao longo do século XX sofreu alterações na designação e mesmo na forma, tinha como principal objetivo obrigar o “indígena” a entrar no mercado *formal* de trabalho e a abandonar, portanto, seu processo doméstico de produção e comercialização. O sistema ficaria conhecido como “trabalho contratado” ou simplesmente “contrato”, pelo qual o “indígena” poderia adquirir moeda para arcar com o pagamento do imposto. A fuga a esse esquema facultava às forças da ordem colonial o direito de deter os indivíduos não vinculados a um posto de trabalho e conseqüentemente incapazes de pagar o imposto, enviando-os, de acordo com as prioridades das autoridades coloniais – o que abria um largo espaço à corrupção, dados os interesses privados –, para o serviço obrigatório. Assim, pagariam com trabalho o referido imposto. Como conseqüência, muitos foram os angolanos que migraram para países ou colônias vizinhas a fim de fugir de tal sistema.<sup>10</sup>

Messiant (1983 e 1989), que foi talvez quem mais atentamente analisou o microcosmo luandense dos anos 50 e procurou entender e expor suas particularidades, principalmente as nuances no interior do grupo chamado de assimilado, chama a atenção para a necessária diferenciação entre o antigo

---

<sup>10</sup> Os “indigenas” residentes nas cidades são contratados em larga escala para os serviços domésticos.

segmento crioulo, portador de uma determinada historicidade – que implicava uma proximidade cada vez mais reduzida em relação aos colonos brancos, no antigo domínio da língua portuguesa e numa certa tradição urbana –, e a camada que ela identifica como “novos assimilados”, fruto dessa regulamentação da assimilação. Estes alcançariam números mais elevados no pós-Segunda Guerra e em grande parte eram originários do interior próximo das cidades. Por conseguinte, tinham maior familiaridade com as zonas rurais, sua língua materna dificilmente era o português, eram em sua maioria negros e sua proximidade ao protestantismo se faria sentir mais intensamente.

Os novos assimilados eram, pois, estranhos àquele segmento do período reivindicativo do final do século XIX, implementado nas associações culturais e nos jornais. Eles também não possuíam uma articulação mais ampla do ponto de vista regional. Estavam muito mais próximos das tradições de seus respectivos grupos etnolingüísticos. Dessa forma, os novos assimilados desenvolveram uma visão racial da colonização na qual os mestiços aparecem como privilegiados (MESSIANT, 1989, p. 171-6). Tal percurso nos auxilia no entendimento do relativo distanciamento entre esses dois segmentos. Essa distinção é importante para a nossa compreensão do momento em que se dá a criação dos movimentos de libertação, como veremos a seguir, e, ainda, o surgimento das disputas no interior do próprio MPLA.

É bom frisarmos de pronto que os dois termos – “crioulos” e “novos assimilados” – são fruto de uma análise sociológica da situação colonial baseada na história e na interpretação de alguns traços culturais, pretendendo ultrapassar a segmentação jurídica imposta pelo colonialismo. Legalmente, ambos situavam-se, aos olhos do colonialismo, quando comprovados os itens anteriormente citados, no grupo dos assimilados. No entanto, complexificando ainda mais o problema, podemos afirmar que estes seriam os assimilados de direito, reconhecidos oficialmente pelo Estado português como tal, não chegando a ultrapassar 2% da população não-branca de Angola em 1960. Em um montante aproximado de 4 milhões e 700 mil indivíduos, eles representavam algo como 90 mil assimilados (BENDER, 1980, p. 48 e 204). Contudo, além deles, existiam os assimilados de fato – indivíduos que possuíam hábitos, costumes, nível de instrução e econômico compatíveis com os dos assimilados de direito, mas que, em função da redução das oportunidades sociais e econômicas provocada pela chegada de novos colonos, não obtinham legalmente tal condição.<sup>11</sup> Esse último caso constitui mais um motivo para optarmos pelos termos “crioulos” e “novos assimilados”, já que, de outra forma, a percepção desses assimilados de fato estaria limitada à interpretação jurídica colonial, inseridos, portanto, na categoria “indígena”, apesar de vivenciarem uma outra realidade.

---

<sup>11</sup> O critério escolar, dada a carência de instituições de ensino, funcionará como uma importante válvula de contenção. De qualquer forma, tanto os assimilados de fato como os de direito sofreriam o impacto da crescente migração de metropolitanos para Angola. Em 1960, 85% da população branca de Luanda nasceram na metrópole. Com isso, a antiga interpenetração de moradas de negros, mestiços e brancos existentes nos centros urbanos tende a se extinguir. Os não-brancos são lentamente marginalizados para áreas mais afastadas das cidades (MESSIANT, 1989, p. 131-2).

Os crioulos e os novos assimilados não constituíam uma burguesia nativa, como ocorrera em outras regiões africanas; eram, em sua grande maioria, assalariados ligados à função pública, alcançando no máximo postos médios. Alguns conseguiram ainda se fixar como professores, enfermeiros e em atividades ligadas às missões religiosas. Essas ocupações propiciavam alguns privilégios, em face da condição em que estava o "indígena", podendo-se destacar entre esses privilégios o acesso com menos obstáculos às instituições de ensino.

O peso dessa formação e desse ambiente marcados por instituições e comportamentos portugueses ajuda a entender a existência de alguns opositores aos movimentos de libertação nesses segmentos. Para além de concepções estranhas ao seu mundo, como o socialismo, por exemplo, os ideais independentistas reivindicavam a *aproximação* ao "indígena" – o que durante muito tempo foi o grande pavor desses grupos, posicionados de forma intermediária entre os colonos e a maioria africana – e a sua mobilização. Situação essa que o avanço da luta faria diluir ao seu mínimo, pois, afinal, a independência seria entendida também como uma possibilidade de ascensão.

Este parece ser o momento oportuno para alargarmos nosso foco de análise, a fim de poder alcançar outras esferas do cenário colonial. Importa salientar, por

exemplo, que, no decorrer do período salazarista, amplia-se o raio de ação em que incide o sistema de exploração da mão-de-obra africana. A articulação entre os modos de produção capitalista e doméstico – assim chamado por muitos pesquisadores na tentativa de identificar as relações de produção essencialmente familiares que formatavam o modo de vida africano – permitirá ao colonialismo desobrigar-se até mesmo da remuneração mínima necessária à reprodução da força de trabalho. A comunidade doméstica irá atuar como força complementar ao trabalhador inserido no esquema central, auxiliando na sua subsistência, na sua reprodução e na sua assistência em casos de doença e invalidez (MEILLASSOUX, 1977).

Se pelo lado das relações de trabalho a pretensão era a de buscar o controle, no tocante às finanças não seria diferente. O rigor orçamentário implementado por Salazar em Portugal e nas colônias fez desaparecerem os sinais de autonomia que o período republicano ensaiara para Angola. Todas as divisas circulantes em Angola, mesmo as que fossem obtidas isoladamente pela colônia, passaram a ser alvo de maior exigência contábil (FERREIRA, 1977, p. 45-51), exceto as decorrentes do monopólio da Diamang, empresa empenhada na exploração de diamantes no Nordeste angolano, e da companhia detentora dos direitos de exploração do Caminho de Ferro de Benguela (CFB), os dois maiores investimentos estrangeiros em Angola. Vale destacar que os principais produtos exportados para a metrópole, afora os diamantes, sujeitos a relações e controles

especiais, eram o café, nos anos 40, que levaria à melhoria das estradas e ao crescimento das cidades na colônia; o algodão, principal mercadoria a ser consumida por Portugal, tanto que seu cultivo entrou na categoria das *culturas forçadas*; o açúcar, principalmente nos anos 30; e os óleos vegetais (CLARENCE-SIMTH, 1985, p. 153-61).

Boa parte desses produtos era obtida dos camponeses africanos, o que reforça a importância do sistema de impostos e, conseqüentemente, a maior vinculação desses camponeses à economia colonial. Os preços eram fixados previamente e independentemente de sua cotação no mercado internacional, ficando as previsíveis perdas resultantes da relação produção - comercialização por conta dos produtores locais. Para o governo, o importante era não gastar divisas, evitando, portanto, adquirir no exterior bens e produtos que pudessem ser encontrados na metrópole ou nas colônias (BIRMINGHAM, 1998, p. 206).

Durante a Segunda Guerra, e como conseqüência dos entraves comerciais por ela gerados, ampliaram-se as relações econômicas entre a metrópole e as colônias, processo que acabaria sendo mantido em boa parte do período posterior. Angola, tendo toda a sua receita em escudo, consumia cada vez mais os produtos de origem portuguesa, principalmente têxteis de algodão e vinho, ou comercializados a partir da metrópole, devido às facilidades tarifárias.

O revigorado pacto colonial, que até então impedia a criação nas colônias de empresas concorrentes às metropolitanas, sofreria lenta alteração a partir dos anos 50,<sup>12</sup> quando se inicia, dada a crescente pressão dos interesses instalados em Angola, a produção de alguns artigos destinados ao consumo interno da colônia, como os direcionados à construção civil e ao consumo das camadas mais pobres. Esse impulso contaria mesmo com o apoio do Estado, principalmente nas áreas de transporte e energia, mas era financiado em grande parte pelo próprio orçamento angolano. O avanço da economia de Angola foi acompanhado de muito perto pelo crescimento de oligopólios portugueses, como a Companhia União Fabril, o Grupo Champalimaud e os bancos Espírito Santo e Português do Atlântico, nas esferas do financiamento, da produção e da comercialização (CLARENCE-SIMTH, 1985, p. 175-81).

O início do confronto com a guerrilha em 1961 provocou apreensão no avanço da exploração colonial, mas não impediu a continuação dos investimentos num segundo momento. Após o susto provocado pelo confronto, percebe-se mesmo uma rápida aceleração da economia angolana, impulsionada pelos chamados "planos de fomento", apesar dos gastos militares e muitas vezes auxiliado por esses, como no caso das estradas construídas para atender à necessidade de vigilância e deslocamento das forças militares portuguesas, que

---

<sup>12</sup> Desde 1955 as colônias portuguesas na África passaram a ser consideradas oficialmente províncias ultramarinas, numa das muitas tentativas de fazer valer a idéia de uma situação diferenciada na

acabaram por dinamizar também as relações econômicas, e do novo fôlego dado ao comércio e à indústria, para atender às necessidades dessa mesma tropa. Sobre esse ponto, alguns estudos sobre a economia angolana no período defendem que Portugal abriu o mercado das colônias para os capitais externos, tendo como objetivo expandir investimentos e fugir ao isolamento internacional provocado por uma luta colonial que, politicamente, parecia ir contra o relógio.

Os investimentos estrangeiros se diversificaram, mas é possível localizar alguns focos essenciais: o belga sobressaía na Diamang e na Cotonang (concessionária da exploração de algodão); os investimentos ingleses estavam concentrados nas estradas de ferro, no setor de seguros e na venda de mercadorias como automóveis, combustíveis e determinados tipos de maquinaria pesada não produzida em Portugal; nesses segmentos também se concentrava o interesse norte-americano. Esse último, no entanto, teve ainda como papel-chave o investimento num setor de alta tecnologia, o petrolífero, que só muito próximo ao fim do período colonial alcançaria receita significativa. O interesse sul-africano em algumas obras de infra-estrutura, como a barragem do Cunene, ao sul da colônia, e no setor comercial deve ser considerado quando se leva em conta sua situação e sua ambição político-militar na região. A África do Sul vivia sob o regime do *apartheid* e lhe era muito favorável que Portugal mantivesse como colônias Angola e Moçambique, pois desviava a atenção da comunidade

---

convivência portuguesa com suas colônias, ao contrário do que se passava com as demais nações

internacional sobre sua política interna, além de dificultar os passos dos movimentos rebeldes sul-africanos.

Trabalhos mais recentes assinalam que os investimentos externos existiram e se intensificaram no período pós-61, mas se mantiveram prioritariamente em áreas que exigiam alta tecnologia e investimento. Segundo Clarence-Smith, um importante papel no crescimento da economia angolana nessa época, revertendo em novos arranjos sociais e econômicos, coube simultaneamente aos oligopólios e ao Estado português. O governo da metrópole teria alargado ao máximo a concessão de crédito para os empresários portugueses interessados em investir na colônia (CLARENCE-SMITH, 1985, p. 215-20). Por outro lado, Clarence-Smith argumenta que no fim dos anos 60 uma nova economia recém-industrializada e agressiva crescia na metrópole. Suas ligações eram com a Europa e sua aspiração a de aderir à Comunidade Econômica Européia. Para esse setor as colônias constituiriam um obstáculo político na obtenção de novos mercados e créditos. Conseqüentemente, a partir de 1970, as relações comerciais da metrópole com as colônias se enfraquecem e a economia portuguesa volta-se decisivamente para a Europa.<sup>13</sup>

---

européias.

<sup>13</sup> Clarence-Smith (1985, p. 202) chega ao ponto de afirmar que as colônias teriam se transformado num "mero passivo", pois a economia portuguesa já estava voltada para a Europa. A guerra seria mantida "mais para preservar o regime do que [para] salvar a economia". O mesmo autor lembra ainda que, em finais dos anos 60, algumas empresas estrangeiras começaram a deixar o território, por não acreditarem numa vitória militar portuguesa ou mesmo numa solução negociada para a guerra (1985, p. 216). Essa perspectiva quanto à europeização da economia portuguesa também está presente em MacQueen (1998, p. 72-5).

A polêmica quanto ao caráter e à dimensão da vinculação do colonialismo português ao capital externo na sua última fase em Angola é importante porque abre pistas capazes de fornecer um melhor entendimento do comportamento de determinados países em certas instâncias internacionais, evitando a condenação da manutenção de colônias na África por Portugal. No entanto, nesse momento, para nós, o que mais importa é assinalar o crescimento econômico em Angola no período pós-1961, alterando profundamente o cenário onde se instalaria a luta anticolonial. É verdade, porém, que tal situação não seria capaz de superar a desigual penetração do colonialismo no espaço angolano, muito pelo contrário, como em alguns casos onde a concentração de recursos ficaria ainda mais densa, o que acrescentava novas características à heterogeneidade regional existente. Essa nova realidade econômica e social, por vezes, escapava ao conhecimento de boa parte dos líderes do MPLA, radicados há muito tempo no exterior e saídos de território angolano antes que tais mudanças ocorressem.<sup>14</sup>

Essas alterações na gerência colonial -- ocorridas, é bom que frisemos, em função também ou sobretudo da pressão exercida pela ação dos movimentos guerrilheiros -- foram além da esfera econômica. Ainda em 1961, promulga-se o fim do indigenato. Os africanos poderiam então optar pelo direito civil,

---

<sup>14</sup> Se bem que essa perspectiva tenha sido exagerada no pós-independência pelos angolanos militantes do MPLA ou apenas simpatizantes, principalmente os fixados nos principais centros urbanos e que iriam disputar espaço de atuação com os que eram oriundos da guerrilha.

desvinculando-se do direito consuetudinário, o que abria a possibilidade para a posse legal das terras, para a transmissão destas aos seus descendentes, para o ingresso em empregos do Estado e para o direito a voto (nesse último caso teriam que comprovar habilitação escolar e determinada condição econômica). Evidentemente, tais medidas não foram capazes de ultrapassar o gigantesco fosso construído ao longo dos anos. Seu alcance real ainda sofreria as limitações inerentes a uma situação de confronto entre colonizadores e colonizados, mas demonstram o esforço português em manter seu império colonial na África.

Maiores investimentos nas áreas de saúde e educação, nas quais antes pouco ou nada se realizava com o apoio do Estado, proporcionaram rápida melhoria das condições da mão-de-obra. Entretanto, é bom não esquecer que o patamar de comparação era quase nulo, de modo que qualquer sinal de avanço logo se fazia notar.<sup>15</sup> A estratégia era simples: a intensificação da guerra foi deixando claro que qualquer solução, militar ou negociada, que comportasse a permanência dos interesses portugueses em Angola só poderia ser encontrada se fosse conquistado um razoável apoio dos africanos. A tarefa era atraí-los para o espaço social, econômico e político sob controle português, dificultando a ação dos movimentos guerrilheiros, embora isso não impedisse que, ao mesmo tempo, se mantivesse sobre os ombros angolanos a exploração colonial. É verdade que, em determinados segmentos, essa exploração ocorria num novo patamar de

---

<sup>15</sup> Em 1950, 97% dos africanos com mais de 15 anos eram analfabetos (BENDER, 1980, p. 204)

desenvolvimento econômico, mas sendo sempre eles a financiarem com seu trabalho boa parte de tais custos.

A nova iniciativa colonial comportava a chamada *ação psicossocial*. Entre os diversos itens inseridos nesse *programa*, destacavam-se a ampliação do recrutamento e a promoção, na carreira administrativa estatal, de negros e mestiços, embora essa fosse uma tarefa desde sempre executada com grandes limitações, em decorrência, principalmente, da recusa dos funcionários brancos em aceitar tal proposta, o que se agravaria com o arrastar da guerra e da confrontação racial. A estratégia geral, chamemos assim, de aproximação e conquista do apoio angolano no decorrer da luta iria evoluir para uma política de africanização da guerra, sobre a qual irei me deter com maior atenção no decorrer do trabalho.

Esses primeiros anos após os levantes de 1961 presenciaram ainda a abolição das culturas forçadas, apesar de os preços dos produtos que estavam sendo alvo dessa política terem sido mantidos. O trabalho forçado, por sua vez, peça fundamental na exploração colonial portuguesa, continuaria, ainda que sob a forma de trabalho correcional para o Estado, nos casos de comprovada "vagabundagem" do africano.

No terreno da política, a rigidez do salazarismo se fez presente, evitando grandes oscilações. Na metrópole, controlaria as revoltas militares da década de 30, a ousadia dos militantes de esquerda durante a guerra civil espanhola e as greves do início da década de 40. Até que os movimentos de libertação lançassem a bandeira da luta armada, a principal ameaça ocorreria nas eleições de 1958, com a candidatura do General Humberto Delgado, superada com mais uma fraude eleitoral e completada em seguida com o seu assassinato pela Pide (DELGADO, PACHECO, FARIA, 1998).<sup>16</sup>

Pelo lado da contestação anticolonial, a alteração na forma de reivindicação esteve intimamente ligada ao clima geral de descolonização reinante na África e na Ásia. Agudizado após a Segunda Guerra Mundial, o processo de independência das colônias africanas e asiáticas teve, em alguns casos, que se confrontar com a política de "concessões" das metrópoles europeias, enquanto em outros, diferentes formas de luta moldariam a sua libertação.<sup>17</sup> Em 1960, conhecido pela literatura que trata do tema como o "ano da África", 18 ex-colônias proclamaram a independência no continente. Apesar da tentativa das forças repressoras do regime português em barrar a penetração

---

<sup>16</sup> O chefe da brigada responsável pelo assassinato de Humberto Delgado, Rosa Casaco, residente no Brasil com identidade falsa, contou detalhes do acontecido em entrevista ao jornal *Expresso*, em 14.2.1998.

<sup>17</sup> O afro-asiatismo, que pautava esse contexto, reivindicava o neutralismo em relação às duas grandes potências. Sua articulação teria lugar nas assembleias das Nações Unidas e através de conferências, sendo a mais importante a Conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955, seguida pelas conferências de 1957, no Cairo, e 1958, em Acra (PEREIRA, 1978, p. 27).

dessa influência nas regiões africanas sob seu domínio, o clima de ebulição reinante era incontrolável.

O autoritarismo e o sistema de partido único adotado por Portugal agravaram a situação colonial, condicionando o tipo de luta que seria levado adiante pelas forças independentistas. A ditadura salazarista implicava a impossibilidade de se travar a disputa política na esfera da legalidade, tanto na metrópole quanto nas colônias, numa situação bem diferente da encontrada em outros territórios africanos sob controle francês ou inglês, onde os colonizados, apesar das inúmeras restrições, chegaram, em alguns casos, a constituir partidos políticos e a contar com relativa liberdade de imprensa. Contra esse tipo de colonialismo adotado por Portugal, as opções não eram muitas. A luta teria que ser necessariamente clandestina e, conseqüentemente, pela via armada.



## II

## O Falar das Armas

O “LIME”, como seria carinhosamente chamado o MPLA, é fruto da agitação anticolonial iniciada em finais da década de 40 e ampliada nos anos 50. Formou-se a partir de duas correntes nacionalistas, constituídas pelos que estavam na colônia (que ficariam conhecidos como “os do interior”) e pelos que estavam na metrópole ou em outros países da Europa ou ainda, mais raramente, da África (“os do exterior”), mostrando desde o início uma composição que se revelaria explosiva em vários momentos de sua história.<sup>1</sup>

O importante a assinalar nessa atuação implementada pelos diversos grupos anticoloniais ao longo dos anos 50, seguindo orientações próprias ou inspirados pelo exterior, é que, apesar do inimigo comum, eles tardaram um certo tempo até que passassem a ensaiar uma união estratégica. Reflexos de caminhos e de “vínculos de solidariedade”<sup>2</sup> diferenciados concentravam-se em ações

<sup>1</sup> A polémica sobre a data de fundação do MPLA durou toda a década de 90. A versão oficial, sustentada pelo partido ainda hoje, afirma que ela ocorrera no ano de 1956, enquanto os trabalhos que a contestam insistem que o nome MPLA só teria surgido a partir de finais de 1959, sendo que sua aparição pública só teria lugar em janeiro de 1960, apesar de o grupo que lhe dera origem estar envolvido na luta anticolonial desde o início dos anos 50. Em minha opinião, o importante nessa discussão não é propriamente o ano exato em que se cria a sigla MPLA, mas sim o que a antecipação dessa data para 1956, tese com a qual não concordo, esconde. Essa correção proporciona a percepção de divergências de estratégias existentes nesse terreno anticolonial, principalmente em Luanda, que até então não tinham sido devidamente analisadas e que em alguns casos estarão presentes também no MPLA anos mais tarde (BITTENCOURT, 1997).

<sup>2</sup> Em trabalhos anteriores (1999 e 2000a) também defendi a utilização dessa expressão. Ela pretende dar conta dos diversos laços de união entre os angolanos ao longo de sua vida e que em determinados

desestabilizadoras muito tímidas, limitando-se quase sempre à publicação de panfletos condenando o colonialismo português, à arregimentação de novos adeptos e a reuniões entre células para a discussão de informações chegadas do exterior sobre a movimentação independentista na África.

Tais ações eram executadas por indivíduos ligados, por vezes, a diferentes grupos que, entretanto, se mantinham distantes de qualquer tipo de coordenação mais ampla. É isso nos leva a destacar, uma vez mais, a diferenciação entre crioulos e novos assimilados, pois suas trajetórias diversas determinavam, por vezes, o distanciamento de suas redes de articulação política. No caso específico de Luanda e comparativamente a outras situações angolanas, a existência de estruturas de sociabilidade, como as associações culturais,<sup>3</sup> os clubes desportivos, as igrejas e as missões, possibilitava a troca de impressões, gerando maior compreensão entre esses segmentos, o que, em início dos anos 60, revelaria sua importância por facilitar a união de muitos desses indivíduos sob a bandeira do MPLA.

A situação se agrava ainda mais com a instalação da Pide em Angola, em 1957. Treinada no combate às organizações anti-salazaristas metropolitanas, em

---

momentos assumem grande importância, facilitando ou condicionando suas ações. Refere-se, principalmente, entre outros, às ligações familiares, religiosas, guerrilheiras e etárias (estas sendo um reflexo da área de residência e dos locais mais frequentados durante determinada época).

<sup>3</sup> As associações culturais, após a repressão de início dos anos 20, ressurgiram nos anos 30 com um perfil reivindicativo menor e mais preocupadas em consolidar a condição que a assimilação assegurava. Tal

especial o Partido Comunista Português (PCP), a polícia política rapidamente recrutou uma extensa e eficaz rede de informantes na colônia. O temor que essa perseguição incutia e os limites de alguns dos laços que uniam os grupos clandestinos angolanos se transformaram em fortes obstáculos à comunhão de esforços anticoloniais.

A grande diversidade de siglas existente em finais dos anos 50 ajudava a esconder a fragilidade dessas organizações quanto ao número de militantes e às propostas de ação. Grupos divididos pela *classificação de cor*, pela ocupação profissional, pela localização no espaço urbano, pela religião, além de outros filtros menos explícitos, que assim como esses perpassam as categorias anteriormente apontadas – crioulos e novos assimilados –, adotavam nomes quase sempre com pretensões nacionais, apesar de estarem limitados a um âmbito local. Não obstante, essa proliferação e a conseqüente divisão que refletiam esses grupos foram responsáveis, juntamente com outros fatores, pela consolidação, de forma irreversível, do caráter nacional que seria dado à luta contra o colonialismo português.

Muitos dos militantes que dariam origem ao MPLA saíram dessa movimentação, e sua concentração espacial pode ser, a grosso modo, delimitada à cidade de Luanda, um pouco a Benguela e também ao interior próximo da

---

postura sofreria lenta transformação ao longo dos anos 40, quando alguns jovens passam a se interessar

capital, sobrepondo-se, portanto, aos pontos mais antigos da colonização. É preciso assinalar, porém, uma forte ligação, crescente a partir de meados da década de 50 até o início dos anos 60, entre essa agitação e o norte da colônia, cada vez mais influenciado pelos acontecimentos no Congo-Léopoldville.<sup>4</sup>

Nessa colônia, os fatos ganham nova aceleração com o retorno de Patrice Lumumba da Conferência dos Povos Africanos, ocorrida em dezembro de 1958, em Acra. O confronto entre independentistas e o governo colonial belga se intensifica. As manifestações populares e as retaliações impostas pelas tropas coloniais, em janeiro de 1959, agudizam a situação. Lumumba é preso em novembro desse mesmo ano e em janeiro do ano seguinte é chamado a participar das negociações em Bruxelas. O resultado seria a convocação de eleições e a proclamação da independência do Congo-Léopoldville, ocorrida em 30 de junho de 1960.

Com respeito a Angola, a historiografia sobre o tema, os livros de memória, as entrevistas realizadas e o arquivo da Pide anunciam alguns nomes dos grupos participantes de agitações clandestinas: o Exército de Libertação de Angola

---

por tais instituições, enxergando nelas uma possibilidade de expansão das idéias independentistas.

<sup>4</sup> Optei neste trabalho por usar uma terminologia já aplicada em outros estudos, no que diz respeito à designação dos dois Congos. A identificação desses países, sempre que se fizer necessário, será feita com a colocação das respectivas capitais ligadas por hífen ao nome do país, a fim de que se evite qualquer falha na compreensão do texto. O Congo-Brazzaville, de colonização francesa, hoje República do Congo, proclamou sua independência em 15 de agosto de 1960 e o Congo-Léopoldville, de colonização belga, hoje República Democrática do Congo, mas que já foi Zaire também, proclamou a sua independência em 30 de junho de 1960.

(ELA), o Movimento para a Independência de Angola (MIA), o Movimento de Independência Nacional de Angola (Mina), o Movimento de Libertação de Angola (MLA), o Movimento de Libertação Nacional (MLN), o Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA), o Partido Comunista Angolano (PCA) e o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (Plua). Boa parte desses grupos sofreria grandes baixas após as detenções e os encarceramentos ocorridos a partir de finais dos anos 50.

### O Efeito-Pide: mais Repressão, mais União

As prisões de 1959, que iriam gerar o chamado "Processo dos 50",<sup>5</sup> seriam seguidas de muitas outras, incluindo as de Agostinho Neto e de Joaquim Pinto de Andrade em junho de 1960.<sup>6</sup> Foram o mais duro golpe até então perpetrado contra os grupos clandestinos e o principal resultado da instalação da Pide em território angolano.

Com essas detenções, fica-se sabendo de aspectos importantes quanto à composição dos grupos urbanos: eles são basicamente luandenses; do ponto de

---

<sup>5</sup> MESSIANT nos alerta para o fato de que o "Processo dos 50" não foi um único processo, mas sim três processos relativos a três grupos distintos, o que mostra o quadro de fragmentação existente (MESSIANT, 2000, p. 837).

<sup>6</sup> As prisões de Agostinho Neto e Joaquim Pinto de Andrade, que por suas ocupações – o primeiro era médico e o segundo padre – ganhariam destaque no ambiente crioulo de Luanda e arredores, foram acompanhadas com cuidado pela Pide, temerosa do mal-estar provocado por tais detenções na população "assimilada" de Luanda e nos africanos da região de origem de Agostinho Neto. Logo em seguida, as manifestações de revolta ocorridas na zona de Catete e a repressão da polícia, redundando em mortos e

vista racial, conta com a participação de negros, mestiços e brancos; quanto à filiação religiosa, destacam-se católicos e protestantes; e, no que diz respeito à ocupação profissional, são compostos principalmente de funcionários públicos, empregados do comércio, enfermeiros, estudantes, monitores agrícolas e operários.

Diferentes grupos acabam por se encontrar na prisão e essa aproximação, associada à desarticulação das redes clandestinas de apoio, em função das detenções levadas a efeito pela Pide, iria gerar a necessidade de se reforçar uma voz que estivesse fora de Angola e que pudesse anunciar o que se passava na colônia, furando o bloqueio informativo imposto por Lisboa. A repressão tirou quase por completo a capacidade de reação e mesmo de articulação dos que escaparam às investidas policiais, deixando-os à deriva em Luanda.

Esse foi um fator fundamental, embora não o único, na criação e no fortalecimento do MPLA nesse momento. A própria composição do movimento facilitou a execução do papel de amplificador do que se passava em Angola no exterior, tanto no que diz respeito aos desmandos policiais, quanto às incompatibilidades entre o discurso luso-tropicalista do governo português e a prática colonial. Portanto, caberá à referida vertente externa do MPLA, com o fechamento em Angola, provocado pela repressão, levar adiante essa luta gerada

---

feridos, comprovariam o porquê da apreensão da Pide (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Proc.

num determinado meio urbano, impulsionada por indivíduos com um perfil social específico.

Os vínculos de solidariedade – principalmente os de amizade, familiares e religiosos – entre os que estavam fora da colônia e eram adeptos do MPLA e os que tinham sido detidos sob a acusação de terem militado nas mais diversas organizações, inclusive no próprio MPLA, juntamente com a necessidade de exposição internacional dessa luta, facilitaram a adesão dos detidos a esse grande guarda-chuva que viria a se tornar o MPLA. O momento implicava a união como única forma de sobrevivência face ao poderio inimigo. Mas, ainda assim, até esse momento, estamos nos referindo a um movimento de forte base crioula<sup>7</sup> e de novos assimilados, urbanizado, que logo iria sofrer alterações na sua composição.

Os adeptos do MPLA atuantes no exterior eram, em sua maioria, jovens estudantes nascidos em Angola – negros, mestiços e brancos –, que partiram para a metrópole ao longo dos anos 50, ou mesmo já em finais dos anos 40, com o

887/60, nt. 5351, volume I).

<sup>7</sup> O termo "crioulo" tende a perder sua operacionalidade como categoria numa análise sociohistórica à medida que se avança pela trajetória angolana no século XX, pois muito facilmente se confunde com o fenómeno da urbanização, que assumiu índices elevadíssimos no período pós-independência (BITTENCOURT, 1999). Sobre esse ponto, vale ainda destacar o trabalho de Hannerz (1997) em que alerta para dois importantes argumentos favoráveis à sua utilização. O primeiro rebate a objeção ao termo "crioulo". Para os que divergem dessa aplicação, seu uso faria reaparecer essencialismos, pois partiria da idéia de união entre correntes culturais puras. Hannerz contrapõe um paralelo com a língua inglesa, base para muitas línguas crioulas, mas que nem por isso pode ser considerada uma língua historicamente pura. Para ele, "o que precisa ser dito é que, em determinado período, algumas culturas são mais crioulas do que outras, na medida em que as correntes culturais se encontram em condições específicas e com resultados mais ou menos dramáticos". O segundo argumento, bem mais óbvio, mas que merece ser lembrado, é o de que esse termo não é necessariamente validado ou invalidado por coincidir ou não com o

objetivo de cursar o ensino universitário, inexistente em Angola até 1964. Sua difícil inserção na sociedade portuguesa resultaria na criação de instituições acolhedoras não só de angolanos, mas também de indivíduos oriundos das demais colônias portuguesas - como no caso da famosa Casa dos Estudantes do Império (CEI), onde era possível obter um mínimo de assistência e, principalmente, algum companheirismo para que se pudesse levar adiante os estudos. Ao lado dessa experiência comunitária, em que muitos vieram a aprofundar a sua identidade africana, surge, em alguns casos, uma militância clandestina que se aproxima da esquerda estudantil portuguesa, mobilizada pelo Movimento de Unidade Democrática (MUD) e pelo PCP, mas buscando acima de tudo ligar-se às vozes independentistas fixadas na colônia.<sup>8</sup>

Um segmento desse grupo, já com o nome de MPLA desde janeiro de 1960, passaria a orientação para os grupos que operavam em Luanda quanto à importância de congregar os diversos movimentos e partidos sob a guarda de uma única sigla.<sup>9</sup> Com isso, segundo esse grupo, seriam possíveis uma melhor divulgação, no cenário internacional, do embate travado em Angola e também o estabelecimento de um laço organizacional que se afastasse e mesmo fizesse face

---

uso ordinário, cotidiano, nativo. Ele faz parte do nosso instrumental analítico (HANNERZ, 1997, p. 28-9).

<sup>8</sup> Muitas foram as entrevistas realizadas com indivíduos que viveram esse trajeto e também a Pide alertaria para tal situação. Dentre os relatos, vale destacar, em virtude de seu detalhamento, a entrevista com Lúcio Lara (Luanda, 7 de fevereiro de 1995).

<sup>9</sup> O que não impedia sua participação simultaneamente em organizações anticoloniais mais amplas dispostas a congregar a luta levada adiante em outras colônias portuguesas na África, como seria o caso do Movimento Anticolonialista (MAC) e seus desdobramentos, a Frente Revolucionária Africana para a

à União das Populações de Angola (UPA), até então o maior movimento de libertação em Angola, mas com características muito distintas das do MPLA, o que impossibilitou desde sempre a união entre ambos.<sup>10</sup> Diga-se de passagem, algumas ações no sentido de unificar a luta dos vários movimentos com base em Luanda já tinham sido tentadas, mas sem sucesso até o primeiro semestre de 1960 (PACHICO, 1997, p. 37-9). É nesse contexto, a partir da proposta de um pequeno grupo de jovens no exterior, que surge e se fortalece a sigla MPLA.

Entre os que residiam na metrópole, alguns iriam aos poucos se fixar em outros países da Europa, como França e Alemanha Ocidental, até que em 1961 muitos desses estudantes articularam uma grande fuga de Portugal para se juntar aos que tinham escapado de Angola após o início da luta nesse mesmo ano.

Até aqui, o que foi exposto apresenta o MPLA dividido em duas ramificações clandestinas: a metropolitana, que no decorrer de 1961 passou a ser europeia e africana,<sup>11</sup> e a angolana, concentrada em Luanda. Essa condição de maior proximidade do mundo urbano e, quanto aos que estavam fora de Angola,

---

Independência Nacional das Colônias Portuguesas (FRAN) e a Conferência das Organizações Nacionais das Colônias Portuguesas (CONCP).

<sup>10</sup> A UPA, assim batizada em 1958, será analisada de forma mais pormenorizada no próximo capítulo. Por ora, fiquemos com a idéia de um movimento fortemente baseado no grupo etnolinguístico *bakongo*, presente nos dois lados da fronteira entre Angola e o Congo-Léopoldville, o que lhe conferiu maior enraizamento nas populações mais ao norte da colônia. Seus líderes foram muito influenciados pela vivência no Congo-belga, para onde vários angolanos migraram na tentativa de alcançar melhores condições de vida, fornecendo-lhe assim características muito diferentes das encontrados no mundo crioulo, em que surgiria o MPLA.

<sup>11</sup> Mesmo antes da fuga de 1961, alguns independentistas angolanos optaram por fixar residência em países africanos. É preciso não esquecer que se vivia o momento das independências na África.

de certa influência e apoio de setores da esquerda internacional possibilitaram uma razoável abertura para angariar simpatizantes e para a arregimentação de apoios e militantes, apesar dos condicionamentos raciais, étnicos e políticos que atravessavam o seu caminho.<sup>12</sup>

### Ações Anticoloniais Esquecidas

Contudo, antes de nos atermos aos acontecimentos ocorridos em 1961, que mudarão a forma de luta até então adotada pelo MPLA e que, por sua vez, nos auxiliarão num entendimento mais claro do que se passava na sociedade angolana, faz-se necessário chamar a atenção para o momento que imediatamente o antecede. Nessa ocasião, a diversidade de ações anticoloniais ainda não havia passado pelo funil da repressão em larga escala, que só ocorreria após os levantes de 1961 e que levaria, quase obrigatoriamente, os diferentes atores da luta contra a exploração colonial a se filiarem às principais organizações independentistas. De certa forma, a nova composição dos movimentos de libertação, resultante do pós-61, contribuiria para o silêncio em torno dessa luta anterior, fazendo com que ela muito facilmente escape à nossa percepção. É evidente que esse *esquecimento* terá sido consequência também de sua dispersão, da eficácia da repressão, do resultado final favorável aos movimentos de libertação ou, ainda, mais provavelmente, da mistura desses elementos.

---

<sup>12</sup> Essa idéia de abertura irá merecer maior atenção no decorrer do trabalho, quando será possível perceber

Como exemplo de uma dessas ações que seria ofuscada pelo turbilhão que viria a seguir, temos a manifestação ocorrida no Golungo Alto, em 11 de dezembro de 1960, que em princípio seria de apoio a Portugal e contra as críticas de alguns países na ONU às condições de trabalho nas colônias portuguesas na África. O pedido para tal manifestação junto às autoridades administrativas assim pleiteava. No entanto, durante o ato sucedeu o contrário, com vivas a Angola e gritos de "Não! Não!" ao reclamo de "Viva Portugal!" feito pelo orador. Essa atitude iria gerar aproximadamente 70 a 80 prisões e muita preocupação nas autoridades. A Pide, em resposta à reprimenda que sofrera em tal episódio, acusa a autoridade administrativa de ter assumido demasiado risco ao permitir tal manifestação, uma vez que o clima na província era de hostilidade, evidenciada, segundo o órgão de repressão, na perigosa aproximação política entre brancos descontentes com o regime e negros. Nesse mesmo relatório apontava-se, num texto repleto de sinuosidade, a corrupção dos funcionários administrativos como um elemento de desestabilização política na colônia.<sup>13</sup>

Observamos, portanto, que em alguns casos, como decorrência dos fatores anteriormente levantados, nem sempre se consegue atentar para o enfrentamento não tão clandestino assim, mas sem uma perspectiva nacional, longe dos

---

os avanços e principalmente os recuos do MPLA em relação a essa postura.

<sup>13</sup> IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, CI (2) G.U., nt 7966, Dossier 19. O relatório preparado pela Pide é datado de 13-12-60, fls. 252-3 vº.

principais centros urbanos, cotidiano, rural e direto, por vezes classificado como étnico, sincrético, sempre frente a frente com a expropriação, que nas zonas mais distantes dos principais eixos de colonização se personifica na figura do colono. Essas iniciativas não saíram vencedoras em seu embate imediato. Talvez por isso sua memória, se ainda existe, é de difícil recolha -- conte-se também com o agravante da guerra. Foram atropeladas pela reação portuguesa ou encampadas pelos movimentos de libertação. Quando fugiu a ambos, isolou-se e enfraqueceu-se ainda mais. Encontraremos indivíduos fruto dessa contestação dispersa mais à frente, quando nos referirmos ao recrutamento do MPLA e às relações com as populações nas zonas de guerrilha.

Outro exemplo de ação anticolonial, evidentemente inserida num outro quadro de reivindicações e não coordenada pelos principais movimentos de libertação angolanos, foi a revolta dos camponeses na Baixa de Cassanje.

Situada a leste de Luanda e próxima a Malange, Cassanje era uma região habitada por populações *kimbundu* e *bakongo*<sup>14</sup> e que, a partir da década de 40, passaria a sofrer de forma intensa a imposição do cultivo do algodão, sob o controle da Cotonang. A revolta camponesa ocorrida nessa localidade, entre

---

<sup>14</sup> Optamos neste trabalho pela utilização dos termos etnolinguísticos, em vez dos termos que definem os grupos étnicos. Por exemplo, no caso dos *kimbundu*, esse é o termo que define a língua dos *kimbundu*, este, sim, o grupo étnico. Isso porque a língua tem cada vez mais se tornado o principal elemento nessa identificação. Registremos que os três maiores grupos etnolinguísticos em Angola são os *ovimbundu*, os *kimbundu* e os *bakongo*, que em números aproximados correspondem, respectivamente, a 35%, 25% e 15% da população (BITTENCOURT, 1999, p. 14-6).

dezembro de 1960 e janeiro de 1961, tendo por base as terríveis condições de trabalho, seria ofuscada, nas leituras desse período feitas *a posteriori*, pelos levantes de fevereiro e março, o primeiro em Luanda e o segundo mais ao Norte da colônia, deflagrados em outras condições e assumidos respectivamente pelo MPLA e pela UPA. Mesmo assim, ambos os movimentos de libertação ensaiaram tentativas de apropriação dessa revolta (BITTENCOURT, 1999, p. 132-5), o que seria desde cedo descartado pela Pide. Segundo a delegação da polícia política, em informe para o diretor-geral em Lisboa, os revoltados agiram “contra injustiças que o governo não ignora e que há muito desejava ver banidas” e sem qualquer “orientação de qualquer grupo de organização subversiva”.<sup>15</sup> A repressão em Cassanje foi violenta e conseguiu também minimizar os efeitos da divulgação dos fatos ocorridos. À exceção das entrevistas dos missionários instalados na região, de alguns testemunhos de sobreviventes africanos e do relato feito pelo oficial da força aérea portuguesa José Ervedosa, que tiveram pequena repercussão na imprensa internacional da época, pouco se falou desses acontecimentos.

Os primeiros sinais da manifestação camponesa nesse episódio foram a falta ao trabalho nas lavouras e a recusa ao pagamento do imposto, ações que tiveram como impulso o culto de Maria e a influência difusa do Parti de la

---

<sup>15</sup> O relatório, datado de 13 de janeiro de 1961, alerta ainda para a necessidade de se investigarem outras áreas algodoeiras, como Cateic, por exemplo, onde poderiam ocorrer ações bem diferentes, dada a

Solidarité Africaine (PSA) na região.<sup>16</sup> A revolta seria realizada na época das chuvas, o que parece indicar a intenção de dificultar a repressão, dadas as condições do terreno, principalmente com as cheias dos rios, e impedir o plantio para a próxima safra. Antes da violenta resposta por parte das autoridades civis e militares coloniais, houve um curto período de negociações com os chefes africanos locais, em que ficaria claro que o episódio tinha extrapolado uma atitude rebelde ao plantio forçado e assumira traços de uma ação contrária à soberania portuguesa na região, ainda que sem conexão com a luta levada adiante pelos movimentos de libertação angolanos. Da recusa ao trabalho, a revolta avança para ataques a bens e propriedades de comerciantes brancos e mestiços.<sup>17</sup> Mas a repressão também se intensifica, incluindo mesmo a ação da força aérea, com o uso de bombas napalm,<sup>18</sup> o que iria resultar num elevado número de mortos entre os africanos.<sup>19</sup>

---

existência de uma *revolta latente* e a proximidade de grupos *pró-independência* já organizados na colônia (IAN/IT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A – D. Inf. 1a. nt 1832, fls. 721-2).

<sup>16</sup> Não eram novidades naquela zona próxima à fronteira com o Congo-belga o messianismo de tipo nacionalista, como o que seria imputado ao referido culto, e muito menos as influências políticas da agitação ocorrida no Congo-Léopoldville, em virtude de seu processo de independência, manifesta no caso em questão através das idéias do PSA. Na década de 50, um outro movimento religioso alcançou proporções ainda maiores em Angola. O Tocoísmo, nome como ficaria conhecido o movimento sincretico religioso pregado por Simão Tóco, em virtude das disputas religiosas existentes em Léopoldville, migra para Angola, região de origem de seu líder e onde difunde idéias de desobediência civil pacífica, até que nos anos 60 passasse por uma espécie de *enquadramento* por parte das autoridades coloniais (BITTENCOURT, 1999, p. 135-7).

<sup>17</sup> Em seu recente trabalho sobre o tema, Freudenthal (1999), valendo-se dos arquivos militares e da Pide, elaborou uma detalhada cronologia do episódio.

<sup>18</sup> O comandante de campo das operações coloniais, Rebocho Vaz, publicaria em 1993 um livro sobre os fatos ocorridos em Cassanje no qual defenderia a atuação do MPLA junto aos camponeses. O argumento, ao transferir o patamar de discussão de uma revolta de camponeses fragilmente armados para uma ação guerrilheira, parece tentar encobrir o elevado grau de crueldade da repressão.

<sup>19</sup> Os dados até hoje apresentados oscilam entre os números de 10 mil a 20 mil mortos (MARCUM, 1969, PÉLISSIER, 1978, e FREUDENTHAL, 1999).

A revolta antecedeu em poucos dias as ações anticoloniais com maior repercussão e até hoje mais conhecidas, que foram o 4 de Fevereiro e o 15 de Março, ambas ocorridas em 1961, se bem que nem mesmo essas possam ser consideradas como satisfatoriamente estudadas. A primeira foi reivindicada, logo no primeiro momento, pelo MPLA e a segunda contou com a articulação da UPA. O fato de essas ações terem ocorrido num lapso de pouco mais de um mês, em relação ao que sucedeu em Cassanje, a proximidade geográfica, a base camponesa dessa revolta e a presença nela de alguns chefes africanos podem nos levar a acreditar que ela, iniciada em dezembro de 1960, constituiu um vigoroso impulso àqueles que articulavam a luta anticolonial e que participavam dos movimentos de libertação. E mais: que os movimentos de libertação só passaram às vias de fato quando o primeiro passo foi dado na Baixa de Cassanje, ou seja, ao se perceberem ameaçados na posição de protagonistas da luta nacional por atores que fugiam à lógica organizacional dos movimentos.

Apesar da sedução do argumento, não parece ser esse o caminho. A revolta na Baixa é uma afronta à ordem estabelecida, sim, mas funciona em outros moldes. Não apresenta um discurso nacional, que estaria mais de acordo com o momento das independências na África. Não possui uma retaguarda, quer militar quer diplomática, características da luta empreendida pelos movimentos de libertação e que os insere num outro patamar de atuação. Mas, acima de tudo, não se deve esquecer que as articulações para a realização de ações de certa

envergadura, como o 4 de Fevereiro, mesmo com o fraco resultado do ponto de vista militar, não poderiam ser combinadas de uma hora para outra. Seguindo essa linha, o mesmo pode ser dito sobre o 15 de Março, de forma ainda mais grave, dada a sua amplitude territorial. Além disso – e aqui nossa pesquisa na Torre do Tombo nos arquivos da Pide uma vez mais nos iria fornecer dados muito interessantes –, a preparação de ações anticoloniais pelos movimentos de libertação era do conhecimento das forças de repressão portuguesas há algum tempo, mesmo antes da explosão da revolta em Cassanje.

Esses elementos, no entanto, não nos impedem de perceber o ganho político que a revolta na Baixa de Cassanje proporcionaria ao MPLA e à UPA. Além de agregar volume às agitações empreendidas por tais movimentos, forneceu militantes, em função da fuga de grande número de camponeses da região após a ofensiva portuguesa, que encontrariam acolhimento nas organizações clandestinas. Nesse sentido, a revolta também pode ser entendida como um estímulo decisivo aos movimentos de libertação, por evidenciar a disposição da população em romper com as amarras do colonialismo.

### **A Explosão da Revolta Anticolonial**

Entramos, portanto, num momento-chave: o ano de 1961, a explosão da revolta anticolonial na capital e no norte da colônia. Há muito que os portugueses

temiam que o alastramento dos ventos independentistas, que ocorriam no norte e no centro do continente, alcançassem seus territórios. O desmoronar da Comunidade Francesa em 1960 despertaria mais intensamente o sinal de alerta.<sup>20</sup>

Os jornais portugueses da metrópole e de Angola se referiam insistentemente, com forte tom paternalista, aos graves problemas que assolavam as nações africanas recém-independentes, como prova da ineficácia de tal caminho. O comunismo aparecia como o grande vilão, sedutor dos “inocentes” povos africanos. Para os colonialistas portugueses, Salazar exercia um papel fundamental no cenário internacional, quando acusava as grandes potências por permitirem a formação daquela espécie de onda de independências.

Às vésperas dos ataques de 1961, o que mais preocupava o regime português era a instabilidade política no vizinho Congo-Léopoldville, que alcançara a independência em junho de 1960.<sup>21</sup> Imediatamente após a proclamação da nova República, quando se estabelece a presidência de Joseph Kasavubu, tendo Patrice Lumumba como primeiro-ministro, Moise Tshombe declara a secessão da província congoleza do Katanga, apoiado em forças belgas

---

<sup>20</sup> *Diário da Manhã* (periódico português), “Em Dois Anos”, 5-8-60. O coronel do Exército Português David Martelo afirmou recentemente que um estudo elaborado em abril de 1959 pelo Ministério do Exército já apontava os problemas a serem defrontados na defesa dos territórios ultramarinos (MARTELO, 2001, p. 99).

<sup>21</sup> *Diário de Notícias* (periódico português), “O Problema do Congo”, 27-9-60. O *Jornal do Congo* (periódico angolano) é uma ótima referência para se analisar, durante essa fase, os temores dos portugueses em Angola. A coleção consultada encontra-se na Biblioteca Municipal de Luanda.

reticentes em abandonar as riquezas minerais da região. A ONU intervém com tropas internacionais e a crise se agrava também entre Kasavubu e Lumumba.

O primeiro-ministro atraiu a atenção e ira de muitos inimigos, principalmente os EUA, com seu discurso de cunho socializante, com foco nas necessárias independência econômica e unidade nacional do Congo. Destituído do cargo, Lumumba foi preso e transferido às garras de seus opositores no Katanga, onde seria assassinado em janeiro de 1961. Começa então a ganhar destaque a figura do coronel Mobutu, um dos artífices dessa ação.

Ao mesmo tempo tornava-se cada vez mais evidente a permeabilidade da fronteira entre Angola e o ex-Congo-belga – afinal, os *bakongo*, como outros grupos étnicos africanos, tinham sido divididos entre esses dois territórios coloniais – e, mais ainda, consolidava-se a tese de que ela seria a rota de entrada de novas idéias, dando força a antigas aspirações.

Bastava olhar o mapa do continente e relacioná-lo ao avanço das lutas anticoloniais para prever que o bastião branco da parte sul da África seria o próximo alvo das contestações. Portugal deixou claro, logo, que iria resistir a tal avalanche e, para justificar sua postura, investiu no argumento da excepcionalidade de seu colonialismo. Todavia, o ano de 1961 obrigaria o regime

português a rever muitas de suas posições e, principalmente, a realizar alterações em seu discurso acerca da situação colonial.

Em Luanda, na madrugada de 4 de fevereiro, grupos de homens, armados de catanas (espécie de facão), com apenas uma arma de fogo, vestidos de roupa escura, atacam a esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP), a cadeia de São Paulo e a Casa de Reclusão, numa ousada tentativa de resgatar os presos políticos detidos nas ações policiais de 1959 e 1960.

A presença de alguns jornalistas estrangeiros na cidade nesse momento – em virtude da expectativa de que Henrique Galvão, à época um dos principais opositoristas do regime português, e seus homens pudessem levar para Luanda o navio Santa Maria, seqüestrado após deixar Portugal, numa ação que buscava expor internacionalmente a ditadura imposta por Salazar – fornece importante fermento aos acontecimentos. Galvão conseguiria negociar com o presidente Jânio Quadros e acabaria por desviar o navio para o Brasil.

Preparados para serem simultâneos, os ataques em Luanda ocorreram, na realidade, em momentos alternados durante a madrugada, o que facilitaria a repressão e teria resultado, pelo lado das forças coloniais, na morte de cinco policiais, um cabo do Exército e um soldado. Já entre os promotores do ataque, como sempre, as informações quanto às baixas são variadas; para os militares

portugueses, teria redundado na morte de nove indivíduos (LIBÓRIO *apud* LARA, 1997, p. 495). Alguns autores, porém, registram entre 40 e 50 mortos (ANTUNES, 1995, p. 15).

Em 10 de fevereiro, nova investida seria feita contra a cadeia de São Paulo para resgatar os presos políticos, mas, uma vez mais, sem o resultado desejado, tendo como consequência 22 baixas entre os revoltosos. Com isso, outra onda de repressão, em boa parte promovida pelos colonos, toma conta de Luanda, com a contra-ofensiva extrapolando o aparelho repressor e se transformando em chacina. Grupos de colonos armados invadem os musseques (bairros pobres, com casas muitas vezes de lata, papelão e tudo o mais que a criatividade permite e o lixo fornece), assassinando indiscriminadamente os africanos.

O 4 de Fevereiro foi um marco na luta anticolonial e a mais expressiva ação urbana em toda a longa guerra pela independência, apesar de seu fracasso do ponto de vista militar. A conjuntura, a localização e o envolvimento de indivíduos com vínculos de solidariedade fizeram com que os líderes do MPLA - naquele momento participando de agitadas reuniões entre Londres, Paris, Conakry (Guiné) e outras capitais e preocupados em propagandear o desejo de independência existente em Angola - reivindicassem de imediato o ataque como uma ação de seus homens no interior. No entanto, nossas entrevistas e alguns trabalhos recentes indicam que sua arquitetura escapa à orientação exclusiva do

MPLA, então apenas mais um dos vários movimentos de libertação atuando em Luanda.<sup>22</sup> A orquestração do ataque passaria pela figura marcante do cônego Manuel Mendes das Neves, vigário geral da arquidiocese de Luanda, o que não impediria o uso de alguns amuletos e objetos ligados à religiosidade popular angolana, entre os que realizaram os ataques, como armas capazes de fazer desaparecer a superioridade bélica dos policiais e militares portugueses.

Por outro lado, e já que estamos esboçando novas formas de encarar antigos problemas, caberia neste momento questionar a falta de conexão com que são apresentadas as manifestações políticas ocorridas em Angola, mais precisamente em Luanda, e no Congo-Léopoldville. A justificativa para essa visão, que se pretende mais articulada, está ancorada no reconhecimento das ligações entre as redes clandestinas de Luanda, Matadi e Léopoldville,<sup>23</sup> intensificadas no fim dos anos 50 e presente pelo menos até finais de 1961. Essas redes, principalmente no pólo luandense, acabariam por assumir, em muitos casos, uma posição sobreposta – com vários pequenos movimentos, além da UPA e do MPLA,

<sup>22</sup> Entre os trabalhos publicados, podemos citar os de Antunes (1991 e 1995), Pacheco (1997) e Lara (1997). Lúcio Lara, inclusive, afirma que a direção do MPLA no exterior (Conakry), da qual fazia parte, acreditou que os ataques fossem uma resposta ao apelo feito em Londres pelos líderes nacionalistas das colônias portuguesas ao governo de Salazar, a fim de que admitisse negociar a autodeterminação das colônias. Nessa conferência londrina, foi feita a ameaça de que a negação à proposta de discussão da independência implicaria a realização de ações diretas por parte dos movimentos de libertação (p. 406-9, 424-7). Quanto às entrevistas, merecem destaque as concedidas por Joaquim Pinto de Andrade, em Luanda, em 27 de agosto de 1997, e por Afonso Dias da Silva, no Rio de Janeiro, em 8 e 13 de março de 1996. Dias da Silva é um dos poucos entrevistados que estava em Luanda nesse período, inserido nas atividades clandestinas desses grupos em luta pela independência.

<sup>23</sup> Essas duas últimas cidades, pertencentes ao Congo-belga – que alguns anos depois da independência passaria a se chamar Zaire e agora, em fins dos anos 90, Congo novamente –, abrigavam muitos dos independentistas angolanos filiados à UPA.

reivindicando para si as ações anticoloniais --, como o demonstram os novos dados coletados. Muitos desses contatos, entre os de Luanda e os do Norte, foram concretizados com o conhecimento ou com a intermediação do próprio cônego Manuel Mendes das Neves, como seriam os casos de Barros Necaca, em Matadi - tio do sempre líder da UPA, Holden Roberto -, e Rosário Neto, em Léopoldville (capital do Congo e atual Kinshasa), número dois da UPA. Afonso Dias da Silva, um dos nossos entrevistados, e à época próximo do cônego, chega ao ponto de afirmar que ambas as ações, o 4 de Fevereiro e o 15 de Março, foram coordenadas para terem lugar simultaneamente, mas o temor de que fosse feita a transferência dos presos detidos em Luanda para outra prisão fora de Angola e a presença dos jornalistas na capital para cobrir uma possível chegada do navio Santa Maria foram responsáveis pela antecipação do assalto às prisões em Luanda.<sup>24</sup>

Quanto a isso, é importante que se diga que muitos do que fugiam da repressão em Luanda, antes e ainda um bom tempo depois do 4 de Fevereiro, partiam para o norte, para o Congo-Léopoldville, com a intenção de se juntar à UPA, que era a organização mais conhecida naquele momento. No entanto, chegando a Léopoldville, essa opção ganhava novos contornos, pois se percebia claramente a divisão entre a UPA e o MPLA, além da existência de outros movimentos com propostas impensáveis até então e sobre os quais não se tinha o

---

<sup>24</sup> Entrevista com Afonso Dias da Silva, Rio de Janeiro, 8 e 13 de março de 1996.

menor conhecimento em Luanda e mesmo noutras regiões de Angola. Isso está presente tanto em depoimentos de presos capturados pela Pide e seus informantes, quanto em algumas das entrevistas dos envolvidos nas movimentações clandestinas em Luanda nos anos de 50 e 60. Nestas, enfatiza-se que o importante naquele momento era agir, incomodar as autoridades coloniais e fazer conhecer a todos o desejo de independência, escamoteado pelo discurso luso-tropicalista do Estado português. E o fato de se terem ouvido, na noite dos ataques às prisões em Luanda, gritos de exaltação à UPA não quer dizer que só essa organização estivesse à frente das ações em 4 de fevereiro. Por ser ela a mais conhecida, era natural que isso ocorresse. Ademais, também por isso, muitos falavam em nome dela, embora não tivessem com ela ligação formal alguma.<sup>25</sup>

Para se ter uma idéia melhor da sobreposição entre os grupos existentes naquele momento, vale citar alguns autos de um processo elaborado pela Pide contendo o interrogatório de indivíduos que atuavam fazendo a ligação entre Léopoldville e Luanda. Esse valioso indício irá se somar a uma série de relatos

---

<sup>25</sup> Entrevista com Roberto de Almeida, Luanda, 16 de fevereiro de 1995. Durante muitos anos preso pela Pide por sua militância anticolonial, Roberto de Almeida, assumiria, no período pós-independência, cargos diretivos no MPLA e no governo, sendo hoje presidente da Assembléia Nacional da República. Entrevista com Joaquim Pinto de Andrade, Luanda, 27 de agosto de 1997. Já identificado anteriormente como sacerdote e defensor da luta pela independência angolana, Joaquim Pinto de Andrade, à época em questão (1961) estava detido pela Pide. Entrevista com José Gonçalves, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1996. Gonçalves esteve desde muito cedo envolvido nas agitações clandestinas em Luanda. Após sua fuga para o exterior, aproximou-se do MPLA, tendo sido inclusive preso no Brasil não só pela sua militância angolana, mas também por ter tido contato com o grupo de esquerda brasileiro Ação Popular (AP). Num momento posterior, já em início dos anos 70, aderiu a uma das dissidências do MPLA. Entrevista com Dias da Silva, Rio de Janeiro, 8 e 13 de março de 1996. Também sobre esse ponto vale citar a entrevista de Agostinho Mendes de Carvalho, um dos nacionalistas que estavam detidos pela Pide na prisão que seria alvo dos ataques, no programa *Opinião*, da Televisão Pública de Angola (TPA), em 16-10-95.

que nos informam sobre a presença multifacetada dessas organizações clandestinas.

Antes, porém, para se compreender essa trama, é preciso que se saiba que a direção da UPA estava, desde a sua fundação, sediada em Léopoldville, onde o MPLA tentava a todo custo se fixar, o que somente seria permitido por um curto espaço de tempo e com inúmeras limitações. É por isso que, durante boa parte de 1961, o MPLA viveu uma segunda clandestinidade em Léopoldville, atuando através do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR), uma organização sob o controle de alguns militantes do movimento, médicos e enfermeiros na sua maioria, que assim faziam um lento e delicado trabalho de arregimentação junto aos refugiados angolanos no Congo-Léopoldville, mas sob a *vigilância* severa da UPA, temerosa de dividir o terreno. No período anterior a essa permissão, o trabalho de divulgação da sigla MPLA e de busca de apoios era efetuado por simpatizantes sem uma ligação efetiva com a direção do movimento, ainda na Guiné-Conakry, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

O processo em questão inicia com a inquirição, em 24 de março de 1961, do caminhoneiro António José, funcionário da transportadora Bolingo Limitada. Ele relata que muitos caminhoneiros e ajudantes faziam o *serviço de troca* de correspondência entre militantes em Léopoldville e Luanda. E deixa patente – o

que é mais interessante – a indiferença desses homens acerca da vinculação dos promotores das ações, se indivíduos ligados ao MPLA ou à UPA, detalhe para cuja significação a Pide, provavelmente pelo momento em que o interrogatório acontece, não atentou.<sup>26</sup> A leitura desses autos conduz à idéia de que as rotas e os canais utilizados eram comuns tanto à UPA quanto ao MPLA.

Outro interrogatório, datado de 30 de março de 1961 e a que foi submetido David Aires Massengo Machado, o Minerva,<sup>27</sup> revela com mais detalhes como se deu essa *fluência* de informações, pelo menos numa das redes existentes dentro da transportadora. O autuado afirma que seu contato em Léopoldville chamava-se Samuel Bernardo Miguel, pertencente à UPA e que era o mesmo que receberia as cartas levadas por António José. Ocorre que Samuel, nessa ocasião, teria se incompatibilizado com os dirigentes da UPA e ingressado em seguida no MPLA, mas mantendo a mesma rede clandestina.

Ainda segundo o depoimento, em meados de dezembro de 1960, David e mais três amigos receberam um panfleto da UPA no Sambizanga (pobre e famoso bairro luandense) no qual se anunciavam bolsas de estudo para quem partisse em direção a Matadi e se filiasse à organização. Eles assim o fizeram, mas em Ambrizete (cidade angolana a meio do caminho) encontraram um militante da UPA distribuindo panfletos da organização e que afirmou existir

---

<sup>26</sup> IAN/TT, PIDE/DGIS, Serviços Centrais, P. 381/60-SR, np 2984, Pasta I, fls. 179-81 v.

muita fome em Matadi. Resolveram, então, voltar para Luanda, onde David recebe uma carta do já citado Samuel, agora no MPLA, mas que certamente lhe teria influenciado na decisão anterior de apoiar a UPA. A carta indica o contato de um indivíduo chamado Bernardino, que o levaria a ingressar no MPLA com a missão de alastrar a nova sigla no Sambizanga.

David, por último, afirma que nem ele nem o tal Bernardino, que estava em contato com outros quadros do MPLA em Luanda e no exterior, através desse esquema de correspondências feito por funcionários da Bolingo, sabiam da organização dos ataques de Luanda. Não obstante, depois desses depoimentos, acaba por cair toda a rede que estava sendo montada pelo MPLA no Sambizanga, começando a aparecer de roldão nos depoimentos os nomes dos envolvidos. Seria desfeita também a rede que municiaava a UPA com informações provenientes do interior de Angola.

Para além de explicitar a facilidade e a rapidez com que se mudava de organização política nesse momento, o inquérito demonstra o quanto a Pide estava mal informada no início dos anos 60. Ela acreditava na existência de uma estreita colaboração entre o MPLA e a UPA no exterior, quando esses

---

<sup>27</sup> IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, P. 381/60-SR, np 2984, Pasta 1, fls. 182-90.

movimentos já trilhavam caminhos bem diferentes. Na verdade, o que ocorria era a mudança de organização pelos respectivos militantes.<sup>28</sup>

Acrescentemos a essa discussão sobre o 4 de Fevereiro a idéia de que a reivindicação do MPLA como sendo o responsável pelo ocorrido ganharia força devido ao ingresso no movimento, num momento posterior aos fatos, de muitos daqueles que realizaram o ataque e mesmo dos que foram alvo da ação, os possíveis resgatados. Para tanto, valeram os tais vínculos familiares, profissionais, religiosos e outros, mas também a esperança ou mesmo uma certa garantia de vida com a divulgação internacional do acontecimento levada adiante pelo MPLA. Conseqüentemente, após o anúncio do MPLA, os promotores do ataque passaram a ser encarados pelos demais movimentos como sendo pertencentes ao MPLA. Paiva Domingos da Silva, Imperial Santana e Engrácia Francisca Cambeia, que participaram do planejamento do 4 de Fevereiro, seriam carimbados com o selo de militantes históricos do movimento.

Já o cônego Manuel Mendes das Neves, sobre quem não restam dúvidas quanto à participação na organização de tudo que ocorreu naquele dia, foi *esquecido* pelo MPLA, por um bom período de tempo, durante as comemorações da marcante data, provavelmente devido à sua ligação com a UPA, da qual seria nomeado presidente honorário. Manuel das Neves, que fora detido pela Pide em

---

<sup>28</sup> IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, P. 381/60-SR, np 2984, Pasta 1, fls. 198.

março de 1961 e transferido para a metrópole, onde viria a morrer, teve seus restos mortais transportados de volta a Angola em julho de 1994.<sup>29</sup> O reconhecimento do cônego, pelo MPLA, como o principal ator desse evento só se deu muito recentemente, na década de 90, quando a luta e o inimigo do partido já não eram os mesmos. A UPA, que depois viria a se transformar na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), não mais consistia em ameaça ao MPLA, mas sim a Unita.<sup>30</sup> Uma vez mais, portanto, a memória sofre alterações em função da conjuntura, num interessante exercício de cálculo político e histórico.<sup>31</sup>

Os levantes que abalaram todo o norte da colônia em março de 1961 e que ficariam conhecidos pela data de 15 de março possuem características muito especiais e bem diferentes do que até agora foi retratado. Claramente, foi a UPA, sob a liderança de Holden Roberto, quem esteve por trás de toda a preparação dos ataques às fazendas e postos administrativos portugueses.<sup>32</sup>

<sup>29</sup> Uma pequena biografia do cônego Manuel das Neves foi elaborada por Carlos Pacheco, no jornal português *Diário de Notícias*, em 14 de fevereiro de 1998, p. 16-7. Outra reportagem, do jornal português *Público*, de 5 de julho de 1994, assinada por António Marujo, p. 16, traz trechos de uma entrevista com o ex-sacerdote Joaquim Pinto de Andrade sobre a trajetória do cônego.

<sup>30</sup> A Unita foi, durante a luta de libertação, um movimento guerrilheiro com muitas limitações, mas que após a independência, contando com o apoio da África do Sul, cresceu em adeptos e no seu poderio bélico. Desde então, confronta-se militarmente com o governo do MPLA.

<sup>31</sup> O livro comemorativo dos 40 anos do MPLA já apresenta essa releitura quanto ao papel do cônego (MPLA, 1996, p. 19).

<sup>32</sup> José Gonçalves alertou para o que ele considera um erro fundamental no 15 de Março, por parte dos atacantes, que foi o de tentar destruir a produção cafeeira partindo das casas do cafezal, mas deixando a plantação intacta. Os portugueses teriam reconstruído as casas e colhido o café (entrevista com José Gonçalves, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1996).

Marcada pela violência, num grau até então inédito na luta anticolonial, a revolta, levada adiante na sua grande maioria por camponeses do norte, os *bakongo* – principal base de apoio da UPA, habitantes dos dois lados da fronteira entre Angola e o Congo-Léopoldville como efeito da independência deste último e insatisfeitos com a expansão da exploração do café na região –, acabaria por avançar sobre áreas *kimbundu*, que no frágil esquema frequentemente repetido de sobreposição e associação entre filiações étnicas e políticas corresponderia a uma zona de apoio ao MPLA. Além dos brancos, também foram vítimas assimilados, negros, mestiços e muitos *ovimbundu* vindos do sul para trabalhar como contratados na região, o que iria reforçar o perfil étnico da UPA como sendo um movimento *bakongo*.

A agitação nas zonas fronteiriças do norte da colônia cresceu nos primeiros dias de março, embora a preparação do clima insurrecional estivesse sendo realizada já há alguns meses por grupos dinamizadores da UPA vindos do Congo-Léopoldville, através de reuniões nas aldeias mais afastadas dos centros administrativos. Valendo-se de um discurso radicalizado pela experiência do que se passara no país vizinho e contando com o apoio de algumas autoridades religiosas locais – importantes não só na legitimação do que se afirmava, mas ainda na proteção aos participantes dos ataques<sup>33</sup> –, a pregação da UPA insistia na

---

<sup>33</sup> Essa proteção se materializava em alguns objetos que, de acordo com orientações religiosas locais, regulavam a imunidade de seus portadores. Uma das crenças importantes dizia respeito ao poder que tal

necessidade de se recrutar o maior número possível de aliados para levar à frente a guerra contra os brancos, expulsando-os da região. Logo surgem as ameaças aos colonos residentes nas áreas mais afastadas. Os primeiros ataques acontecem já em 13 de março e rapidamente se alastram por todo o norte, escapando a qualquer tipo de controle por parte da organização.

O número de baixas entre os colonos não apresenta grande exatidão nas várias estimativas apresentadas, variando entre 300 e 700 brancos mortos (PÉLISSIER, 1978, p. 530, MARCUM, 1969, p. 143), enquanto para os negros e mestiços, também atacados pela UPA, raramente se encontram dados sugerindo o montante das vítimas.<sup>34</sup>

A violência dos ataques ficaria registrada em fotos assustadoras, nas quais aparecem corpos desfigurados de crianças recém-nascidas e outras atrocidades.<sup>35</sup> Valendo-se desse material, o governo português se esforçou em passar a mensagem de que os negros angolanos integrados nos movimentos de libertação eram extremamente cruéis e que tal prática era contrária ao discurso veiculado

---

proteção tinha de transformar as balas dos colonos e militares portugueses em água. Essa mesma leitura religiosa teria lugar no Quênia pelo lado dos Mau Mau na década de 50 (KAGOMBE, 1972, p. 203).

<sup>34</sup> Van Der Waals (1993, p. 58) sugere que 6 mil negros, na sua maioria *ovimbundu*, vindos do sul para trabalhar como contratados nas fazendas de café, tenham sido vitimados nos ataques da UPA. Número que também foi apresentado por Viana de Lemos, naquele momento (1961) atuando como adjunto de gabinete do então ministro da Defesa Nacional de Portugal, Botelho Moniz (LEMOS, 1977 *apud* ANTUNES, 1991, p. 189).

<sup>35</sup> Muito do acontecido foi lembrado pela imprensa portuguesa em reportagens recentes na revista *Expresso*, de 14 de março de 1998, p. 29-48, e no programa *Grande Reportagem: Angola, 1961 - O Princípio do Fim*, na rede de televisão SIC, em 3 de dezembro de 1998. As reportagens, no entanto, se

internacionalmente por essas organizações quanto à necessidade de se estabelecer o diálogo entre as partes em conflito. Pior, segundo a leitura de fácil assimilação defendida por Lisboa, tais movimentos atuavam sob a bandeira do comunismo internacional e não poupavam nem os negros e mestiços que discordavam de sua postura. Com isso, Salazar transferia de forma automática as vítimas africanas para a contabilidade das perdas portuguesas.

Essa estratégia foi completada por um profundo silêncio quanto ao que se passou depois do levante. A repressão portuguesa, militar e civil, foi avassaladora, o que levaria alguns pesquisadores a apontar o número de mortos entre os angolanos em aproximadamente 20 mil.<sup>36</sup> Uma vez mais ocorre uma grande onda de refugiados em direção ao Congo-Léopoldville, em sua grande maioria *bakongo*, mas não só, dada a proximidade do levante de 15 de março com o de 4 de fevereiro.

A ofensiva da UPA no Norte destacou-se por sua envergadura, movimentando grande número de homens e se alastrando por toda a região numa escala até então impensável.<sup>37</sup> A grosso modo, podemos situá-la entre as cidades de Nambuangongo, numa ponta mais ocidental, Camabatela e Quibaxe, mais ao

---

ativeram apenas aos massacres cometidos pelos homens inflamados pelas idéias da UPA, não relatando a feroz resposta portuguesa.

<sup>36</sup> Marcum, 1969, p. 144. Pélissier eleva esse montante para algo em torno de 30 mil a 50 mil mortos (1978, p. 658).

<sup>37</sup> Aproximadamente 5 mil homens teriam dado início à ofensiva. É possível que esse número tenha se alargado até 25 mil, com o recrutamento forçado no próprio terreno (WAALS, 1993, p. 58-67)

sul, tendo Sanza Pombo e Quimbele como limite mais a leste. Além disso, foi a primeira ofensiva a contar com o aval de alguns importantes atores externos. entre eles, Franz Fanon, que há muito influenciara Holden Roberto com a idéia de um levante e da necessidade de abertura de uma nova frente de luta na África. para além da Argélia, oferta que em outros moldes, mas tendo por fim o mesmo objetivo, fora feita antes aos homens que constituiriam o MPLA. mas que não tiveram como realizar os passos iniciais.<sup>38</sup> Também os Estados Unidos sabiam dos planos da UPA, em face da infiltração dos homens da CIA em Léopoldville na direção do movimento e da ajuda financeira concedida à UPA já há algum tempo, o que lhes propiciava uma boa aproximação a Holden Roberto. Esse apoio norte-americano passava ainda pelas missões protestantes instaladas no norte da colônia, que, por não terem sofrido maiores danos no levante, acabariam por suscitar a revolta dos colonos portugueses, acarretando a perseguição de muitos pastores protestantes (ANTUNES, 1991, p. 169-90; MC VEIGH, 1962, p. 177).<sup>39</sup>

Mas não eram só os apoios externos da UPA que sabiam o que iria acontecer, também a Pide e membros do governo português possuíam informações mais do que suficientes sobre as movimentações que vinham tendo

---

<sup>38</sup> Lúcio Lara lembra que, no caso do grupo que viria a criar o MPLA, a proposta era recrutar e treinar angolanos para dar início à luta, mas os contatos do grupo em Luanda já tinham sido detidos pela onda de prisões de 1959 (entrevista com Lúcio Lara, Luanda, 7 de fevereiro de 1995).

<sup>39</sup> As missões protestantes eram toleradas pelas autoridades portuguesas em decorrência de acordos internacionais de longa data, mas foram sempre alvo de suspeita e ao mesmo tempo de estreita vigilância.

lugar na fronteira com o Congo-Léopoldville e mesmo no interior do principal movimento de libertação angolano à época. Os avisos ao governo português, segundo Antunes (1991, p. 174), teriam partido do responsável da CIA em Lisboa, Fred Hubbard, e chegado ao ministro da Defesa, Botelho Moniz, visto pela CIA e pelo Departamento de Estado americano como uma possível alternativa a Salazar. A delicada situação interna portuguesa e seu relacionamento com os Estados Unidos na administração Kennedy explicam parte do possível descaso com os avisos sobre o que ocorreria em 15 de março. Outra explicação poderia ser creditada, entre outros fatores analisados a seguir, à crença no mito, criado pelo próprio regime, de que o colonialismo português era diferente.

Para além dos avisos dos EUA, a Pide, por conta de suas próprias investigações, já possuía elementos comprobatórios da existência de intensa movimentação independentista e da possibilidade de uma explosão violenta não só no norte, mas também em Luanda – neste caso relativamente ao que seria o 4 de Fevereiro. Isso fica claro em relatório de 23 de junho de 1960, assinado pelo chefe da polícia política em Luanda, Aníbal de São José Lopes, no qual se menciona a existência de um plano de insurreição que ocorreria, possivelmente, em 15 de agosto de 1960, com a utilização de *catanas* e *paus mágicos* (elementos que, como vimos, estariam presentes nos acontecimentos de fevereiro de 1961 na

---

como se pode observar através dos inúmeros relatórios da Pide. O grande temor eram a falta de um maior

capital da colônia). O relatório não esclarece qual *organização* estaria por trás dessa ação, mas presume-se tratar de um “setor violento” do MPLA. Apesar de uma certa despreocupação da Pide, pelo menos nesse relatório, em considerar as fissuras e diferentes susceptibilidades existentes na rede clandestina angolana, o seu acesso a informações importantes não pode ser desconsiderado.<sup>40</sup>

Mais incisivo, porém, é o relatório da representação da Pide em Luanda endereçado ao chefe do Estado-Maior do Comando Militar de Angola e datado de 1º de março de 1961. Nele são narradas as atividades de Holden Roberto “com vista aos preparativos para a invasão de Angola”, que, segundo o próprio Holden Roberto, citado no relatório, “seria para próximo”. Essa informação, passada por um agente que teria se deslocado ao Congo-Léopoldville, dá conta também da divisão entre a UPA e o MPLA, mas a ênfase se prende de forma mais minuciosa à distinção, na UPA, entre os originários de São Salvador, cidade de Holden Roberto e de boa parte dos dirigentes, e os de Luanda. Afirma que os originários de Luanda, mesmo tendo melhor formação, seriam usados como contínuos, enquanto os cargos de direção ficariam com os de São Salvador, que por sua vez receberiam salários elevados, à volta dos 500 francos, e regalias quanto a moradias, enquanto os demais receberiam apenas 200 francos.<sup>41</sup>

---

controle sobre suas atividades pedagógicas, bem como a possível exposição de idéias autonomistas.

<sup>40</sup> IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, P. 381/60-SR, np 2984, Pasta 1, fls. 334-5.

<sup>41</sup> IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A – D. Inf. 1º, nt 1832, fls. 695-6.

Embora cientes do que se passava em Luanda e na fronteira norte, além do conhecimento da movimentação dos homens da UPA no exterior, as forças de repressão portuguesas não conseguiram elaborar um plano de contenção ao 4 de Fevereiro e muito menos ao 15 de Março, apesar do reforço dos efetivos militares em Angola nesse período, que parece estar associado também a uma medida preventiva às agitações políticas ocorridas em Léopoldville (GUERRA, 1994, p. 122-3).<sup>42</sup> Tais fatos nos fazem pensar que o regime talvez tenha esperado o pior acontecer a fim de retaliar da forma mais violenta possível, retaliação violenta que de fato ocorreu. Mas essa alternativa, além de seu altíssimo risco, caso o levante tomasse rumos incontroláveis, estaria em oposição ao discurso propalado internacionalmente por Portugal a respeito da originalidade de seu colonialismo, o que, segundo as autoridades portuguesas, inviabilizava a idéia de independência. Acrescentemos que, sobre essa perspectiva de análise, não encontramos no material consultado e nas entrevistas realizadas dados que permitissem continuar nessa trilha. Com as ações de 4 de Fevereiro e 15 de Março, a luta anticolonial em Angola, apesar das limitações, alcançou o noticiário internacional e produziu um efeito irreversível na defesa portuguesa de seus "territórios ultramarinos".

---

<sup>42</sup> A força aérea instala-se em Angola em 1958 e em 1959 realiza-se um festival aéreo de grande impacto nos meios clandestinos luandenses, temerosos, então, de uma repressão ainda maior que lhes poderia cair sobre a cabeça. No início de 1958, o número de soldados brancos que compunham as forças militares em Angola era de mil efetivos. Em 1960, esse número sobe para 3 mil. Nesse ano, a força total, incluindo as tropas africanas (5 mil homens), alcança 8 mil efetivos, o que, segundo alguns autores, apesar da

Por outro lado, parece-nos razoável alertar para a possibilidade de que as autoridades portuguesas não tenham considerado mais atentamente que esses levantes se concretizassem devido ao tom fantasioso presente em muitos dos relatórios de seus informantes, ainda que os dados fornecidos não fossem de todo improcedentes. Essa suposição, com certo ar amadorístico, embora contraste com a necessidade do rigor policial que o momento exigia, não deve ser afastada de pronto, principalmente quando se analisam as informações coletadas pela Pide sobre supostos ataques e insurreições que estariam ocorrendo a todo instante na colônia e que evidentemente não aconteceram, independentemente de qualquer ação preventiva do aparelho policial português. Tais informações simplesmente não passavam de especulação, burla dos informantes ou ainda resultado de um certo clima aventureiro ditado pela onda de independências que invadia o continente. Os chamados "bufos", nome como ficariam conhecidos os informantes da polícia, referiam-se, com certa freqüência, a ações comandadas por agentes soviéticos em Angola, invasões de pára-quedistas estrangeiros e bombardeamentos em larga escala apoiados pelos países do Leste Europeu e pela China, evidentemente sem maiores preocupações em provar tais informes.

De fato, segundo um desses relatos, enviado de Luanda e datado de 17 de novembro de 1960, Afonso Dias da Silva, a que já aludimos e alvo do bufo que passa a informação, teria afirmado entre amigos que a Pide prendera um espião

---

superioridade no equipamento militar, dificilmente seria capaz de conter com sucesso a ofensiva da UPA

russo. Em outro ponto, o informante ressalta que os serviços de saúde teriam recebido ordem para esterilizar os homens negros, de acordo com que se vinha comentando em Luanda. No entanto, esse mesmo informante alerta para o fato de que se esperava para março de 1961 um “assalto em forma” que levaria Angola à independência, acrescentando, porém – mais uma vez errando a mão –, que o ataque incluiria a ação de pára-quedistas e o desembarque de tropas.<sup>43</sup>

Portanto, as informações sobre o levante de março chegaram ao conhecimento dos policiais e militares portugueses, mas seria necessária uma triagem que, ao que parece, não conseguiram realizar. Acrescentemos a isso um outro fato de fundamental importância, qual seja, a disputa no próprio regime, colocando em rota de colisão o general Botelho Moniz, ministro da Defesa, e o todo-poderoso Salazar. Como consequência, as autoridades portuguesas foram impelidas a manter junto ao grande público a imagem de surpresa diante dos acontecimentos, atribuídos aos apoios externos, que os movimentos de libertação teriam recebido.<sup>44</sup>

---

(WHEELER *apud* CANN, 1998, p. 55).

<sup>43</sup> IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A – D. Inf. 1ª, nt 1832, em especial fls. 711-3.

<sup>44</sup> Como exemplo de tal postura temos as declarações do ministro do Ultramar, Almirante Vasco Lopes Alves, ao periódico *A Província de Angola* reproduzidas na *Revista de Angola* da 1ª quinzena de abril de 1961, durante sua curta estadia em Angola: “Estávamos mal preparados, sob vários aspectos, mas sobretudo, no que respeita aos meios de defesa. E estávamos mal preparados, sobretudo porque não se previa a possibilidade de acções graves como as que eclodiram no Norte da província, e que na realidade só se tornaram possíveis devido a inevitáveis e comprovadas influências e instigações externas.”

Outro aspecto interessante a ressaltar dos relatórios produzidos nas várias instâncias oficiais é que eles revelam disputas entre as repartições que os elaboravam, evidenciando que tal parceria, apesar de estreita, estava sujeita a combinações políticas do momento, como as que dizem respeito ao ardil de melhorar a imagem pessoal dos agentes cultivada junto aos escalões superiores do governo.

Dentre os vários relatórios consultados para esse período, destaca-se o elaborado pelo comandante do 1º Esquadrão de Dragões acerca da “ação punitiva de pacificação” na sanzala Mihinjo. A crueldade e a violência causam tão forte impacto que, provavelmente devido a isso, os militares tenham tentado a todo o custo recuperar o documento já em poder da Pide, que não cedeu e até mesmo negou o pedido feito pelo próprio comandante para que o relatório fosse destruído, assim como todas as suas cópias.

Datado de 27 de abril de 1961, o relatório narra com certo sarcasmo a prisão, dois dias antes, de cinco africanos que teriam participado de um ataque a dois europeus. Sem qualquer preocupação em comprovar a ligação política dos supostos agressores, o capitão de cavalaria e comandante do esquadrão informou que, após a detenção dos homens, provocada pela denúncia do regedor e apoiada

pelo soba,<sup>45</sup> teve início a “cerimônia” de execução por fuzilamento, a qual não terminou após os disparos:

“Avançaram os cortadores de cabeça. Cumpriram a sua missão. Avançou o soba. Colocou as cabeças nos paus. Ficaram dois sem cabeça. As cabeças ficaram espetadas pela boca, submissamente viradas para o chão. Clarim tocou: ombro arma, apresentar arma. Depois: Marcha de continência, e terminou a cerimonia. O soba falou ao povo, explicando a razão porque tinham ficado dois paus sem cabeça, à espera dos futuros não respeitadores da lei. Ao soba eu disse: Os corpos podem ser enterrados, as cabeças ficam sete dias, os paus ficam para sempre. O Esquadrão regressou ao Quartel. [segue-se ainda, ao final do relatório, uma série de pequenos comentários do capitão sobre o acontecido] (...) o nosso pessoal militar: de uma maneira geral, pálidos. Cerca de 20% com o olhar incerto e assustado. Cerca de 10% prestes a desmaiar. O resto portou-se bem. As catanas têm de estar bem afiadas (não estavam), saltavam ao bater, como se fosse em borracha. O corte da catana requer a sua técnica, não deve ser em pancada direta e seca. A lâmina deve bater em movimento de translação ao longo do fio. Golpe de corte dos alfanges [*sic*] árabes.”<sup>46</sup>

Essa violência aterradora e cruel seria reproduzida inúmeras vezes em outros relatórios, com outros personagens e justificativas, quase sempre no interior, em pontos mais afastados dos centros urbanos, onde com maior facilidade as situações de enfrentamento, ou de pura covardia, como a que foi descrita, ganhavam cores mais fortes.

---

<sup>45</sup> Soba é o termo utilizado em quase toda Angola para designar o chefe africano local. Em alguns casos, sua autoridade era reconhecida pela administração portuguesa, que lhe atribuía a função de controle das populações africanas de sua área. Ele passava, então, a exercer o papel de ligação com a autoridade administrativa mais próxima.

<sup>46</sup> Para algumas citações ao longo do trabalho optamos por inserir pequenas observações entre colchetes, a fim de facilitar o melhor entendimento do leitor. Os comentários porventura existentes entre parênteses

Os relatórios da Pide nos apresentam outros dados interessantes, como, por exemplo, o receio dos órgãos de repressão portugueses de uma possível tomada de posição dos colonos pela autonomia de Angola, uma independência que seria levada à frente pelos brancos. Com isso, embora soasse estranha naquele momento esse tipo de atitude, a Pide passou a vigiar também os colonos mais exaltados.

Nessa tarefa de vigilância, a Pide recebia, principalmente no interior, o apoio dos funcionários administrativos espalhados pelo sertão, além da eventual colaboração de padres católicos, como os padres do Seminário Menor da Cáala (Robert Williams), situado a 15 quilômetros de Vila Flor. Em abril de 1961, esses padres levantam suspeitas sobre os "indígenas" do sobado Lomanda, que não coincidentemente eram evangélicos orientados pela missão do Dondi, mas subordinados à missão do Elende.<sup>47</sup>

Quanto à percepção posterior da Pide e dos militares a respeito do 15 de Março, ela se resumia basicamente à idéia de que o levante tivera uma feição desordenada que teria fugido ao controle dos líderes. Os "indígenas", segundo as informações coletadas principalmente pela Pide, reuniram-se em grupos e

---

fazem parte do texto original do documento citado. IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, CI (2) GU, nt 7966, Dossier 17, fls. 44-6.

<sup>47</sup> IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, CI (2) GU, nt 7966, Dossier 17, fls. 151-3.

atacaram sem maiores coordenações do ponto de vista militar. O objetivo, de acordo com tais relatórios era eliminar brancos, mestiços e *ovimbundu*.<sup>48</sup>

Em Luanda, a situação também era de tensão, com recorrentes atritos nos musseques da cidade, fato que levaria a divergência de opiniões entre a Pide e a PSP. Esta, talvez devido à sua função de conter os ânimos na cidade e evitar tumultos, o que é sensivelmente diferente da função delegada à Pide, acusa os colonos de promoverem perseguições aos africanos, instaurando um clima de revolta e apreensão em certas zonas da cidade. A Pide, revoltada com tais acusações, faz relatórios críticos para serem enviados ao governador geral e à direção geral dessa polícia política em Lisboa.<sup>49</sup> Em muitos de seus comunicados, faz-se presente essa preocupação em identificar qualquer tipo de abrandamento nas ações dos funcionários administrativos ou mesmo dos policiais da PSP em relação aos africanos.

Nos meses seguintes, após os levantes de fevereiro e março de 1961 e a retomada do controle de boa parte do norte da colônia pelos militares portugueses, a Pide inicia um trabalho preventivo – nem sempre sistemático é verdade, já que sua preocupação tende cada vez mais a se concentrar nos aspectos militares da revolta e em suas conexões clandestinas e internacionais –

---

<sup>48</sup> Sobre o recrutamento dos *ovimbundu* para o trabalho agrícola no norte da colônia, Conceição Neto (1997) nos alerta para a necessária contextualização dessa transferência e para as leituras descabidas daí resultantes, a respeito da sua maior ou menor “docilidade”.

de análise dos focos de insatisfação da população nativa. Segundo os relatos, um desses focos era o sistema de compra por recibo, existente em várias regiões. Com ele, os africanos vendiam uma mercadoria, a jinguba (amendoim), por exemplo, para o comerciante português, que lhes pagava através de um recibo, uma espécie de vale, que só era conversível no estabelecimento desse comerciante. Assim, os angolanos eram obrigados a comprar as mercadorias de que necessitavam nesse mesmo estabelecimento e a preços sempre exorbitantes, como seria de esperar.<sup>49</sup> Apesar da constatação da burla e da elaboração de relatórios às instâncias superiores, não se encontra nessa documentação qualquer referência a uma ação orquestrada para conter tal sistema. O que não é de estranhar, afinal de contas o colonialismo implica essas situações abusivas, com a diferença de que algumas, certamente as mais rentáveis, são objeto de lei.

Contudo, desse balanço feito pela Pide, ainda no ano de 1961, o que mais salta aos olhos da repressão é a fuga empreendida pelas populações africanas residentes nos espaços de onde saíram os insurretos. Os serviços reservados da polícia política chegaram ao ponto de atentar para o fato de que os promotores da revolta, tendo conhecimento do temor da tropa portuguesa em avançar sobre zonas praticamente despovoadas, passaram a divulgar avisos quanto à participação das almas de africanos mortos no confronto com os portugueses,

---

<sup>49</sup> IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, CI (2) GU, nt 7966, Dossier 17, fl. 209.

<sup>50</sup> São Salvador era um dos locais onde esse sistema tinha grande peso na forma de se fazer comércio (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, CI (2) GU, nt 7966, Dossier 19, fls. 56-8).

numa tentativa de fazer travar o avanço dos militares portugueses, que prosseguia sem encontrar resistência.<sup>51</sup> O mesmo documento lembra ainda que a "fúrida e indiscriminada chacina repressiva desenvolvida pela população europeia tomada de pânico", causa fundamental para a fuga dos africanos em direção ao Congo-Léopoldville, gerou de imediato uma situação de fome nessas populações, dado o temor de irem às lavras e assim ficarem expostas ao apetite bélico dos colonos.<sup>52</sup>

A partir do quadro apresentado, podemos afirmar que o desenrolar do ano de 1961 evidenciou a perda da iniciativa militar por parte dos angolanos. Dos ataques de fevereiro e março, que deram a conhecer à opinião pública internacional uma luta até então escondida pelo regime português, passou-se para uma contra-ofensiva, ampla e violenta, dos militares e colonos portugueses que imporia a muitos angolanos a fuga para o território vizinho do Congo-Léopoldville.

No entanto, o recuo no campo militar seria de certa forma compensado pelo avanço numa outra esfera de atuação, a diplomática, que nesse caso não pode ser dissociada da propaganda da luta e que só poderia ser feita pelos movimentos de libertação. É nesse terreno da política internacional, da divulgação da luta anticolonial, que estará concentrada boa parte dos esforços do MPLA até o ano

---

<sup>51</sup> A campanha inicial das tropas portuguesas para a retomada do norte da colônia contaria com 22 mil soldados brancos e 8 mil negros (ANTUNES, 1995, p. 123).

de 1963, quando surge novo fôlego nas frentes de batalha, o que implica reconhecer que não houve abandono da estratégia militar durante o período de maior destaque das atividades diplomáticas, muito pelo contrário. A montagem do aparelho militar exigiu um esforço grande e para o qual o bom desempenho na área política era fundamental. Para além dessas ações na retaguarda, grupos de resistência posicionados no interior, entre Luanda e a fronteira norte da colônia, mantinham o nome do MPLA vigente, ainda que numa situação defensiva e com grandes carências do ponto de vista organizacional e de material. Contavam ainda com enorme dificuldade no estabelecimento de contatos com a direção do movimento instalada no exterior.

Nesse período de preparação para uma iniciativa melhor estruturada no campo militar, o MPLA iria atravessar momentos difíceis internamente, com a eclosão de uma dissidência em escalões superiores do movimento que teve péssima repercussão para o seu reconhecimento internacional como interlocutor válido na discussão da questão angolana. Foram dois anos repletos de busca de alianças, manifestos, entrevistas e exposição internacional, tendo sempre em mente não só o espaço político a ser ocupado, mas também a preocupação em garantir apoios que facilitassem a implementação de uma guerrilha em larga escala, já que estava claro que a luta teria que ser também armada. E, mais ainda, que a luta armada seria uma credencial indispensável.

---

<sup>52</sup> O relatório é datado de 12 de setembro de 1961 (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, CI (2) GU, m

A guerra, que se prolongaria por 13 anos, com apoios internacionais importantes e inserida no contexto da Guerra Fria, seria levada adiante pelo MPLA, tendo em conta uma estratégia de atuação complementar entre as esferas diplomática e militar. A valorização de cada uma delas em determinados momentos estará ligada à conjuntura, a fatores específicos, mas ambas são fundamentais.

Este capítulo pretendeu fornecer dados para iniciar uma linha de análise que irá percorrer boa parte do trabalho e que defende a interdependência entre as atuações nas órbitas militar e diplomática. Deflagrados os ataques de 1961, o principal campo de batalha foi transferido para as chancelarias internacionais e para a opinião pública internacional. O jogo político passou a falar mais alto. E o MPLA sabia da importância da propaganda como forma de luta, embora também reconhecesse que para ela surtir efeito era preciso ter homens na linha de frente.

O esforço dos diferentes movimentos para cooptar esses homens é assunto para o próximo capítulo, quando nos debruçaremos mais atentamente sobre as rivalidades entre a UPA e o MPLA. Mas desde já fica o alerta de que o movimento de Holden Roberto não foi o único com que o MPLA teve que se defrontar no campo do nacionalismo angolano, no início dos anos 60. Digamos

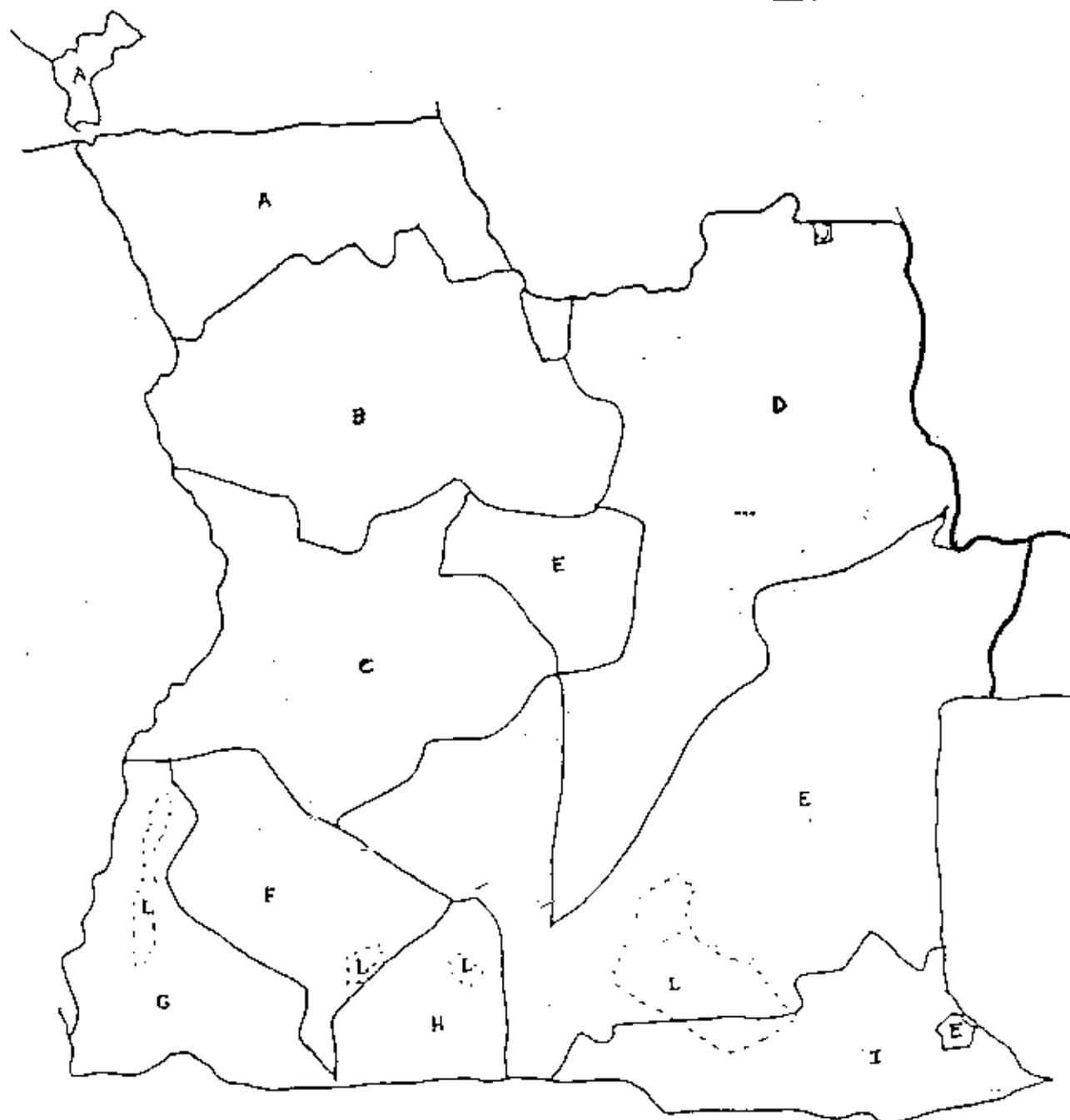
que o movimento comandado por Holden Roberto foi seu principal oponente, pois dizia respeito à arregimentação de militantes e guerrilheiros e, acima de tudo, dividia a atenção internacional, além de que ambos reivindicavam ações armadas. De fato, o terreno político do Congo-Léopoldville produziria uma série de outros movimentos reivindicativos da independência angolana que, apesar de não partirem para a ação armada, dividiram ou tentaram dividir espaço com os dois maiores. Todos buscaram em Léopoldville ganhar o apoio do governo do Congo, mas, acima de tudo, tentaram arregimentar simpatizantes entre os refugiados angolanos.



# Regiões Etno-Linguísticas em Angola

GRUPOS ÉTNICOS DE ANGOLA

Carta nº 1



A - BAKONGO - KIKONGO  
B - AMBUNDU - KIMBUNDU  
C - GWIMBUNDU - UMBUNDU  
D - LUNDA - TCHOKWÉ  
E - NGANGELA - TCHIKANGELA  
F - NYANYEKA - OLLUNYANYEKA

G - HELELO - TCHIHELELO  
H - AMBO - TCHIKWANYAMA  
I - XINDONGA  
J - BALUBA - TCHILUBA  
L - POVOS NÃO-BANTOS

(LIMA, 1991, p. 80)

# GRUPOS ÉTNICOS DE ANGOLA

*Formas de escrita*

## POVOS BANTOS

Correcta em português	Correcta em português	Correcta em língua nativa	Correcta em português	Correcta em português	Correcta em língua nativa
<p><b>Grupo Canguês (Língua + Kicongo)</b> (Kilongo-Kilongo)</p>			<p><b>Grupo Benguela (Língua + Tchúnguêla)</b> (Língua-Língua-Tchúnguêla)</p>		
1 - Malombes	Landes	Anyamba	51 - Luimbos	Luimbos	Afifimbis (Valuimbis)
2 - Baviúla	Vilís	Baviúla	52 - Ganguêlas	Ganguêlas	Kangangela
3 - Baviúla	Sandis	Sandis	53 - Kumbas	Kumbas	Kumbas
4 - Baviúla	Kuango	Kuango	54 - Kumbas	Kumbas	Kumbas
5 - Baviúla	Kungos	Baviúla	55 - Ganguêlas	Kungos	Kumbas
6 - Baviúla	Congo	Baviúla	56 - Ambeles	Ambeles	Kumbas
7 - Baviúla	Uioi	Baviúla	57 - Luimbos	Luimbos	Kumbas
8 - Baviúla	Solongo	Baviúla	58 - Luimbos	Luimbos	Kumbas
9 - Baviúla	Congo	Baviúla	59 - Luimbos	Luimbos	Kumbas
10 - Baviúla	Zombos	Baviúla	60 - Baviúla	Baviúla	Kumbas
11 - Baviúla	Cunco	Baviúla	61 - Baviúla	Baviúla	Kumbas
12 - Baviúla	Sonso	Baviúla	62 - Valuimbis	Valuimbis	Kumbas
13 - Baviúla	Tacas	Baviúla			
14 - Baviúla	Sucos	Baviúla			
<p><b>Grupo Ambunda (Língua + Quimbundo)</b> (Ambunda-Kimbunda)</p>			<p><b>Grupo Herero (Língua + Tchibatala)</b> (Herero-Tchibatala)</p>		
15 - Derbos	Derbos	Jimbunda	63 - Dumbas	Dumbas	Dumbas
16 - Mungos	Mungos	Baviúla	64 - Dumbas	Dumbas	Dumbas
17 - Caviúla	Lundulas	Baviúla	65 - Dumbas	Dumbas	Dumbas
18 - Negolas	Negolas	Angola	66 - Dumbas	Dumbas	Dumbas
19 - Gungas	Gungas	Angola	67 - Dumbas	Dumbas	Dumbas
20 - Helos	Helos	Angola	68 - Dumbas	Dumbas	Dumbas
21 - Baviúla	Baviúla	Angola	69 - Dumbas	Dumbas	Dumbas
22 - Baviúla	Mungas	Angola			
23 - Baviúla	Quimbundo	Angola			
24 - Baviúla	Lubala	Angola			
25 - Baviúla	Sonso	Angola			
26 - Baviúla	Quimbundo	Angola			
27 - Baviúla	Serbas	Angola			
28 - Baviúla	Serbas	Angola			
<p><b>Grupo Lunda-Quiboca (Língua + Lunda + Quiboca) ....</b> (Lunda-Tchibatala)</p>			<p><b>Grupo Nhaneca-Humbe (Língua + Olujiãncá)</b> (Língua-Humbe-Olujiãncá)</p>		
29 - Lunda	Lunda	Tchibatala	70 - Humbe	Humbe	Humbe
30 - Quiboca	Quiboca	Tchibatala	71 - Humbe	Humbe	Humbe
31 - Quiboca	Congo	Tchibatala	72 - Humbe	Humbe	Humbe
32 - Quiboca	Humbe	Tchibatala	73 - Humbe	Humbe	Humbe
33 - Quiboca	Kinjas	Tchibatala	74 - Humbe	Humbe	Humbe
34 - Quiboca	Mungos	Tchibatala	75 - Humbe	Humbe	Humbe
35 - Quiboca	Mungos	Tchibatala	76 - Humbe	Humbe	Humbe
36 - Quiboca	Mungos	Tchibatala	77 - Humbe	Humbe	Humbe
37 - Quiboca	Mungos	Tchibatala	78 - Humbe	Humbe	Humbe
<p><b>Grupo Luba (Língua + Tchiluba)</b> (Luba-Tchiluba)</p>			<p><b>Grupo Ambõ (Língua + Tchiluanhã)</b> (Luba-Tchiluanhã)</p>		
38 - Luba	Luba	Tchiluba	81 - Ambõ	Ambõ	Ambõ
39 - Luba	Luba	Tchiluba	82 - Ambõ	Ambõ	Ambõ
40 - Luba	Luba	Tchiluba	83 - Ambõ	Ambõ	Ambõ
41 - Luba	Luba	Tchiluba	84 - Ambõ	Ambõ	Ambõ
42 - Luba	Luba	Tchiluba	85 - Ambõ	Ambõ	Ambõ
<p><b>Grupo Ovimbundo (Língua + Umbundo)</b> (Ovimbundo-Umbundo)</p>			<p><b>Grupo Sindanga</b></p>		
43 - Ovimbundo	Ovimbundo	Umbundo	86 - Sindanga	Sindanga	Sindanga
44 - Ovimbundo	Ovimbundo	Umbundo	87 - Sindanga	Sindanga	Sindanga
45 - Ovimbundo	Ovimbundo	Umbundo	88 - Sindanga	Sindanga	Sindanga
46 - Ovimbundo	Ovimbundo	Umbundo	89 - Sindanga	Sindanga	Sindanga
47 - Ovimbundo	Ovimbundo	Umbundo	90 - Sindanga	Sindanga	Sindanga
48 - Ovimbundo	Ovimbundo	Umbundo			
49 - Ovimbundo	Ovimbundo	Umbundo			
50 - Ovimbundo	Ovimbundo	Umbundo			
51 - Ovimbundo	Ovimbundo	Umbundo			
52 - Ovimbundo	Ovimbundo	Umbundo			

### III

## Confronto no Campo do Nacionalismo Angolano

No estudo do cenário em que estão inseridos a direção e a maior parte dos militantes organizados do MPLA ao se iniciar a luta pela independência, ao longo dos anos 60, salta aos olhos, logo à partida, a dificuldade do movimento em estabelecer uma base de atuação eficaz e duradoura numa região fronteiriça ao território angolano. Esse fato só será superado, ainda numa pequena escala, com a penetração de unidades de guerrilha no enclave de Cabinda, a partir do Congo-Brazzaville. Todavia, com a abertura da Frente Leste, apesar das inúmeras limitações do local, em 1966, tendo o território zambiano, recém-independente, como retaguarda, o MPLA começa a contar com uma frente de batalha de maior envergadura. Nossa preocupação fundamental, no entanto, será estudar, a partir desse contexto de dificuldades crescentes para o movimento, as rivalidades existentes entre as diversas organizações que se apresentam como defensoras do desejo de independência do povo angolano, ou de parte dele — como veremos mais adiante, no caso dos chamados movimentos etnonacionalistas —, e o posicionamento desses movimentos de libertação face ao jogo de interesses internacionais.

De fato, impressiona a constante pressão, quer interna quer externa, a que esteve sujeito o MPLA logo a seguir à sua formação. Foram muitas as lutas

travadas pelo MPLA, e de diferentes naturezas e intensidades, ao longo de todo esse período. Aos embates internos, por vezes assumindo a forma de violentas dissidências, podemos acrescentar as disputas com outros movimentos de libertação, os avanços e recuos na luta de guerrilha, além, é claro, das pressões externas condicionadas por interesses e estratégias distantes do terreno.

### Os Contatos Internacionais

O movimento estará presente, em janeiro de 1960, na II Conferência dos Povos Africanos, ocorrida em Túnis.<sup>1</sup> Nesse momento, seus dirigentes ainda apostavam na possibilidade de se levar adiante uma luta unificada contra o colonialismo português, reunindo grupos de contestação existentes na Guiné-Bissau e em Moçambique. Ainda em finais dos anos 50, essa forma de encaminhar a luta dera origem ao Movimento Anti-Colonialista (MAC), que em janeiro de 1960 se transformaria em Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colônias Portuguesas (Frain).

Em Túnis, pela primeira vez, estarão frente a frente a UPA e o MPLA, as principais organizações angolanas a reivindicarem a independência. Na ocasião,

---

<sup>1</sup> Não caberia aqui avançar com a discussão a respeito da data de criação do MPLA, já exaustivamente discutida em trabalho anterior (BITTENCOURT, 1999). Destaquemos apenas que, apesar da militância de longa data e em conjunto de muitos desses homens que iriam dirigir o MPLA, será nessa conferência que se irá fazer a primeira aparição pública da sigla MPLA.

ambos estabelecem, juntamente com o Partido Africano da Independência (PAI)<sup>2</sup> e a Frain, uma declaração de compromisso em que se afirmava o desejo de elaborar um plano de ação conjunta contra o colonialismo português, mantendo-se, no entanto, “a personalidade, a doutrina e a independência” de cada uma das organizações (BITTENCOURT, 1999, p. 206). Essa seria a primeira de uma série de tentativas de aproximação, como veremos ao longo do trabalho, entre o MPLA e a UPA.

Aproveitando-se da ocasião, os dirigentes do MPLA presentes à conferência – Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Hugo Azancot de Menezes – aproximam-se dos representantes dos mais diversos países presentes, inclusive da China e da URSS, com o objetivo não só de divulgar a luta, mas principalmente de angariar fundos. A acolhida mais favorável obtida pelo MPLA junto aos países de orientação socialista, ou mesmo apenas identificados como tal, dificultaria uma real e estreita aliança com a UPA, de Holden Roberto, que não fez questão de esconder o apoio norte-americano.

Ainda na Tunísia se estabelecem os contatos para a futura instalação do MPLA em Conakry, capital da Guiné, concretizando finalmente o sonho de se criar uma base no continente africano que pudesse receber os principais nomes da direção, até então dispersos pelo mundo. Para isso o movimento iria se valer e

---

<sup>2</sup> PAI era o partido comandado por Amílcar Cabral e lutava pela independência da Guiné-Bissau.

muito das boas relações de Hugo de Menezes em Conakry, onde já trabalhava como médico, e de sua residência não só como local de reunião do movimento, mas também de abrigo inicial dos dirigentes e, em alguns casos, dos familiares, até que individualmente conseguissem um emprego ou uma bolsa de estudos que possibilitasse alugar um outro imóvel. Um a um, começam a chegar os principais articuladores: Viriato da Cruz, Mário de Andrade, Lúcio Lara, Eduardo dos Santos, Gentil Viana, Américo Boavida, Luiz de Azevedo Júnior, Matias Miguéis e até mesmo Amílcar Cabral,<sup>3</sup> que aproveitaria a oportunidade para fazer avançar a luta no território da Guiné-Bissau, que faz fronteira com a Guiné-Conakry. Essa fase de reunião dos principais líderes, iniciada em fevereiro de 1960, dura até finais desse ano.<sup>4</sup>

Em Conakry, além dos contatos com os mais diversos países para divulgar a luta angolana e, acima de tudo, obter o reconhecimento do MPLA como artífice dessa empreitada e apoio financeiro para sua consolidação, os fundadores do movimento firmam as linhas gerais de atuação. Deram conteúdo ao que até aquele momento parecia ser uma idéia muito bem intencionada, mas que não possuía maior substância e organização. São elaborados os estatutos do MPLA, o programa e o regulamento interno e cria-se também o Comitê Diretor.

---

<sup>3</sup> O líder da luta pela independência da Guiné-Bissau sempre esteve muito próximo dos dirigentes do MPLA.

O programa do MPLA pliciteava não só a independência imediata e completa, a liquidação de todos os vestígios de relações colonialistas e imperialistas, mas, sobretudo explicitava a idéia de frente de luta, com a pretensão de agregar diferentes forças políticas que tivessem como objetivo primeiro a independência angolana. Destaca-se também, até como reforço dessa proposta aglutinadora, a advertência quanto à necessidade de não se fazer distinção étnica, de classe, sexo, idade, tendência política, crença religiosa e convicção filosófica, tanto no que diz respeito à unificação da luta independentista, quanto no tocante à soberania do Estado angolano.

É possível, já nesse programa, identificar algo que irá diferenciar o movimento dos demais: a preocupação com a construção da nação angolana no pós-independência. Até mesmo a possibilidade de surgirem regiões autônomas, no caso de comportarem minorias nacionais, é apresentada, bem como a preocupação com a preservação das línguas e dos patrimônios culturais das diversas etnias. O programa previa ainda a necessidade de instalar, numa Angola independente, um regime republicano, democrático, laico, baseado no sufrágio universal, com um Estado forte capaz mesmo de criar empresas comerciais e industriais sob sua direção e realizar de forma imediata uma reforma agrária.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Entrevista com Lúcio Lara, Luanda, 7 de fevereiro de 1995, e também LARA, 1997, p. 238-42 e 375-7, e Pacheco, 1997, p. 45.

Essas preocupações, presentes em seus documentos estruturadores e também na sua forma de apresentação à imprensa internacional e às chancelarias de países contatados, mostram a familiaridade de seus dirigentes com os temas em discussão no mundo: democracia, eleições, reforma agrária e respeito pelas diversas identidades. Indicam ainda a procura por um posicionamento distanciado das filiações automáticas que o jogo político internacional exigia. mas que, é bom que se diga, nem sempre surtiu o efeito desejado, pois logo o movimento seria identificado como de tendência socialista – imagem para a qual contribuiriam as acusações da UPA e, ao mesmo tempo, a proximidade desse movimento com os interesses norte-americanos.

A estrutura orgânica do MPLA conferia ao congresso do movimento a posição de órgão supremo. Nele seria eleito o Comitê Diretor, que se constituiria na sua instância executiva. Em 1960, o movimento encontrava-se estruturado da seguinte forma: Mário de Andrade, presidente; Viriato da Cruz, secretário-geral; Agostinho Neto e Ilídio Machado, vice-presidentes; e Eduardo dos Santos, Hugo Azancot de Meneses, Lúcio Lara, Luiz de Azevedo Júnior, Mário de Andrade, Matias Miguéis e Viriato da Cruz como membros do Comitê Diretor. Estabeleceu-se ainda um *Presidium de Honra*, comandado por Agostinho Neto e Ilídio Machado como vice, com mais 16 nomes de angolanos que naquele momento estavam presos – situação em que se encontravam também Agostinho

---

<sup>5</sup> O programa do MPLA foi alvo de diversas edições, nesse trabalho utilizamos as cópias publicadas em

Neto e Ilídio Machado, por ação da Pide (LARA, 1997, p. 365; PACHECO, 1997, p. 90 n51; e TALI, 1996, p. 41).

A importância em citar aqui os nomes dos envolvidos deve-se a inúmeros fatores, entre os quais podemos destacar a sua longevidade no interior do movimento e as particularidades que esses nomes geravam. Dos sete nomes inscritos no Comitê Diretor, que afinal era quem dirigia o movimento, cinco eram mestiços ou considerados como tal pelos seus próprios companheiros. Para além da questão racial, pouco tempo mais tarde surgiriam outros elementos desagregadores na cúpula do movimento.

Todavia, os vínculos de solidariedade existentes entre esses homens eram muito fortes. Muitos tinham estreitado seus laços de amizade no decorrer da longa estadia em Portugal, quando da realização de seus cursos universitários; outros militaram nas lutas travadas no pequeno, mas sempre aceso, ambiente literário de Luanda, que, por sinal, tinha sido um importante caminho de conscientização dos jovens angolanos (BITTENCOURT, 1999).<sup>6</sup> As próprias dificuldades que eles enfrentaram em conjunto e de forma participativa produzira uma liga capaz de fazer relevar por certo tempo as críticas surgidas como fruto de perspectivas de orientação divergentes para o movimento. Também o

---

Lara (1997, p. 509-12) e em Rêgo e Morais (1962, p. 75-82).

<sup>6</sup> É importante enfatizarmos que a literatura fornecerá uma perspectiva de construção da nacionalidade angolana ligada aos aspectos culturais africanos.

posicionamento de confronto, e sempre impregnado de acusações racistas. do cada vez mais eterno rival no campo do nacionalismo angolano, a UPA, dava força a esses homens para que insistissem na tarefa de consolidação do MPLA. apesar de todas as dificuldades: recursos financeiros escassos, críticas pela existência de mestiços na sua direção, isolamento internacional provocado pelo rápido crescimento da UPA e, principalmente, a distância do território angolano e com isso a dificuldade de recrutar novos militantes.

Diante dos obstáculos e da necessidade de fazer crescer o movimento seus dirigentes se desdobraram em contatos internacionais na busca por apoios. É assim que o MPLA se aproxima da embaixada da China em Conakry, onde recebe um convite para uma visita de "estudo e amizade" a esse país, realizada, entre julho e agosto de 1960, por Viriato da Cruz e Eduardo dos Santos e que contaria também com a presença de Amílcar Cabral. Em janeiro de 1961, Viriato da Cruz visita a Checoslováquia, onde, segundo Lúcio Lara, foram feitos os primeiros emblemas do MPLA e obtidas as primeiras pistolas para proteção pessoal dos dirigentes. Conseguiriam ainda algumas bolsas de estudo. Nesse mesmo périplo, Viriato da Cruz se encontraria na República Democrática da Alemanha com os dirigentes da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA) Pascal Luvualu e Bernard Dombele, iniciando uma aproximação importante para o movimento, já que essa organização encontrava-se instalada

em Léopoldville, no Congo, exatamente na fronteira em que o MPLA ambicionava se estabelecer.<sup>7</sup>

Evidentemente, tais viagens de amizade e apoio não representavam apenas a solidariedade desses países com a luta levada adiante pelo MPLA. Explicitavam também a aproximação do movimento ao bloco socialista, por afinidade, dada a concepção política de seus dirigentes, ou simplesmente como tática de sobrevivência, em face da incapacidade de articulação com o outro bloco de poder. O mais provável é que essa relação tenha se fortalecido em função dessas duas diretrizes. O que importa é ressaltar que esses laços foram se estreitando e reforçando a imagem do MPLA como um grupo "comunista", apesar da sua manifestação reiterada de isolamento das questões de filiação internacional e até mesmo do discurso pouco radical das declarações e documentos oficiais.

Mesmo o programa do MPLA, por exemplo, não explicitava a forma de luta a ser utilizada para a obtenção da independência angolana, o que somente seria apresentado através dos recorrentes comunicados à imprensa, e isso já no final do ano de 1960. É assim que nos apelos feitos pelo movimento ao longo desse ano não se fala claramente no emprego da luta armada para alcançar tal objetivo. Tanto a declaração ao governo de Portugal quanto a mensagem ao povo

---

<sup>7</sup> Entrevista com Lúcio Lara, Luanda, 7 de fevereiro de 1995. Alguns desses fatos encontram-se narrados

português, ambos de junho de 1960, são documentos que afirmam ser o MPLA contrário à "preparação febril de uma guerra colonial" pela metrópole (RÊGO, 1962, p. 65-74), admitindo-se a negociação como forma de se obter a autodeterminação.

O governo português não responde a esses apelos, mas indiretamente podemos observar seus argumentos através do oficioso *Diário da Manhã*, que em seus editoriais expressava com vigor o pensamento de Salazar. A tática portuguesa pode ser resumida em duas idéias principais: em primeiro lugar, caracterizar qualquer discurso pela autodeterminação como fruto da ambição expansionista soviética; em segundo, alertar para a excepcionalidade do colonialismo português, identificando-o como uma missão integradora de homens, terras e culturas. Essa atitude defensiva do governo, no entanto, só iria se fortalecer no decorrer de 1961, com os primeiros levantes em Angola. Até aquele momento, as desculpas portuguesas ficaram circunscritas quase só às sessões da ONU, ocasiões em que as críticas ao colonialismo luso não avançam para medidas mais concretas, dadas as alianças portuguesas, incluindo entre estas a do Brasil.

O MPLA, por sua vez, inicia o processo de radicalização do seu discurso em finais de 1960. Segundo Lúcio Lara, na conferência de imprensa dada em

Londres, em dezembro, por Mário de Andrade, à época presidente do MPLA, só não foi utilizada a expressão "luta armada" por recomendação dos parlamentares ingleses que organizaram a visita. "Ação direta" é a expressão empregada (LARA, 1997, p. 406-9).

O cenário até aqui descrito e que deve ser completado com a onda de prisões que se abate sobre o difuso movimento clandestino em Luanda, vista anteriormente, dificulta a percepção de uma presença forte e organizada do movimento nos acontecimentos de 4 de fevereiro, ocorridos em Luanda. Seus dirigentes, instalados no exterior, por essa época ainda se encontravam reticentes em anunciar o caminho da confrontação violenta, mesmo como possibilidade. Todavia, a ação executada em Luanda, cidade de referência de muitos daqueles dirigentes e onde se encontravam os seus aliados, leva o MPLA a reivindicar o ato e a incorporar a luta armada em seus discursos e na sua forma de encarar o combate, implicando, conseqüentemente, uma outra correlação de forças dentro do movimento.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Este parece ser o momento oportuno para tecer algumas considerações sobre a pesquisa feita no que diz respeito a esse período da trajetória do MPLA e até mesmo sobre a forma escolhida para sua apresentação. As fontes existentes são escassas. Para além da documentação publicada pelo movimento sobre essa fase, que não é muito extensa, temos as entrevistas realizadas e alguns livros de memória. A reconstrução desses meandros tende a se basear, portanto, e muito, nos depoimentos e na documentação do partido, procurando sempre, é claro, cotejar as informações, valendo-nos ainda dos poucos artigos publicados em periódicos dando conta desse contexto. Cabe ressaltar que a frágil documentação da Pide nessa fase demonstra que os serviços de informação portugueses não conseguiam alcançar os angolanos fora do território sob a sua alçada. Mais ainda, a Pide demonstrava desconhecer as rivalidades existentes entre as organizações angolanas em torno do próprio nacionalismo, chegando ao ponto de associar em diversos relatórios as atividades desenvolvidas pela UPA e pelo MPLA. Sua preocupação em caracterizar os oponentes como comunistas não facilitava uma postura mais cuidadosa quanto às suas diferenças e principalmente no tocante às alianças no terreno das ajudas externas. Tal quadro nos fez optar por uma descrição mais lenta desse período menos conhecido da história do MPLA e, ao mesmo tempo, como não

## O MPLA e a UPA em Léopoldville

A distância entre a Guiné-Conakry e Angola era remediada com a movimentação de seus quadros, como Matias Miguéis, por exemplo, que fazia a ligação da capital guineense com as cidades congolosas de Pointe-Noire e Léopoldville, obtendo assim informações, principalmente com os refugiados angolanos, sobre o que se passava na colônia portuguesa. No entanto, a agitação política no Congo-belga, intensificada em 1959, chegara ao seu momento culminante com a independência congolosa, em junho de 1960, o que significava caminho livre para a atuação da UPA.

A mudança de estatuto político do Congo-Léopoldville, a recusa do governo português em negociar com os movimentos de independência, o avanço da UPA no recrutamento dos refugiados angolanos e, num segundo momento, os levantes anticoloniais definiram o fim do período de contestação englobando independentistas das outras colônias portuguesas na África (MAC, Frain e CONCP). A luta estava irreversivelmente direcionada para ser levada adiante por

---

poderia deixar de ser, trabalhoso de ser costurado. Dessa forma, a proposta desenvolvida até agora e que estará presente em quase todo este capítulo é a de articular análises mais curtas, paralelamente a um detalhamento dos acontecimentos que permita tomarmos contato de forma crescente com o contexto em que estava inserido o MPLA e sua arrumação interna.

organizações de âmbito nacional, ainda que se apostasse numa idéia de frente comum para a exposição internacional das lutas regionais.<sup>9</sup>

Dessa forma, estava evidente para o MPLA a impossibilidade de organizar a partir da Guiné-Conakry suas *ações diretas*, bem como a execução de outras duas tarefas primordiais para sua consolidação: a conquista de militantes e o enfrentamento da UPA. O alvo não poderia ser outro a não ser um país independente que fizesse fronteira com Angola. Seguindo tal raciocínio, a escolha também não poderia ser outra que não o Congo-Léopoldville. Todos os demais territórios fronteiriços de Angola permaneciam sob domínio colonial, à exceção do também conturbado Congo-Brazzaville, que, no entanto, apenas fazia fronteira com o pequeno enclave de Cabinda e, mesmo assim, se constituiria em futuro próximo numa espécie de tábua de salvação para o MPLA.

As tentativas iniciais de instalação do MPLA no ex-Congo-belga datavam de meados do ano de 1960, mas as alianças já consolidadas pela UPA no país recém-independente, para além da imagem de movimento comunista, vinham impedindo o sucesso dessas ofensivas. Por outro lado, o MPLA possuía

---

<sup>9</sup> Lúcio Lara acrescenta um outro elemento para o reforço dessa idéia: a orientação de alguns líderes africanos. E cita especificamente o caso de Franz Fanon, que estava ansioso pela abertura de uma nova frente de luta na África, além da Argélia. Lúcio Lara acrescenta que Franz Fanon defendia a união dos movimentos angolanos e, dada a melhor condição da UPA para iniciar a luta armada, sugerira ao MPLA encontrar uma situação de compromisso com esse movimento, mesmo que isso significasse a sua dissolução. Ainda, segundo Lúcio Lara, Franz Fanon teria mesmo influenciado ou tentado influenciar Lumumba a não aceitar outras organizações angolanas agindo em Léopoldville que não a UPA (LARA, 1997, p. 371-2, e também sua entrevista, Luanda, 7 de fevereiro de 1995).

simpatizantes já instalados em Léopoldville, como, entre outros, Jordão Aguiar e Jorge Manteya Freitas.<sup>10</sup> É assim que, contando com esses apoios pessoais no local e uma conjuntura específica no Congo-Léopoldville, o MPLA consegue enviar Luiz de Azevedo Júnior a Léopoldville, ainda em dezembro de 1960, com o objetivo de estudar a possibilidade de instalação, acenada pelo presidente congolês Joseph Kasavubu, de um escritório do movimento que fosse, acima de tudo, uma instância que prestasse assistência aos refugiados angolanos que chegavam em grande número à fronteira.<sup>11</sup>

No entanto, o grupo de simpatizantes do MPLA em Léopoldville – como já verificamos anteriormente ser um comportamento recorrente nessa fase da luta – estabelece uma aliança em nome do MPLA com outras organizações independentistas angolanas sediadas em Léopoldville, incluindo entre estas a UPA. Evidentemente, isso se passa sem qualquer conhecimento da direção do movimento, e mesmo do lado da UPA tal atitude teria sido tomada sem o conhecimento do seu presidente, Holden Roberto, que estava em viagem aos Estados Unidos. Apesar disso, a declaração feita em conjunto, bem como a carta

---

<sup>10</sup> Com respeito ao nome de Manteya Freitas, encontramos na documentação consultada também a grafia Georges em vez de Jorge.

<sup>11</sup> Seria interessante investigar (o que não tivemos oportunidade de fazê-lo) até que ponto a morte de Patrice Lumumba está relacionada à possibilidade de instalação da delegação do MPLA, bem como quais foram os argumentos utilizados e os caminhos do movimento para fazer chegar sua pretensão a Kasavubu. Sabemos, porém, que alguns problemas surgidos entre a UPA e uma importante base de apoio do presidente congolês teriam contado para isso, como veremos adiante neste capítulo. Sobre essa fase, as fontes principais foram as entrevistas com Jordão Aguiar (Luanda, 25 e 26-8-1997), Lúcio Lara (Luanda, 7-2-1995) e Afonso Dias da Silva (Rio de Janeiro, 8 e 13-3-1996), bem como os artigos escritos por Carlos Belli-Bello para o *Jornal de Angola* em 23 e 24 de março de 1996, o livro com os documentos desse período publicado por Lúcio Lara (1997) e o trabalho de John Marcum (1969).

enviada ao presidente da Assembléia Geral da ONU, em 31 de outubro de 1960, em nome de uma frente comum, que agregava ainda a Alliance des Ressorissants de Zombo (Aliazo), aparece no cenário internacional como a segunda tentativa de unir as forças da UPA e do MPLA.<sup>12</sup>

O quadro encontrado por Azevedo Júnior em Léopoldville resumia-se, como se pode observar no seu relatório sobre a visita, publicado por Lúcio Lara (1997, p. 399-403), a um "razoável" número de simpatizantes do movimento, em que muitos eram antigos militantes da UPA. Não cita números, mas a sua escala também não era das mais elevadas, já que o número de militantes em Conakry não ultrapassaria algumas dezenas. Destaca também a amizade de Jordão Aguiar, Jorge Manteya Freitas e Josias com o comissário geral da segurança, o que facilitaria a solução dos possíveis problemas de passaporte.<sup>13</sup>

Essa presença de simpatizantes do MPLA com passagem pela UPA, ou ainda militando nessa organização, devia-se principalmente à ausência de

<sup>12</sup> Já numa segunda carta, datada de 13 de dezembro de 1960, a mesma frente não menciona a UPA e inclui a Association des Ressorissants de l'Enclave de Cabinda (Arec). Essa segunda carta já era baseada no apelo à unidade feito pelo MPLA a partir de Conakry.

<sup>13</sup> A família de Jordão Aguiar, apesar de ser de Luanda, residia em Léopoldville desde os anos 40. Ele estudou em escolas congoleesas com alguns daqueles que seriam figuras importantes do governo pós-independência. Sua militância pela independência de Angola inicia-se após o contato com o cônego Manuel das Neves, durante sua estada em Luanda, em 1955. As orientações do cônego levaram-no a se aproximar de Manuel Barros Necaca, tio de Holden Roberto, que criaria a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), mais tarde, sob a orientação de Holden Roberto, transformada na UPA. Jordão Aguiar e Holden Roberto trabalhavam na mesma firma, uma empresa portuguesa de comércio, a Casa Nogueira. Segundo o próprio Jordão Aguiar, seu afastamento do grupo de Barros Necaca foi por conta da criação da UPNA, que recrutava principalmente os angolanos nascidos em São Salvador e Maquela do Zombo (Entrevista com Jordão Aguiar, Luanda, 25 e 26 de agosto de 1997).

alternativas para os angolanos saídos de Angola. Os demais movimentos instalados em Léopoldville, como veremos a seguir, possuíam um caráter ainda mais marcadamente étnico. A agitada situação política e militar vivida no Congo-Léopoldville recomendava prudência e a UPA funcionava como uma salvaguarda face a possíveis arbitrariedades, por mais contraditório que possa parecer, pois afinal de contas esse movimento também se fazia valer de pressões pouco amigáveis no que se refere ao recrutamento de quadros.<sup>14</sup> Muitos foram os militantes originários de zonas com reconhecida influência do MPLA, que ingressaram na UPA, como são os casos de Anibal de Melo, Carlos Belli-Bello, José Bernardo Domingos e até mesmo Rosário Neto, com a particularidade de esse último ter permanecido na UPA e se tornado dirigente do movimento.<sup>15</sup>

Em 1961, obtidas as autorizações necessárias, ainda que provisórias, como seriam até a sua saída do Congo-Léopoldville, o MPLA inicia a mudança de sua direção para a capital congoleza, valendo-se e muito do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR), que funcionaria como seu principal elemento de apresentação. Lembremos que após o 4 de Fevereiro e o 15

---

<sup>14</sup> Carlos Belli-Bello, em entrevista ao *Jornal de Angola* de 23 e 24 de março de 1996, relembra essa época e afirma que todos os angolanos até uma certa altura, logo que chegavam a Léopoldville eram obrigados pelas autoridades congolezas, já que tinham o estatuto de refugiados, a militar na UPA. Belli-Bello, depois de ingressar no MPLA, parte em 1962 para a Checoslováquia, onde iria fazer um curso na escola do partido checo. Nessa estadia foi eleito para a direção da União Geral dos Estudantes da África Negra (UGEAN), ficando ligado aos assuntos estudiantis até o 25 de abril.

<sup>15</sup> A falta de informação sobre o MPLA era grande. Jordão Aguiar conta, por exemplo, que soube da existência de um grupo de jovens saídos de Luanda e que lutavam pela independência, mas estavam em Conakry, através dos embaixadores da Guiné-Conakry e de Gana, que compareceram à cerimônia de independência do Congo-Léopoldville. Estabelece, então, contato com Viriato da Cruz, que lhe pede para

de Março a violenta contra-ofensiva portuguesa iria provocar a fuga de muitos angolanos para o vizinho Congo-Léopoldville. Os números encontrados sobre esse fluxo oscilam entre 400 mil e um milhão de angolanos nos cinco primeiros anos após a revolta. A Cruz Vermelha Internacional sugere o montante de 215 mil até setembro de 1962 (DAVIDSON, 1974, p. 255; PÉLISSIER, 1978, p. 659).

O Serviço de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA), outro órgão de grande atuação na estrutura portuguesa de combate aos movimentos de libertação, apresenta em relatório para as autoridades coloniais o número de 140 mil refugiados angolanos nos dois Congos (Léopoldville e Brazzaville) até janeiro de 1962. No mesmo documento, admite, porém, que até 1960 estavam sob controle direto português, nas áreas atingidas pelos levantes e posteriormente pela repressão portuguesa, 811.617 angolanos e que, desse montante, fugiram 556.788, tendo sido "recuperados", até janeiro de 1962 um total de 142.615, o que resulta em 414.173 pessoas sem contato com as autoridades portuguesas. Esse número encobriria outros possíveis refugiados para os Congos, os indivíduos que se esconderam em zonas remotas da colônia e também os mortos pela repressão portuguesa (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, P. 234 - CI (2), SCCIA, nt 6977, Relatório n.º 2, fls. 525-48).

---

publicar alguns panfletos e documentos, com o que a sigla MPLA passa a obter maior divulgação em

Dessa forma, o Corpo Voluntário Angolano assume um papel fundamental, possibilitando ao movimento cunhar uma imagem de eficiência junto ao governo do Congo-Léopoldville e demais países africanos atentos à movimentação dos angolanos. O trabalho de assistência aos refugiados representou, acima de tudo, uma credencial de peso na aproximação aos angolanos exilados para além da fronteira norte do seu país. Esse papel de destaque aparece reiteradamente nas diversas entrevistas realizadas. O Corpo Voluntário conseguiu instalar postos de atendimento ao longo da fronteira, chegando mesmo ao seu extremo, na região das Lundas (CARREIRA, 1996, p. 50). Preocupou-se também, é claro, em divulgar suas atividades e, para tanto, publicou um boletim no qual aparecem os nomes dos médicos e enfermeiros envolvidos, a área de moradia dos refugiados atendidos, os principais tratamentos realizados, o equipamento existente e o balanço financeiro. Como se pode imaginar, a Pide obteve tal documento e logo passou a considerar com maior atenção o seu potencial, aproveitando também para tentar seguir as rotas de determinados indivíduos.<sup>16</sup>

A força do Corpo Voluntário aparece constantemente realçada na documentação da Pide, através, principalmente, dos seus informantes infiltrados no meio angolano existente no Congo-Léopoldville. Num relatório em que se descreve a situação delicada vivida nos acampamentos da UPA, com sérias dificuldades para alimentar guerrilheiros e refugiados, destacam-se as críticas

---

Léopoldville (Entrevista com Jordão Aguiar, Luanda, 25 e 26 de agosto de 1997).

surgidas pelo fechamento da representação do CVAAR, que, segundo aqueles homens, prestava uma assistência bem melhor que a obtida nos hospitais congolezes, para onde a UPA os enviava.<sup>17</sup>

Quanto às atividades políticas do MPLA em Léopoldville, como seria de imaginar, a frente partidária proposta pelos simpatizantes sequer foi considerada pelo Comitê Diretor, o que, todavia, não significou a desistência de uma composição, em outros moldes, com a UPA. Entretanto, os tais simpatizantes locais, agora já militantes do movimento, receberiam a importante tarefa de buscar, através de seus contatos em Léopoldville, moradias e empregos para a integração dos que vinham de Conakry, e não só, pois logo o movimento começa a receber novas adesões.<sup>18</sup>

Sobre esse período, Jordão Aguiar, um dos chamados simpatizantes, destaca elementos que estariam, segundo ele, na base das discussões internas do movimento e que levariam à sua primeira grande crise.<sup>19</sup> Afirmava que as principais

<sup>16</sup> IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A - D. Inf. 1a., nt 1832, fls. 420-9.

<sup>17</sup> As acusações eram direcionadas a Holden Roberto. Afirmavam que ele teria desviado a verba para a melhoria da assistência e por isso estaria defrontando a oposição de seu tio Manuel Barros Necaca e de Jonas Savimbi (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.C, nt 1828. Relatório datado de 21-4-64, fls. 277-81).

<sup>18</sup> Esse trabalho de preparação aparece com destaque na entrevista de Jordão Aguiar (Luanda, 25 e 26 de agosto de 1997), como seria de se esperar, até pela curta passagem dele pelo movimento e a importância de sua participação nessa tarefa, dados os seus contatos pessoais. Belli-Bello, em entrevista ao *Jornal de Angola* (23 e 24 de março de 1996), também destaca esse papel do Jordão Aguiar.

<sup>19</sup> Jordão Aguiar é sem dúvida um ator participante dos problemas em questão. Mas é preciso salientar também que ele estava do lado perdedor na dissidência que iria se estabelecer logo em seguida. Quanto ao momento da entrevista, cabe ainda realçar que a sua postura é de manter certas críticas daquela época e ao mesmo tempo enfatizar o que considera ter sido uma ingratidão com os que ajudaram a instalar o movimento em Léopoldville. Essas observações, é claro, longe de tentarem tirar o valor do depoimento,

lideranças do MPLA chegaram a Léopoldville com uma certa arrogância em relação aos que já estavam no Congo-Léopoldville e que essa atitude seria estendida aos recém-incorporados.<sup>20</sup> Para Jordão Aguiar, esse comportamento de certos dirigentes se expressava no fato de não reconhecerem o papel exercido pelos simpatizantes ali instalados e no menosprezo quanto à capacidade destes, menosprezo que, segundo ele, poderia ser resumido na expressão cunhada por tais dirigentes para designá-los: "congolanos". Esse termo era fruto da crítica e da desqualificação feita por muitos dos angolanos recém-chegados a Léopoldville, a respeito da situação vivida no Congo-Léopoldville e dos comportamentos cotidianos dos seus cidadãos, como se fossem "menos civilizados" do que aqueles que tiveram maior contato com a cultura portuguesa e também um maior formação escolar, tendo ou não passado pela metrópole portuguesa e chegado ou não a obter títulos universitários. É evidente que sua fala carrega o rancor de não ter sido incorporado à direção do movimento. Entretanto, faz questão de isentar Viriato da Cruz e Mário de Andrade de suas críticas, o que, evidentemente, precisa ser relacionado ao seu comprometimento com uma determinada posição no interior do movimento, como veremos mais à frente.

---

até porque isso desqualificaria o trabalho de pesquisa realizado, tem por objetivo localizar o entrevistado e seu discurso, facilitando assim nossa apreciação dos fatos. (Entrevista com Jordão Aguiar, Luanda, 25 e 26 de agosto de 1997).

<sup>20</sup> Sem querer ampliar muito o nosso leque de discussão, vale lembrar que ainda hoje se processa em determinadas regiões de Angola uma visão muito preconceituosa em relação aos angolanos que

A fala de Jordão Aguiar, porém, nos remete para uma outra discussão que, na verdade, atravessa os problemas por ele levantados: parece ter causado certo embaraço aos dirigentes e principais quadros do MPLA o fato de os angolanos residentes no Congo-Léopoldville, ou mesmo os refugiados mais recentes da região norte da colônia portuguesa, muito próximos culturalmente do país vizinho, possuírem uma outra forma de encarar o mundo urbano, uma outra história de contestação política, um modo diferente de se expressar, por vezes também uma língua diferente. Contrariamente, os dirigentes do MPLA eram originários de uma outra realidade, bem mais próxima do litoral, com uma trajetória urbana de longa data e acima de tudo com uma inserção cultural diferenciada, na maioria dos casos crioula.

Esse distanciamento, além de criar sérias dificuldades internas para o movimento, dificultaria a arregimentação de angolanos já estabelecidos no Congo, principalmente em Léopoldville, e com uma condição financeira um pouco mais confortável.<sup>21</sup> Entre estes figuravam alguns pequenos empresários ligados ao ramo imobiliário, dos transportes e comércio em geral<sup>22</sup> frutos da migração dos anos 40, como consequência da expropriação de terras e do trabalho contratado no norte de Angola. Viviam uma situação bem diferente,

---

regressaram do Congo-Léopoldville, após longo período de refúgio, principalmente nos circuitos luandenses. Sobre esse tema é importante destacar o trabalho de Luena Pereira (1999).

<sup>21</sup> Jordão Aguiar afirma, por exemplo, que nunca frequentou a casa dos dirigentes, como eles frequentavam entre si. O que pode ganhar contornos mais sérios quando considerada a condição do exílio (Entrevista com Jordão Aguiar, Luanda, 25 e 26 de agosto de 1997).

portanto, dos refugiados vindos de Angola nos anos 60, que chegam em péssimas condições físicas e sem qualquer forma de sustento.

Nas demais entrevistas que realizei com personagens que viveram aquela situação e em depoimentos presentes quer em livros de entrevistas quer em alguns jornais angolanos, encontramos esse mesmo *estranhamento*. João Vieira Lopes, que chega a Léopoldville fugido de Portugal em finais de 1961 e que já em 1962 faria parte do Comitê Director, admite essas diferenças, mas inverte a perspectiva. Segundo ele os congolese tinham muita dificuldade em entender um movimento de libertação africano com indivíduos mestiços na sua direção:

“Gerações completamente diferentes, modos de comportamento resultantes de uma formação social, cultural e política diferente, associado a isso um sentimento tribal que nós sentimos encontrar no zairense e influenciando fortemente os angolanos residentes no Zaire [o nome Zaire só anos mais tarde seria adotado em substituição a Congo]. É coisa que os angolanos que integravam o MPLA vindos quer do exterior de Portugal quer mesmo do interior não demonstravam possuir.”<sup>23</sup>

Carlos Belli-Bello também reflete sobre essa diversidade e faz questão de realçar o seu desconhecimento de uma Angola além dos limites próximos de Luanda quando da sua fuga para o norte em 1960, reconhecendo assim o

---

<sup>22</sup> Eles também aparecem como alvo da atenção por parte dos informadores da Pide, pois poderiam se transformar numa importante fonte de receita para os movimentos angolanos ali instalados.

<sup>23</sup> Nessa entrevista, concedida aos jornalistas Jaime e Barber (1999, p. 98-111), João Vieira Lopes detalhou um pouco mais essa passagem pelo Congo-Léopoldville, quando comparada à que realizei com ele (Luanda, 27 de fevereiro de 1995). Nesta, o enfoque foi mais incisivo no tocante às dissidências de 1963 e 1974.

isolamento de muitos daqueles que militavam na clandestinidade luandense em relação ao restante da colônia. Quando chega a Léopoldville, afirma ter sido muito bem recebido pelo velho Pinnock, dirigente da UPA, na qual ingressaria como militante até a instalação do MPLA na capital do Congo, quando então troca de movimento. Belli-Bello diz que essa mudança deveu-se à sua proximidade histórica com os dirigentes do MPLA – “Essa gente era a nossa gente, nós não tínhamos nada de comum com as gentes do norte” –, enfatizando ainda a diferença existente entre quadros urbanos, mais intelectualizados, e quadros rurais como caminho possível para explicar as diferentes concepções em jogo.<sup>24</sup>

Essa condição de *dimensões* diferentes se agravaria com a incorporação de novos quadros no MPLA, principalmente dos jovens que fogem de Portugal, onde em sua grande maioria cursavam o ensino universitário. Também fogem da metrópole militares angolanos, que desertam do Exército português, e até mesmo desportistas. Esse é o caso de Daniel Chipenda, que em entrevista a Jaime e Barber (1999, p. 132-53) faz questão de frisar o distanciamento que verifica existir em Léopoldville entre quadros formados em Portugal e a juventude militante do movimento. Sua apreciação é de que trajetórias diferenciadas no contexto colonial tinham gerado preconceitos de parte a parte, tanto no interior do MPLA quanto na relação de alguns de seus militantes com os congolezes.

---

<sup>24</sup> Essas idéias aparecem tanto na entrevista ao *Jornal de Angola* de 23 e 24 de março de 1996, quanto na

Dentre essas fugas da metrópole, uma se destacaria pelo número de pessoas envolvidas, tendo entre seus principais organizadores o médico João Vieira Lopes, que depois integraria o Corpo Voluntário Angolano. Vieira Lopes informa que em junho de 1961 mais de 120 indivíduos – na sua maioria angolanos, mas incluindo também cabo-verdianos, moçambicanos e guineenses – , atravessaram a fronteira de Portugal com a Espanha, com direção à França, contando com o apoio do Conselho Mundial das Igrejas Protestantes e de uma organização de apoio a refugiados políticos, o Cimade.<sup>25</sup> Dos angolanos, boa parte iria militar no MPLA, outros escolheram a UPA, enquanto alguns o Comitê Diretor não teve condição de abrigar. Nesse caso, o MPLA auxilia-os na obtenção de bolsas de estudo para países, principalmente, do Leste Europeu. Na escolha desse caminho teria pesado também o fator racial, já que a chegada de mais um contingente de mestiços ao MPLA poderia servir à propaganda da UPA de que o MPLA era um movimento de “filhos de colonos”.<sup>26</sup>

O que foi visto até agora nos informa sobre a complexidade da situação vivida pelos angolanos em Léopoldville, no período que vai de 1961, data da

---

entrevista concedida a Jaime e Barber (1999, p. 112-31).

<sup>25</sup> O Comitê Intermouvement Au près des Évacués (Cimade), organização protestante presidida pelo pastor Boegner, era um velho conhecido da Pide, que tentava travar suas ações (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, P. 381/60-SR, np 2984, Pasta 2, fl. 211).

<sup>26</sup> Sobre os relatos relativos à fuga, não há grandes contradições entre as versões apresentadas por João Vieira Lopes em entrevista a Jaime e Barber (1999, p. 98-111) e a entrevista que realizei com ele em Luanda, 27 de fevereiro de 1995, com Lúcio Lara (Luanda, 7 de fevereiro de 1995), ou ainda com a versão de Edmundo Rocha (1998, p. 30).

chegada do MPLA, até 1963, quando o movimento se vê obrigado a abandonar o país e se reorganizar no Congo-Brazzaville. Para os militantes do MPLA, todo esse tempo decorre diante de um quadro de dura confrontação com a UPA, conjugando elementos étnicos, raciais, políticos e culturais.

### A Atração de Militantes

A acirrada disputa entre o MPLA e a UPA, que esteve de início concentrada na questão da projeção internacional, passa a englobar também a luta pela arregimentação de militantes assim que eles chegavam ao Congo. O recrutamento realizado pelas organizações políticas angolanas era direcionado quase especificamente para os refugiados que conseguiam atravessar a fronteira norte. Era mais do que evidente a vantagem da UPA nessa tarefa. Além de contar com maior apoio da comunidade angolana já estabelecida do lado do Congo-Léopoldville, tinha a seu favor as facilidades oferecidas pelo governo local, ao passo que o MPLA precisava usar o manto do CVAAR para esconder suas ações de recrutamento, o que, até certo ponto, conseguiu fazê-lo com sucesso. Todavia, não existiam só esses dois movimentos; outras organizações políticas angolanas, mais limitadas em termos numéricos e de recursos, e também pelo fato de contarem com um discurso balizado por questões étnicas ou regionais, buscavam seu fortalecimento atraindo para suas fileiras os recém-chegados.

Entre os refugiados, também era significativa a diversidade de objetivos e trajetórias. O que os unia inicialmente era a idéia de fuga à crescente repressão portuguesa depois dos levantes de 1961. De acordo com os dados coletados nas entrevistas, é possível afirmar que a grande maioria desses refugiados não tinha exercido qualquer atividade política em Angola, apenas fugia da ferocidade dos colonos e dos militares portugueses. Outros, porém, tinham tido uma participação episódica nos acontecimentos no norte da colônia em 1961. E alguns manifestaram tão-somente alguma contestação ao colonialismo, na forma de uma opinião um pouco mais enfática, e, temendo o isolamento, partiram para a fronteira com o objetivo de ingressar numa organização política que lhes desse apoio.

Nessa espécie de corrida pelo recrutamento de militantes, os movimentos de libertação utilizaram-se muito da propaganda de distribuição de bolsas de estudo. É um fato recorrentemente alegado pelos angolanos capturados pelas forças portuguesas e mesmo por aqueles que se entregavam que essa propaganda teria funcionado como isca para atraí-los. Tais relatos, no entanto, devem ser analisados com cautela, pois muitos detidos tentavam, com isso, minimizar o fato de terem aderido à luta pela libertação. Ademais esse argumento é utilizado

também como uma condenação dos africanos ao colonialismo português, que não se preocupava em responder à demanda por escolas.<sup>27</sup>

Como quer que seja, não são apenas os depoimentos que destacam esse atrativo, também a documentação de divulgação dos movimentos de libertação apreendida pela Pide confirma a força dessa propaganda, que, evidentemente, não tinha como ser cumprida na proporção anunciada e desejada, apesar do grande número de angolanos que conseguiu ingressar em cursos de formação político-militar e universitários.

Essa sedução por via das bolsas de estudo, que deve ser entendida levando-se em consideração o desespero das populações refugiadas e a situação de carência generalizada, não foi utilizada somente pelos movimentos de libertação; também o governo português se fez valer de tal artifício para atrair alguns pequenos movimentos angolanos. Este parece ter sido o caso do Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA), secretariado por Jean-Pierre M'Bala, que chegou a ter contatos formais com Lisboa para a aquisição de bolsas de

---

<sup>27</sup> Alguns depoimentos de guerrilheiros com longa história no MPLA, que por isso, provavelmente, não estariam tão preocupados assim em dar cores fortes a essa questão do atrativo das bolsas de estudo, como é o caso de Paixão Quihunga "Malamba", detido em março de 1970, informam que de início foram atraídos pela oferta de bolsas por parte da UPA, mas que, chegando a Léopoldville, dada a incapacidade dessa organização em atender aos pedidos, acabam ingressando no MPLA (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, nt 9087, fls. 53-69)

estudo.<sup>28</sup> Essa medida, que visava dividir o nacionalismo angolano, naquela altura já bem fragmentado, seria repetida com os tocoístas, nesse caso apenas com os mais “conciliadores”.<sup>29</sup>

### As Organizações Angolanas Anticoloniais no Congo-Léopoldville

Falta-nos, no entanto, para melhor entendermos o contexto em que está mergulhado o MPLA, ampliarmos um pouco mais nosso foco de observação e olharmos com maior atenção os demais movimentos angolanos, ao menos os principais, instalados no Congo-Léopoldville. Afinal, era com eles ou contra eles que o MPLA também lutava.

A UPA foi de nascença (1957) batizada de UPNA e perderia o “N” em 1958, quando seu líder, Holden Roberto, foi alertado, entre outros, por Franz Fanon (BITTENCOURT, 1999, p. 142) para a limitação que tal *letra* implicava. Mais tarde (1962), sofreria nova alteração em sua nomenclatura ao se associar, longe de qualquer condição de igualdade, ao pequeno Partido Democrático de

---

<sup>28</sup> Esse tema seria noticiado no *Courrier d'Afrique* de 4-11-61 e reproduzido pelo Centro de Informação e Turismo de Angola – Gabinete da Imprensa Estrangeira (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A – D. Inf. 1º, nt 1832, fl. 526).

<sup>29</sup> Tocoístas seria a forma como ficariam conhecidos os seguidores de Simão Toco, conforme mencionado em nota anterior. Essa recomendação quanto à utilização de bolsas de estudo partira dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA) para a Pide, que deveria ainda cadastrar os tocoístas a fim de controlar suas ações (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, P. 234 – CI (2), SCCIA, nt 6977, fls. 106-8).

Angola (PDA), passando a se chamar Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

Sua criação é resultante dos problemas gerados em torno da sucessão do rei do Congo. Apesar de politicamente o Reino do Congo ter-se enfraquecido ao extremo, regionalmente ainda possuía peso suficiente para criar disputas entre as famílias influentes do norte da colônia. Formam-se, então, blocos separados por religião e localidade, que pleiteiam do governo português a honra de assumir o trono. O desgosto do grupo dos baxicongo – um subgrupo dentro do grupo etnolinguístico *bakongo* – que comportava muitos protestantes de São Salvador, alguns deles instalados em Léopoldville, faz com que estes se organizem para questionar a decisão tomada pelos portugueses. Esta, porém, não seria revertida. Como consequência, avançam com a idéia de revitalização do antigo Reino do Congo, que englobaria também o território de Cabinda. A conjuntura internacional e a agitação nos Congos levam esse grupo a redirecionar seus objetivos, logo passando a lutar, através da UPA, pela independência de Angola.<sup>30</sup> É preciso enfatizar que os *bakongo*, a sua principal base de apoio, residiam dos dois lados da fronteira norte, consistindo num dos casos de limites artificiais impostos pelo colonialismo.

---

<sup>30</sup> O conflito, desde a independência, em 1975, e que ainda hoje atormenta a vida dos angolanos, se encaminhou para um enfrentamento que opõe o governo, capitaneado pelo MPLA, e a Unita. Essa

A elite de angolanos *bakongo*, residentes no Congo-Léopoldville, passou por um ciclo de vida muito diferente do trilhado por crioulos e novos assimilados luandenses (MESSIANT, 1989, p. 168). A discrepância quanto à forma de exploração colonial sofrida, belga ou portuguesa, resultou em condições sociais diferenciadas, o que pode ser demonstrado, entre outros exemplos, através dos níveis de escolaridade. No Congo-Léopoldville, onde a escolarização primária fora bem mais difundida, raramente se conseguia ter acesso ao ensino secundário, enquanto em Luanda, apesar das inúmeras limitações, alguns poucos conseguiram chegar à formação universitária. Por outro lado, as elites angolanas *bakongo* e *ovimbundu* – estes últimos espalhados pelo planalto central de Angola – sofreram um processo de urbanização mais recente, o que lhes possibilitava maior ligação com o campo e com as tradições de suas famílias, quando comparadas, principalmente, às famílias luandenses, há bastante tempo urbanizadas, envolvidas em atividades comerciais diferenciadas e muito próximas ao aparelho colonial montado por Portugal.

É preciso destacar ainda que o processo de independência do Congo-Léopoldville influenciou e muito a luta dos angolanos *bakongo* exilados. A confrontação no antigo Congo-belga desde logo tomou formas raciais muito agudas e isso dificultaria a presença do MPLA, que, como vimos, possuía um número relativamente elevado de mestiços, mesmo em seu Comitê Diretor.

---

bipolarização por vezes encobre o passado recente. É por isso importante realçarmos que, até a

A elite de angolanos *bakongo*, residentes no Congo-Léopoldville, passou por um ciclo de vida muito diferente do trilhado por crioulos e novos assimilados luandenses (MESSIANT, 1989, p. 168). A discrepância quanto à forma de exploração colonial sofrida, belga ou portuguesa, resultou em condições sociais diferenciadas, o que pode ser demonstrado, entre outros exemplos, através dos níveis de escolaridade. No Congo-Léopoldville, onde a escolarização primária fora bem mais difundida, raramente se conseguia ter acesso ao ensino secundário, enquanto em Luanda, apesar das inúmeras limitações, alguns poucos conseguiram chegar à formação universitária. Por outro lado, as elites angolanas *bakongo* e *ovimbundu* – estes últimos espalhados pelo planalto central de Angola – sofreram um processo de urbanização mais recente, o que lhes possibilitava maior ligação com o campo e com as tradições de suas famílias, quando comparadas, principalmente, às famílias luandenses, há bastante tempo urbanizadas, envolvidas em atividades comerciais diferenciadas e muito próximas ao aparelho colonial montado por Portugal.

É preciso destacar ainda que o processo de independência do Congo-Léopoldville influenciou e muito a luta dos angolanos *bakongo* exilados. A confrontação no antigo Congo-belga desde logo tomou formas raciais muito agudas e isso dificultaria a presença do MPLA, que, como vimos, possuía um número relativamente elevado de mestiços, mesmo em seu Comitê Diretor.

---

bipolarização por vezes encobre o passado recente. É por isso importante realçarmos que, até a

À medida que a ajuda exterior se amplia, Holden Roberto consegue ganhar mais espaço dentro da UPA. Nesse processo de fortalecimento do poder pessoal, defrontou com algumas oposições internas, como a que lhe seria imposta por Jean-Pierre M'Bala, em finais de 1960, até que este abandonasse o movimento.<sup>31</sup> Sob sua direção, a UPA também encontraria problemas de penetração em Cabinda, onde o separatismo nos anos 60 já era algo latente, e em São Salvador, em virtude da presença dos católicos monarquistas. A UPA sofreria ainda as conseqüências do clima de descontrolo político existente no Congo-Léopoldville, que fez com que autoridades políticas, militares e policiais locais dificultassem algumas de suas ações, valorizando suas relações com os responsáveis portugueses, hábeis em lhes fornecer determinados *favores materiais*, incluindo aí passagens para passar as férias em Angola.

Somemos a essas atitudes mais de carácter individual um outro problema, o que diz respeito a uma antiga disputa por bases de apoio. Em 1950 foi criada no Congo-Léopoldville uma associação cultural que pleiteava a união dos *bakongo*, a Association des Bakongo (Abako), contando entre seus dirigentes com Joseph Kasavubu, que, como vimos, em 1960 alcançaria a presidência da República no

---

independência, o grande rival do MPLA nesse campo do nacionalismo angolano era a UPA (FNLA).  
<sup>31</sup> Jean-Pierre M'Bala acusava Holden Roberto de favorecer familiares. Após alguns dias de conflito, 17 membros do movimento, na sua maioria bazombo, saem da UPA e formam o MDIA, que, como vimos, estabeleceria contato com os portugueses e pouco conseguiriam fazer, para além de receberem algum auxílio do governo português.

Congo. A Abako, em sua perspectiva inicial, apontava para a valorização do povo *bakongo*, incluindo os residentes no Congo-Brazzaville, sob controle francês, e em Angola (MARCUM, 1969, p. 72-6). Em virtude dessa postura, sua ação penetra no meio dos angolanos residentes no Congo-Léopoldville, quer fossem antigos habitantes originários de Angola, ou recentes refugiados, o que acarretaria uma certa rivalidade com a UPA, que, afinal, disputava o apoio dos mesmos potenciais adeptos. O embate facilitaria uma aproximação do MPLA com algumas lideranças da Abako, através principalmente do CVAAR (LARA, 1997, p. 401), para permitir sua instalação no Congo-Léopoldville.

Ainda que com o passar do tempo a própria Abako tenha se voltado para questões internas do Congo-Léopoldville, limitando-se cada vez mais a uma esfera nacional, o mal-estar entre as duas organizações permanece. O período mais crítico para a UPA, em função dessa disputa, deu-se entre setembro de 1960, quando se inicia a perseguição de Patrice Lumumba, após sua deposição como primeiro-ministro, e julho de 1961, quando assume a chefia de governo Cyrille Adoula, um velho amigo de Holden Roberto (MARCUM, 1969, p. 179-80).

O líder da UPA soube se posicionar muito bem no contexto internacional de então. Valia-se perante seus aliados, inclusive os Estados Unidos,<sup>32</sup> do argumento de que possuía grande poder de mobilização, além de difundir a imagem de que a UPA era um movimento de camponeses. Se essa caracterização servia para identificar parte de seus militantes de base e guerrilheiros, ao mesmo tempo estava longe de ser verdadeira no tocante à sua direção. Seus principais líderes eram originários de famílias influentes do norte da colônia, muitos deles urbanizados já há algum tempo. O controle de Holden Roberto sobre a UPA baseava-se, portanto, em relações familiares e étnicas, o que não impedia o fato de mesmo os *bakongo* não-baxicongo, protestantes ou não, sofrerem uma certa marginalização por parte da direção do movimento na hora de usufruir de algumas benesses, quer fossem bolsas de estudo ou auxílio de instalação.

Dessa forma, podemos admitir que não é apenas devido aos seus vínculos de solidariedade que os crioulos e alguns *kimbundu* – grupo etnolingüístico que habita uma larga faixa de Angola entre o norte *bakongo* e o centro-sul *ovimbundu* – abandonaram a UPA, logo que o MPLA se instalou em Léopoldville. Certamente, sua situação não era das mais confortáveis. Mais tarde, em 1964, seria a vez de um grupo de *ovimbundu* abandonar a UPA, acusando os privilégios

---

<sup>32</sup> Antunes (1991, p. 237-9; 269-73) afirma que, no final de 1961, o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos autorizou o financiamento de 6 mil USD por ano a Holden Roberto. Salazar obteve provas dessa ligação. Os trunfos portugueses eram a Otan e a base dos Açores, que possibilitava a movimentação norte-americana em casos de conflito na Europa, na África e no Médio Oriente. O papel dos Estados Unidos era o mais ambíguo possível: por um lado, financiava a UPA e criticava a política portuguesa para a África; por outro, fornecia armas a Portugal através da Otan.

étnicos existentes nesse movimento. Ao que tudo indica, a adesão dos *ovimbundu* à UPA deve-se, além da sua vontade de participar na luta, a uma certa recusa em se aliar aos crioulos e novos assimilados presentes no MPLA, até porque alguns deles já tinham ficado à margem da agitação política que alguns quadros do MPLA coordenaram na metrópole.

Numa entrevista concedida a Robert Davezies (1965, p. 182-91) em Léopoldville, em 1964, Holden Roberto, entre outros pontos esclarecedores sobre a sua forma de encarar a luta de libertação em Angola, admite que sua organização tinha assassinado alguns homens do MPLA que tentaram passar a fronteira do Congo-Léopoldville com a colônia portuguesa. O então líder da FNLA, criada após a associação entre a UPA e o PDA, justifica a ausência de um programa político com o argumento de que, na concepção de sua organização, uma tal linha de pensamento deveria ser fruto das decisões do povo angolano. Destacava que o objetivo era a independência e que essa meta guiaria as ações da FNLA, independentemente de qualquer pretensão de conduzir o povo angolano. Ele deixa clara a idéia de que o movimento ainda vivia muito amarrado ao espontaneísmo popular, presente nos levantes de 1961, mesmo passados três anos de luta e alguns mais de organização política. E essa seria uma diferença substancial em relação ao seu principal rival.

Entre o MPLA e a UPA, as críticas seriam constantes e cada vez mais violentas. O MPLA acusava a UPA de ser um movimento tribalista, racista e agente de uma solução neocolonial, em face do apoio norte-americano. Acrescentava ainda que os líderes da UPA tinham perdido ligação com Angola há muito tempo e que isso criava sérias dúvidas a respeito da sua nacionalidade. Já para a direção da UPA, o MPLA era apenas um pequeno grupo de marxistas, sem qualquer força militar, culturalmente mesclado e muito arrogante. Entretanto, sua acusação mais feroz referia-se à composição racial do MPLA. O fato de possuir um número elevado de mestiços, que a UPA identificava como “filhos de colonos”, serviria de argumento para que o movimento de Holden Roberto colocasse em dúvida a disposição do MPLA em alterar a situação vivida pelos negros em Angola.

A rápida análise aqui feita sobre a UPA pretendeu demonstrar a sua constituição diferenciada, de perfil mais marcadamente étnico e racial, em relação à maior flexibilidade de arregimentação e de discurso do MPLA. Sua estratégia de atuação do ponto de vista militar, como veremos no próximo capítulo, consistiu em impedir a penetração do MPLA pela fronteira norte de Angola, com o mesmo ou até maior empenho que demonstrou em avançar com seus homens sobre território angolano. Sua ambição, nesses primeiros anos da década de 60, foi a de unificar a luta sob seu comando pela força e andou perto

de ter sucesso em seu intento, em 1962-1963, com a forte crise que se abateria sobre o MPLA.

Contudo, o MPLA não terá que se defrontar apenas com a UPA. O Congo-Léopoldville, durante boa parte dos anos 60, será a base de muitas organizações políticas angolanas. O confronto se estabelece com uma miríade de pequenos grupos, boa parte deles com implantação também no meio *bakongo*, assim como a UPA.

Pélissier destaca três fatores para o surgimento de movimentos pela independência de Angola no vizinho Congo-Léopoldville: o fato de esses movimentos poderem contar com uma comunidade de exilados, em sua maioria *bakongo* vindos do norte de Angola;<sup>33</sup> a instalação num país onde, depois da independência, em junho de 1960, sua atividade política seria encorajada; e, por último, a existência de uma consciência histórica dispersa naquela comunidade exilada. Esse quadro, no entanto, não impede o agravamento de conflitos no próprio grupo, como as disputas religiosas entre católicos e protestantes e regionais, envolvendo os oriundos de Cabinda, São Salvador, Soyo e outras zonas. Todas essas disputas eram marcadas pelas questões étnicas internas ao grupo etnolingüístico *bakongo*, que engloba como principais etnias o baxicongo,

---

<sup>33</sup> Segundo os cálculos de Pélissier (1975, p. 82), 20% dos *bakongo* angolanos viviam no Congo-Léopoldville em 1960 (aproximadamente 130 mil a 150 mil pessoas).

o bazombo, o bassorongo e o bassosso (PÉLISSIER, 1975, p. 82; LIMA, 1991, p. 80-1).

O surgimento de organizações políticas baseadas em filiações étnicas deveu-se também e muito à sua origem em associações de ajuda mútua. As bases de recrutamento dessas associações eram os angolanos exilados, que sentiam a necessidade de se auto-aproximarem para melhor se organizar no ambiente urbano do Congo-Léopoldville. O apelo étnico, paralelamente ao religioso, facilitaria a aproximação, mas ao mesmo tempo acabaria por se transformar numa limitação.

Os *bakongo* angolanos no Congo-Léopoldville, muitos aí residentes desde os anos 40, tendiam com o tempo a perder os laços com o restante de Angola. A atração exercida pelas cidades era atendida pela maior proximidade com Léopoldville, quando comparada a Luanda. Messiant (1989, p. 144) calcula que os *bakongo* angolanos em Luanda seriam 8 mil em 1960, enquanto em Léopoldville esse número poderia chegar a 60 mil.

Além da UPA, que em seu início esteve sobretudo baseada nos baxicongo, Léopoldville acolheria outras organizações políticas *bakongo*. Os bazombo, certamente a comunidade mais numerosa de angolanos em Léopoldville, de início organizaram-se numa associação de ajuda mútua, a Association Mutuelle

de Ressorissants de Zombo (Assomizo), que logo após a independência do Congo-Léopoldville se transformaria na Alliance des Ressorissants de Zombo (Aliazo). Depois de um processo de divisão interna, alguns de seus fundadores optaram pela mudança de sigla para PDA e imediatamente em seguida juntam-se à UPA para formar a FNLA.<sup>34</sup>

A importância de alguns dos antigos líderes da Aliazo junto à comunidade de angolanos residente no Congo-Léopoldville levaria as autoridades militares portuguesas a pensar numa possível cooptação, o que de resto já se vinha fazendo com outros líderes políticos, como no caso do MDIA.<sup>35</sup> Entre essas vozes de destaque saídas da Aliazo, estava André Matumona, que publicaria uma série de artigos no *Courrier d'Afrique* acerca dos movimentos angolanos e de suas dificuldades de união.

Mas os bazombo sofreriam outras divisões. Além daqueles que eram refratários a uma união com a UPA, havia na Aliazo também aqueles que se

---

<sup>34</sup> Em novembro de 1961, o PDA envia dois de seus dirigentes – Emmanuel Kunzika e Martin Sanda – à 16ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, com o objetivo de apresentar uma petição que viesse a reforçar o pedido de autodeterminação para Angola. O documento, produzido no momento de transformações internas do grupo, ainda apresenta as siglas Aliazo e PDA. Seus objetivos são o de acusar as arbitrariedades cometidas pelas autoridades portuguesas e de mostrar que o PDA teria condições de auxiliar em um futuro processo de independência. Essa iniciativa parece ter sido a última ação isolada de maior envergadura promovida por esse grupo antes de ingressar na FNLA. O texto apresentado à ONU seria publicado em uma pequena brochura a que tivemos acesso através do próprio Martin Sanda (ALIAZO, 1961).

<sup>35</sup> Em ofício do chefe do Estado-Maior, José Manuel Bertencourt Conceição Rodrigues (Luanda, 20-2-62), endereçado a algumas instâncias militares, bem como ao SCCIA e à Pide, recomenda-se tentar a cooptação de Matumona (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A – D. Inf. 1º, nt 1832, fls. 287-8).

afastaram da organização para formar o MDIA. Sobre esta, a documentação da Pide é farta na demonstração da aliança existente com os serviços de investigação portugueses. Mesmo os artigos nos periódicos da época, como os redigidos por Matumona, informam sobre os detalhes dessa ligação.<sup>36</sup>

Nesse caminho da cooperação com o governo português também teriam entrado o Nto-Bako e o Ngwizako. Para Pélissier (1975, p. 95-6), a Ngwizako seria o melhor exemplo de um movimento etnonacionalista. Formada por indivíduos baxicongo monárquicos, católicos de São Salvador, ela faria oposição direta à UPA. Seu nome identificaria a Associação dos Naturais do Congo Português e defendia como objetivo da organização a independência pacífica do Congo português, através da negociação com o governo de Lisboa.<sup>37</sup>

A aproximação do Nto-Bako e das autoridades portuguesas segue o mesmo roteiro adotado pelas duas organizações anteriores, o de tentar desqualificar a luta levada adiante pela UPA e pelo MPLA, apresentando-os como movimentos radicais insuflados por interesses internacionais.<sup>38</sup> Seu

---

<sup>36</sup> Matumona critica a barganha por bolsas de estudo e a concessão de passaportes por parte das autoridades portuguesas para os líderes do MDIA (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A - D. Inf. 1<sup>o</sup>, nt 1832, fl. 516).

<sup>37</sup> As informações da Pide sobre essa organização dão conta de alguns contatos estabelecidos com o objetivo principal de desqualificar as críticas da UPA e do MPLA à situação colonial em Angola (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, P. 381/60-SR, np 2984, Pasta 1).

<sup>38</sup> Consultei um relatório emitido pelo agente da Pide em Maquela sobre a passagem por essa cidade dos homens do Nto-Bako, após se reunirem em Luanda com as autoridades portuguesas. Descreve, com detalhes, uma conversa com tais indivíduos na qual ficam patentes o aliciamento, as orientações portuguesas e a ação contra-revolucionária que deveria ser realizada junto à UPA e ao MPLA. O relatório

presidente, Angelino Alberto, pregava uma independência progressiva e uma Angola multirracial. O movimento ganhará importância ao longo da luta pela independência por ter conseguido organizar o regresso de angolanos refugiados para a área de atuação portuguesa.

O caso do Nto-Bako ganhou, para esta pesquisa, um novo interesse pelo fato de a própria documentação da Pide, no decorrer do processo por ela montado sobre a organização, deixar evidente a existência de uma rivalidade grande entre a Pide e os agentes do SCCIA. A Pide de Luanda se queixa ao diretor-geral em Lisboa da intromissão dos agentes do SCCIA nos seus assuntos, principalmente aqueles que diziam respeito à segurança do Estado.<sup>39</sup> Na verdade, a Pide demonstra total ignorância na forma como vinha sendo gerida a negociação com o Nto-Bako, inclusive desconhece algumas das rivalidades entre seus dirigentes.

Léopoldville também abrigava a principal organização que reunia os militantes da luta pela independência de Cabinda. Assim como muitos dos já citados, a Association des Ressortissants de l'Enclave de Cabinda (Arce) iria originar o Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), que depois se transformaria na Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), hoje

---

é datado de 12-4-62 (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A - D. Inf. 1º, nt 1832, fls. 177-80).

<sup>39</sup> Essa rivalidade surge em outros momentos também, mas dessa vez mereceu uma longa troca de correspondências entre Luanda e Lisboa (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, P. 234 - CI (2), SCCIA, nt 6977, fls. 34-96).

desdobrada em vários segmentos, mas ainda muito atuante na luta pela independência do enclave, só que agora levada à frente face ao Estado angolano.

O caso de Cabinda assume características diferenciadas dos demais pelo simples fato de sua união estar baseada na condição regional. Os fundadores do MLEC logo marcaram posição pela situação específica da região e optaram pela moderação, vacilando em aderir à idéia de um nacionalismo angolano.

Apesar da existência de diferentes grupos étnicos em Cabinda, a idéia de que a região deveria receber um outro tratamento, devido à sua condição geográfica e à sua história diferenciada no relacionamento com Portugal, estava bastante enraizada na população. Isso, todavia, não foi capaz de esconder as divisões existentes entre, por exemplo, os povos da floresta e os mais costeiros.

Essa disposição de seguir um caminho isolado do restante de Angola surpreendeu Lúcio Lara e o MPLA, quando de seu primeiro encontro com militantes da Association des Originaires de l'Enclave de Cabinda (AOEC), em abril de 1960 (LARA, 1997, p. 334-7). Já naquela ocasião, os militantes da AOEC não fizeram questão de esconder suas idéias separatistas do conjunto da luta angolana.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Manuel Pedro Pacavira, também presente nesse encontro, em depoimento à Pide, confirma essa tese do separatismo cabinda (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, np 9084, Pasta 1 - Posto de Cuito Cuanavale, fls. 344-54).

Para completar esse quadro a respeito do nacionalismo angolano, é preciso destacar que, nesse início da década de 60, o impeto de criação de organizações nacionalistas estava concentrado na região centro-norte da colônia. Isso era conseqüência, dentre outros fatores, das formas diferenciadas de penetração colonial — mesmo que sob a guarda de uma única nação, Portugal — e, principalmente, da impossibilidade de os movimentos de libertação abrirem uma frente de luta mais ao sul ou ao leste que pudesse contar com uma retaguarda num país amigo, como acontecia no Congo-Léopoldville. A África Austral enfrentava o *apartheid* sul-africano e seu subimperialismo regional, o persistente colonialismo português e a delicada situação das Rodésias.

Faltava, portanto, nas demais regiões angolanas essa retaguarda. Apesar da presença das missões protestantes na região do Planalto Central e no sul da colônia, que assim como as do norte tiveram um importante papel na conscientização dos angolanos, a dificuldade em se criar organizações locais era muito grande.<sup>41</sup> A pressão das autoridades portuguesas, ciosas do perigo que uma possível agitação anticolonial representava na região, proporcionalmente a mais povoada da colônia, fez surgir a idéia da fuga para o norte como a saída mais radical e ao mesmo tempo desejada pelos contestadores da presença colonial.

---

<sup>41</sup> É preciso ter em mente que nos anos 60 as missões católicas já são maioria na região e que também funcionaram como caminho de ascensão educacional e profissional para os *ovimbundu*, até pela competição existente em relação aos protestantes.

Os interrogatórios realizados pela Pide na parte centro-sul da colônia privilegiavam o meio protestante e os funcionários do Caminho de Ferro de Benguela (CFB), como podemos observar através dos inúmeros depoimentos prestados nas subdelegações e postos dessa polícia espalhados pela região. Os homens da Pide acabariam por descobrir uma série de casos em que o tema principal era o auxílio prestado pelas missões protestantes para a concretização de fugas de angolanos para o país vizinho ao norte.<sup>42</sup>

Jaka Jamba, ainda hoje importante dirigente da Unita, em entrevista a Jaime e Barber (1999, p. 180-99) e também nas respostas que nos forneceu (Luanda, 20 de agosto de 1997), ao falar desse período no Planalto Central, ressalta a escassez de informações sobre o que se passava em Angola e no mundo, mas confirma a força da idéia de se fugir para o norte. Seus depoimentos detalham alguns nomes que difundiam a idéia de emancipação na região, mas admite que esses logo sofreriam a perseguição da Pide. O resultado é o reforço da idéia de que a ausência de uma retaguarda era fatal e a fragilidade nessa fase acabaria sendo confirmada pela memória das escassas atitudes individuais que ganharam vulto.

---

<sup>42</sup> Entre os processos investigados vale a pena destacar o que se passa em 1967, em que os acusados relembram os nomes e as condições em que se processaram algumas dessas fugas (IAN/TT, P)DE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.E/1 - D. Inf./1). Essa investigação é iniciada por conta da distribuição de panfletos do MPLA em Nova Lisboa (Huambo) e lentamente se transforma numa tentativa de incriminação da Pide a toda atividade protestante em Angola.

No leste a situação foi ainda mais difícil. A baixa densidade populacional e a grande distância do núcleo colonial central criava sérios obstáculos à obtenção e circulação de informações. Até a chegada da guerrilha do MPLA e da Unita na região não se tem notícia de maiores perturbações da ordem colonial, se bem que essa também pouco aparecesse numa zona tão ampla e desligada dos principais centros. A exceção era a região das Lundas, onde uma grande parte do território, rica em diamantes, vivia sob a guarda da Diamang, que poderia ser considerada um mundo à parte, tornando quase impossível qualquer tipo de manifestação política, independentemente de seu perfil.<sup>43</sup>

### **Os Angolanos Brancos Nacionalistas**

Podemos enfim completar o quadro do nacionalismo angolano nesse início da década de 60, fazendo uma menção ao nacionalismo dos angolanos brancos, que durante certo tempo receberam um tratamento diferenciado, até mesmo do MPLA, para onde muitos iriam se dirigir. A grosso modo, poderíamos dividir esses angolanos em dois grandes blocos: moderados e radicais.

---

<sup>43</sup> A Diamang era uma gigantesca empresa de exploração de diamantes que funcionava por intermédio de regras extremamente severas, inclusive do ponto de vista das barreiras socioculturais, raciais e econômicas entre seus funcionários e mesmo junto à clientela que circulava a sua volta.

Os moderados ensaiaram formas de organização em meados dos anos 50 e avançaram com propostas autonomistas. Sua margem de manobra praticamente se extinguiu com os levantes armados de 1961 e o início da luta de libertação. Somente anos mais tarde, já na década de 70, com um certo controle militar da colônia por parte de Portugal, é que retomam a iniciativa. O grupo se dividira, alguns seriam importunados pela Pide por manterem um discurso crítico da colonização, mas foram incapazes de dar um salto à frente no sentido de se aproximarem dos movimentos de libertação e rapidamente seriam ultrapassados pelos acontecimentos de meados da década de 70. Uma outra parte do antigo grupo iria se juntar aos que lutavam pela manutenção do *status quo*, ainda que em outros moldes políticos. Falavam com tranqüilidade numa saída *à rodesiana* para Angola. Ou seja, a idéia era que, a exemplo do que acontecera na ex-colônia inglesa a leste de Angola, os colonos brancos assumissem o controle da máquina administrativa colonial independente. No caso de Angola, iriam se valer de um discurso anti-racista, mas essencialmente de caráter econômico, crítico da exploração colonial.

Já os radicais, ainda antes dos levantes armados, procuraram marcar posição por uma Angola independente, apesar da proximidade, em muitos casos, à esquerda portuguesa. E isso é preciso ser realçado, pois para o Partido Comunista Português a independência das colônias portuguesas seria um tema de

lento amadurecimento, e só em finais dos anos 50 se afirmaria no partido a tese da liberdade de escolha para os africanos.

Por outro lado, muitos desses nacionalistas brancos eram próximos, quer politicamente quer socialmente, dos líderes do MPLA e aguardavam ansiosos a adesão a este movimento. Tiveram, no entanto, como veremos em detalhe mais à frente, que esperar algum tempo para que isso se concretizasse. Segundo nossos entrevistados, brancos ou não, e alguns poucos trabalhos que tratam desse tema, isso se passou em função do temor que o movimento tinha quanto à arregimentação de militantes brancos para a luta, principalmente no que se refere ao entendimento dessa questão por parte dos apoios africanos do MPLA.<sup>44</sup>

### **As Missões Religiosas**

Sobre o papel das missões protestantes no processo de conscientização dos angolanos, faz-se necessário abrir um pequeno parêntese para esclarecer alguns pontos aqui rapidamente referenciados e que diferenciam essas missões em relação às missões católicas. A primeira e básica distinção entre uma e outra diz respeito à associação dos católicos com o governo português. Uma relação que transformaria a Igreja Católica no principal gestor do ensino fundamental na colônia e numa instituição agarrada aos privilégios decorrentes dessa associação

e da condição colonial. No entanto, uma série de outros fatores, em grande parte consequência dessa parceria, amplia a distância entre as duas instituições religiosas.

Num outro pólo, as missões protestantes baseavam sua pregação numa maior atenção às culturas e línguas locais ou, para ser mais exato, regionais. o que, por sua vez, acarretava o reforço da perspectiva étnica dessa abordagem. Também a maior liberdade pedagógica por parte dos protestantes, tanto de conteúdo, como de método, era um fator que os distinguiu de forma bem visível. Para além de serem instituições diferentes, com objetivos também diferenciados, evidentemente a proximidade da condição africana que as missões protestantes logravam era fruto de uma estrutura hierárquica bem menos presente. Destaquemos ainda que, mesmo dentro do território angolano, não houve uma inserção única por parte dos protestantes. Eram batistas, metodistas e congregacionais que se espalharam pela colônia, aproveitando-se das brechas legais facultadas. Num campo oposto, a maior padronização dos católicos, como forma de difundir um determinado comportamento mais condizente com os objetivos do Estado português, dificultaria uma proximidade aos temas e desejos africanos (HENDERSON, 1990).

---

<sup>44</sup> A história dessa aproximação é lembrada no livro de Sócrates Dáskalos (2000), um dos ativistas dessa luta, que ingressaria no MPLA.

Vale frisar, entretanto, que a educação obtida nessas missões, católicas ou protestantes, consistia num elemento importante para os africanos tentarem ascender socialmente. Elas iriam formar muitos dos quadros que dariam força e substância aos movimentos de libertação. No caso dos protestantes, os processos elaborados pela Pide fazem crer que suas redes missionárias muitas vezes funcionaram como esquema de apoio para fugas e auxílio de indivíduos comprometidos com a atividade clandestina (HEYWOOD, 1989).

O reconhecimento do importante papel exercido pelas missões protestantes não deve, todavia, fazer esquecer a atitude corajosa de alguns padres católicos em face dos desmandos coloniais. O caso emblemático do cônego Manuel das Neves, que já tivemos oportunidade de analisar, não foi único, apesar de ele ter sido, juntamente com Joaquim Pinto de Andrade, um dos mais radicais que se teve conhecimento. A atitude de rebeldia de alguns padres católicos deve ser analisada tendo em conta a luta travada contra a hierarquia de sua instituição, fortemente ligada ao governo português.<sup>45</sup>

### **A Bipolarização e as Filiações Internacionais**

---

<sup>45</sup> Em 1960 seria detido Joaquim Pinto de Andrade e enviado para Portugal o cônego Manuel Frankim da Costa. Em 1961, foi a vez do cônego Manuel dos Santos Neves e mais quatro padres: Domingos Gaspar, Alfredo Osório Gaspar, Martinho Samba e Lino Guimarães. Alexandre Nascimento, hoje cardeal de Luanda, e Vicente Rafael também seriam expulsos para Portugal (*Público*, 5-7-94).

No tocante às relações internacionais, a bipolarização do mundo nos anos 60 ditava as regras. É evidente que margens de negociação existiam, mas essas tendiam a se escassear com o avanço da luta e do apoio obtido. Se, por um lado, a UPA consolidava sua ligação com os Estados Unidos, através de uma administração Kennedy muito falante sobre os temas africanos, o MPLA dificilmente poderia encontrar outro ancoradouro que não fosse Moscou. Mesmo assim, o movimento trilhou um caminho lento e por vezes reticente até que se firmasse a conexão.

As filiações internacionais comportavam subgrupos regionais. É assim que na África se apresentam os grupos de Casablanca e Monróvia. O MPLA apoiava-se no grupo de Casablanca, onde se destacavam Gana, Mali, Guiné-Conakry, República Árabe Unida (Egito) e Marrocos. Também a Front de Libération Nationale (FLN) de Franz Fanon se fazia presente, principalmente depois da sua vitória na luta pela independência da Argélia, ocorrida em 3 de julho de 1962. O nome da cidade marroquina como forma de identificação do grupo ocorre em função de ter sido em Casablanca que decorrera, entre os dias 4 e 7 de janeiro de 1961, a conferência decisiva para a explicitação de seus objetivos.

O grupo defendia, acima de tudo, a idéia de se avançar para uma unidade africana, política e econômica, o que era encarado pelos demais países africanos como, mais do que uma possibilidade de intervenção, uma estratégia de extinção

dos Estados. Outro ponto importante em suas declarações dizia respeito ao apoio explícito à luta de libertação que se travava na África Austral. Tais posturas lhe renderiam a designação de radicais, e sua opção ou simpatia pelo socialismo acabaria por reforçar a imagem e os contatos do MPLA nessa área (BENOT, 1981, p. 230-7 e MARCUM, 1978, p. 70-3).

A perversa lógica das exclusões mantinha-se e a UPA se aproximava do grupo de Monróvia, capitaneado por Senegal e Costa do Marfim. Considerado por muitos analistas como um bloco mais conservador, esse segundo grupo, também chamado de "moderado", agregava cerca de 20 países e da mesma forma que o anterior, sua designação retrata o local da reunião mais importante na definição de suas perspectivas, ocorrida entre os dias 8 e 10 de maio de 1961, na capital da Libéria. Eram opostos a qualquer intervenção direta ou indireta nos assuntos internos dos Estados africanos e, conseqüentemente, contrários à unificação. O documento final dessa conferência, de maio de 1961, defende a necessidade de uma solidariedade política entre os países africanos e não a integração de Estados soberanos (BENOT, 1981, p. 230).

Ambos os blocos seriam suplantados, ainda que tão somente numa perspectiva formal, já que as divergências políticas permaneceriam por muito mais tempo, pelo nascimento da Organização da Unidade Africana (OUA), ocorrido na conferência de Adis-Abeba, entre os dias 22 e 26 de maio de 1963. A

OUA se definiria nitidamente como uma organização de Estados. Sua criação é, portanto, o princípio do fim da idéia de unificação. O que se traduz na aprovação de uma proposta de não-ingerência nos assuntos internos dos Estados-membros, muito próxima da defendida pelo grupo de Monróvia. Em contrapartida, adiciona-se aos propósitos da OUA a erradicação de todas as formas de colonialismo do continente, o que antes era uma das principais bandeiras do grupo de Casablanca. Seguindo tal objetivo, seria aprovada a criação de um fundo para auxiliar os movimentos de libertação africanos ainda em luta pela independência de seus países. Uma outra decisão fundamental dessa conferência de Adis Abeba seria a de que os Estados africanos deveriam respeitar as fronteiras territoriais legadas pela colonização. De acordo com a compreensão dos países participantes, mesmo sendo arbitrárias, elas já estavam estabelecidas e qualquer alteração possível ou desejável se transformaria num perigoso risco de conflito.

Nos meios anticoloniais europeus, o MPLA conseguia obter maior sucesso que o seu rival imediato. Valia-se, para tanto, de um discurso bem elaborado politicamente, com propostas para o futuro pós-independência, e acima de tudo crítico em relação a comportamentos racistas e tribais. Também a trajetória de alguns de seus dirigentes, muitas vezes apoiados ou com passagem pelas estruturas dos PCs europeus, auxiliava nessa aproximação.

Portugal, por sua vez, além de defrontar os movimentos de libertação na África, também estava ameaçado em Goa, mais uma de suas possessões coloniais. A Índia de Nehru já há muito tempo demonstrava sua insatisfação com a manutenção da *bandeira* portuguesa na região. Lisboa, dadas as dificuldades encontradas nos palcos internacionais em defender suas colônias africanas, não pretendia abrir uma nova disputa e, de certa forma, confiava na imagem pacifista de Nehru. Salazar ainda enfrentaria, em abril de 1961, a tentativa de golpe ensaiada pelo seu ministro da Defesa, Botelho Moniz.

Quando Portugal percebeu que a Índia iria se aproveitar do desgaste angolano, após os levantes na África, tentou até mesmo uma aproximação com a China de Chu En-Lai, oferecendo Goa como palco de negociação para uma plataforma militar do exército chinês, mas já era tarde (ANTUNES, 1991, p. 303-4). Em 18 de dezembro de 1961, foram enviados 45 mil soldados e 26 mil reservistas indianos contra 4 mil portugueses, além de terem sido colocados navios de guerra ao largo de Goa. Morreriam 45 portugueses e 22 indianos. O teatro armado pelos Estados Unidos na ONU, criticando a atitude indiana, durou algum tempo, mas logo foi possível perceber que Goa era um caso do passado para Portugal. Sua preocupação deveria se concentrar nas colônias africanas.

Na elaboração de suas estratégias defensivas, as autoridades portuguesas sempre levaram em consideração o papel a ser exercido pelo Brasil após a

intensificação da luta nas colônias portuguesas na África, principalmente em Angola. O temor de uma simpatia brasileira com o desejo de autonomia em Angola era uma preocupação já antiga na política portuguesa. Fora alvo de cláusula documental no acordo de 1826 entre Brasil e Portugal, para que este último reconhecesse a independência do primeiro, estipulando-se ainda o impedimento do Brasil em aceitar o controle direto sobre qualquer território português na África. Esse receio, mesmo após as independências das colônias africanas, não seria de todo extinto, mudaria de forma e de interpretação.<sup>46</sup>

No início da década de 60, essa apreensão do governo português encontrava base nas reformulações ocorridas na política externa brasileira.<sup>47</sup> Era o período de manifestação do discurso culturalista de ligação e dívida com a África, o qual logo demonstraria suas limitações. No caso das colônias portuguesas, seria agravado pela aliança do governo brasileiro com o governo de Salazar. Não obstante essa aliança, o novo discurso da política externa brasileira assustava os colonialistas portugueses, alicerçados numa retórica de fundo luso-tropicalista da qual o Brasil seria a melhor comprovação da capacidade portuguesa de fornecer

---

<sup>46</sup> E ainda hoje, quando todos os países, ex-metrópole e ex-colônias, se apresentam *donos de si*, o jogo de interesses, por vezes disfarçado de ingênuas atitudes de ciúme, tem dificultado possíveis cooperações e mesmo a implementação do que poderia ser a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

<sup>47</sup> Saraiva (1996) defende a tese de que a redefinição da política externa brasileira em relação ao continente africano antecede o chamado período da *política externa independente* (1961-1964), como defendido por muitos e durante muito tempo. Ainda segundo Saraiva, a orientação da política externa brasileira nesse período (1961-1964) era a de tentar conjugar o tradicional alinhamento aos Estados Unidos com iniciativas políticas autônomas junto a outros interesses internacionais que facilitassem o crescimento do país e a sua projeção internacional.

civilização a outros povos. Era, portanto, de grande importância a concordância brasileira à política de Portugal em relação às colônias.

Até então, o continente africano era encarado por alguns setores do governo brasileiro apenas como um rival na exportação de produtos primários. O café angolano, por exemplo, competia diretamente com o café brasileiro, que na segunda metade da década de 50 ainda era responsável por três quartos das nossas exportações. Tais disputas na área econômica fundamentavam uma política titubeante do Brasil nos fóruns internacionais a respeito do processo de descolonização na África. Nas votações da ONU de 1960, o Brasil, ao mesmo tempo que apoiou a resolução que garantia a independência dos povos e países coloniais, foi contra uma outra que forçava Portugal a dar informações sobre suas colônias na África. Essa atuação ambígua também era praticada em relação à África do Sul, parceiro estratégico no Atlântico Sul. O Brasil abstinha-se nas votações sobre o *apartheid* com o argumento de se tratar de um problema interno sul-africano.

Nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, a chamada *política externa independente* traria novidades no posicionamento brasileiro no tocante ao processo de descolonização africano. A política externa desse período refletiria a idéia de uma maior exposição internacional do Brasil, de uma diversificação de interesses e aliados e também de penetração em zonas até então pouco tocadas.

Essa postura resultou na abertura de embaixadas em Acra, Rabat, Túnis, Dacar (onde antes existia um consulado) e Lagos, além dos consulados em Luanda, Lourenço Marques (hoje Maputo, capital de Moçambique), Nairóbi e Salisbury (no atual Zimbábwe). Também nesse ano de 1961, seriam criados a Divisão de África no Itamaraty e o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), tendo à frente Candido Mendes de Almeida, Eduardo Portella e Maria Yedda Linhares (SARAIVA, 1996, p. 64-5 e 94). Todavia, as alterações na política externa brasileira não foram suficientes para superar as hesitações em relação ao problema das colônias portuguesas. Na votação de março de 1961 na ONU, em torno da reação portuguesa aos levantes ocorridos em Angola, o Brasil se absteve.<sup>48</sup>

Ainda nesse ano de 1961, dois eventos devem ser destacados a fim de nos auxiliar na análise da política externa brasileira em relação a Portugal e Angola: a exposição flutuante do navio-escola Custódio de Mello e a visita do embaixador brasileiro em Portugal a Angola.

A embarcação brasileira realizou, ao longo de vários meses, uma excursão por diversos países africanos. Organizada pelo Itamaraty e pelo Ministério da Marinha, a viagem tinha por objetivo estabelecer laços de amizade e apresentar produtos nacionais para comercialização. A passagem dos brasileiros por Luanda

---

<sup>48</sup> Semanas antes, porém, Jânio Quadros, nos momentos que antecederam sua posse, autorizaria Henrique

ganharia repercussão na imprensa portuguesa, quer metropolitana quer colonial. As autoridades coloniais, carentes de notícias que alterassem o repetitivo discurso da guerra, fizeram questão de demonstrar o mais amplamente possível o ambiente festivo com que foram recebidos os brasileiros em Luanda. As reportagens do *Jornal de Angola* e da *Revista de Angola*, abusando das fotografias tiradas numa recepção ocorrida na Associação dos Naturais de Angola, procuraram realçar a diversidade racial desse convívio e descrever a visita, de forma por vezes pouco sutil, como uma demonstração de apoio por parte do Brasil à política de Salazar para o Ultramar. As declarações dos visitantes brasileiros durante a curta estadia em Angola facilitaria e muito tal interpretação.

Não obstante, essa mesma excursão, interpretada pelos salazaristas como sinal de apoio a Portugal, seria considerada por muitos brasileiros, defensores da aproximação com o continente africano e da aspiração de independência reinante, como um elemento novo na política externa brasileira para a África. Uma atitude de apoio e de busca de laços comerciais que, mesmo não se afastando totalmente da linha culturalista, permitia o estabelecimento de relações em bases mais concretas, respeitando interesses econômicos e políticos de ambos os lados. Vale lembrar que essa tendência de aproximação com o continente africano seria muito discutida no meio político e acadêmico da época, ultrapassando os debates

---

Galvão e seus homens, que seqüestraram o barco português Santa Maria, a atracarem no Recife.

ocorridos no Legislativo e alcançando as páginas dos jornais e algumas revistas acadêmicas.<sup>49</sup>

A África, em especial as colônias portuguesas, estava na pauta dos temas importantes a serem defrontados pelo Brasil. Por outro lado, o Brasil era uma presença constante na imprensa portuguesa metropolitana e colonial, daí o receio de que tal referencial servisse aos anseios autonomistas existentes em Angola. O *Jornal de Angola* de 15 de novembro de 1961, o mesmo que fez a reportagem com a visita dos tripulantes do Custódio de Mello a Luanda, tem um outro artigo de fundo no qual é feito um balanço dos problemas enfrentados por João Goulart para assumir o governo. Esse periódico possuía ainda uma sessão chamada "Notícias do Brasil", na qual se veiculava pequenas notas sobre a economia brasileira. Longe de se constituir em uma exceção na imprensa portuguesa, as matérias sobre o Brasil eram mais do que constantes, quase obrigatórias, o que demonstra o interesse que o país suscitava nos portugueses e também nos africanos, ambos com pouco acesso a outras fontes de informação que não fossem as rádios e os jornais oficiais.

É nesse cenário que decorre a visita do embaixador brasileiro em Portugal, Negrão de Lima, a Angola. Nessa viagem, Negrão de Lima se fez acompanhar do

---

<sup>49</sup> Entre os debatedores, além de deputados e senadores, constavam os nomes de Afonso Arinos, Alceu Amoroso Lima, Candido Mendes de Almeida, Eduardo Portella, Gilberto Amado, José Honório

terceiro secretário da embaixada brasileira em Lisboa, Alberto da Costa e Silva, e do professor do Instituto de Cultura Brasileira em Portugal, Thiers Martins Morcira. A viagem seria fruto de um convite português ao presidente Jânio Quadros para que o governo brasileiro tomasse conhecimento da realidade angolana antes de se posicionar nas votações sobre o colonialismo português na ONU. Durante sua estadia em Angola, Negrão de Lima fez declarações salientando a amizade entre Brasil e Portugal e que logo ganhariam uma conotação na imprensa portuguesa, tanto na metrópole como em Angola, em que se associa a delicadeza do discurso do embaixador brasileiro a um possível apoio a Portugal. Segundo Saraiva (1996, p. 80-1), em relatório interno para o Itamaraty, o embaixador expressou opinião bem diversa, defendendo a hipótese da autonomia de Angola.<sup>50</sup>

A visita não se restringiu a Luanda e, por onde passassem, os brasileiros seriam acompanhados de perto pela imprensa angolana, como no Uíge, onde receberam grande destaque no *Jornal do Congo* de 8 de junho de 1961. O tom dado a essa visita, quer pelas autoridades coloniais quer pela imprensa local, era

---

Rodrigues, Manuel Mauricio de Albuquerque, Maria Yedda Linhares, Moacir Werneck de Castro, Oswaldo Aranha e San Tiago Dantas.

<sup>50</sup> Segundo o embaixador Alberto da Costa e Silva, no retorno a Lisboa, Negrão de Lima foi informado de que algumas das pessoas com as quais a missão brasileira tivera contato em Angola tinham sido presas. O embaixador brasileiro pediu, então, uma audiência a Salazar, na qual se queixou sobre o ocorrido e pediu a libertação dessas pessoas. Negrão de Lima ponderou que realizara a visita a Angola com a garantia da liberdade de movimento e que aquelas prisões demonstravam o contrário (Entrevista com Alberto da Costa e Silva, Rio de Janeiro, 15 de junho de 2000). O que se sabe é que alguns dos detidos seriam enviados posteriormente para Portugal, onde cumpririam mais algum tempo de detenção e depois seriam postos em liberdade vigiada (DÁSKALOS, 2000).

o de uma aproximação brasileira e de certeza do apoio do Brasil à política portuguesa para Angola.<sup>51</sup>

Os arquivos da Pide mostram, entretanto, que não eram só os jornalistas que estavam no encalço dos brasileiros. Durante toda a viagem, que se estendeu dos últimos dias de maio até a segunda semana de junho de 1961, a comitiva seria seguida de perto pelos agentes da polícia política portuguesa, temerosa de possíveis encontros com independentistas angolanos.<sup>52</sup> O posto da Pide em Sá da Bandeira, atual Lubango, envia um breve relatório da passagem pela cidade da comitiva brasileira, informando que Alberto da Costa e Silva deixara transparecer sua aprovação em relação à independência de Angola e que teria afirmado que num prazo de dois a três meses Holden Roberto iria ao Brasil. Segundo esse relatório, os brasileiros fizeram contatos com alguns opositoristas, previamente preparados para tanto pela própria Pide.<sup>53</sup>

---

<sup>51</sup> Essa leitura aparece com clareza na *Revista de Angola* da primeira quinzena de junho de 1961, em que a reportagem sobre a visita é finalizada com a afirmação de que Negrão de Lima "sentiu de perto a coragem" com que os angolanos se defendiam contra os que pretendiam "destruir a obra" criada pelos portugueses. Segundo a revista, Negrão de Lima "sentiu, sobretudo, que em Angola" Portugal encaminhava a "convivência na mesma linha que esta assumiu no Brasil".

<sup>52</sup> Essa nota pretende tão-somente registrar um episódio de muito humor contado pelo embaixador Alberto da Costa e Silva e que ilustra a longevidade das relações entre o Brasil e Angola, ao mesmo tempo que reflete as sutilezas da diplomacia, em especial da brasileira, nesse caso específico do colonialismo português. Segundo Alberto da Costa e Silva, o fato ocorrera durante um discurso do embaixador Negrão de Lima em Benguela, após a visita ao túmulo de um inconfidente mineiro, sepultado nas cercanias da cidade. O também mineiro Negrão de Lima acabaria por demonstrar uma grande emoção, ao discursar sobre a inconfidência e sobre as ligações Brasil-Angola. Percebendo a perigosa associação que estava sendo feita e o desfecho complicado que poderia resultar do tom do discurso, o então terceiro secretário Alberto da Costa e Silva chama a atenção do embaixador para o fato, alertando-o, bem-humorado, de que sua fala terminaria levando a uma proclamação de um grito de "independência ou morte" para Angola. Após o aviso, o embaixador conseguiria conter o tom emocionado de suas palavras e terminar o discurso sem grandes problemas.

<sup>53</sup> O relatório é datado de Sá da Bandeira, 5-6-1961 (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A - D. Inf. 1a., nt 1832, fls. 581-2).

Todavia, a entrevista realizada com o embaixador Alberto da Costa e Silva e o livro de memórias de Sócrates Dáskalos (2000, p. 88-9) nos confirmam que, apesar da vigilância cerrada, foi possível a realização de contatos entre a comitiva e alguns independentistas angolanos, como o que ocorreria entre Alberto da Costa e Silva e o próprio Sócrates, em Benguela.<sup>54</sup> Por ocasião desses contatos, o diplomata brasileiro pôde perceber a força do sentimento de independência e, ao mesmo tempo, a fragilidade das informações no interior de Angola a respeito das divisões existentes entre os nacionalistas angolanos exilados.<sup>55</sup> Alberto da Costa e Silva afirma que o encontro de Benguela teria sido o mais interessante, tendo ajudado a arrumar em sua mente um quadro em que apareciam várias correntes políticas pulsando em Angola: a que lutava pela manutenção colonial a qualquer preço; os brancos que pretendiam uma independência *à rodesiana*; um grupo de orientação socialista muito próximo do MPLA; e a UPA, marcada pelos demais como racista e de filiação estreita do ponto de vista étnico-regional.<sup>56</sup>

<sup>54</sup> Alberto da Costa e Silva afirma ainda que o fato de a Pide ter identificado ele como partidário da independência angolana não lhe surpreendeu, visto que a estratégia de aproximação com os oposicionistas fora traçada pelo próprio embaixador Negrão de Lima, que logo percebera que não iria conseguir observar nada além do que os portugueses pretendiam mostrar.

<sup>55</sup> Entrevista com Alberto da Costa e Silva, Rio de Janeiro, 15 de junho de 2000. Um segundo relatório, mais conciso, sobre a visita dos brasileiros a Angola seria preparado para a Presidência do Concelho, portanto, para o próprio Salazar, pela Pide de Lisboa, datado de 21-6-1961 (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, P. 381/60-SR, np 2984, fl. 149).

<sup>56</sup> O embaixador Alberto da Costa e Silva fez questão ainda de destacar a idéia de que já naquele momento era mais do que clara a impossibilidade de união entre o MPLA e a UPA, apesar de muitos angolanos consultados e mesmo os diplomatas envolvidos nos assuntos africanos acreditarem nessa hipótese. Aproveitou a entrevista para desmentir a idéia presente no relatório da Pide de que o governo brasileiro teria articulado uma visita de Holden Roberto ao Brasil. Por último, realçou uma observação feita pelo embaixador Negrão de Lima à época, segundo a qual, dadas as condições de desenvolvimento

A preocupação portuguesa com um possível apoio brasileiro às ações anticoloniais em Angola, demonstrada nesses casos, continuaria por um longo tempo ocupando espaço no xadrez político pensado por Lisboa. Segundo a Pide, em decorrência da "atitude assumida pelo Governo do Brasil em relação à política ultramarina de Portugal", todas as autoridades diplomáticas brasileiras, independentemente dos países em que estivessem fixadas, deveriam receber um acompanhamento especial. Qualquer movimento de aproximação em relação aos nacionalistas angolanos deveria ser assinalado. Em resposta a essas orientações vindas de Lisboa, a Pide de Luanda informa ao governo que não havia diplomatas brasileiros em Brazzaville, nem em Léopoldville, naquele ano de 1961, e que o cônsul em Luanda estava vigiado, não se registrando "nada de interesse até o momento".<sup>57</sup>

Mais uma vez, a entrevista realizada com o embaixador Alberto da Costa e Silva nos fornece um testemunho que confirma essa *atenção especial* da Pide aos diplomatas brasileiros, quando se tratava de investigar a proximidade destes em relação aos partidários das independências africanas. Segundo o embaixador, em Lisboa essa vigilância era mais severa sobre ele, responsável pelos assuntos

---

já existentes em Angola em 1961, seria possível ocorrer uma independência não-traumática e a partir de um nível de prosperidade bastante elevado, quando comparado ao que sucedera em outros países africanos. Essa afirmação complementa a idéia de Saraiva (1996) a respeito das conclusões dessa viagem.

<sup>57</sup> Esses relatórios são da Pide de Lisboa (28-11-1961) e da Pide de Luanda (7-6-1962). As informações sobre Brazzaville e Léopoldville foram coletados não só por informantes, mas também pelos serviços

africanos, e sobre o responsável pela área cultural, o escritor Odílio Costa Filho, ambos muito receptivos aos estudantes africanos residentes em Portugal. Como forma de ilustrar o que se passava, Alberto da Costa e Silva destaca um episódio em que Odílio Costa Filho, após demitir a empregada portuguesa que trabalhava em sua casa, é defrontado por essa senhora com a resposta de que ele não poderia demiti-la, pois ela tinha sido colocada naquela função por um determinado major português e que, portanto, só sairia dali com ordem desse militar. A Pide, no entanto, segundo Alberto da Costa e Silva, estava certa em suas suspeitas, já que, em muitas das viagens à África, os diplomatas brasileiros sofriam o assédio de integrantes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas, em especial o MPLA.<sup>58</sup>

A importância do Brasil no caso das colônias portuguesas não era observada apenas pelo governo de Salazar. Segundo Roberto Campos, na altura embaixador do Brasil em Washington, ele e San Tiago Dantas, ministro das Relações Exteriores, teriam tido um encontro no Departamento de Estado americano, em 1962, a fim de tratar do caso de Angola. A proposta norte-americana era de que o Brasil deveria assumir a posição de mediador do problema. De acordo com Saraiva (1996, p. 86-7), o Brasil não demonstrou

---

diplomáticos portugueses (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A - D. Inf. 1a., nt 1832, fls. 450-3).

<sup>58</sup> Saraiva (1996, p. 81) apresenta ainda um encontro de João Pereira Coelho de Souza, congressista brasileiro, em excursão por países africanos, com Mário Pinto de Andrade, à época presidente do MPLA, no qual este pede o apoio brasileiro, principalmente na ONU.

interesse em se intrometer num conflito armado. Além do mais, já naquele momento, nossa política externa estava em rota de colisão com a dos Estados Unidos em alguns temas importantes. Tais fatores teriam pesado decisivamente no *esquecimento* brasileiro em responder à proposta norte-americana.

Essas articulações políticas demonstram a força das relações internacionais para os movimentos de libertação e ao mesmo tempo dão uma idéia do esforço necessário que teria de ser empregado pelo MPLA na sua estratégia diplomática. Acuado militarmente pelas tropas portuguesas, fragilizado com as acusações da UPA e sem a possibilidade de, em curto espaço de tempo, preparar operações militares de vulto, impedidas pela carência logística e pelo controle da UPA sobre a fronteira norte, restava ao MPLA investir na propaganda de suas idéias e nas relações internacionais. Além das representações junto aos diversos governos que apoiavam a idéia de uma Angola independente, o movimento buscou também a ajuda de partidos políticos e intelectuais nos mais distintos países, a fim de que estes mobilizassem a opinião pública de modo a forçar os seus respectivos governos a pressionar o regime português no sentido de negociar com o movimento de libertação.

No Brasil, essa estratégia teria redundado, entre outros fatores, na criação do Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola (MABLA), responsável pela organização de manifestações a favor da independência angolana,

principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, e apoiado em grande medida pela militância do chamado "movimento negro". Também no meio acadêmico, a questão angolana receberia atenção de figuras conhecidas do cenário nacional, como Aurélio Buarque de Hollanda, Caio Prado Júnior, Edson Carneiro, Florestan Fernandes e Josué de Castro, incentivadores de um comitê de solidariedade ao povo angolano na sua luta pela independência.<sup>59</sup>

O ambiente de agitação política existente no Brasil favorecia a penetração e o acolhimento da idéia de independência para Angola, em especial as ações defendidas pelo MPLA. É assim que o movimento consegue estabelecer a ligação com uma rede de apoio formada por brasileiros e angolanos que estudavam no Brasil, ambos empenhados na divulgação da luta levada adiante pelo MPLA contra o colonialismo português e na tentativa de obter auxílio para o movimento.

Para além da pressão sobre as autoridades governamentais brasileiras, um dos grupos de apoio ao MPLA sediado no Brasil, contando com a presença, dentre outros, dos angolanos José Lima de Azevedo e José Manuel Gonçalves e dos brasileiros José Maria Nunes Pereira e Fernando Mourão, buscou alargar seus contatos no meio sindical, através de nomes de peso da política nacional,

---

<sup>59</sup> Essas informações chegaram à Pide inicialmente através de um documento do MPLA publicado em 30-6-1961 (IAN/IT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A - D. Inf. Ia., nt 1832, fls. 591-641) e depois seriam complementadas por informantes residentes no Brasil.

como os deputados Leonel Brizola e Osvaldo Pacheco da Silva. Com essa ligação, o grupo ambicionava concretizar ações de boicote a produtos portugueses desembarcados nos portos brasileiros. As negociações já estavam avançadas quando o clima político brasileiro passa a sofrer oscilações ainda mais agudas e o fechamento político se estabelece no país (*O Globo*, 24-9-1964).

O golpe militar de 1964 deitaria por terra outras iniciativas em fase de elaboração, como a de obter o apoio do Itamaraty para o transporte, pela Força Aérea Brasileira, de medicamentos para os homens do MPLA e a tentativa de boicote às transferências monetárias realizadas pela vasta colônia portuguesa residente no Brasil. Logo em seguida, seriam detidos os principais articuladores dessa rede, sob a acusação de "agitadores comunistas internacionais", só retomando a liberdade meses depois, fruto da mobilização dos amigos e das embaixadas africanas no Brasil. Os angolanos do grupo, no entanto, seriam *despachados* para alguns países africanos.

Uma última ação de apoio ao MPLA e que seria inviabilizada em consequência do golpe nos foi contada por Fernando Costa Andrade, militante do MPLA que chega ao Brasil em 1962 para se juntar a esse grupo, concentrando suas atividades em São Paulo, já que os demais, à exceção do professor Fernando Mourão, estavam sediados no Rio de Janeiro. Além da atividade de divulgação

dos problemas enfrentados pela população angolana,<sup>60</sup> Fernando Costa Andrade procura reforçar os laços políticos em Brasília, já atados pelo grupo do Rio de Janeiro. É assim que tem acesso ao ministro Afonso Arinos e ao chefe da Casa Civil do governo João Goulart, Darci Ribeiro, de quem conseguiria obter um encontro com a primeira-dama, Teresa Goulart. A partir de então, desenvolve-se um plano de ajuda ao MPLA que consistiria no envio de um navio até Pointe Noire, no Congo-Brazzaville, com material escolar, alimentos e medicamentos.

No entanto, os acertos iniciais para a operação ocorreriam em 23 de março de 1964. Como seria óbvio de imaginar, o golpe militar faria gorar mais essa iniciativa do MPLA. A detenção de Costa Andrade pelo DOPS, sob a mesma acusação de “agitador comunista”, ocorreria no dia seguinte ao golpe militar, em 1º de abril de 1964. Com a ajuda de amigos brasileiros e alguns intelectuais que realizaram forte pressão sobre os chefes militares, em especial Júlio de Mesquita Filho, do jornal *O Estado de São Paulo*, que interveio junto aos responsáveis das Forças Armadas em São Paulo, seriam soltos Costa Andrade e sua companheira, sem que se conseguisse evitar acontecimentos dramáticos para o casal. Esses mesmos amigos ajudariam a pagar um bilhete de barco para a Itália.<sup>61</sup> É assim que, em virtude da alteração do cenário político brasileiro, a crescente atividade

---

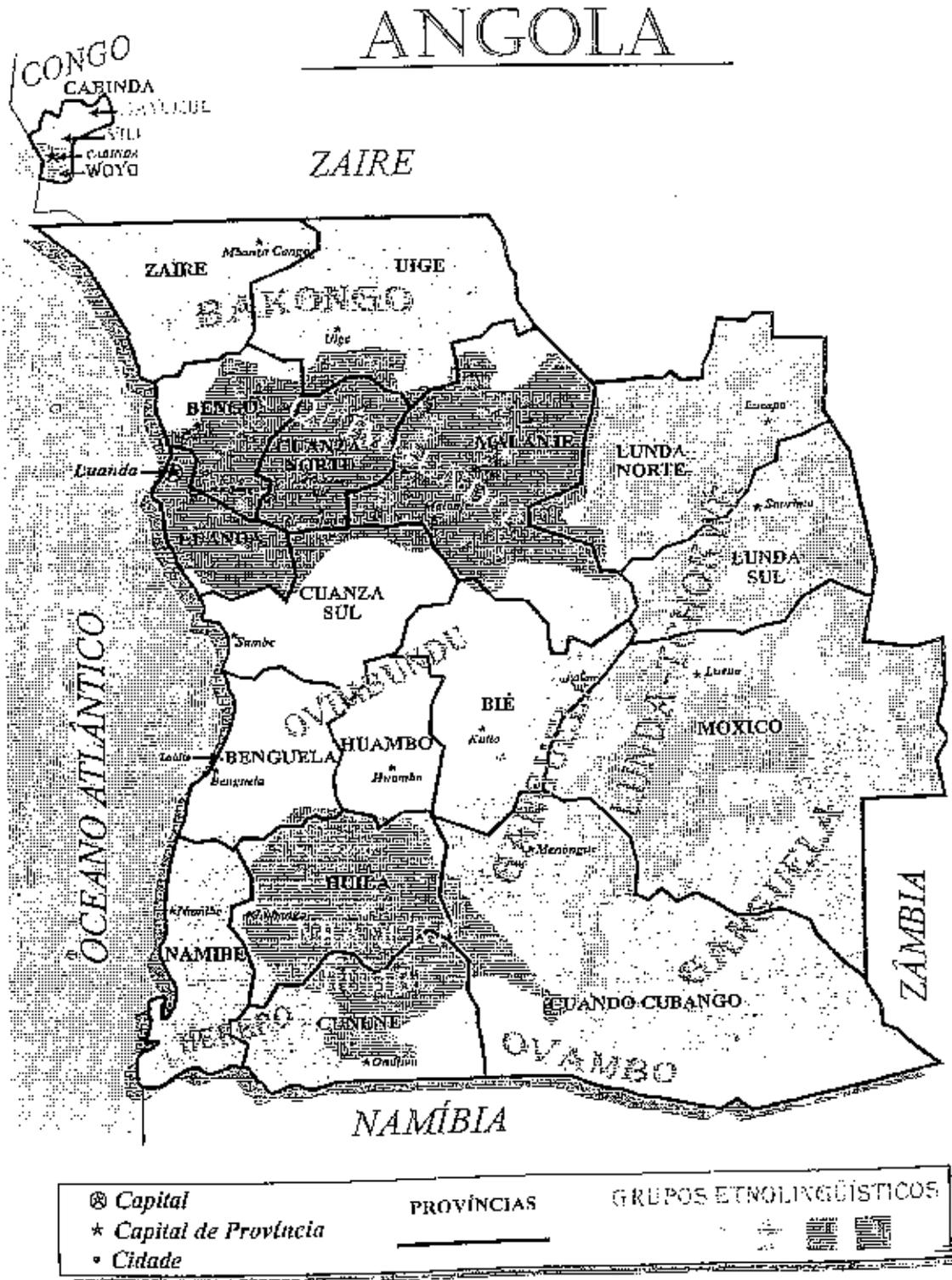
<sup>60</sup> Quanto a isso, Fernando Costa Andrade destaca o espaço obtido pelo grupo nos jornais *O Estado de São Paulo*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil* (Entrevista com Fernando Costa Andrade, Luanda, 15 de setembro de 1997).

<sup>61</sup> Fernando Costa Andrade passaria pela Itália, Argélia e Jugoslávia, para então seguir em direção à guerrilha, onde permaneceria durante sete anos. Atualmente ele é deputado pelo MPLA (Entrevista com Fernando Costa Andrade, Luanda, 15 de setembro de 1997).

do MPLA no Brasil, com potencialidades muito amplas e favoráveis ao movimento, seria apagada.

As articulações internacionais realizadas pelo MPLA nos mais diversos países, ao mesmo tempo que deram força, reconhecimento e apoio ao movimento, atuariam também na sua crise interna. Por outro lado, de forma reativa, as desavenças ocorridas no interior do grupo dirigente iriam prejudicar muito do que foi construído até então em matéria de relações e apoios internacionais. Mas, para o melhor entendimento dessa trama, suas imbricações devem ser analisadas de forma ampla, no próximo capítulo, conjugando os mais diversos fatores intervenientes nessa crise.

ANGOLA - MAPA REGIONAL E ÉTNICO



(BITTENCOURT, 1996)

## IV

### Crise, Enfraquecimento e Mudança

#### O Cenário da Crise

A partir de meados de 1962, o percurso do MPLA seria de crise, enfraquecimento e mudança. Como vimos, entre finais de 1961 e 1963, o movimento manteve-se em Léopoldville. Manutenção é, sem dúvida, a idéia mais apropriada, tendo-se em conta os obstáculos existentes. E será num ambiente de acirrada rivalidade que terá lugar a primeira cisão de vulto no seu interior. É óbvio que os confrontos no campo do nacionalismo angolano, principalmente no Congo-Léopoldville, terão influência marcante nessa dissidência.

Os argumentos de ordem étnica e racial presentes nas acusações e nos discursos elaborados pelos movimentos de libertação produziram uma visão limitada no tocante às filiações e aos objetivos dos diferentes grupos angolanos envolvidos na luta anticolonial. No início dos anos 60, tal abordagem despontava como a principal forma de apreensão do nacionalismo angolano, assumindo um papel fundamental na crise de 1962 no MPLA. E os dois principais movimentos de libertação tiveram importância decisiva para que vingasse essa interpretação. Tanto o MPLA como a UPA acusavam-se mutuamente, levantando argumentos de carácter étnico e racial sobre as respectivas organizações. Para o MPLA, a UPA

privilegiava a filiação dos *bakongo*, enquanto para esta o MPLA abrigava não só indivíduos de origem *kimbundu* como também, acima de tudo, mestiços. Por longo tempo, não houve a preocupação, nem o interesse, por parte dos estudiosos em estabelecer uma análise processual e histórica da consolidação desses movimentos.

No entanto, raça e etnia são elementos a serem levados em conta no estudo das disputas internas nos movimentos de libertação e podem facilmente ser adotadas como caminhos para a expressão de posições e consciências sociais diferenciadas. Ambos os fatores – embora não apenas eles – podem ser considerados como causa de diferenciação e de luta entre grupos divergentes, quer dentro dos movimentos quer entre eles. No entanto, não se deve pressupor que exista uma tendência natural dos africanos – e, no caso específico, dos angolanos – para interpretar e apreender a realidade apenas pelo prisma étnico ou mesmo racial. Essas são algumas das possibilidades existentes e que estão ligadas à conjuntura e ao tipo de resposta que se espera dar e obter, principalmente, no terreno da política.

Tal afirmação não pretende desconhecer a existência de leituras diferenciadas quanto aos caracteres étnico, racial e outros da luta pela independência ou, talvez mais importante dizer, as diversas apreciações e valorizações dessas leituras espalhadas pela sociedade angolana e que, cabe

ressaltar, podem não ser necessariamente coincidentes com as encontradas na comunidade angolana presente no Congo-Léopoldville, por exemplo. A apropriação de tais elementos, com fins políticos ou econômicos, se faz a partir das percepções preexistentes, amplificando-as ou equalizando-as conforme o interesse em perspectiva dos que fazem uso do argumento em questão. Com relação ao problema angolano, devemos lembrar que a implementação de discursos acusatórios entre os movimentos foi feita por suas respectivas camadas dirigentes, possuidoras de uma vivência urbana, moderna, como muitos costumam dizer, conhecedoras de regras diferenciadas do jogo político e sujeitas a interferências internacionais, ou seja, conscientes do alcance possível que tal discurso proporcionaria.

As armas utilizadas para a mobilização dos angolanos por parte dos grupos dirigentes dos diversos movimentos de libertação nem sempre eram as mesmas e muito menos se resumiam aos fatores étnico e racial. A religião, os vínculos estudantil, familiar e a ligação entre famílias, além, é claro, do fator regional, pesaram decisivamente em muitas ocasiões. Por exemplo, no fortalecimento da UPA, a conjugação do fator regional (São Salvador) com o religioso (protestantes) é fundamental para indicar a rota dos partidários da libertação enquadrados nesses campos. Por outro lado, os novos assimilados do MPLA, mesmo naqueles casos de menor proximidade com as comunidades africanas

mais tradicionais, buscam através da família alcançar o atrativo da etnicidade como forma de alargar a base de recrutamento do movimento.

No caso específico da questão étnica, o importante é não partir da etnia como um componente natural, insuperável, que pudesse ser transposto para o terreno político de forma automática, sem ponderações. Essa postura de sobreposição – da qual pretendemos nos afastar – ao mesmo tempo que retira importância do estudo de como se desenvolveram os movimentos, já que seu crescimento ou definhamento estaria ligado tão-somente à força do comportamento étnico de seus membros, implica ainda uma visão até certo ponto estática das sociedades africanas, pois é muito fácil associar essa leitura a lideranças tradicionais *congeladas*, o que, no caso angolano, certamente não corresponde ao acontecido.<sup>1</sup>

Chegamos, assim, ao ponto que nos interessa neste momento, que é alertar para o fato de que privilegiar uma certa visão étnica e racial a respeito das crises enfrentadas por Angola dificulta a percepção de outros fatores bem mais

---

<sup>1</sup> Messiant (1989 p. 186-8) aponta dois dados que parecem deitar por terra essa forma específica de encarar a componente étnica na análise dos movimentos de libertação angolanos. Segundo ela, as lideranças políticas da UPA não podem ser avaliadas como tradicionais num sentido estreito. Eram, sim, urbanas, protestantes e fortemente ligadas ao comércio, com produtos e interesses muito distantes dos circuitos internos do comércio angolano. Por outro lado, ainda segundo Messiant, os defensores dessa forma de apreciação da questão, que poderíamos identificar como mais esquemática, esquecem ou fazem questão de esquecer que os quadros políticos dissidentes da FNLA que formaram a Unita deixaram de se aliar ao MPLA não por ele ser *kimbundu*, mas, acima de tudo, por recrutar um grande número de crioulos, o que os afasta, naquele momento, de uma perspectiva tão-somente étnica, ou como alguns autores falam, de um etnonacionalismo (PÉLISSIER 1975 e 1978). O que dificultou a associação foram diferenças de caráter sociocultural e políticas.

nuançados. Podemos mesmo ir um pouco mais longe e afirmar que tal forma de encarar a história dos movimentos de libertação angolanos criou obstáculos para o estudo mais aprofundado das rivalidades internas desses movimentos. Tais rivalidades, quando destacadas, reproduziam o esquema maior e rapidamente eram enquadradas no campo étnico ou racial.

Dessa forma, mesmo reconhecendo a forte vinculação, assinalada pelo MPLA, entre os *bakongo* e a UPA como prova do estreitamento étnico de seu oponente, ainda assim podemos afirmar que uma visão centrada unicamente na etnia demonstra, também nesse caso, inúmeras limitações. Essa ligação precisa ser acrescida de outros elementos, que certamente o estudo da correlação de forças internas do movimento de Holden Roberto nos facilitaria enxergar. Tendo atenção a isso, pode-se observar que a combinação dos fatores lingüístico, religioso, regional, ocupacional e familiar posiciona, de forma muito diferente, os partidários do movimento. Ou seja, mesmo no caso da UPA, reconhecidamente um perfeito exemplo de movimento com base étnica de apoio, a existência de outros elementos e suas imbricações fornecem a chave para o estudo de suas dinâmicas internas.

No MPLA, as disputas internas não assumem características tão distanciadas assim das encontradas na UPA. Talvez a componente política, a racial e a dos apoios internacionais tenham um peso maior, mas não se pode

esquecer da existência de diferentes elementos capazes de possibilitar internamente o fortalecimento ou não de seus quadros. E será essa a perspectiva a ser defendida aqui como a melhor forma de analisar os processos de ruptura interna do movimento.<sup>2</sup>

O primeiro desses casos será a crise iniciada em 1962, que tem sido freqüentemente anunciada como um confronto pessoal em torno de perspectivas diferenciadas sobre a questão racial. Por vezes, fala-se também num choque de personalidades entre as duas principais figuras que protagonizaram a disputa: Agostinho Neto e Viriato da Cruz. Sem descartar tais argumentos, que tem seu peso relativo no problema, iremos propor outras formas de encarar essa dissidência. Para tanto, é importante precisarmos um pouco mais a situação em que se encontrava o movimento quando se dá a chegada de Agostinho Neto e quando ocorre o agravamento da crise.

É claro que a situação desesperadora vivida pelo MPLA no Congo-Léopoldville, sob pressão da UPA, facilitaria o afloramento do conflito interno. Naquele momento, o contexto tornava-se ainda mais grave com a criação da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), fruto da junção da UPA com o PDA. Essa união, ocorrida em março de 1962, seria imediatamente seguida

---

<sup>2</sup> O problema das limitações dos temas etnia e condicionamentos internacionais, presentes em muitas das análises construídas sobre a história contemporânea de Angola, foi discutido no texto que apresentei em Luanda, em 1997, e que foi recentemente publicado (BITTENCOURT, 2000a).

pelo anúncio da criação, pela FNLA, em abril do mesmo ano, de um Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE). Os acontecimentos em cascata proporcionaram um efeito devastador na propaganda até então feita pelo MPLA. As alterações empreendidas pela UPA de Holden Roberto ofuscariam até mesmo as sérias acusações de Marcos Kassanga, chefe do Estado-Maior da UPA, ao tribalismo da organização e sobre o assassinato de homens do MPLA (GUERRA, 1994, p. 142). Definitivamente a UPA, agora FNLA, havia dado um grande salto à frente.

As alterações na UPA já vinham ocorrendo desde finais de 1961, quando seria apresentada uma nova composição do seu corpo de dirigentes,<sup>3</sup> incluindo agora indivíduos oriundos de outras regiões que não apenas do norte da colônia. Entre estes se destacaria o nome de Jonas Savimbi, que chegara a negociar seu ingresso no MPLA (LARA, 1997, p. 410-24), mas acabaria por optar pela UPA. Essa reformulação seria encarada, pelo informante da Pide em Léopoldville, como a consagração da vitória de Holden Roberto e o afastamento dos políticos mais velhos de São Salvador, como Manuel Barros Necaca, João Batista e João Eduardo Pinnock, e ainda de Aníbal da Silva Melo, que iria se juntar ao MPLA, dos postos de direção. A mudança buscando uma maior diversidade quanto aos percursos dos novos dirigentes também indicava uma continuação da linha

---

<sup>3</sup> Os cargos seriam assim definidos: Holden Roberto, presidente; Rosário Neto, 1º vice-presidente; Alexandre Taty, 2º vice-presidente; Jonas Savimbi, secretário geral; Francisco Paca, secretário administrativo; José Lihuca, diretor do Bureau Político; Maurice Ndomhele, tesoureiro geral; Pedro

política de impedir qualquer tipo de negociação para a criação de uma Frente com o MPLA.<sup>4</sup>

Apesar das alterações que se vinham processando na UPA desde finais de 1961, é provável que as declarações de Marcos Kassanga tenham acelerado a criação da FNLA. Numa longa conferência de imprensa, na cidade de Léopoldville, em 3 de março de 1962, o até então homem das armas da UPA acusaria Holden Roberto de roubo dos fundos destinados à luta e de mandar assassinar guerrilheiros do MPLA, bem como um dos próprios comandantes da UPA, João Batista Tavares Pereira. André Martins Kassinda, secretário geral da Liga Geral dos Trabalhadores de Angola (LGTA), também participou dessa conferência, em apoio às declarações de Kassanga.<sup>5</sup>

No mesmo dia, ambos seriam expulsos das suas respectivas organizações, ELNA e LGTA, patrocinadas pela UPA, através de um simples comunicado assinado por Rosário Neto, sob a acusação de alta traição e atos de insubordinação. A UPA afirmaria ainda que os dois ex-dirigentes estavam sendo “financiados por um grupo que se conhece” e, mais à frente, ameaçava:

---

Sobrinho, secretário cultural; Eduardo Pinnock, secretário encarregado dos assuntos especiais; e Borralho Lulendo, secretário encarregado das questões sociais.

<sup>4</sup> O relatório do informante é datado de 17 de novembro de 1961 e seria enviado para a delegação de Luanda (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A – D. Inf. 1a., nt 1832, fl. 393).

<sup>5</sup> A Pide conseguiria obter alguns dos documentos apresentados e um relato minucioso do que se passara naquela ocasião (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A – D. Inf. 1a., nt 1832, fls. 272-6). Vale lembrar que boa parte das declarações e dos documentos dos movimentos angolanos, ao circularem na forma impressa em Léopoldville, seriam recolhidos pelos informantes da Pide.

“lançamos aqui um último aviso ao MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTACAO DE ANGOLA (MPLA) para que cesse as manobras de bastidores e o jogo de guerra fria que está praticando desde há muito contra o nosso movimento, porque nunca toleraremos por mais tempo que ordinários sem pátria continuem a pôr entraves ao bom andamento das atividades de salvação de todo um povo” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A – D. Inf. 1a., nt 1832, fls. 250-1).

Esse trecho ilustra muito bem a saída adotada pela UPA, associando as acusações de seus antigos colaboradores a um possível aliciamento por parte do MPLA, com isso tentando redirecionar o foco das atenções e evitar ter que responder às questões resultantes da declaração de Kassanga. Por outro lado, o texto de Rosário Neto também nos apresenta a forma áspera como o seu movimento tratava o MPLA, chamando seus militantes de “ordinários sem pátria”. Esse insulto só pode ser entendido se tivermos em conta as acusações de caráter racial contra o MPLA produzidas pela UPA.<sup>6</sup>

Com a formação da FNLA e, em seguida, do Governo Revolucionário de Angola no Exílio, é o MPLA quem passa a ter que responder à pressão das autoridades congoleesas a fim de que ingressasse na nova frente. Para piorar ainda

---

<sup>6</sup> Em panfleto divulgado em Léopoldville, nesse mesmo período, a UPA seria ainda mais sarcástica e acusaria o MPLA de se valer “dos mesmos argumentos, da mesma dialética marxista, o mesmo código

mais as coisas, o PDA lança uma nota, em 12 de abril de 1962, corroborando a frente criada com a UPA e criticando o posicionamento do MPLA de questionar a validade da nova organização.<sup>7</sup> Aproveitou ainda para fazer um histórico das várias tentativas de aproximação com o MPLA<sup>8</sup> e referir-se à instabilidade política existente nesse movimento. Entre os argumentos levantados pelo PDA para se afastar do MPLA consta o "desprezo" com que os dirigentes deste último, vindos do exterior, teriam tratado os militantes já instalados em Léopoldville e que, de acordo com o PDA, teriam sido fundamentais para a instalação do movimento. Segundo o PDA, tal comportamento poderia se repetir em relação aos seus dirigentes, caso se viabilizasse uma união entre as duas forças políticas.

É importante realçar que esses pequenos partidos ou movimentos baseados em Léopoldville tiveram grande destaque na luta travada entre a UPA e o MPLA pelo reconhecimento internacional, que passava pela formação de uma frente capaz de aglutinar as diversas organizações. A própria declaração dos dirigentes do PDA deixa claro que a idéia de cooptação dos pequenos movimentos pelos maiores esteve sempre presente. É provável que o desinteresse inicial da UPA

---

dos portugueses. É bem verdade que o filho de peixe sabe nadar" (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A - D. Inf. 1a., nt 1832, fls. 189-90).

<sup>7</sup> Em conferência de imprensa feita por Eduardo dos Santos, em Léopoldville, logo em 5 de abril de 1962, o MPLA iria realçar o fato de já ter proposto várias vezes a criação de uma frente e que sua proposta fora sempre negada por Holden Roberto. Lembraria o assassinato de seus militantes e combatentes pela UPA. Afirmaria ainda que não teve nada a ver com as declarações de Kassanga e Kassinda, mas que acompanhava com atenção seus apelos. Por último, dizia que a criação da FNLA e do GRAE era uma farsa (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A - D. Inf. 1a., nt 1832, fls. 152-3).

<sup>8</sup> Inclusive a união frustrada, ocorrida em finais de 1960, quando ainda se chamava Aliança e que seria desconsiderada pela direção do MPLA por ter sido efetuada pelos militantes de Léopoldville (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A - D. Inf. 1a., nt 1832, fls. 157-60).

por essa estratégia fosse resultante de sua recorrente afirmação quanto à exclusividade no que dizia respeito às ações armadas contra Portugal. Segundo Holden Roberto, os demais movimentos é que deveriam se associar ao esforço da UPA. Todavia, o lento mas contínuo crescimento do MPLA, a projeção internacional desse movimento e a pressão externa pela união de todas as organizações, principalmente da parte dos países africanos, fizeram com que Holden Roberto mudasse de idéia.

Com a criação da FNLA, o MPLA perderia a oportunidade de melhor explorar as acusações feitas por Marcos Kassanga. O ex-dirigente da UPA ainda tentaria, sem sucesso, uma investida na Tunísia, a fim de arrebanhar para o seu lado alguns dos homens da FNLA que estavam em treinamento de guerrilha nesse país (MARCUM, 1969, p. 241). Holden Roberto tinha na Tunísia um dos seus principais apoios, tanto político quanto militar, dadas as ligações estabelecidas pela Frente de Libertação Nacional (FLN) da Argélia e por um de seus principais dirigentes, Frantz Fanon.<sup>9</sup> A FNLA, por sua vez, prometera mais do que conseguiria cumprir. Com o tempo, ficaria evidente sua incapacidade em instalar o Governo Revolucionário em território angolano. Todavia, seu objetivo inicial de isolar o MPLA tinha sido alcançado.

---

<sup>9</sup> A FLN não estava fechada em torno das alianças africanas. Se, por um lado, Fanon acreditava que a UPA era o único movimento capaz de mobilizar os camponeses africanos e por isso apoiava Holden Roberto, em detrimento do MPLA, considerando este um pequeno movimento de assimilados, dentro da FLN existiam dirigentes com postura contrária a essa e que, através do Marrocos e do grupo de Casablanca, não deixavam de apoiar a luta implementada pelo MPLA, inclusive no auxílio à formação de quadros militares (ANDRADE, 1997, p. 175-6).

## A Crise no MPLA

Quanto ao que se passava no MPLA, vale ressaltar algo que nem sempre tem sido destacado e que se refere ao fato de existir sérias divergências no interior do Comitê Diretor, antes mesmo da chegada de Agostinho Neto. O esquecimento desse conflito, aparente já no início do ano de 1962, deve-se em boa parte à leitura da crise que seria feita *a posteriori* pelo movimento, em que o tom personalista da dissidência seria exacerbado. Entre os pontos mais polêmicos das discussões estavam o da representação racial existente no Comitê Diretor e a dificuldade de consolidação e expansão do apoio dos refugiados angolanos no Congo-Léopoldville, potenciais militantes do movimento.

Acrescentemos ainda um outro elemento, bem mais difuso e controverso, e que diz respeito à dificuldade dos militantes e simpatizantes dos movimentos independentistas em romper com a mentalidade do mundo colonial. Muitas das insatisfações no interior do MPLA relacionavam-se à permanência de determinadas posturas, percepções e comportamentos gerados pela condição colonial. Interessa-nos observar a presença de mecanismos de distinção e categorização desenvolvidos pelas estruturas do colonialismo, mesmo nos mais críticos à relação entre colonizador e colonizado, indivíduos que chegaram ao ponto de pegar em armas para superar tal situação. Não era fácil libertar-se desse

tipo de cilada. Eles conseguiam lutar contra a forma mais explícita e bem acabada de opressão, que era o regime português, mas nem sempre contra alguns de seus estereótipos e hierarquizações sociais.

Essa forma de expor o problema talvez não cause tanta surpresa, afinal, foram longos anos de inserção nesse meio colonial, convivendo com essas esquematizações e não seria tarefa rápida romper com todo esse arcabouço. O interessante, porém, é tornar ver algumas dessas leituras ocupando espaço como elementos importantes nas lutas entre os movimentos e, mais ainda, nas crises internas do MPLA.

Para esse movimento, a consequência dessas permanências é o aprofundamento, entre os seus quadros, de uma visão fragmentada do próprio MPLA. Reduz-se o patamar comum a todos os militantes, dificulta-se a eleição de fatores que propiciariam sua união na luta contra o colonialismo. Somente a bandeira da independência, como vimos no capítulo anterior, não era suficiente, pois outros movimentos também levantavam essa bandeira. Era necessário a coalizão em torno de um projeto, mas, mesmo para isso, era preciso existir algo em comum anteriormente. E a transposição das conflitualidades e segmentações do mundo colonial para o da contestação anticolonial dificultava a construção dessa plataforma comum.

Por outro lado, o novo quadro do nacionalismo angolano forçava o MPLA a responder às provocações da UPA, agora FNLA. É assim que toma fôlego no interior do próprio Comitê Diretor a idéia de substituição de alguns dos seus dirigentes, com o objetivo de proporcionar uma maior proximidade com os angolanos exilados ou instalados no Congo-Léopoldville e, ao mesmo tempo, ofuscar os argumentos de caráter racial e ideológico levantados pela FNLA. Tal proposta iria acirrar as divergências existentes no movimento, que, por sua vez, seriam expressas de diferentes formas, com destaque para a oposição entre os que estudaram na metrópole e os que permaneceram em Angola, entre militantes do interior e militantes do exterior, entre mestiços e negros, entre novos assimilados e crioulos. Todas elas reproduzindo divisões criadas no mundo colonial e também vínculos de solidariedade diferenciados.

Boa parte dessas questões surgiriam de forma muito clara na reunião do Comitê Diretor ocorrida em 21 de maio de 1962. A ata dessa reunião, reproduzida por Mabeko Tali (1996, Anexo 3), inicia com a discussão a respeito da decisão de Eduardo dos Santos de sair do Comitê sob o argumento de que sua presença dificultaria, mais do que ajudaria, a luta que estava sendo levada adiante pelo MPLA. A partir daí, vai-se delineando o problema de fundo, que se resumia à mudança na composição do Comitê Diretor, tendo-se em conta as acusações da FNLA quanto à presença de mestiços na direção do MPLA e o efeito que tal argumento provocava nos angolanos refugiados no Congo-Léopoldville, que

consistiam no alvo principal do MPLA. Logo ficariam nitidos na reunião alguns posicionamentos opostos. Viriato da Cruz aproveitaria a fala de Eduardo dos Santos para pressionar por uma remodelação do Comitê, sendo apoiado por Matias Migueis e o próprio Eduardo dos Santos. Por sua vez, João Vieira Lopes discordava, dizendo que tal atitude seria aprovar os argumentos dos que acusavam o movimento, pois sabia-se bem que essa questão levaria à discussão da legitimidade da presença de mestiços e negros. Essa postura também seria seguida por Mário de Andrade e Hugo de Meneses.<sup>10</sup>

No decorrer da discussão, faz-se menção a reuniões anteriores em que se discutira esse mesmo problema da remodelação do Comitê Diretor, mas sem que tal postura reformista tivesse aceitação. A questão central, portanto, era reformular ou não o Comitê Diretor, tendo em conta as acusações dirigidas ao MPLA de que ele era controlado por mestiços. Os discordantes com a tese da mudança afirmaram defender os postulados anti-racistas do movimento. Viriato da Cruz acabaria por assumir a dianteira da situação, deixando claro que a exposição de Eduardo dos Santos, na verdade, conjugava-se a uma tática proposta por ele, tempos antes, e que só então outras pessoas começavam a entender. Tal consistia na saída de cena de alguns dos mestiços, sem que eles

---

<sup>10</sup> Hugo de Meneses dizia ainda que essa disposição de Eduardo dos Santos era consequência da sua viagem pelo Corpo Voluntário Angolano até a fronteira com Angola e que por isso estaria tão perturbado. Eduardo dos Santos recusa esse argumento, dizendo que a viagem foi feliz e que viu o resultado dos esforços feitos. Sobre esse ponto, Mário Afonso, médico do Corpo Voluntário, que esteve nessa viagem, afirma que todos os médicos e enfermeiros foram mal tratados e a questão racial teria aparecido de forma muito violenta (Entrevista com Mário Afonso, Luanda, 10 de fevereiro de 1995).

cortassem os laços com a organização. Enumera, então, os argumentos a serem analisados, nos quais podemos perceber claramente outros elementos no debate e que não foram explicitados. De acordo com Viriato da Cruz, a questão dos preconceitos raciais estava demonstrada na própria luta em Angola. Sintomaticamente, demonstrando a existência de outros fatores nesse debate, cita como exemplo o caso dos estudantes em Portugal, que, quando na metrópole, diziam-se do MPLA, mas que, depois de conseguirem fugir da perseguição da polícia política de Portugal, deram as costas ao movimento. A associação entre estudantes, comportamento político e raça indicava que a concepção de Viriato a respeito do movimento misturava diferentes aspectos, sempre em prejuízo de determinados vínculos de solidariedade. Em seguida, Viriato expôs sua idéia-chave: "Não é ceder às intrigas da UPA. Ela trabalha num preconceito das massas. A UPA não cria nada" (CRUZ *apud* MABEKO TALI, Anexo 3, p. 3). Insiste na tese de se valer de uma tática que considera o racismo.

A ata possui muitas lacunas e apresenta, por vezes, exposições incompletas e cruzadas. De qualquer forma, destaca-se o fato de que a questão principal apresentada rapidamente passa para uma tentativa de solução intermediária, através do alargamento daquela instância, e, logo em seguida, para uma discussão infundável de quem entra e quem sai do Comitê Diretor.<sup>11</sup> O argumento primeiro

---

<sup>11</sup> João Vieira Lopes e Hugo de Meneses questionam essa rápida transição para a discussão quanto aos nomes, sem que se deixe claro qual a decisão quanto à remodelação, mas tal postura seria ultrapassada pelo expositor seguinte, que se mantém na acesa disputa pelos nomes que devem ser indicados.

é a escolha de nomes que tenham uma presença maior junto à população angolana residente ou exilada no Congo-Léopoldville. Daí surgirem com maior recorrência nomes como os de Jordão Aguiar e Jorge Manteya Freitas, já há muito tempo instalados em Léopoldville. Para todos eles, no entanto, existiam opiniões contrárias, como a de Eduardo dos Santos sobre Jordão Aguiar, por acreditar numa certa incompatibilidade entre o ingresso deste no Comitê e seu trabalho numa firma portuguesa sediada em Léopoldville.

A reunião, como se pode observar por essas declarações, é perpassada por várias oposições, que se sobrepõem. Sendo assim, a remodelação do Comitê não pode ser analisada simplesmente pelo prisma racial. Como afirmamos, a dinâmica interna do movimento, no reconhecimento do peso político dos atores, envolvia diferentes elementos. Hugo de Meneses, por exemplo, dizia que o problema não se resumia aos mestiços, mas incidia também sobre os universitários, que eram questionados por seus títulos, ou seja, por suas trajetórias, até mesmo dentro do movimento. Esse talvez seja o momento mais explícito quanto à existência de divergências no interior do MPLA relativas às diferentes condições sociais desfrutadas pelos seus membros na esfera colonial. Hugo de Meneses retrata na sua fala o que referimos no capítulo anterior, quando mencionamos os diferentes percursos existentes entre alguns dos homens do MPLA e a grande maioria dos angolanos instalados ou exilados no Congo-Léopoldville.

Só no final da reunião, Viriato da Cruz adiantaria um pouco mais o segundo ponto de sua tática: o Comitê Diretor passaria a ter a função que competia ao Congresso e os órgãos executivos passariam a ser o Conselho de Guerra e o Secretariado. Estava evidente que sobre essa segunda instância ele continuaria a ter forte ascendência, mesmo que *à sombra*. Por fim, Viriato da Cruz reforça a necessidade de remodelar o Comitê Diretor e exemplifica sua tese afirmando ser impossível numa entrevista lançar qualquer palavra de ordem, sem que isso seja feito por negros. Segundo ele, não se pode esquecer que “o problema da libertação de Angola e da cidadania são problemas diferentes, é uma questão de ordem jurídica (...) a luta de Angola é uma luta de reivindicação do negro” (CRUZ *apud* MABEKO TALI, Anexo 3, p. 6).

Antes do fecho quanto aos nomes a serem indicados, Mário de Andrade se posiciona de forma contrária à estratégia de Viriato da Cruz de aprovar, junto com a decisão sobre os nomes, a idéia de que o Comitê passaria a ter funções de Congresso, ou seja, uma remodelação também na estrutura do movimento. Viriato da Cruz recua, mas não deixa de insistir nessa necessidade. Sua proposta é unir as duas alterações. Passa, então, a insistir na idéia de se fazer uma experiência. A disputa mantém-se bem definida. Entre os favoráveis às alterações propostas por Viriato da Cruz estavam Matias Miguéis, Eduardo dos Santos e Luiz de Azevedo Júnior. Ao lado de Mário de Andrade e, portanto, contrário a

tais decisões, apenas Hugo de Meneses, já que Graça Tavares e João Vieira Lopes não votavam por não serem membros do Comité. Como último argumento, Mário de Andrade insiste que a discussão estava se personificando e admite não compreender a saída do secretário geral Viriato da Cruz do Comité Diretor. Infelizmente, a ata praticamente cessa nesse ponto, pois anuncia uma interrupção na reunião e logo a seguir passa a apontar outros problemas, de cunho totalmente diferente.

A partir daí, o que podemos observar é a formação de um novo Comité Diretor, eleito após essa reunião de maio de 1962. Nele ingressariam Deolinda Rodrigues, Desidério da Graça, Domingos da Silva, Jorge Manteya Freitas, Graça Tavares, João Gonçalves Benedito, João Vieira Lopes, José Bernardo Domingos e José Miguel. Ficariam de fora Viriato da Cruz, Eduardo dos Santos e Lúcio Lara. Com o agravante de que Lúcio Lara ainda estava em Conakry, não participando, portanto, da reunião em que se decidira pela remodelação. No comunicado saído da reunião, anuncia-se a nova lista e informa-se que o posto de secretário geral, até então ocupado por Viriato da Cruz, seria substituído por um secretariado formado por Graça Tavares, João Vieira Lopes e Desidério da Graça.<sup>12</sup> Toma-se evidente a vitória da tese quanto à necessidade de se afastar de

---

<sup>12</sup> O comunicado do Comité Diretor do MPLA com a nova composição seria obtido pela Pide e distribuído para várias instâncias dessa polícia. Nele se informa também que as reuniões para tais alterações ocorreram a 13, 21 e 22 de maio e que o processo excepcional de alteração política fora do Congresso do movimento, órgão responsável por tal atitude, era fruto da condição anormal em que se encontrava a revolução angolana (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A - D. Inf. 1a., nt 1832, fl. 57).

cena os mestiços, como era o caso dos três nomes que ficaram de fora, principalmente os *mais claros*, e ao mesmo tempo inserir militantes negros ou *fulos*, como eram chamados os mestiços *mais escuros*, já que os nove nomes que ingressam no Comitê Diretor se encaixam nessas *variantes* de cor da pele.

A pressão para o afastamento dos mestiços dos postos de importância dentro do movimento era muito grande. A situação desses indivíduos tornava-se cada vez mais desconfortável, apesar da dedicação de muitos deles ao fortalecimento do MPLA. Sua identificação com o movimento, para além dos variados vínculos com alguns dirigentes, ligava-se à forma de se analisar o problema colonial. O MPLA encarava-o como uma oposição de classes, enquanto a UPA, na sua prática e mesmo no seu discurso, transformava a questão numa contradição entre raças, sendo ambas as visões associadas a vivências e a formas de conscientização diferenciadas. No entanto, mesmo partindo de outra concepção política, o MPLA não conseguiria ficar imune aos argumentos raciais.

Viriato da Cruz estava atento a esses condicionamentos e procurou promover a raça como fator mobilizador da luta. Perguntado numa entrevista em Londres, ainda em finais de 1960, sobre o racismo dos africanos, Viriato da Cruz dá sua percepção da questão: "O racismo das massas é o elemento mais dinâmico do nacionalismo africano. Não fomos nós que o criamos. Ele existe por virtude da opressão que os africanos têm sofrido durante séculos em contato com os

colonialistas europeus. Rejeitar esse elemento como fator de luta seria politicamente errado (...). De resto, os líderes africanos não são racistas. Alguns deles, mesmos, são casados com mulheres européias." Em seguida, quando perguntado sobre o futuro dos brancos numa Angola independente, responde: "O futuro dos brancos em Angola e noutras colônias será o mesmo dos africanos – cidadãos do país, com os mesmos direitos, mas sem quaisquer privilégios" (CRUZ *apud* RÊGO, MORAIS, 1962, p. 83-5).

Os argumentos apresentados nessa entrevista confirmam que já há um bom tempo Viriato da Cruz defendia a validade tática do discurso racial. Seus opositores, no entanto, mesmo dentro do MPLA, identificariam essa postura como resultante de um "complexo", dada a sua condição de mestiço. De qualquer forma, sua tese sairia vencedora em maio de 1962, com a reformulação do Comitê Diretor. Devemos destacar ainda o fato de que sua resposta acerca dos brancos angolanos consiste num dos poucos depoimentos de dirigentes do MPLA, até aquele momento, sobre essa questão. Em cartas pessoais trocadas com Lúcio Lara, esse tema já tinha sido tratado e Viriato da Cruz defendia a incorporação dos brancos à luta anticolonial, que, segundo ele, em correspondência datada de outubro de 1959, "não está rigorosamente condenada a limitar-se em fronteiras étnicas (...) [devendo-se] estudar cada caso isoladamente, independentemente de raças e cores" (CRUZ *apud* LARA, 1997, p. 128). Difícil é medirmos o impacto da vida cotidiana em Léopoldville sobre

tais concepções. Todavia, suas declarações a respeito do afastamento dos mestiços aparecem sempre cuidadosamente explicitadas como uma postura tática fruto das condições encontradas e vividas no Congo-Léopoldville.

Entretanto, os problemas que circundavam os dirigentes do MPLA nesse período e que foram retratados na reunião extrapolam, como já dissemos, uma leitura exclusivamente racial. As questões presentes, algumas de maneira mais explícita, outras nem tanto, pertenciam a campos diversos, envolviam problemas de ordem racial, sim, mas também ideológicos, estratégicos, organizacionais e sociais. Havia até mesmo o medo de que a saída de *cena*, prevista na remodelação, de alguns dos antigos dirigentes pudesse significar o seu desligamento real e paulatino do movimento. Esse temor, assim como muitas das angústias ali apresentadas, deve ser compreendido tendo-se em conta a grave situação em que se encontrava o MPLA, militando num terreno mais do que hostil, onde a FNLA possuía inúmeras facilidades junto às autoridades congoleesas. Dessa forma, os obstáculos exigiam a todo instante que se reavivasse o pacto de união contra o colonialismo e contra o movimento de Holden Roberto. A menção à necessidade de se evitar deserções é algo que permeia todas as discussões travadas no período.

É preciso destacar que o discurso da UPA, que continuaria a ser defendido pela FNLA, privilegiava não apenas o aspecto racial, mas pontificava ainda sobre

o ideológico. O MPLA era acusado de ser um movimento dirigido por mestiços e comunistas. Assim, a FNLA conseguia minar o trabalho do MPLA junto quer aos refugiados angolanos, quer a muitos dos possíveis apoios externos com que poderia contar.<sup>13</sup>

A saída de Lúcio Lara e Viriato da Cruz do Comitê Diretor não pôde deixar de ser vista também sob esse enfoque. Ambos eram tidos, tanto pelos militantes do movimento, quanto pelos rivais no campo do nacionalismo angolano, como os principais ideólogos do MPLA, ao lado de Mário de Andrade. Evidentemente, no caso de Lúcio Lara e Viriato da Cruz, pesaria ainda o fato de serem mestiços, mas seu afastamento não deve ser analisado exclusivamente por esse ângulo. O fator ideológico, naquela conjuntura, também possuía um peso considerável. Sobre esse ponto, vale lembrar o ingresso, no novo Comitê Diretor, de nomes com um percurso religioso, o que tenderia a proporcionar uma imagem bem menos radical ao movimento. Esse seria o caso em especial de Domingos da Silva e, em certa medida, de Deolinda Rodrigues, a única mulher no novo Comitê, com passagem pelo Instituto Metodista, em São Paulo, e pela Drew University, nos Estados Unidos.

Por outro lado, naquela reunião de maio de 1962, Viriato da Cruz não deixaria de frisar que já há algum tempo vinha insistindo na necessidade de

---

<sup>13</sup> Esse peso da componente ideológica aparece de forma recorrente nas entrevistas que realizamos com

reformulação do Comitê por situações apresentadas já em Conakry. O que significa dizer que, tão logo passam a conviver mais proximamente, pois antes estavam em países diferentes, os homens que dirigiam o MPLA têm de se defrontar com suas contradições. Em Léopoldville, elas iriam ser somadas aos problemas locais: a UPA e a má vontade das autoridades do Congo.

Esses desencontros revelam a amplitude de interesses e de posicionamentos que o MPLA era capaz de albergar e que tendiam a tomar outras proporções com o avanço, em Léopoldville, do recrutamento quer dos oriundos do interior, que seguiam atravessando a fronteira, quer dos estudantes universitários que continuavam a chegar da Europa.

No que diz respeito a essa migração dos estudantes universitários angolanos, Viriato da Cruz já de longa data apresentava algumas ressalvas que nos fazem retomar aquela diferença, apresentada no início do segundo capítulo, quanto à formação do movimento a partir de duas correntes nacionalistas, a do interior e a do exterior. Ele demonstrava um certo receio da fidelidade daqueles que estudaram no exterior e que, conseqüentemente, passaram por experiências muito distantes das vividas pelos militantes que ficaram em Angola. Isso fica bem claro em algumas das correspondências trocadas com Lúcio Lara, em especial a carta datada de 12 de novembro de 1959, onde estabelece uma

---

alguns militantes do MPLA que à época dessa crise estavam instalados no Congo-Léopoldville.

comparação quanto ao empenho, a determinação e a seriedade com que os militantes angolanos no país e no exterior se entregavam à luta anticolonial. Essa comparação é desastrosa para os do exterior. De acordo com Viriato da Cruz, “é uma pena que os africanos residentes na Europa só agora comecem a ter uma idéia e a fazer confiança na seriedade da luta que, com espírito adulto e conseqüente, preparamos na nossa terra. (...) Quem nos pode dar, aqui na Europa, um exemplo de semelhante luta?” (CRUZ *apud* LARA, 1997, p. 156-7).

Apesar de em outras cartas seu furor contra a forma como se levavam adiante as atividades anticoloniais na metrópole e no restante da Europa ter sido ponderado por observações pacientes e recorrentes de Lúcio Lara, principalmente quanto ao ineditismo da empreitada, Viriato da Cruz mantém uma linha de análise muito dura em relação aos angolanos que foram estudar no exterior. Em outra carta, também endereçada a Lúcio Lara, datada de 6 de dezembro de 1959, essa crítica aparece ainda de maneira mais ácida. Fala em erros, traições e práticas delatórias cometidas por “africanos ‘portugueses’ na Europa,” como conseqüência da “falta de vigor do sentimento de ser-se africano, e da falta de total repúdio de ser-se português, de estar assimilado ao povo português e de se participar de aspectos da vida portuguesa”. Acusa esses africanos de nunca terem negado “de maneira total o fato português que a colonização criara dentro do seu espírito” (CRUZ *apud* LARA, 1997, p. 197).

Lúcio Lara., evidentemente, discordava do tom extremamente severo com que Viriato da Cruz se referia aos angolanos que tinham ido para o exterior estudar e que agora trilhavam também o caminho da contestação anticolonial, pois ele próprio se encaixava nesse perfil. Seus argumentos eram o desconhecimento daqueles que estavam fora quanto ao que se passava na clandestinidade em Angola e a repressão da polícia política na metrópole. As cartas entre os dois sobre essa questão cessam no início do ano de 1960, quando se instalariam na mesma cidade: Conakry. A partir desse momento, os documentos do movimento e as entrevistas voltam a ser nossas fontes mais férteis sobre tal discussão.

Caberia ainda, no entanto, destacar uma última carta em torno dessa polêmica. Nesta, Lúcio Lara reconhece falhas na militância do exterior, mas acrescenta que Viriato da Cruz não deveria se mostrar surpreso, pois afinal o próprio Viriato já havia afirmado a Lara “que os camaradas de Angola não tinham confiança nos tipos que estavam na Europa”. Lúcio Lara continua questionando essa leitura, pois, segundo ele, “nunca se devia pôr uma questão de tipos aqui (na terra) e tipos lá (na Europa). A única questão que se devia pôr é que são todos africanos (...), o resto é uma questão de competências, de capacidades, de caráter”. Mais à frente, conclui essa idéia afirmando: “não deixarei de te dizer que muitas vezes és parcial na maneira de analisar certos

problemas, sobretudo quando eles dizem respeito aos teus irmãos que não se forjaram na mesma FORJA que tu” (LARA, 1997, p. 203).

Essa concepção quanto às duas correntes que formavam e ao mesmo tempo dividiam o MPLA não se apresentava somente como uma oposição entre militantes oriundos do exterior *versus* os que viviam em Angola: ela tomava a forma também de disputas entre universitários e não-universitários. Sem dúvida, essas *categorias* ganhariam maior dimensão no Congo-Léopoldville, onde rapidamente se estabeleceriam diferentes percepções quanto às atitudes e os comportamentos de alguns dirigentes vindos do exterior e dos militantes recrutados no local. Enquanto estes falam da arrogância dos dirigentes que estudaram na metrópole, os acusados destacam as socializações diferenciadas ocorridas em Léopoldville e no espaço português, elegendo-as como responsáveis pelas respectivas *estranhezas*. Há, portanto, uma nítida imbricação de fatores nas diferentes leituras que eram realizadas pelos militantes do MPLA, no tocante aos diversos segmentos que o compunham, gerando uma interpretação que dava força aos possíveis vínculos de solidariedade.

O resultado desses embates internos seria uma nova configuração da direção do movimento saída da reunião de maio de 1962, na qual o sinal de mudança se apresentava com clareza. Na questão das trajetórias individuais, vale dizer que todos os componentes do Comitê Diretor até aquela data, à exceção de

Luiz de Azevedo Júnior, Matias Miguéis e Viriato da Cruz, eram universitários e, pois, com longa passagem pela metrópole.<sup>14</sup> Com a remodelação ocorrida, dos nove membros incorporados, apenas quatro eram universitários e esses eram negros ou *fulos* (Deolinda Rodrigues,<sup>15</sup> Desidério da Graça, Graça Tavares e João Vieira Lopes). Os demais eram negros sem formação universitária e, conseqüentemente, com uma trajetória diferenciada.

Dessa forma, temos vários elementos que nos levam a acreditar na superação de uma leitura exclusivamente racial da crise vivida internamente pelo MPLA nos anos de 1962 a 1964. A nova composição do Comitê Diretor refletiria as disputas existentes e ao mesmo tempo a busca de um certo equilíbrio entre os diversos segmentos. Equilíbrio esse que se acreditava viesse a ter implicação no recrutamento realizado junto aos refugiados e demais angolanos já de longa data instalados no Congo-Léopoldville.

### A Chegada de Agostinho Neto

No entanto, os conflitos internos do MPLA sofreriam novo abalo com a chegada de Agostinho Neto, em meados desse mesmo ano de 1962. Uma primeira tentativa de fuga do mais famoso preso político angolano tinha sido

---

<sup>14</sup> Vale lembrar que os demais componentes do Comitê Diretor eram Eduardo dos Santos, Hugo Azancot de Meneses, Lúcio Lara e Mário de Andrade.

tentada ainda quando da sua residência forçada em Cabo Verde, mas sem sucesso.<sup>16</sup> A nova empreitada seria montada e executada pelo Partido Comunista Português. O pedido fora feito pelos dirigentes do MPLA diretamente ao líder do PCP, Álvaro Cunhal. De início, o MPLA anunciaria a ação como tendo sido executada por seus homens, com o apoio de forças progressistas de Portugal. Com isso, ao mesmo tempo que se promovia a organização – afinal, teria realizado uma operação de vulto na própria metrópole –, não expunha sua proximidade com um partido comunista. Essa acusação, como vimos, agravaria a delicada situação em que o MPLA se encontrava em Léopoldville.

Com o passar do tempo, o temor da revelação foi se dissipando e vários são os testemunhos que desmentem essa participação de militantes do MPLA. De acordo com Jaime Serra, militante do PCP que participou da operação de fuga, Agostinho Neto saiu em 30 de junho de 1962 de Portugal, onde estava com residência vigiada pela Pide, num pequeno iate, com a sua esposa e dois filhos. Vasco Cabral, militante da luta pela independência da Guiné-Bissau, também seguiria nesse barco. A operação ainda contaria com um outro militante do PCP, José Nogueira, que, por ser oficial da marinha de guerra, embora dos serviços

---

<sup>15</sup> No caso de Deolinda Rodrigues, sua vida acadêmica foi feita fora da metrópole, mais precisamente no Brasil e nos Estados Unidos.

<sup>16</sup> Lúcio Lara nos contou que essa manobra para a fuga de Agostinho Neto ainda em Cabo Verde não fora bem-sucedida porque o rapaz enviado de Dakar bebia muito. “Neto era um homem muito consciente, viu que o gajo era um tipo que bebia e foi muito reservado com ele, então ele [o rapaz] voltou” (Entrevista com Lúcio Lara, Luanda, 7 de fevereiro de 1995). Certamente, trata-se da mesma investida mencionada por Carlos Pacheco (*Pública*, 10-10-1999) como tendo sido detectada pela polícia, transformando-se no principal motivo da transferência de Agostinho Neto de Cabo Verde para Lisboa.

administrativos, seria o alibi para poderem zarpar. Levantam âncora da doca do Bom Sucesso, em Pedrouços, entram no Tejo e logo ganham o mar, descendo a costa algarvia. Depois de muitas dificuldades para superar as correntes marítimas do Mediterrâneo, alcançam a Baía de Tânger no Marrocos (SERRA, 1997, p. 133-9).

O trajeto de Agostinho Neto até a sua chegada a Léopoldville será importante para o entendimento do que decorrerá em seguida no MPLA. Em Rabat, Agostinho Neto se encontra com Mário de Andrade, que lhe conta de seu confronto com Viriato da Cruz (CARREIRA, 1996, p. 46-9), das mudanças ocorridas na estrutura do movimento e dos nomes que passaram a compor a direção.<sup>17</sup> Logo em seguida, Agostinho Neto passaria por Conakry, onde se encontra com Lúcio Lara preparando sua ida também para Léopoldville, ciente já do afastamento do Comitê Diretor.

Dessa forma, Agostinho Neto chega a Léopoldville com total consciência do conflito existente na direção e já previamente avisado da força que Viriato da Cruz conquistara na organização, ao conseguir implementar suas orientações na reunião de maio de 1962.

---

<sup>17</sup> O MPLA iniciava naquele período o treinamento de seus guerrilheiros no Marrocos, fazendo face ao treinamento dos homens da FNLA na Tunísia. Uma foto do encontro entre Mário de Andrade e Agostinho Neto está disponível no site da Fundação Mário Soares ([WWW.finssoares.pt](http://WWW.finssoares.pt)).

Mas Agostinho Neto tinha trunfos importantes. O MPLA produzira em torno do seu nome uma propaganda internacional de peso. Ele era seguidamente referenciado pelos comunicados do movimento como um exemplo de bravura e heroísmo. Era o médico que, após se formar em Lisboa, voltara a Luanda para instalar seu consultório numa zona pobre da cidade, a fim de atender aos mais desfavorecidos; o poeta que gritava pela libertação dos negros angolanos; o militante que tinha sido preso diversas vezes pela temível Pide por suas idéias e mesmo assim não se rendera. Agostinho Neto era também o mito que se tinha criado sobre ele.

Valendo-se do reconhecimento a seu nome, Agostinho Neto ousaria um passo político já tentado sem sucesso pelos dirigentes do MPLA: aproximar-se de Holden Roberto e buscar a concretização de uma frente única. De nada adiantariam os avisos que lhe foram feitos. Segundo Lúcio Lara, já em Conakry ele anunciara esse propósito e nem mesmo o contato direto com os demais dirigentes do MPLA e o clima de tensão entre os dois movimentos em Léopoldville o demoveram desse caminho (Entrevista com Lúcio Lara, Luanda, 7 de fevereiro de 1995). Cartas seriam enviadas a Holden Roberto e reuniões seriam marcadas sem o menor sucesso. Do convite passa-se para as acusações entre ambos.

Essa nova tentativa de aproximação com a FNLA e uma declaração de amizade com o Partido Comunista Português, exatamente num momento delicado, em que se vivia sob o fogo da campanha anticomunista da FNLA, seriam alguns dos atos cometidos por Agostinho Neto que iriam gerar a insatisfação de dirigentes do MPLA até então mais acostumados à prática das longas discussões colegiadas (Entrevista com João Vieira Lopes, Luanda, 27 de fevereiro de 1995).

Se no campo das relações internacionais surgiam rivalidades quanto aos procedimentos tomados, no tocante às atribuições internas do movimento seria ainda pior. Ora, Agostinho Neto já encontra o movimento passando por uma crise, dividido acerca de várias questões, e ele não deixaria de se posicionar seja em relação aos problemas, seja em relação aos grupos existentes. Evidentemente, buscou se aproximar daqueles que conhecia melhor e com quem tinha estabelecido longa relação de amizade desde os tempos da luta anti-salazarista na metrópole, ou seja, daqueles com quem possuía maiores vínculos de solidariedade, que tinham tido uma trajetória mais próxima da sua. Os demais, ele não conhecia e já os encontra numa situação de confronto, portanto, pouco propícia a um convívio mais direto.

A sua chegada alterava a correlação de forças existente. Seu prestígio internacional e dentro do movimento lhe franquearam o cargo de presidente do

movimento, afinal ele já era o seu presidente de honra. E Agostinho Neto não abriria mão de tal possibilidade, assumindo essa responsabilidade antes mesmo de sua oficialização. Contaria para isso com o lento afastamento do presidente anterior, Mário de Andrade.<sup>18</sup> Esse é um ponto importante para o entendimento da forma como foi agudizada a crise de finais de 1962. Agostinho Neto começa a atuar no movimento implementando uma forma de gestão bem diferente da que tinha sido concebida por Viriato da Cruz, que era, na verdade, de acordo com todos os relatos encontrados, o principal articulador do movimento, apesar de ter perdido oficialmente a condição de secretário geral. Mário de Andrade (1997, p. 141) chegaria ao ponto de identificar Viriato da Cruz como o pivô da organização, um homem fundamental na montagem da estrutura do MPLA. Esse papel de homem de organização fica muito realçado também nas cartas trocadas com Lúcio Lara. O confronto, portanto, parecia ser inevitável.

De acordo com Iko Carreira, um dos principais colaboradores de Agostinho Neto ao longo de toda sua trajetória política, este teria percebido logo um ponto decisivo na luta que se desenhava contra Viriato da Cruz: o controle dos fundos do movimento. A gestão dos recursos – que até então tinha um trâmite muito aberto, como se pode observar naquela mesma reunião de maio de 1962, em que todos participam das decisões quanto ao encaminhamento a ser dado aos recursos

---

<sup>18</sup> Em muitas das entrevistas que realizei com antigos militantes do MPLA, sobressai essa idéia de que Mário de Andrade cede suas funções a Agostinho Neto, numa espécie de reconhecimento ao peso político da figura do presidente de honra.

– passaria a ser realizada de forma mais centralizada por proposta de Agostinho Neto, embora ele não ficasse diretamente responsável por esse controle (CARREIRA, 1996, p. 48).<sup>19</sup>

Os elementos até o momento apresentados nos levam a não caracterizar a disputa entre Viriato da Cruz e Agostinho Neto simplesmente como o resultado de posturas controversas sobre a questão racial, ou ainda um choque de personalidades, idéia durante muito tempo disseminada. Só isso não explicaria a ruptura, nem a forma como ela se deu. É importante enfatizar ainda as divergências quanto ao encaminhamento a ser dado ao MPLA.

Viriato da Cruz defendia a autonomia do movimento anticolonial angolano em relação à luta anti-salazarista levada adiante pelo Partido Comunista Português e não pretendia ver o MPLA atrelado às amarras soviéticas que o PCP conduzia. Agostinho Neto não dava sinais de que assim fosse agir, chegara mesmo a tentar uma aproximação com a FNLA, mas sua trajetória, de acordo com a tese de Viriato da Cruz, crítico da militância dos angolanos na metrópole, indicava que isso poderia acontecer.

---

<sup>19</sup> Essa estratégia de Agostinho Neto seria confirmada por alguns dos entrevistados, como, por exemplo, João Abano, jovem militante do MPLA que fugira de Luanda para Léopoldville naquele período (Entrevista em Luanda, 20 de setembro de 1997).

Agostinho Neto tinha sido um dos estudantes universitários explicitamente citados por Viriato da Cruz, em carta enviada a Lúcio Lara, como tendo dificuldades em se libertar totalmente de sua parte portuguesa (CRUZ *apud* Lara, 1997, p. 198). A manutenção dessa percepção segmentada do MPLA por parte de Viriato da Cruz, entre os militantes do interior e os do exterior, caracterizada pela conduta e pela forma de adesão à luta anticolonial, condicionava o confronto de Agostinho Neto e outros dirigentes. A rivalidade crescente com Agostinho Neto implicava problemas de liderança, evidentemente, mas, acima de tudo, traz para a discussão questões que estão relacionadas a trajetórias diferenciadas e a condicionamentos resultantes dessa diferença, bem como a perspectivas até mesmo antagônicas quanto ao desenvolvimento da luta pela independência. Eles não agem individualmente, seus nomes polarizam grupos de militantes.

O problema em discussão nos faz refletir sobre uma questão que frequentemente a história política depara. Ater-se apenas às ações dos principais atores do processo pode dar a falsa impressão de que somente nessa esfera se apresentam os problemas levantados. Assim, essa postura mais detalhista, quase pessoal, fruto em parte da proximidade no tempo, ao invés de facilitar a nossa aproximação do problema, por proporcionar mais elementos, tornar-se-ia um obstáculo, pois limitaria uma perspectiva de alcance mais vasto.

Podemos, porém, complicar um pouco mais as coisas, se admitirmos que, no caso angolano, dada a existência de um silêncio muito grande em torno dessa questão, com raras exceções, só rompido por militantes com visões apaixonadas ou por intelectuais que produziram em línguas estrangeiras, faz-se mister tentar restabelecer as atitudes tomadas pelos protagonistas dessa história.

Essas afirmações ficam mais claras quando nos referimos ao caso em questão, em que boa parte das explicações existentes insiste numa única visão a respeito do confronto entre Agostinho Neto e Viriato da Cruz. Seguir nessa linha significa perder outras dimensões, como a correlação existente no cenário internacional e, principalmente, as mobilizações que foram feitas em torno da questão. O duelo personificação *versus* idéias ou processos não necessariamente deve ter como resultado a vitória de um deles. Esses indivíduos são os condutores e impulsionadores do processo. Separação é que não pode existir. Diante disso, voltemos ao percurso de colisão, tentando sempre analisar o embate nas diversas vertentes em que ele ocorreu.

A disputa no interior do MPLA repercutia no campo externo, ao se definirem posturas diferenciadas de aliança. Viriato da Cruz, por exemplo, fazia questão de não se aproximar da esquerda portuguesa, como fica claro nas inúmeras cartas trocadas com Lúcio Lara, ou ainda na entrevista de 1960, já citada, em que afirma que há uma diferença entre a luta antifascista e a luta

anticolonial. Lembra que nem todas as colônias na África faziam parte de impérios ditatoriais. Ao comentar o relacionamento que esperava ter com a oposição portuguesa, sugere que os democratas portugueses deveriam insistir na idéia de que Portugal poderia viver e progredir sem colônias (CRUZ *apud* RÊGO, MORAIS, 1962, p. 83-5).

Nesse terreno das alianças externas, é preciso ter em conta que Viriato da Cruz, já naquela época, era um dos principais contatos do movimento com a China, país que teria sido um dos primeiros a estender a mão para os movimentos anticoloniais e abri-la, coisa que, segundo Mário de Andrade (1997, p. 160-3), a União Soviética não o fez. E, quanto a isso, não se pode esquecer a rivalidade crescente entre os dois gigantes do bloco comunista e que estava levando ao chamado cisma sino-soviético.

Viriato da Cruz já tinha estado na China em 1958, juntamente com Mário de Andrade, por conta da extensão de uma viagem a Tachkent, na União Soviética, para participar de um congresso de escritores afro-asiáticos. Dali partiriam para Moscou e depois para a China, onde ficaram por três semanas. Os comentários de Mário de Andrade ilustram bem o apelo que essa viagem tivera sobre ele e Viriato da Cruz. Seriam recebidos pelo próprio Chu En-Lai, num momento de profundas mudanças no país anfitrião (ANDRADE, 1997, p. 147-8). Quando já estava em Conakry, Viriato da Cruz voltou à China entre julho e

agosto de 1960, com Eduardo dos Santos. Ainda segundo Mário de Andrade, desse contato sairia a ajuda financeira mais substancial até então recebida pelo MPLA. Mário de Andrade fez questão de destacar o fato de que Viriato da Cruz e Eduardo dos Santos passaram por cursos de técnica de guerrilha e várias sessões de discussão política. Viriato da Cruz tinha, portanto, suas alianças e projetos, enquanto certamente a postura e a trajetória de Agostinho Neto indicavam outros rumos.

Agostinho Neto trazia outros tipos de contatos. Sua ligação com o PCP datava de início dos anos 50, quando se iniciara o ciclo de prisões porque passara. As primeiras detenções ocorreram justamente por fazer propaganda e mobilização na metrópole contra o regime. A permanência em território português não possibilitou o alargamento de seus contatos além dos que fez com a esquerda portuguesa, ao passo que outros companheiros seus, como Lúcio Lara, por exemplo, por terem saído de Portugal, acabaram conseguindo estabelecer relações de amizade em outros círculos políticos, quer na África quer na Europa. Mais tarde, Agostinho Neto iria se valer e muito dessas redes de amizade. Também Mário de Andrade possuía um roteiro diferente no tocante às alianças internacionais. Sua longa passagem pela revista *Présence Africaine* possibilitou manter contatos com intelectuais de várias partes do mundo e, no caso africano em especial, com líderes políticos.

Hugo de Meneses, um dos principais envolvidos nesses acontecimentos, publicou no *Diário de Notícias*, em 15 de janeiro de 1998, um artigo criticando muitas das idéias defendidas por Mário de Andrade na entrevista que este concedeu a Michel Laban e publicada em livro. Aqui, interessa destacar sua avaliação de que a crise colocava em confronto três formas diferenciadas de gestão do movimento e que Mário de Andrade representava uma delas. O choque, segundo Hugo de Meneses, não se limitava a Agostinho Neto e Viriato da Cruz. Diz ainda que Mário de Andrade já tinha claro seu confronto com Viriato da Cruz após a reformulação do MPLA em maio de 1962, quando ocorre o afastamento de Lúcio Lara do Comitê Diretor. Para Hugo de Meneses, esse seria um pretexto para, num segundo momento, Mário de Andrade também ser afastado. Daí sua atitude de salvaguardar o espaço das relações internacionais e depois impulsionar a Conferência das Organizações Nacionais das Colônias Portuguesas (CONCP).<sup>20</sup> Hugo de Meneses também indica pontos de atrito entre Agostinho Neto e Mário de Andrade, como a discussão quanto à incorporação de militantes brancos que estavam na Argélia, coisa a que Mário de Andrade se opunha.

Sobre esse assunto vale abrir um parêntese. O grupo acima referido formava a Frente de Unidade Angolana (FUA), que, após seu estrangulamento pela Pide em Angola, renascera no exterior, mais precisamente na França. Na sua

---

<sup>20</sup> Essa seria mais uma daquelas organizações que buscaria congregar as diversas lutas anticoloniais

versão inicial, era um grupo político surgido no sul de Angola, em 1961, que recrutava, segundo um de seus criadores, “políticos de esquerda, liberais generosos e fervorosos adeptos da independência” (DÁSKALOS, 2000, p. 83). Da sua formação exilada participariam estudantes angolanos brancos ou mestiços *claros*, fugidos da metrópole, sob a orientação de Sócrates Dáskalos, que conseguira fugir ao cerco da Pide em Angola e em Portugal. A pretensão desse grupo era unir-se ao MPLA e ficou à espera dessa decisão ao longo de 1962 e 1963, até que em agosto desse último ano, já na Argélia, as divisões internas sobre a forma de adesão ao MPLA, a demora deste em responder aos seus anseios e as dificuldades de se manterem organizados levaram à sua desagregação. A partir daí, seus militantes iriam trilhar caminhos diversos, sendo que alguns ficariam ligados ao Centro de Estudos Angolanos (CEA), sediado na Argélia, e tempos depois ingressariam no MPLA.

Mário de Andrade, nesse mesmo livro que seria criticado por Hugo de Meneses, reconhece que já havia “dificuldade de unidade, de coesão” na direção do movimento antes mesmo da chegada de Agostinho Neto. Lembra que Viriato da Cruz mantinha desconfiança em relação a trajetórias muito próximas da esquerda portuguesa e que via em Agostinho Neto um autocrata, o que, segundo Mário de Andrade, não estaria de todo errado. Reconhece que talvez tenha sido levado por outras divergências em relação a Viriato da Cruz e por isso não se

postou como um intermediário, mesmo sendo o presidente naquela altura (ANDRADE, 1997, p. 178-81).

Esse cenário conflituoso se radicaliza a cada dia e acaba por travar as ações do movimento. É assim que se fortalece a idéia de se organizar uma conferência que tentasse solucionar os problemas existentes. No decorrer da divulgação dessa idéia, surge um fato novo, que é a explicitação da crise para fora do MPLA. Viriato da Cruz, acuado dentro do movimento, dirige uma declaração aos militantes em 15 de novembro de 1962 que se torna pública imediatamente, em que afirma não abandonar o MPLA, mas ser necessário deixar Léopoldville por estar em desacordo com alguns dirigentes sobre a condução da organização.

Destaca sete itens, entre eles, o fato de não aceitar a teoria da inevitabilidade do neocolonialismo em Angola, que alguns dirigentes, segundo ele, defendiam e que abriria as portas do movimento a uma política sem princípios. Outra acusação se referia as manobras para que a direção coubesse a um núcleo que fez amizade ao longo da vida estudantil universitária na metrópole. Critica também a ambição exagerada de "um grupo de militantes de vigésima hora", numa clara alusão aos recém-chegados, incluído aí Agostinho Neto, além dos estudantes que haviam fugido de Portugal. Por último, numa acusação mais direta a Agostinho Neto, diz não aceitar o culto da personalidade dentro do movimento, que cada dirigente deve conquistar a confiança e o respeito

dos militantes na medida em que respeita e faz respeitar os princípios do movimento. Esse documento (que se encontra no apêndice documental do livro de PINHEIRO, 1998, p. 159-61) menciona a possível conferência e diz concordar com ela, desde que na sua preparação fossem incluídos representantes dos diferentes problemas do povo, não aceitando “um comitê preparatório com uma maioria de amigos que se constituíram em grupo dentro do movimento”.

Identificados os rivais e os aliados, declarado o combate, iniciam-se as batalhas. As acusações de Viriato da Cruz visavam delimitar com clareza o grupo que apoiava Agostinho Neto, fugindo a uma visão personalista do confronto. Ao mesmo tempo, porém, tentaria desmontar ou ao menos tirar a força do mito, que, segundo o próprio Viriato da Cruz, ele ajudara a criar. Os ataques diretos a Agostinho Neto avançam, antes mesmo da conferência. O principal argumento de Viriato da Cruz era que Agostinho Neto deveria explicar a todos do movimento como foi realizada sua fuga de Portugal, colocando em dúvida a honestidade do presidente de honra do MPLA. Explica-se, assim, a menção ao neocolonialismo de alguns dirigentes na declaração feita por Viriato aos militantes. Por sua vez, na corrente oposta, as ações foram menos explícitas e, no que se refere aos ataques pessoais, o que se pode perceber é a referência ao “complexo” de Viriato da Cruz por ser mestiço, mas essas acusações surgem com mais intensidade *a posteriori*. Agostinho Neto parece ter se concentrado no convencimento político

dos demais dirigentes, dando menos importância aos militantes de base e à Juventude do MPLA (JMPLA).

É nesse cenário polarizado que surge um terceiro posicionamento, mais do que uma terceira força, englobando uma pequena parcela dos jovens do movimento, alguns originários das universidades portuguesas. A preocupação desses jovens era aglutinar forças ao movimento e, ao mesmo tempo, promover ações militares para fazer face ao poderio bélico que a FNLA dizia possuir. Desse sentimento sai o Plano Nacional de Ação do Grupo Idéia-Força (REIS e REIS, 1996, p. 699), capitaneado por Gentil Viana. Defendiam a penetração do MPLA em Angola para fazer a luta em território nacional. Para isso, acreditavam ser fundamental a presença dos líderes do movimento, funcionando como um fator mobilizador da população. Sua proposta fugia ao confronto pela liderança, que tinha feito o MPLA estagnar. Tinha como perspectiva a ação militar, que, por sinal, não fazia parte dos principais pontos de discussão dos dois grandes grupos em disputa (REIS e REIS, 1996, p. 699). Essa estratégia seria apresentada ao comitê preparatório da conferência nacional, em outubro de 1962, mas, como seria de esperar, não tivera força política para se constituir em opção, nem mesmo para intermediar a crise. Lúcio Lara afirma que Viriato da Cruz ainda tentara se aproximar desse grupo, mas sem sucesso, dada a posição de

equidistância que os jovens participantes resolveram manter até o fim da conferência.<sup>21</sup>

## O Desfecho

A conferência, ocorrida em dezembro de 1962, foi considerada por todos como o momento e o local de definição acerca da liderança que sairia vencedora. O volume e a seriedade das acusações não deixavam dúvida quanto a inviabilidade de qualquer tipo de saída conciliatória. Os relatos existentes sobre a reunião, bem como a documentação consultada, são bastante contraditórios sobre sua condução. Da confrontação das fontes podemos perceber que a conferência logo se encaminhou para uma disputa em torno de duas listas com os nomes dos dirigentes. A decisão seria tomada por um total de 70 quadros votantes. A lista defendida por Agostinho Neto e seus seguidores sairia vencedora, mas o resultado ainda hoje é motivo de controvérsia.<sup>22</sup>

A nova executiva do movimento contaria com dez nomes. Oito dos treze eleitos em maio não estavam presentes: Hugo de Menezes, Luiz de Azevedo

<sup>21</sup> Lúcio Lara afirma ainda que a maior parte desse grupo, depois da conferência, acabaria se reaproximando da direção chefiada por Agostinho Neto (Entrevista com Lúcio Lara, Luanda, 7 de fevereiro de 1995).

<sup>22</sup> A Pide fez circular entre seus responsáveis uma matéria sobre a conferência do MPLA, publicada no *Jeune Afrique* (Túnis) de 17 de dezembro de 1962. O tom da reportagem é de certo otimismo, dada a saída dos dissidentes da direção. Destaca-se ainda o apoio argelino ao MPLA e à FNLA. Infelizmente, não se menciona o resultado eleitoral (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.B, nt 1828, fls. 615-7).

Júnior, Graça Tavares, José Bernardo Domingos, Jorge Manteyra Freitas, João Vieira Lopes, João Gonçalves Benedito e José Miguel.

João Vieira Lopes, um dos excluídos da nova direção, ao comentar a conferência, afirma que tendia mais para Viriato da Cruz, apesar de ter um percurso político e estudantil muito semelhante ao de Agostinho Neto até aquele momento. Acreditava que Viriato da Cruz tivesse razão nas suas críticas e, por outro lado, Agostinho Neto “começou a mostrar-se como querendo poder a mais”. Mesmo assim, diz ter se mantido neutro, não concordando porém com a fórmula adotada para a escolha dos nomes na conferência. Segundo ele, o problema se inicia com o fato de a conferência não permitir a alteração dos nomes na lista onde estavam os afetos do Viriato da Cruz. Sua principal crítica é quanto à recusa da proposta de uma lista única, em que os candidatos com mais votos ficassem na direção. Evidentemente, João Vieira Lopes não menciona isso, mas essa solução implicaria a manutenção do conflito dentro da direção, pois entre os mais votados estariam representantes de tendências opostas e esse não parecia ser o objetivo do encontro. Ao mostrar o desacordo com o sistema eleitoral, que considera um processo de exclusão de Viriato da Cruz e não de eleição, afirma ter sido convidado a sair da sala pelo próprio Agostinho Neto. A partir daí, lhe seria vetada qualquer participação política, até que fosse para Argel e mais tarde, anos depois, regressasse ao movimento (Entrevista de João Vieira Lopes, JAIME e BARBER, 1999, p. 104-6).

Viriato da Cruz, que, segundo Mário de Andrade (1997, p. 180), retornara a Léopoldville para a conferência, mantém sob sua esfera de influência os militantes que o apoiaram. O clima de tensão dentro do movimento se exacerba ao longo do primeiro semestre de 1963 e chega num ponto-limite com a notícia de que a OUA, reunida na Etiópia entre 22 e 25 de maio, decidira pela criação de um comitê de libertação com o objetivo, entre outros, de tentar conciliar os movimentos africanos em luta pela independência de seus países. Esse comitê reuniria representantes da Argélia, Congo-Léopoldville, Etiópia, Guiné, República Árabe Unida (Egito), Nigéria, Uganda, Senegal e Tanganica e se encontraria em Dar-es-Salam, entre os dias 25 de junho e 4 de julho de 1963. Nessa ocasião se define a necessidade de uma viagem até Léopoldville, para tentar solucionar a crise entre os diferentes movimentos de libertação angolanos e buscar sua unificação.

Logo em 5 de julho, Viriato da Cruz e alguns companheiros proclamam a criação de um outro comitê para o MPLA, em substituição ao eleito em dezembro de 1962. Nessa nova direção, estariam, além de Viriato, alguns dos principais nomes que o apoiavam: José Bernardo Domingos, Jorge Manteya Freitas e José Miguel. Matias Miguéis, que aparece também nessa lista proposta pelos aliados de Viriato da Cruz, tinha sido mantido no Comitê Diretor de dezembro, mas, após alguma hesitação, acaba por romper com a direção e se

reaproximar de Viriato da Cruz. O novo órgão dizia assumir a tarefa de acabar com as divisões no movimento, preparar a unidade com a FNLA, mantendo a autonomia do MPLA, apoiar o Governo Revolucionário e convocar eleições de novos órgãos dirigentes num prazo de três meses (PINHEIRO, 1998, p. 162-3).

A direção eleita em dezembro decide, no dia seguinte, pela expulsão dos que compunham o comitê extraordinário, à exceção de Jorge Manteya Freitas e António Alexandre, que não assinaram a proclamação, embora seus nomes constassem da lista (REIS e REIS, 1996, p. 700). Mas as coisas não parariam por aí. No dia 7, a luta pela posse dos escritórios do movimento, pois a missão da OUA estaria em Léopoldville entre os dias 13 e 18 de julho, resulta num conflito generalizado. A intervenção da polícia congoleza determinaria a detenção dos aliados de Viriato da Cruz, que segundo Lúcio Lara, passara a contar também com alguns quadros jovens recém-chegados de cursos especiais nos países socialistas (Entrevista com Lúcio Lara, Luanda, 7 de fevereiro de 1995).

Sobre esse episódio, o relato mais detalhado que obtive, em todas as entrevistas realizadas, foi o de Jordão Aguiar, um dos indivíduos presos pela polícia congoleza e aliado, portanto, de Viriato da Cruz. Sobre a dissidência, ele faz questão de frisar a divisão entre os dirigentes que vêm do exterior e os

militantes já instalados em Léopoldville, como era o seu caso.<sup>23</sup> Quanto à detenção de julho de 1963, afirma que tinha acabado de chegar a Léopoldville, após uma viagem patrocinada pela JMPLA aos países escandinavos com o objetivo de conseguir bolsas de estudo. Naquela mesma semana, seria detido por homens do MPLA, juntamente com soldados do Congo-Léopoldville. Passaria a noite preso com outros militantes, entre eles Viriato da Cruz, Matias Miguéis e José Bernardo Domingos, num total de 40 a 50 pessoas. Sairiam antes de se completar a segunda noite na prisão, porque, segundo seu relato, assim como ele, outros tinham contatos com congoleses influentes, cresceram juntos em alguns casos, já que no grupo se encontravam militantes instalados em Léopoldville há muito tempo, e logo começaram a recorrer a essas relações de amizade (Entrevista com Jordão Aguiar, Luanda, 25 e 26 de agosto de 1997).<sup>24</sup> Pinheiro (1998, p. 121) afirma, no entanto, que a libertação desse grupo foi obtida graças à intervenção pessoal de Holden Roberto.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Para ilustrar essa perspectiva de aversão dos que vinham de fora em relação ao que tinha sido feito pelos do interior, cita a discussão surgida no MPLA sobre a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA). De acordo com Jordão Aguiar, alguns eram contra a aproximação, por não confiarem na direção dos do norte sobre aquela organização e lançaram a idéia de se criar um novo sindicato. Nesse ponto, Viriato da Cruz e Mário de Andrade, segundo Jordão Aguiar, aliaram forças e impediram a criação de outro sindicato a partir de quadros do MPLA (Entrevista com Jordão Aguiar, Luanda, 25 e 26 de agosto de 1997).

<sup>24</sup> Outro relato interessante sobre esse episódio é o de José Rodrigues Ferreira, o "Comandante Ferreira", encarregado militar do MPLA, com formação no Marrocos, que acabaria por abandonar o movimento, entregando-se às autoridades portuguesas em fevereiro de 1965, num dos piores casos de deserção para o MPLA. Segundo ele, em depoimento à Pide, a polícia congoleza interveio favoravelmente a Agostinho Neto por conta da amizade deste com um dos comandantes da polícia do Congo, mas isso só aconteceria depois de um enfrentamento entre a juventude dos dois grupos (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11-SR, np 996, Pasta 2, fl. 191).

<sup>25</sup> Jordão Aguiar menciona a visita de Rosário Neto, braço-direito de Holden Roberto, à cadeia, mas diz que a intervenção decisiva teria sido do procurador da República do Congo-Léopoldville.

O relato de Lúcio Lara, situado no extremo oposto ao de Jordão Aguiar, não fornece detalhes quer da conferência quer dos episódios violentos que se seguiriam ao longo do ano de 1963, mas rememora a aproximação do grupo do Viriato da Cruz com a FNLA e enfatiza tal ato como uma grande traição ao movimento. Segundo Lúcio Lara, a partir da conferência nacional de dezembro de 1962, Viriato da Cruz tornou-se um contra:

“(...) ele era um homem progressista, um homem com idéias muito avançadas. (...) Então, a primeira ação dele é juntar-se ao Holden. É juntar o MPLA, um MPLA que ele criou naquele momento, ele e mais uns outros (...). Para nós, foi o cúmulo. Naquela altura, o Holden era (...) o homem do imperialismo, dos americanos (...). Com todo o jogo dos congolezes de Léopoldville, a mando americano, da CIA e tudo o mais a apoiarem o Holden, e o Viriato naquele momento, depois da conferência, juntou-se à UPA [FNLA].” (Entrevista com Lúcio Lara, Luanda, 7 de fevereiro de 1995).

A atitude de Viriato da Cruz e dos demais dirigentes e militantes que o apoiavam de se unir ao rival agravava ainda mais a situação do MPLA, agora sob o comando de Agostinho Neto. Na tentativa de fazer frente aos ataques da FNLA e ao clima de tensão nas bases do movimento, Agostinho Neto e alguns poucos dirigentes acordam apressadamente a criação de uma frente partidária congregando o MPLA, o MDIA, o MNA, o Ngwizako e a UNTA.<sup>26</sup> Eram movimentos que, à exceção da UNTA, até bem pouco tempo atrás, tinham sido

---

<sup>26</sup> O Movimento Nacional Angolano (MNA) congregava os *bassorongo*, também da região norte de Angola, que, assim como os demais *bakongo* refugiados no Congo-Léopoldville, organizaram de início uma associação de ajuda mútua até chegar à organização do movimento (MARCUM, 1969, p. 291-2).

alvo da direção do MPLA, que os acusava de serem organizações conservadoras, tribalistas e ligadas aos portugueses. Nas palavras de Lúcio Lara, a direção:

“começou então a criar uma outra frente (...). A gente se serviu de alguns partidecos, tribalistas, a bem da verdade, sim, do norte. Alguns deles tinham estado a serviço dos portugueses, mas que apareceram a nós como dissidências dos partidos (...). Coligamos com essa malta toda e fizemos a FDLA (...), em oposição à FNLA.” (Entrevista com Lúcio Lara, Luanda, 7 de fevereiro de 1995).

Só mesmo o cenário vivido em Léopoldville, que era o pior possível para a direção do MPLA, podia tornar compreensível tal estratégia e sua concretização. Esses dirigentes entendiam que o isolamento do MPLA, às vésperas da visita da comissão de conciliação, poderia significar um reforço de proporções incalculáveis para a FNLA e o cerramento de várias portas para o movimento no continente e no mundo. Por conta desse temor, a Frente Democrática de Libertação de Angola (FDLA) seria formalizada em 8 de julho de 1963.

A comissão da OUA chega a Léopoldville em 13 de julho e permanece no Congo até o dia 18. Compunham a “Missão de Boa Vontade”, como foi intitulada a comitiva, os representantes da Argélia, Congo-Léopoldville, Guiné, Nigéria, Uganda e Senegal. Sua tarefa era escutar e analisar as informações dos dois principais movimentos de libertação angolanos, FNLA e MPLA, para a partir daí tentar ajudar na conciliação entre eles.

Importa salientar que a comissão tinha perspectivas divergentes em seu interior quanto à melhor forma de se solucionar o problema e mesmo no que se refere à luta a ser empreendida contra o colonialismo português. A Argélia, por exemplo, mantendo a postura demonstrada pela FLN, ainda antes da sua independência, buscava a internacionalização ou, pelo menos, a africanização do conflito angolano. E estava à vontade nessa reivindicação, já que até então auxiliava no treinamento militar tanto do MPLA quanto da FNLA. Chegaria mesmo a propor o envio de voluntários argelinos para lutar contra a tropa portuguesa. Essa postura mais arrojada era reflexo das diferenças existentes entre os grupos de Casablanca e Monróvia, diferenças que mesmo a criação da OUA não eliminaria. Por outro lado, o Congo-Léopoldville não via com bons olhos a radicalização da luta contra Portugal, situação que em qualquer cenário futuro poderia arrastar para a luta o próprio Congo, dada sua situação de vizinhança com Angola.

Agostinho Neto quis ser ouvido como representante da FDLA, buscando assim aumentar seu prestígio e alargar o alcance de sua força política, mas a Missão de Boa Vontade não aceitou, justificando que vinha mandatada para se encontrar com as organizações que existiam quando da criação da comissão: FNLA e MPLA.<sup>27</sup> Viriato da Cruz não perde a oportunidade e manda uma carta

---

<sup>27</sup> A descrição feita por Marcum (1978, p. 93-9) dessas audiências evidenciam o quanto o MPLA de Agostinho Neto foi prejudicado. Seria vetado a Neto até mesmo a possibilidade de se expressar em português, sendo-lhe recomendado que fizesse sua intervenção em francês ou inglês.

para a comissão pedindo para ser ouvido como dirigente do MPLA. Os depoimentos seriam catastróficos para o MPLA, não só por conta da exposição das brigas internas, mas sobretudo devido à incapacidade de Agostinho Neto de comprovar os números referentes aos guerrilheiros sob comando do MPLA e às ações militares executadas, dados que faziam parte da propaganda do movimento no exterior, numa complicada simbiose entre as campanhas diplomática e de propaganda, conforme já apontado no Capítulo 2.<sup>28</sup>

A comissão apresenta um relatório devastador para o MPLA. Recomenda que todo apoio, seja africano ou não, à luta pela libertação angolana deveria ser fornecido através do Congo-Léopoldville, em cooperação com o Comitê de Coordenação para a Libertação da África, da OUA. Mas, acima de tudo, o que realmente minava as aspirações do MPLA era a indicação da FNLA como a única frente de combate pela libertação de Angola, enfatizando que outras frentes deveriam ser desencorajadas e que a força militar do MPLA deveria se juntar à da FNLA (PINHEIRO, 1998, p. 165-8).

O MPLA de Agostinho Neto estava numa espiral de insucessos. As recomendações adotadas pela comissão da OUA não poderiam ter sido piores. Mas não era tudo. Ao final desse mesmo mês de julho de 1963, Mário de

---

<sup>28</sup> O artigo da *Révolution Africaine*, nº 27, de 3 de agosto de 1963 (Argel), presente nos anexos de Pinheiro (1998, p. 165-75), autora do texto juntamente com seu marido Carlos Lança, informa que os números de militantes do MPLA encontrados pela comissão da OUA não ultrapassaria os 200, incluídos

Andrade, que estava no Cairo, anuncia sua saída do movimento, sob o argumento de que a criação da FDLA não tinha sido do conhecimento de toda a direção, inclusive dele, o responsável pelas relações exteriores. Mais tarde, Mário de Andrade afirmou que o “plano dos princípios” não poderia ser sacrificado em função da situação por que passava o movimento (ANDRADE, 1997, p. 182-3).

Em Léopoldville, o confronto entre os dois segmentos do MPLA se agudiza ao longo de 1963. Após a declaração do vice-presidente Domingos da Silva, enfocando o oportunismo do grupo de Viriato da Cruz em se ligar à FNLA, o auto-intitulado Comitê Diretor Provisório do MPLA publica uma nota contra a direção, acusando-a de corrupção. A Pide acabaria por obter o documento, firmado em Léopoldville, em 31 de outubro de 1963, e que seria divulgado nos meios políticos e jornalísticos do Congo (IAN/IT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.C, nt 1828, fls. 573-8). As críticas eram de natureza diversa, o importante era levantar suspeitas sobre a integridade das intenções do grupo rival. Entre as acusações, destaca-se a afirmação de que Agostinho Neto e seus aliados teriam estabelecido acordos secretos com os portugueses, visando a um processo de autonomia para Angola. O efervescente clima político vivido em Léopoldville permitia que tais afirmações pudessem ser feitas sem qualquer necessidade de comprovação. Nesse caso, os opositores da direção iriam se aproveitar das relações da Frente de Unidade Angolana (FUA) com Agostinho

---

al os que apoiavam Viriato da Cruz, cerca de 90. À época, o MPLA anunciava já possuir cerca de 60 mil

Neto – que iria pouco além da troca de correspondência e do fato de Neto ter sido o portador do pedido de integração desse grupo ao MPLA – como prova da ligação do presidente do movimento com os portugueses. Logo a FUA, que desde sua instalação em Argel tinha trabalhado incessantemente na divulgação da situação colonial vivida em Angola e seu desejo de independência. Mais uma vez, a cor da pele iria contar como arma política, pois a FUA era composta de brancos e mestiços *claros*.

Entretanto, Viriato da Cruz, com o passar do tempo, acabaria por se afastar da FNLA, o que não era de se estranhar, dada a sua vivência e, principalmente, suas concepções políticas diametralmente opostas às defendidas por Holden Roberto. Não lhe foi possível obter um espaço mínimo de atuação, o que seria agravado pela transferência do MPLA para Brazzaville e pela vitória diplomática da FNLA na OUA, fatos que, de certa forma, diminuíam sua importância política. Por outro lado, a entrada de seu grupo na FNLA seria contestada por alguns dirigentes dessa organização, entre eles Jonas Savimbi. Este, de acordo com Marcum (1978, p. 103), teria procurado a embaixada dos Estados Unidos em Léopoldville em busca de apoio na sua tentativa de convencer Holden Roberto a não aceitar o ingresso de Viriato. Para tanto, acusava a ele e a seu grupo de serem de tendência pró-chinesa.

Mesmo assim, o grupo que apoiara Viriato ainda se manteria unido, sob a denominação de MPLA – Ala Viriato da Cruz, até que diminuem as escassas margens de manobra em Léopoldville. A partir de 1964, Viriato se instala em Argel e daí, após curta passagem pela Europa, muda-se definitivamente para a China, em 1966, onde permanece até sua morte, em 13 de junho de 1973.

As informações referentes à trajetória de Viriato nesse período são raras, mas indicam o desencanto de ambas as partes.<sup>29</sup> Nem ele se constituiria no homem de conexão dos chineses com os movimentos e partidos africanos descontentes com a parceria soviética, nem a China ficaria imune às críticas de Viriato à intromissão das grandes potências na luta conduzida pelos africanos. Mesmo assim, Lúcio Lara afirma que sua ida para a China bloquearia a aproximação do MPLA com esse possível aliado. Segundo Lara, isso ocorrera:

“porque o Viriato fez crer aos chineses que nós éramos pró-soviéticos. Nós éramos pró-soviéticos, mas não éramos a sério. Quer dizer, talvez tivéssemos melhores relações com os soviéticos no mundo europeu. É verdade, era potência. (...) [Mas] apesar de tudo, éramos admiradores da revolução chinesa e da vietnamita.” (Entrevista com Lúcio Lara, Luanda, 7 de fevereiro de 1995).

---

<sup>29</sup> Os poucos relatos existentes sobre a sua vida na China dão conta do progressivo ostracismo a que seria relegado e falam mesmo em atitudes de desprezo. Mencionam também pressões do MPLA, após o reatamento das relações da organização com a China, no início da década de 70, que dificultariam a vida de Viriato da Cruz (PINHEIRO, 1998, p. 120; KASSEMBE, 1995, p. 68-9).

Os demais ex-dirigentes do MPLA que o apoiaram permaneceram em Léopoldville numa situação cada vez mais delicada, de início ligados à FNLA, com participações do ponto de vista programático e executivo pouco relevantes. Suas tarefas eram manter as acusações ao MPLA comandado por Agostinho Neto e não deixar morrer a idéia de que continuava existindo um movimento identificado como MPLA – Ala Viriato da Cruz.<sup>30</sup> Com o passar do tempo, tenderam a se distanciar do movimento de Holden Roberto, sem levantar maiores problemas, até que por fim se dispersaram. Em fins de 1966, já não encontramos sinais do grupo. Dois dos integrantes, segundo as mais variadas fontes, foram posteriormente executados pelo MPLA em Brazzaville, onde se instalara a direção do movimento comandado por Agostinho Neto.

As informações mais contundentes sobre esse episódio partem de militantes e ex-militantes do MPLA, como Carlos Belli Belo, em entrevista a Jaime e Barber (1999, p. 128-9), Hugo de Meneses (*Diário de Notícias* de 15 de janeiro de 1998) e Jordão Aguiar (Entrevista realizada em Luanda, em 25 e 26 de agosto de 1997), além do depoimento de António Rebelo de Macedo Júnior “Certa”, comissário político do destacamento Benedito capturado pelos portugueses (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11-SR, np 996, Pasta 2, fls. 44-6). De acordo com esses relatos, Matias Miguéis e José Miguel foram presos pela Polícia do Congo-Brazzaville em novembro de 1965, quando se preparavam para

---

<sup>30</sup> Marcum (1978, p. 373, n. 156) apresenta uma lista com o nome de muitos desses indivíduos que

atravessar o Rio Congo, que separa as duas capitais, com destino a Léopoldville, e entregues à direção do MPLA, que os levou para Dolisie, onde foram julgados e fuzilados.<sup>31</sup> Nesse mesmo livro de entrevistas em que Carlos Belli Belo dá tal informação, Lúcio Lara, que por essa época estava em Brazzaville, afirma não ter tido conhecimento de qualquer processo ou prisão desses ex-militantes, evitando abordar tão delicado tema (JAIME, BARBER, 1999, p. 50-1).<sup>32</sup>

É importante lembrar que Viriato da Cruz, em texto publicado logo a seguir ao desfecho da crise (CRUZ, 1964), quando já estava se afastando da FNLA, registrou uma versão mais elaborada do conflito com os demais dirigentes do MPLA. Apesar de se apresentar como um trabalho analítico, é possível encontrar algumas das acusações presentes nas declarações e nos panfletos que vieram a público a partir de finais de 1962, ainda que numa dosagem moderada. A ênfase de seus argumentos, uma vez mais, incide sobre as diferenças de atitude e perspectiva entre os quadros que estudaram na metrópole e os que permaneceram na África.

---

seguiram Viriato.

<sup>31</sup> Também Holden Roberto acusaria o MPLA desses crimes, como seria divulgado em Argel, em 5 de fevereiro de 1966. Em comunicado da JMPLA – Ala Viriato da Cruz, datado de 23 de dezembro de 1965, acusa-se o MPLA, em Brazzaville, de ter detido Matias Miguéis e José Miguel no regresso destes de uma conferência ocorrida na Indonésia. Nesse comunicado, informa-se ainda que Matias Miguéis tinha ido para o exterior com o objetivo também de tratar da sua saúde, debilitada após a prisão sofrida em Léopoldville na noite de 22 para 23 de setembro, sem entrar em maiores detalhes acerca dos patrocinadores da detenção (IAN/TT, PIDE/DGS, P. 2868-SR-54, Pasta 1, fls. 79-81 e 83-6). Essa documentação da Pide seria trabalhada ainda por Carlos Pacheco (1997, p. 77-8), que reforça a acusação contra o MPLA pela execução. Marcum (1978, p. 157) também responsabiliza o MPLA pelas mortes.

Viriato da Cruz se esforça por dar maior amplitude a sua tese, transferindo alguns dos elementos por ele identificados como característicos do MPLA para uma esfera mais alargada, a da luta anticolonial. Apresenta uma diferenciação entre os assimilados, que corresponde à sua leitura dos confrontos no MPLA. Para ele, esse segmento, em que estariam inseridos os principais dirigentes do movimento anticolonial, poderia ser dividido em dois grupos. O primeiro seria o "assimilado objeto", composto por funcionários públicos, do comércio e da indústria, submetidos à exploração directa da colônia e "recusando o colonialismo no seu comportamento vital", e o segundo era o assimilado destinado, no contexto colonial, ao êxito social e económico, até porque, em virtude das bolsas de estudo distribuídas pelo Estado e pelas missões, ou ainda em decorrência de condições familiares mais prósperas, eles se especializaram nos mais diferentes ramos profissionais em Portugal. Estes somente se opunham ao colonialismo por razões de patriotismo, de interesse ou ainda de solidariedade. Os dois grupos, segundo Viriato da Cruz, de acordo com seu interesse e situação social, teriam práticas e soluções diferentes a respeito do problema colonial (CRUZ, 1964, p. 6-8).

O entendimento da questão por Viriato não lhe permite referir as interseções dessa oposição, por ele destacada, com outras, que refletem diferentes vínculos de solidariedade, tais como o racial, o familiar, o regional e o étnico,

---

<sup>32</sup> Na época, o MPLA acusou a FNLA de ter cometido tais assassinatos (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação

sem mencionar as alianças políticas estabelecidas no próprio MPLA. Por outro lado, ao não adotar uma perspectiva histórica que articulasse elementos culturais e econômicos, torna-se obrigado a tomar de empréstimo a distinção imposta pelo colonialismo, o que lhe impede de constatar os processos diferenciados, na forma, no tempo e no espaço, de interpenetração cultural, que resultaria em grupos não-coincidentes, aqui identificados como crioulos e novos assimilados. Assim, utiliza o termo “assimilado”, que, como vimos no primeiro capítulo, consistia numa distinção jurídica colonial incapaz de dar conta das nuances existentes. Sua análise não conseguiria se afastar dos problemas políticos por ele enfrentados ao longo de sua trajetória, acarretando numa leitura do movimento anticolonial e mesmo da sociedade colonial limitada aos fatores que, na sua ótica, proporcionaram a fissura política entre os dirigentes do MPLA. Isso acabaria por ofuscar sua crítica contundente a uma certa visão homogeneizadora daqueles que se levantaram contra o colonialismo.

Ainda no tocante às análises sobre a crise de 1962-1964, vale realçar uma perspectiva diferente do que até agora observamos. Trata-se do relato de João Abano (Entrevista em Luanda, 20 de setembro de 1997), que, sem descartar os elementos anteriormente focados, apresenta um componente até então afastado desse debate. Segundo Abano, que estava em Léopoldville quando da crise no

*Handwritten notes:*  
 11-SR  
 np 996  
 Pasta 2  
 fls. 56-7  
 11-SR  
 np 996  
 Pasta 2  
 fls. 56-7

MPLA, ficando ao lado da direção de Agostinho Neto,<sup>33</sup> alguns integrantes do grupo que apoiava Viriato da Cruz eram do Ambrizete, portanto *bakongo*, mais especificamente sorongo, e isso teria facilitado o fato de as desavenças políticas assumirem também uma coloração étnica e regional, já que o grupo que apoiava Agostinho Neto contava com muitos indivíduos *kimbundu* da zona de Luanda e Catete. Essa apreciação, apesar de não ter sido mencionada quer nas demais entrevistas realizadas, quer na documentação disponível e consultada, ou mesmo nos trabalhos referentes ao tema, não deve ser afastada de pronto. E em seu favor pesa o cenário político conturbado vivido em Léopoldville, onde as identidades étnicas tinham uma força e uma dimensão que rapidamente se transformavam em capital político. Outro fator importante a ser lembrado é que, para ambos os lados em confronto, assumir um discurso ou uma postura pautada em referências étnicas ou regionais seria contrariar o discurso legitimador do próprio movimento. De qualquer forma, não se pode pensar numa defesa dessa leitura étnica como exclusiva ou mesmo primordial. Ela seria mais um ingrediente ou, para seguirmos nossa trilha, mais um dos vínculos de solidariedade sobrepostos e que dariam forma aos grupos em disputa.

Por outro lado, retomando o fluxo dos acontecimentos, os problemas do MPLA de Agostinho Neto pareciam não ter fim. Depois da passagem da comissão da OUA, a situação dos militantes do MPLA que apoiavam a direção

---

<sup>33</sup> João Abano afirma ter permanecido em Léopoldville mesmo após a transferência do movimento para

fica ainda mais frágil no Congo-Léopoldville. A FNLA radicaliza e começam os confrontos entre os militantes dos dois movimentos. As autoridades congoleesas prendem os simpatizantes do MPLA com base nos argumentos mais diversos, inclusive sob a acusação de passaportes falsos, como seria levantado em relação a Agostinho Neto e Lúcio Lara (CEDETIM, 1977, p. 87). O objetivo – segundo Lúcio Lara, na entrevista que nos concedeu em Luanda, em 7 de fevereiro de 1995, e de acordo com Macqueen (1998, p. 52) – era pressionar os homens do MPLA até a exaustão.

Até então, a manutenção do MPLA no Congo-Léopoldville vinha sendo tolerada por uma conjunção de fatores que precisavam ser temperados a todo instante por uma diplomacia conciliadora e inteligente capaz de identificar os possíveis apoios existentes no governo do Congo, por vezes mais em função das contradições em relação à FNLA, do que por atração pelo MPLA. Este, por sua vez, acenava constantemente com a presença de seus quadros médicos face à carência do governo do Congo desses profissionais. O apoio dos angolanos já residentes no Congo era um outro elemento que facilitava a permanência. Também a propaganda do MPLA para atrair apoios internacionais dificultava uma retaliação das autoridades congoleesas. Todavia, com a comissão da OUA, muitos desses argumentos foram por terra e ao mesmo tempo se abria uma possibilidade nova para o governo do Congo-Léopoldville, que poderia forçar o

---

Brazzaville, mantendo uma tênue ligação entre as duas cidades.

ingresso dos homens do MPLA na FNLA, sem que isso fosse tomado como qualquer radicalismo, mas simplesmente como o encaminhamento das orientações da OUA.

Por tudo isso, a mudança de ares era imprescindível e o Congo-Brazzaville, saído do processo político que ficaria conhecido como as “Três Gloriosas”, iniciado em 15 de agosto de 1963, parecia ser o ancoradouro mais próximo e seguro. O regime de Fulbert Youlou, que tantas dificuldades tinha criado para o MPLA,<sup>34</sup> fora derrotado, entrando em seu lugar Massamba Debat. É assim que o MPLA decide, em novembro de 1963, atravessar o Rio Congo e começar uma nova jornada, retomando a iniciativa política e militar.

A ida para Brazzaville estaria ligada também a outro tipo de articulação política, para além da boa disposição demonstrada pelo novo governo. Segundo Lúcio Lara (Entrevista concedida em Luanda, em 7 de fevereiro de 1995), o presidente do Congo-Brazzaville teria recebido pressões de outros países africanos para reconhecer a FNLA. Nessa altura, porém, “havia já uma guerrazinha (...) na zona entre americanos, bem instalados em Kinshasa [Léopoldville], e os franceses bem instalados em Brazzaville”. Isso teria ajudado o Congo-Brazzaville, dada a força do antiamericanismo francês e a evidente

---

<sup>34</sup> O MPLA já havia tentado abrir uma representação de seu movimento em Brazzaville em meados de 1961, através das ações de Eduardo dos Santos e de Luiz de Azevedo Júnior, mas fora impedido pelas

ligação entre a FNLA e os Estados Unidos, a receber o MPLA. Todavia, a instalação em Brazzaville traria outras consequências no que diz respeito às relações externas. Lá o MPLA manteria contatos mais estreitos com Cuba e, principalmente, com a União Soviética, que passaria a ter um papel fundamental no apoio ao movimento.

Quanto à crise interna por que passara o MPLA, esta teria uma espécie de fecho, dado pela direção, com a convocação da Conferência de Quadros, ocorrida em Brazzaville, em janeiro de 1964. No encontro, Agostinho Neto apresentaria um roteiro da crise, afirmando que a ambição pessoal de alguns e os problemas de disputas internas que vinham desde Conakry, portanto, antes do ingresso dele no movimento, levaram ao racha. O confronto, na avaliação de Agostinho Neto, teria sido agravado pela suspeita em torno da FDLA e pela saída, num segundo momento, de alguns dirigentes (REIS e REIS, 1996, p. 707).

Esse último ponto irá marcar o movimento por muitos anos. Além de Mário de Andrade, outros dirigentes e figuras de peso também se desligaram ou simplesmente se afastaram do MPLA, como seria o caso, para citar alguns, de Gentil Viana, João Vieira Lopes, Manuel Videira e Edmundo Rocha. O núcleo

---

autoridades congolenses de Brazzaville, que mantinham boas relações com Portugal (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A - D. Inf. 1º, nt 1832, fl. 548).

considerado mais intelectualizado foi aos poucos se desintegrando.<sup>35</sup> Evidentemente, esses afastamentos e abandonos individuais não podiam deixar de ser vistos como uma forma de repúdio à crise e sua condução, mas consistiam, acima de tudo, numa discordância em relação à direcção pelo encaminhamento dado à organização. Abria-se, assim, uma nova zona de atrito.

A dissidência de Viriato da Cruz e a saída desses quadros dirigentes seriam acontecimentos apresentados pela direcção vitoriosa como ilustrações de uma oposição existente no movimento. Segundo essa versão, de um lado estariam os intelectuais, envolvidos em discussões que geram dissidências, mas não fazem avançar a luta, e, de outro, os dirigentes próximos aos militantes de base, que procuram ampliar as adesões e se preocupam não em fomentar lutas internas, mas em obter a independência. Essa leitura dos conflitos ocorridos internamente estaria presente nas resoluções da Conferência de Quadros de 1964 e ficaria uma crítica violenta aos intelectuais dentro do movimento, abrindo um precedente para que essa mesma tese pudesse ser retomada no futuro. Para isso, era preciso manter viva a idéia de que os dirigentes mais intelectualizados do movimento abandonaram o barco num momento crítico (REIS e REIS, 1996, p. 707-8).

---

<sup>35</sup> Mesmo durante a explosão da crise, ao longo do ano de 1962, alguns quadros iriam preferir se afastar do centro das decisões, como seria o caso do Mário Afonso "Cassessa" (Entrevista com Mário Afonso, Luanda, 10 de fevereiro de 1995).

Tal versão não seria encampada por todas as figuras de destaque do MPLA, numa evidente demonstração de que os problemas internos não se resolveriam com brigas e expulsões. Em seu trabalho *Reflexões sobre a Luta de Libertação Nacional* (1979), o comandante Jika,<sup>36</sup> membro do Comitê Central, apresenta a crise de 1963 no marco das disputas entre grupos de composições socioeconômicas diferenciadas, afastando a idéia de traição e realçando as prevenções antiintelectuais surgidas à época, como “uma arma operativa” na luta pelo poder (JIKA, 1979, p. 55).

Mas Brazzaville traria também novidades auspiciosas para o MPLA. Uma outra comissão da OUA seria mandatada na reunião dos chefes de Estado e de governos africanos efetuada no Cairo em julho de 1964. Essa nova comissão, formada pelo Congo-Brazzaville, Gana e República Árabe Unida (Egito), apoiaria a aprovação, pela OUA, do princípio da ajuda técnica e material à organização.

Paralelamente, a FDLA vai desaparecendo em Brazzaville, fruto não só da sua própria constituição apressada e da difícil conjugação de interesses, mas também em virtude da mudança provocada pelo reconhecimento da OUA ao esforço do MPLA em avançar com a guerrilha em Cabinda.

---

<sup>36</sup> Gilberto Teixeira da Silva, o comandante Jika, teve passagem pela 2ª, 3ª e 4ª Regiões Político-Militares do MPLA, entre 1964 e 1974, sendo nesse último ano eleito membro do Comitê Central. Foi morto em combate contra as tropas da FNLA, em 3 de junho de 1975.

As perspectivas que se abriam implicavam a ampliação da sua base de apoio, tarefa difícil de ser realizada a partir do Congo-Brazzaville, distante do território angolano e fazendo fronteira apenas com o enclave de Cabinda. O movimento teria que recorrer aos quadros mais jovens para tentar injetar novo ânimo, aumentando assim o recrutamento de militantes.<sup>37</sup>

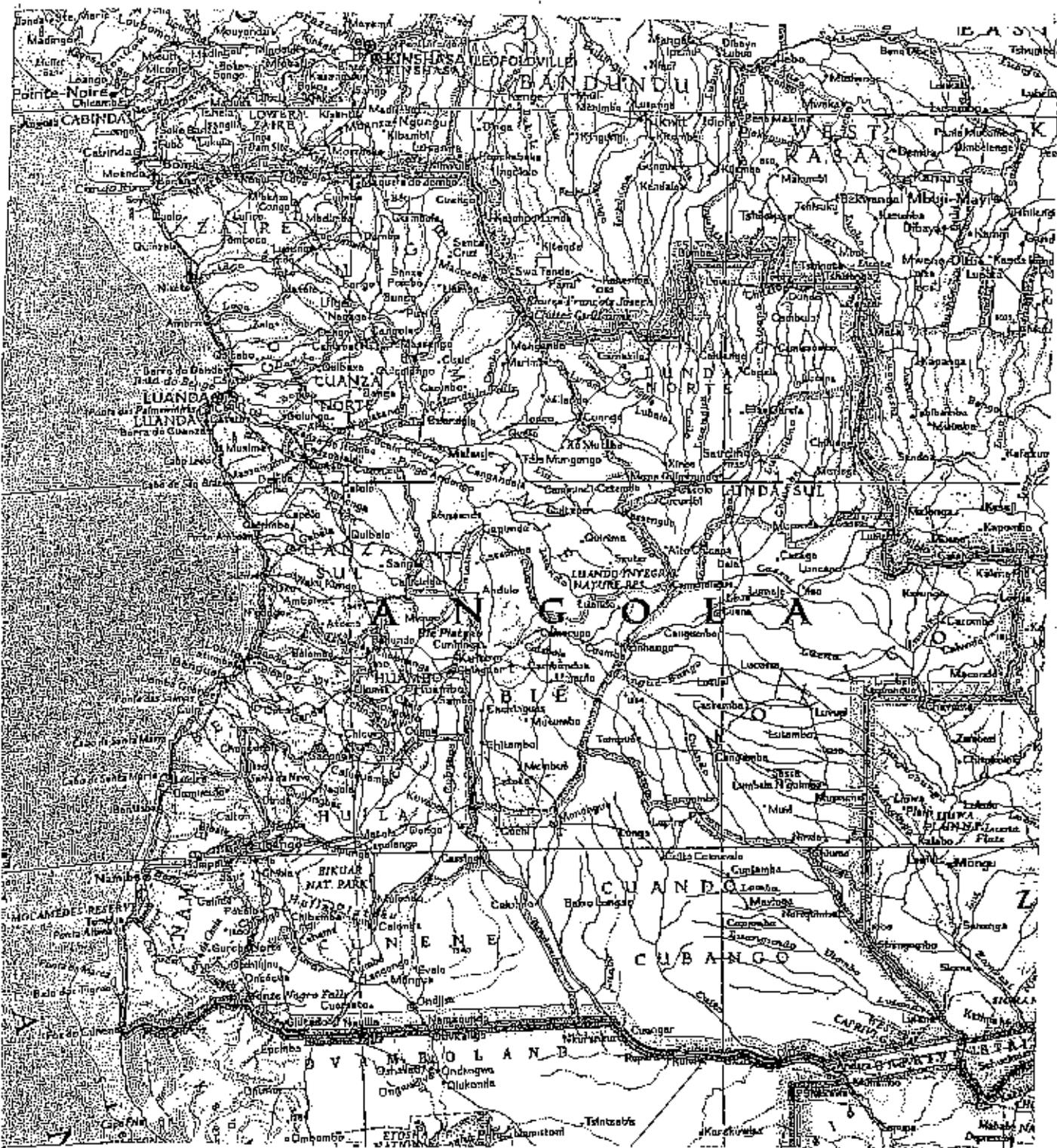
O MPLA, dadas as últimas alterações ocorridas em 1964, assumiria uma nova rota e uma nova forma de gestão. Certamente, essas eram diferentes do que alguns de seus quadros dirigentes tinham pensado nos anos de 1960 e 1961, mas o movimento dava sinais de força e o novo timoneiro demonstrava ter o domínio de tudo o que se passava. De qualquer forma, a vitória de um determinado grupo existente na direção e encabeçado por Agostinho Neto não solucionou a questão de fundo do MPLA, qual seja, a ausência de um espaço para a discussão das questões políticas e, principalmente, dos elementos politizáveis, tais como as filiações étnica, racial, regional, ocupacional e familiar. A ausência dessa arena foi ultrapassada pelo processo, temporário e forçado, de acomodação das divergências que estiveram na raiz do surgimento de crises posteriores.

---

<sup>37</sup> De acordo com Daniel Chipenda, já na Conferência de Quadros, alguns jovens seriam alçados para postos mais elevados na estrutura do movimento – é o caso dele próprio e de outros como Henda, Spencer, Timóteo e Miguel Baia (Entrevista de Daniel Chipenda, JAIME e BARBER, 1999, p. 140-1).

Muitos dos grupos contestatários à direção constituíram-se em função de afinidades estabelecidas antes mesmo do processo de formalização do movimento e devem ser percebidos e analisados a partir dos variados vínculos de solidariedade existentes. A condução da luta anticolonial, não tendo sido capaz de comportar a discussão e a resolução dos problemas internos do MPLA, acabaria por provocar um tenso processo de acomodação, que malogrou nos momentos de crise da opção militar ou ainda quando fatores externos ao movimento exigissem uma decisão unificada. Mas isso nós veremos mais à frente.

# Angola e Sudeste da República Democrática do Congo



(PEREIRA, Luena, 1999, p. 2)

## V

A Retomada da Iniciativa<sup>1</sup>

## Fuga, Resistência e Repressão

Após os acontecimentos de 4 de fevereiro de 1961, em Luanda, reivindicados pelo MPLA e que deram início ao levante contra Portugal, as ações armadas realizadas pelo movimento no interior de Angola ficaram quase restritas à resistência às tropas portuguesas. Episódios que ocorreriam numa limitada faixa de terreno na região norte da colônia, onde alguns de seus simpatizantes se refugiaram, juntamente com a população, mais temerosa da retaliação da metrópole. Esses revoltosos acabariam por ficar numa situação extremamente delicada, encurralados entre o exército colonial e as forças da UPA (FNLA).

Em julho desse ano, os militares portugueses iniciam operações de maior envergadura na região. Foram mobilizados aproximadamente 20 mil soldados metropolitanos e 5 mil soldados recrutados em Angola, com um gasto semanal de 1 milhão e 700 mil dólares.<sup>2</sup> O potencial bélico, que incluía bombas de *napalm*,

---

<sup>1</sup> Este título é uma referência à expressão cunhada por Georges Balandier. Segundo Carlos Serrano, que abordou o tema em sua tese de doutorado, "retomada da iniciativa" não é uma simples volta aos valores pré-coloniais. E também não era isso que o MPLA defendia. O conceito deve ser entendido como uma "transformação da consciência pela sua ação sobre ela mesma no decurso do movimento revolucionário" (SERRANO, 1988, p. 147).

<sup>2</sup> Os dados sobre os efetivos militares metropolitanos em Angola não apresentam muita controvérsia. No entanto, encontramos números diferentes quanto ao efetivo de soldados recrutados pelo Exército

impedia qualquer comparação com o armamento utilizado pela guerrilha, ainda numa fase muito embrionária, sem bases de apoio e retaguarda. O alvo inicial da ofensiva portuguesa foi Nambuanguo, mas a ação de maior impacto seria na região formada pelo triângulo São Salvador–Maquela do Zombo–Damba, logo reconquistada aos homens da UPA, que executaram o levante de 15 de março.

A hesitação inicial das forças armadas portuguesas, que poderia ser contada em semanas, retardando uma demonstração contundente da opção a seguir traduzia os problemas internos enfrentados por Salazar. Desta feita, as intrigas palacianas envolviam o anterior presidente da república, marechal Craveiro Lopes, e o ministro da Defesa, general Botelho Moniz. Mais uma vez, o velho ditador conseguiria contornar a situação. Optaria pela ofensiva, ao declarar guerra aos “terroristas”.

A insurreição ocorrida no norte de Angola, em março de 1961, organizada pela UPA, produziria cenas terríveis, sempre com o firme propósito de fazer com que os colonos abandonassem definitivamente a região. As fotos com os cadáveres dos colonos e mesmo trabalhadores africanos de outras áreas de Angola decepados a golpes de catanas, ao lado de mulheres e crianças mutiladas, retratam as incríveis atrocidades patrocinadas pelo movimento de Holden

---

português em Angola. Para Antunes (1995, p. 123), só nessa operação na região norte teriam participado 8 mil negros. O Estado-Maior do Exército (1988, p. 260-1), por sua vez, indica o montante de 5 mil efetivos recrutados em Angola nesse ano.

Roberto.<sup>3</sup> De certa forma, tais registros ajudariam a engrossar a mobilização portuguesa e auxiliariam na formulação do padrão raivoso e sanguinário da contra-ofensiva. A resposta imediata de muitos colonos e de parte das autoridades administrativas e militares, principalmente nas localidades mais próximas às regiões atingidas pelo levante, se aproxima do genocídio. O que evidentemente não seria divulgado e muito menos registrado como o fora a ação dos africanos. Eliminar o inimigo e todos aqueles que pudessem vir a se tornar um deles era o objetivo. As declarações dos comandantes militares não deixam dúvida a esse respeito, ao mencionarem as “acções de limpeza (...) onde os terroristas se haviam refugiado e estabelecido bases para sua actividade” (*Jornal do Exército*, outubro, 1961). É assim que surgem casos como os “balões do Cuanza”, descrito por José Ervedosa, major da Força Aérea Portuguesa que em 1964 abandonaria a farda, refugiando-se em Paris e depois em Argel:

“Foi perto da barragem de Cambambe que eles nasceram. Um dos lugares onde o Quanza [Cuanza, importante rio de Angola] tem maior densidade de crocodilos, sempre esfomeados. Mas daquela vez os colonos e as autoridades administrativas do Cuanza Sul foram mais fortes do que eles. Organizaram uma operação de depuração maciça, para evitar qualquer coisa de semelhante com o que se passara no Congo angolano [região mais ao norte onde aconteceram os levantes organizados pela UPA]. Homens e mulheres, velhos e crianças foram assassinados em número tal que, satisfazendo o apetite da multidão de saurios do rio, vieram aparecer às centenas na foz, transformando-se

---

<sup>3</sup> Muitas dessas fotos foram guardadas pela delegação da Pide em Angola e, a partir da análise de sua documentação interna, é possível verificar que tais registros foram solicitados por diversos órgãos governamentais ao longo dos anos. As fotos ainda hoje se encontram em seus arquivos (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 16.10.A).

pela putrefação em sinistros 'balões' humanos à deriva" (ERVEDOSA, s/d, p. 13-4).<sup>4</sup>

Os guerrilheiros do MPLA que resistiram inicialmente na região próxima a Nambuangongo e depois por toda a área dos Dembos, bem como a população que os apoiava, defrontariam esse tipo de retaliação cotidianamente. Com o passar dos meses, suas ofensivas escassearam e a guerra pela independência se transformava numa luta pela sobrevivência. Só receberiam reforço do movimento em 1966, e assim mesmo muito limitado, em decorrência das dificuldades de acesso a partir do Congo-Brazzaville. Seriam cinco longos anos de isolamento, rompidos apenas por poucos: os indivíduos que conseguem sair dessa área e chegar com vida ao contato com os dirigentes do MPLA. Até fins de 1963, a direção do MPLA ainda estava em Léopoldville, mas, depois da sua transferência para Brazzaville, a situação ficaria ainda mais difícil.

A região dos Dembos, onde se concentrava a resistência do MPLA nesse primeiro momento, constitui uma área definida muito mais em função de sua vegetação, de seu clima e também de sua longa história de resistência ao colonialismo português, que seria levada até os primeiros anos do século XX, do que em termos administrativos, e ainda hoje essa situação se mantém. A grosso modo, podemos situá-la a norte da cidade de Caxito, a oeste de Camabatela, ao sul do Uíge e a leste do Ambriz. É uma zona de floresta aberta, com elevações de

---

<sup>4</sup> Esse documento foi consultado em Coimbra, Portugal, no Centro de Documentação 25 de Abril, onde

até 1.500 metros na sua parte mais ao leste, o que proporcionaria uma área de refúgio importante para a guerrilha.

Em todo esse longo período de isolamento (1961-1966), ganhariam destaque os combatentes formados na própria luta, como Ferraz Bomboco, Benedito, Alberto João, entre outros (RÊGO e MORAIS, 1962, p. 95). Sem preparo prévio que os condicionasse para a importância da missão, esses homens não chegaram a constituir um comando centralizado efetivo e o armamento por eles utilizado raramente deixava de ser o famoso canhangulo – arma de fogo preparada de forma artesanal. Quando muito, valiam-se de armas obtidas nos ataques às forças militares portuguesas ou mesmo a algumas fazendas de café. Só que, nesses casos, a falta de munição logo se faria notar.

Se do ponto de vista militar o isolamento ditava as terríveis condições em que se processava a luta contra o Exército português, no tocante à alimentação a situação não era muito diferente. Sem retaguarda para garantir o abastecimento, os guerrilheiros eram alimentados por camponeses dispersos em pequenas povoações existentes na região, que acabavam por dividir ou ceder o pouco que tinham. Como vimos, a exploração colonial convivia e também lucrava de forma indireta com a plantação de subsistência dos africanos. Por conta de tal articulação, os angolanos mantinham nessa região pequenas plantações de

mandioca, que passaram no decorrer do conflito a auxiliar na manutenção da guerrilha. Esta, no entanto, recorria também às frutas, como a banana, por exemplo, e tudo o mais que pudesse ser plantado ou, simplesmente, colhido naquela área e naquelas condições.

A região era pontuada por grandes e médias fazendas de café e cana-de-açúcar e, numa zona mais ao sul dos Dembos, mais precisamente em Cassange, mantinha-se o plantio do algodão. Eram propriedades, na sua esmagadora maioria, sob o controle de colonos que tinham impulsionado de forma decisiva a violência contra os angolanos daquela zona. Seus trabalhadores, seguindo o regime do *contrato*, eram em boa parte originários do sul e também tinham sido alvo dos ataques organizados pela UPA. Essas fazendas continuariam na mira de ataques dos guerrilheiros ao longo do conflito, com as mais importantes transformando-se, como no caso da Tentativa, localizada no Caxito, numa espécie de base de atuação militar portuguesa. Para esses indivíduos, trabalhadores africanos e colonos, e mesmo para as forças de repressão, só com o passar do tempo ficaria nítida uma diferenciação entre as formas de atuação da UPA e do MPLA.

A continuidade do conflito traria alterações na produção camponesa para subsistência, implicando mudanças também na forma de organização dos grupos guerrilheiros. Num primeiro momento, que poderíamos situar entre os anos de

1961 e 1963, as cargas de *napalm* e outros produtos químicos que foram jogados pela aviação militar portuguesa sobre as pequenas aldeias escondidas ou de difícil acesso, um pouco por toda a região norte de Angola, e que consistiam no principal apoio aos guerrilheiros, iriam minar tal auxílio. Essa população passava a ter duas alternativas extremas: abandonar a aldeia e seguir caminhando com os guerrilheiros à procura de uma outra área para cultivo e instalação improvisada, até que fosse novamente descoberta pela tropa portuguesa; ou então se entregar as autoridades administrativas. Nesse caso, poderia ser transferida para zonas mais distantes dos focos de guerrilha ou simplesmente manter um sistema de comunicação eficaz com as forças de repressão, o que, de qualquer forma, afastava os guerrilheiros daquela área.

Depois dessa fase de destruição e razia das pequenas aldeias existentes em áreas de atuação da guerrilha, quando fica evidente que o confronto seria prolongado, ganha força uma nova perspectiva no meio colonial, seguindo as premissas da chamada “ação psicossocial”. Essa estratégia iria aos poucos buscar a integração do camponês nas zonas de turbulência, através do acesso ao pequeno mercado de produção de alimentos. Era uma tentativa de responder a alguns de seus anseios e ao mesmo tempo inseri-lo num outro contexto, afastando-o dos guerrilheiros.

Mas essa tendência não se manteria por muito tempo, pelo menos como a principal forma de lidar com a questão do apoio da população camponesa aos guerrilheiros. Comprovando as rivalidades existentes no interior das forças de repressão e administração coloniais, uma outra estratégia ganharia força em meados da década de 60, os chamados “aldeamentos estratégicos”. Neles as autoridades administrativas, contando com o auxílio das forças militares, reuniam e monitoravam dezenas de famílias camponesas, que passavam a viver sob sua alçada. A delimitação desses aldeamentos e, conseqüentemente, as intervenções nas formas de produção e na gestão cotidiana da vida dessas pessoas assemelhava-os a verdadeiros campos de concentração. A idéia-matriz era impedir que se realizasse o cenário clássico da guerrilha, proposto pelos chineses, do “pcixe dentro d’água”. O objetivo era afastar os guerrilheiros da população que o alimentava e ao mesmo tempo o camuflava. A descrição de Mário Tomé, major reformado do Exército português que teve contato com esses aldeamentos, não deixa dúvida quanto ao caráter de tal empreitada:

“Os aldeamentos, menina dos olhos da APSIC [ação psicossocial] e da propagandeada política de progresso, por mais entusiasmo que tenham despertado em muitos militares que se sentiam a dar humanidade à guerra, não passam, em rigor, de campos de concentração de populações deportadas, roubadas às suas terras, afastadas dos seus totemes ou dos seus antepassados, separadas dos seus familiares, pais sem filhos, filhos sem pais, alguns deles caídos varados pelas balas ou estilhaçados por granadas em muitas ações de ‘recuperação de populações’, que arrasam culturas e incendiam as habitações. Na verdade, para que queriam umas e outras se iam ser acolhidos à sombra amiga da bandeira verde-rubra, em aldeamentos chapeados a zinco e

cercados de arame farpado, para evitar que o inimigo molestasse as populações aldeadas?” (TOMÉ, 2001, p. 74).

A discordância quanto às formas de empreender a luta contra os guerrilheiros, pelo menos num primeiro momento, situado entre 1961 e 1963, portanto, ainda antes da expansão dos aldeamentos, iria colocar em primeiro plano as divergências entre a Pide e o Exército português. Vários são os documentos elaborados pela delegação da polícia política em Angola e remetidos para os serviços centrais em Lisboa, retratando essa perspectiva. Dentre eles podemos destacar um relatório (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola. P. 16.10.A, fls. 432-7) datado de 18 de dezembro de 1962, no qual se apresentam as dificuldades encontradas em Dange, Nambuango e Quipedro. Segundo esse documento, a região consistia numa espécie de bolsão que os militares pretendiam isolar, para em seguida iniciar operações que fossem fechando o cerco, anulando assim o foco de atividades internas. A discordância dos agentes da Pide em relação aos militares dizia respeito à definição tática do que o relatório identifica como a “ordem bélica dos acontecimentos”.

De acordo com o agente da Pide que elaborou o documento, para os militares o inimigo teria estabelecido um “*front* indefinido”. Enquanto o relator discorda. Segundo ele, o *front* indefinido se dá quando há uma “ação dispersa de guerrilhas operando na malha de populações nativas presentes e, aparentemente, pacíficas e passivas”. Na sua opinião, em Angola, pelo contrário, tem sido

condição *sine qua non* das atividades “terroristas” o apoio ativo das populações, “que para tal efeito se vêem na necessidade de evitar o nosso contato”. Acrescenta que, por essa razão, os grupos armados nunca agiam no território onde as populações estão sob a influência direta das autoridades portuguesas, e sim na orla da zona rebelde, “dando pontadas de raio de ação muito limitadas no território pacificado”. Por isso, ele chama de *front* semidefinido, “ou seja, um *front* geograficamente definido mas, na coordenada tempo, inconstante e fluídico”. O fundamental nessa discussão, iniciada a partir de avaliações divergentes quanto ao comportamento das chamadas populações nativas, é que ela tinha implicações diretas na forma de atuação da repressão quer face à guerrilha quer junto à população.

Além das discordâncias de ordem tática, eram freqüentes também as críticas dos agentes da Pide à atuação dos militares no combate ao inimigo. Por diversas vezes, foram considerados pouco aplicados, como se pode observar no relatório semanal do posto da Pide de São Salvador datado de 10 de junho de 1963 (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 16.10.A, fls. 392-4). Nesse documento, os militares são duramente acusados de desleixo, já que, apesar de terem conhecimento da atuação de guerrilheiros em determinadas localidades, mantinham-se estacionados em suas posições. Os relatórios criticavam o comportamento de funcionários administrativos, colonos e responsáveis religiosos, que, na interpretação dos agentes da Pide, demonstravam pouco

empenho em “defender a pátria portuguesa”. Todos estavam sob constante vigilância.

É assim que a prática e a imagem ditatorial, persecutória e violenta dessa polícia ganha corpo. Sua tendência controladora exigia um inimigo poderoso, mesmo quando ele não correspondesse com precisão a tal imagem. Trata-se, em certa medida, de um dado já conhecido sobre os aparelhos de repressão e que consiste na valorização do oponente como forma de aumentar sua importância para as autoridades superiores.

O confronto dessa perspectiva, até certo ponto grandiosa, estabelecida pela Pide sobre os seus inimigos tende a entrar em choque, principalmente quando se refere a essa etapa inicial de luta, com vários relatos obtidos em entrevistas que realizei com angolanos de alguma forma ligados a tais acontecimentos, ou ainda coletados em jornais e livros de memória, como veremos ao longo deste capítulo. Nesses depoimentos, os fatos e as análises decorrentes explicitam em grande parte as inúmeras carências e dificuldades encontrados pela guerrilha, em especial nos primeiros anos de embate.

Outra recorrência nessa documentação produzida pelos agentes da Pide instalados nas áreas de guerrilha diz respeito ao padrão de atuação em face dos ataques dos movimentos de libertação. Imediatamente após o episódio, enviavam

um relatório aos seus superiores hierárquicos informando o que se passou e pediam uma ação de punição, com a justificativa de que só dessa forma se restabeleceria a confiança das populações da zona atingida. Evidentemente, a retaliação pleiteada, que em muitos casos exigia a permissão desses superiores ou sua participação na mobilização dos militares, reforçava a figura do agente local, demonstrando seu prestígio junto às forças de repressão.

As subdelegações, os postos e os subpostos da Pide faziam relatórios semanais, descrevendo detalhadamente o ambiente político-social. Apontavam as atividades “subversivas” e “terroristas”, o número de refugiados e retornados, os casos de violação de fronteiras, a atuação das autoridades administrativas e militares, as ações das missões católicas e protestantes, as visitas importantes e as inaugurações e melhoramentos ocorridos. Por fim, abria-se um espaço para a avaliação do agente a respeito da situação geral da localidade. O roteiro deixa claro como a Pide procurava ser o mais abrangente possível, buscando evitar, através do detalhamento dos itens, que alguma informação fosse desprezada.

A análise de vários desses relatórios semanais consultados possibilita destacar por ora mais três pontos que chamam a atenção. O primeiro é a ênfase dada aos indivíduos e às famílias que retornavam do Congo-Léopoldville ou de áreas onde se encontravam focos guerrilheiros. Vale realçar que o tipo de documentação e a irregularidade dos dados nos impedem de estabelecer médias

críveis a respeito do número de pessoas que retornam a áreas sob controle das autoridades coloniais. Variavam em virtude da localidade e do período analisado. Podemos citar, apenas como exemplo, que esse número no Uíge oscilou entre três a dez indivíduos em vários desses relatórios semanais da subdelegação de Carmona (atual Uíge), para os anos de 1962 e 1963, mas a partir de 1964 tendeu a crescer, passando para o patamar de vinte indivíduos semanalmente, como de resto para outras áreas ao norte da colônia. Evidentemente, apesar da precariedade desses números, é preciso relacioná-los também às ações de combate realizadas, já que os ataques de ambas as partes faziam diminuir a circulação de pessoas e aumentava o medo de se realizar qualquer deslocamento.

O mais interessante a ser destacado, no entanto, talvez seja o fato de a Pide não mencionar com a mesma ênfase o número de angolanos que continuavam a fugir em direção aos Congos (Léopoldville e Brazzaville). De acordo com os dados levantados por Pélissier, esse fluxo permaneceria com intensidade até pelo menos 1964, quando no Congo-Léopoldville teriam chegado 75 mil angolanos, número que cairia a menos da metade no ano seguinte, 24 mil, e alcançaria apenas 9 mil em 1966 (PÉLISSIER, 1978, p. 659). O ano de 1964, como veremos a seguir, marca ainda o refluxo das atividades guerrilheiras na área norte da colônia, o que traria certamente implicações sobre o número de refugiados.

Também os agentes do SCCIA alertam para esse fato e são os seus relatórios que melhor demonstram os números a respeito dos angolanos que continuavam a fugir do controle colonial. Porém, da mesma forma que não se demonstrou possível estabelecer, a partir da documentação consultada, médias seguras quanto ao número de angolanos que retornavam ao controle colonial, a indicação estatística do fluxo inverso se apresenta muito difícil. Podemos, sim, citar, uma vez mais a título de exemplo, o relatório dos agentes do SCCIA para o período de 1º a 15 de setembro de 1963, no qual se afirma que no concelho de Cacongo, distrito de Cabinda, só nesse intervalo de duas semanas teriam “fugido” 325 pessoas (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, P. 234 – CI (2), SCCIA, nt 6977, Relatório n.º 80, fls. 249-74).

A Pide, evidentemente, não estava à vontade para mencionar o fato de que as “fugas” permaneciam. Afinal, estancar esse fluxo era uma de suas tarefas. Por outro lado, tecer comparações em função dos números encontrados, como vimos, é arriscar em demasia, já que as diferenças entre distritos, concelhos e postos administrativos são muito grandes no tempo e no espaço. Além disso, não tivemos acesso a uma série de relatórios que pudessem nos dar uma segurança mínima para essa tentativa. O importante parece-nos ser enfatizar, em primeiro lugar, a existência de fluxos em direções opostas e, em segundo, que todos os indícios apontam que, pelo menos até fins de 1964, a diferença era esmagadoramente maior em direção aos Congos.

Outro ponto a ser destacado é a forma como o inimigo é tratado. Nos anos iniciais, não se percebe uma preocupação maior em se analisar com detalhes quem se estava enfrentando, apesar de em fins de 1961 já ser possível, quer para a Pide, quer para os militares, realizar tais distinções. Os próprios grupos de guerrilha explicitavam e propagandeavam suas ações. Ao invés da especificação, utiliza-se quase sempre a expressão inimigo, através da abreviação "IN". O que é sintomático e se encaixa perfeitamente na estratégia presente e dominante nesses primeiros anos de confronto, quando o objetivo é tão somente exterminar os focos de guerrilha existentes, os prováveis e aqueles que poderiam vir a ser, bem como as povoações que apoiavam os insurretos. Isso fica evidente no depoimento de Ervedosa (s/d, p. 17), em que se acusa a forma despreocupada como se atiravam bombas sobre as populações suspeitas de prestarem apoio aos guerrilheiros:

"A ordem de largada das bombas é dada simultaneamente para todos os aviões. A explosão enorme abana as asas dos aparelhos. Momentos depois ouvimos uma voz alarmada vir através do equipamento de rádio de ligação com o exército: 'Suas bestas! Parem com isso! Estamos aqui ao pé de vocês com trezentos pretos! Estamos a falar-lhes de paz e trabalho!' De bordo dos aviões ninguém lhes soube dar respostas."

É ao longo de 1963 que essa tendência vai sendo alterada, ganhando peso a idéia de distinção entre os grupos e de delimitação das fronteiras de atuação. Num plano mais geral, a Pide passa a acompanhar mais de perto as fissuras do

nacionalismo angolano. Contaria, para tanto, com o fato de poder dispor de uma estrutura cada vez maior e com a percepção por parte dela e do Exército de que se estava diante de uma guerra prolongada.

O terceiro ponto consiste no acompanhamento metódico dispensado às missões religiosas. Segundo as diversas instâncias da Pide, eram por demais evidentes a quantidade e a variedade de dados coletados que comprovavam o apoio das missões protestantes aos insurretos. Para a polícia política, além da participação direta nos levantes armados de muitos indivíduos que orbitavam essas missões, destacava-se, acima de tudo, a difusão de idéias de emancipação, o que a historiadora Conceição Neto descreveria como “focos de irradiação de novas práticas culturais no mundo rural e periurbano” (NETO, 2000, p. 524). Daí as constantes observações nos relatórios sobre o comportamento dos frequentadores das missões e a preocupação em tentar enfraquecê-las.

Nesse último caso, um bom exemplo é o informe semanal da subdelegação da Pide em Carmona, atual Uíge, referente ao período de 25 a 31 de março de 1963 (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 16.10.A, fl. 408). O documento alerta para a “deficiente” atuação das missões religiosas, fato de que tirariam proveito os movimentos políticos. Destaca ainda que a religião mais popular na área, o protestantismo, estava “mais ou menos interdita, por na verdade não ser de momento a altura mais propícia para o seu livre culto”. Diante

dessa afirmação, podemos especular facilmente sobre as prováveis perseguições de que seus seguidores seriam alvo. No entanto, mais adiante, o relator lamenta não se aproveitar “a ocasião para a expansão daquela [religião] que mais (...) serviria [à causa da metrópole]” e que, para ele, parecia “ser a mais equilibrada (catolicismo)”, o que não ocorria “por falta de sacerdotes e missionários”.<sup>5</sup> Em face dessa constatação, o agente da Pide aponta o crescimento do tocoísmo e confirma ser esse o “único grupo” que então estava a “ser protegido pelas autoridades”.

Vale destacar a importância alcançada nos anos 50 pelo movimento religioso criado por Simão Toco – daí o termo tocoísmo para referenciar os seus seguidores –, a partir de uma base religiosa sincrética, e que conseguiria se expandir por vastas regiões do território angolano (BITTENCOURT, 1999, p. 136-7). O próprio Simão Toco, ainda em 1961, seria inserido na estratégia portuguesa, inicialmente, de desmobilização das populações e, num segundo momento, de retorno dos refugiados que estavam no Congo-Léopoldville.

A atenção ao fenômeno religioso registrava-se em todo o território e, sempre que possível, buscava-se infiltrar informantes no meio protestante, considerado pela Pide um de seus principais focos de preocupação. O relatório semanal de Nova Lisboa, atual Huambo, portanto, na parte centro-sul da colônia,

---

<sup>5</sup> O texto destacado inclui a palavra entre parênteses.

datado de 30 de junho de 1963 (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 16.10.A, fl. 387-8), demonstra muito bem esse temor, alertando para o fato de que a missão do Dondi, classificada nesse documento como o "o maior cancro" da região, necessitava de um professor de matemática e que essa seria uma excelente oportunidade para se infiltrar alguém de confiança. Mais um elemento, portanto, a corroborar a idéia de que a Pide buscava controlar a movimentação das pessoas nas diferentes instâncias da sociedade angolana.

### **As Disputas entre a UPA (FNLA) e o MPLA no Norte de Angola**

Se no scio das forças de repressão registraram-se divergências quanto à forma de se combater o inimigo, no tocante à guerrilha as rivalidades e as disputas pela liderança na condução da luta teriam conseqüências muito mais sérias. Com o agravante de que tais rivalidades, apesar do discurso comum, tanto da UPA quanto do MPLA, de luta pela independência, resultariam em morte para ambos os lados, ainda que de forma muito mais acentuada para o MPLA.

A primeira observação a ser feita sobre essa questão é quanto ao desconhecimento inicial da maioria dos indivíduos envolvidos na agitação guerrilheira no norte da colônia quanto às disputas travadas entre a UPA e o MPLA. Essa rivalidade crescente, agravada pela chegada, em fins de 1961, de dirigentes do MPLA a Léopoldville, onde a UPA até então se destacava como a

principal empreendedora do levante armado, forçaria os grupos em luta no interior do território angolano a tomarem uma posição quanto à divisão política e militar que se vislumbrava. Ao exercerem uma opção, os grupos atuantes no interior de Angola levariam em conta, de forma decisiva, os fatores locais e, dentre eles, principalmente as filiações de ordem étnica, muito em função da própria concepção de organização interna e de luta promovida pela UPA e sobre a qual já nos detemos.

No trabalho de Robert Davezies (1965) *Les Angolais*, onde se reproduz uma série de entrevistas, realizadas em 1964, com dirigentes e guerrilheiros da UPA, por essa época já transformada em FNLA, e do MPLA, encontramos várias referências sobre esse período de indefinições. Os relatos tendem a confirmar a idéia de que as filiações partidárias foram sendo estabelecidas ao longo do processo de luta, no decorrer dos anos de 1961 e 1962, e muito em função de fronteiras étnicas, que seriam reforçadas com tal intento. O depoimento de Domingos da Silva, dirigente do MPLA eleito para o Comitê Diretor em maio de 1962 e mais tarde vice-presidente do movimento, que tinha atuado até 1961 como professor em missões protestantes nos Dembos, mostra bem como nesse período as disputas pela condução da luta ainda não haviam chegado aos campos de confrontação:

“Segundo a compreensão que tenho das coisas, a luta tem um bom início. O povo todo estava bem unido e os grupos iam em

socorro uns dos outros (...). As coisas se passaram assim em todas as batalhas do ano de 1961. Nós podemos dar exemplos: em primeiro lugar, aquele da batalha de Quitexe, na qual os nossos apareceram de todos os lugares – forças da UPA, forças do MPLA e mesmo forças de outros grupos que não estavam ainda alinhados a qualquer partido, mas que tomavam parte na luta porque o levantamento do povo foi geral. Alguns já obedeciam a um partido, como aqueles de Nambuangongo e dos Dembos, que era tudo gente do MPLA, como as pessoas de Nova Caipemba e outros lugares que eram da UPA, homens de expressão *kimbundu* do MPLA, homens de expressão *kikongo* [língua dos *bakongo*] da UPA. O povo de expressão *kikongo* pediu socorro às pessoas de expressão *kimbundu* na batalha de Zalala e em toda a região de Nova Caipemba e as de expressão *kimbundu* foram apoiar os outros e fizeram os combates. (...) Mas, em 1962, as coisas começam a mudar de feição. Os líderes tomam um contato mais direto com o povo. Aqui, em Léopoldville, a rivalidade política cresce.” (Traduzido do francês. DAVEZIES, 1965, p. 242-3).

No entanto, é possível constatar nos relatos a insistência dos guerrilheiros do MPLA em tentar passar a idéia de que a região dos Dembos e, especificamente, a de Nambuangongo eram áreas de apoio exclusivo ao MPLA, o que somente seria alterado a partir de Nova Caipemba em direção à fronteira com o Congo-Léopoldville, onde o apoio à UPA se faria sentir. O interessante nessa situação é a contradição entre essas afirmações dos militantes, em que se pode perceber perfeitamente que também os homens do MPLA analisavam o problema pela ótica dos limites étnicos existentes – entre zonas *kimbundu* e *bakongo* –, em claro contraste com o discurso de sua direção, contrário a tal caracterização.

De qualquer forma, o que nos interessa neste momento é reforçar a idéia de que a definição dos limites entre os movimentos de libertação no interior de Angola, mais precisamente na região norte, ocorria de forma um pouco mais lenta do que o avanço das disputas entre as lideranças em Léopoldville. por exemplo. Esse argumento será importante na comparação com um outro momento histórico, o da assinatura de acordos de cooperação entre o MPLA e a FNLA, nos anos 70, em que grupos de guerrilha de ambas as forças tendem a estabelecer, na prática, uma espécie de parceria estratégica muito mais avançada do que as lideranças tinham acordado.

Quanto ao período em discussão, é evidente o maior investimento da UPA no processo de divisão da luta. O movimento tinha acesso facilitado à fronteira norte de Angola e ao seu interior próximo, dadas as boas relações com as autoridades do Congo-Léopoldville. Isso se conjugava com sua maior influência sobre a população *bakongo*, residente dos dois lados dessa mesma fronteira, e sobre os grupos de guerrilha ali existentes. Por conta disso, não se pode deixar de enfatizar o seu discurso apelando para o elemento étnico como forma de estabelecer e aprofundar as filiações políticas.

A divisão estabelecida seria responsável, em boa parte, pela situação desesperadora a que foram empurrados os indivíduos que apoiavam o MPLA, espremidos entre as forças militares portuguesas e a UPA. A bravura desses

homens que passaram a defender e a lutar em nome do MPLA e também da população que os acompanhou foi algo notável. O isolamento era tal que o movimento não conseguiria demonstrar nem mesmo a existência desses focos para a comissão da OUA que passou por Léopoldville, em 1963, quando da investigação sobre a luta empreendida pelos angolanos.

O contato, quando muito, era apenas de dentro para fora, apesar das várias tentativas para se enviar pequenos grupos de guerrilheiros ao interior com o intuito de reforçar a luta nos Dembos. Numa delas, ocorrida em outubro de 1961, quando o MPLA ainda se instalava em Léopoldville, um grupo de 21 homens foi interceptado pela UPA e em seguida dizimado (DAVEZIES, 1965, p. 38). O MPLA fazia várias denúncias sobre tais perseguições. Como já vimos, mesmo alguns dissidentes da UPA, como seria o caso de Marcos Kassanga e André Martins Kassinda, reforçariam essas acusações em declarações públicas e o próprio Holden Roberto admitiria que seu movimento assassinara homens do MPLA, entre eles o comandante Ferraz Bomboco, que tentaram atravessar a fronteira do Congo (DAVEZIES, 1965, p. 189). Todavia, apesar dos alertas para o fato, nada de substancial seria feito pela OUA ou pelo governo do Congo-Léopoldville. A UPA continuaria impedindo o acesso dos homens do MPLA ao interior de Angola.

O isolamento daqueles que defendiam o MPLA na região dos Dembos acabaria por gerar práticas por vezes bem distantes das veiculadas pela direção do movimento. Isso fica claro nas informações obtidas pela Pide e mesmo nos relatos *a posteriori* de alguns guerrilheiros do MPLA que ingressaram na região, como o de Kiluanji (1990). Sobre esse ponto, vale destacar o testemunho de um informante da Pide sobre o encontro de militantes do MPLA que observou no Rio Cacombo, próximo à aldeia de Quindange, em 1º de outubro de 1961, em que descreve cenas nas quais a religiosidade e as crenças locais assumem um papel extremamente importante na mobilização do grupo. Outro fator que nos chama a atenção é a forma por ele descrita quanto ao recrutamento:

“Depois de várias trocas de palavras, o presidente pondo-se de pé entre centenas de pessoas, proferiu estas palavras, mostrando um cartão ao povo que está escrito assim: Membro do Movimento Popular de Libertação de Angola: ‘O membro do MPLA deixa de usar bebidas alcoólicas e fumar; segundo o mandato da doutrina Luterana ou Protestante (...), deixa de pagar os imposto, para os caucásicos não comprar material de guerra com dinheiro dos impostos. (...) Agora vamos saber os crentes verdadeiros: cada velho tem que nos dar um rapaz. Cassexo Fula deu filho, Adão Cassexo (...). Lembrem-se que Angola pertence-nos; a UPA é um ladrão que só fez prejuízo, partir as pontes, e queria vender Angola aos estrangeiros’. (...) Ao terminar cantaram-se o hino, em kimbundu: ita ia mindele ia balumuka (tradução: a guerra contra os brancos levantou agora); e orou um dos delegados. Terminou assim a conferência, às 5 horas da madrugada. (...) Eu fui como assistente e pediram-me a ajudá-lhes.” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.A – D. Inf. Ia., nt 1832, fls. 474-8 e 519-20).

Tão difícil quanto o contato da direção do MPLA no Congo-Léopoldville com a frente de luta no interior de Angola era a própria comunicação no território angolano, ou seja, na zona de atuação das forças coloniais, cujo cerco era difícil de romper, a não ser de forma esporádica. Até porque, mesmo em Luanda, de onde partiam esses contatos, eles não estavam disponíveis com facilidade.

Adriano dos Santos nos informou, em entrevista realizada em Luanda, em 13 de setembro de 1997,<sup>6</sup> que, por circular em toda a província do Cuanza Norte realizando serviços de topografia, até 1963, foi recrutado algumas vezes para levar material à região dos Dembos. Lembra-se de, em 1962, entregar aos guerrilheiros munição roubada do Exército português por Honório Van-Dúnem, que era cabo miliciano.

Era dessa forma, apesar das dificuldades, que o MPLA ia implementando ações de propaganda e militares na região. Buscava-se incessantemente ampliar o leque de apoios, quer junto à população local, quer face aos escassos canais clandestinos de auxílio à luta independentista, que, de forma muito frágil, conseguia por vezes atingir aquela área. Do ponto de vista militar, continuavam os ataques às fazendas de café, onde se procurava abastecer os grupos guerrilheiros com alimentos, roupas, cobertores, medicamentos, armas,

---

<sup>6</sup> Adriano dos Santos, depois de servir por vários anos em postos diretivos do Estado angolano ligados à esfera comercial, decidiu se afastar. Nesse período inicial da luta, apoiava as ações do MPLA no Cuanza Norte e, mais tarde, em Luanda.

munições, pilhas e tudo o mais que facilitasse a vida no *maquis*.<sup>7</sup> Cada vez mais raramente, perpetravam-se ações contra postos militares, pois implicavam gasto elevado de munições. Outro tipo de investida que se repetiria com frequência seriam os ataques a caminhoneiros, por permitirem difundir a propaganda por outras áreas do território, dada a própria atividade dos visados nessas operações.

Mas isso não era nada comparado à propaganda que a direção produzia através de seus comunicados. Em conferência de imprensa realizada por Mário de Andrade em janeiro de 1962, em Léopoldville, afirma-se estarem os homens do MPLA atuando de forma sistemática nos distritos do Cuanza Norte (Uíge, Quitexe, Lucala, Quibexe e Nova Caipemba), Luanda (Luanda, Nambuanguo, Caxito, Catete, Funda, Ucuá, Pango Aluquem e Cambamba), Congo (atual Zaire, em Ambrizete, 31 de Janeiro e Tomboco) e Malange (Baixa do Cassange). Descreve ainda a estrutura militar que comandava a luta nessas regiões e as respectivas zonas militares, com colunas de 100 homens aproximadamente em cada uma delas. Evidentemente, a direção não tinha condição de ter um acompanhamento, mínimo que fosse, de como se processava a luta nessa região e, principalmente, das dificuldades encontradas, mas era importante fazer crer na existência de tal ligação com o interior, pois só assim se poderia manter o apoio internacional. Uma vez mais se faz presente a importância da articulação entre as

---

<sup>7</sup> Palavra de origem francesa que designa área formada por arbustos capazes de servir de esconderijo. Utilizada também para descrever o local de reunião da resistência francesa na Segunda Guerra e posteriormente aplicada a algumas ações de guerrilhas na África.

esferas militar e político-diplomática, ainda que isso não correspondesse à realidade. Nessa tarefa de coordenação das ajudas, o MPLA vinha obtendo êxito, dado, é claro, as suas justificativas quanto ao resultado desse auxílio. E este chegava de diversas formas, como descreve Lúcio Lara a respeito do tráfico de armas de Marrocos para Brazzaville e dessa cidade para Léopoldville:

“A gente tinha lá uma organização clandestina no porto de Pointe-Noire, no Marrocos também. Embarcamos essas armas em malas, depois desembarcávamos em malas, e algumas passavam. Outras, o governo congolês [de Brazzaville] apanhou. (...) A gente tinha umas kombis e fazíamos [nelas] um fundo falso. (...) Claro que dávamos umas gratificações ao funcionalismo lá. (...) Fizemos muito tráfico de armas ali. (...) O desembarque era Matias Miguês quem organizava.” (Entrevista em Luanda, 7 de fevereiro de 1995).

Todavia, mesmo tendo recebido armamento em Léopoldville, o MPLA não conseguiu fazer com que ele chegasse aos Dembos. Posteriormente, com o avanço do processo de estruturação militar do movimento e a conseqüente criação do Exército Popular de Libertação de Angola (EPLA), o braço armado do MPLA, essa região onde estavam concentrados os guerrilheiros do MPLA passaria a ser designada de 1ª Região Político-Militar. Mas, apesar do reconhecimento quanto à sua importância, implícito no pomposo nome que lhe seria atribuído, os Dembos e os demais focos guerrilheiros existentes em seus arredores permaneceriam fadados ao isolamento.

A FNLA, por sua vez, continuaria com os ataques aos guerrilheiros do MPLA, mantendo o discurso veiculado internacionalmente de ser o único movimento de libertação angolano a combater o colonialismo com armas e não apenas através de palavras, numa alusão à inexistência de uma guerrilha organizada e em contato com a direção por parte do MPLA. Isso era tão mais importante quanto os aliados internacionais da luta em Angola, principalmente os países africanos, mantivessem a idéia de se criar uma frente política e militar englobando os diferentes movimentos. Na lógica de Holden Roberto, diante dessa possibilidade e em face do cenário de luta existente, estaria assegurado o papel de liderança da FNLA.

É provável que o bloqueio da Frente Nacional de Libertação de Angola à penetração dos guerrilheiros do MPLA e o próprio desfecho da luta pela independência, favorável a este último, sejam responsáveis por um certo *esquecimento*, ainda mais sensível atualmente, das ações militares executadas pela FNLA no norte e nordeste de Angola nos anos posteriores ao levante de 15 de março. Esse é um dado que se obtém com a consulta aos arquivos dos postos da Pide espalhados pela região norte. Neles se pode constatar que as atividades guerrilheiras da FNLA foram freqüentes, ainda que de pequeno alcance, até 1964. É verdade que, a partir dessa data, as ações tendem a escassear, o que indubitavelmente estará associado às dificuldades internas que seriam enfrentadas por essa organização.

Nessa primeira metade da década de 60, as infiltrações dos homens da FNLA, trariam preocupação e exigiriam prontidão das forças militares colonialistas. Entre os nomes de maior destaque no comando das ações orquestradas pela FNLA estaria Luís Inglês, que, ao lado de Alexandre Taty e Eduardo Pinnock, se constituíra na principal referência militar do movimento no norte de Angola, mais especificamente no triângulo formado por Noqui, Soyo e M'banza Congo, já que sua base de retaguarda estava situada em Matadi, no limite da fronteira do Congo-Léopoldville. Luís Inglês mobilizava as populações para o apoio aos guerrilheiros e obtinha delas informações sobre o deslocamento das tropas portuguesas. Cuidava diretamente da parte logística, fazendo chegar ao interior de Angola, nessas áreas próximas à fronteira norte, os homens e as armas necessários à atuação contra os colonos e a tropa portuguesa.

O destaque alcançado por Luís Inglês logo atrairia a atenção da Pide, que através de seus informantes infiltrados na FNLA passa a seguir seus passos. O relatório de 17 de setembro de 1963, proveniente de Noqui, descreve a viagem de um informante, em companhia dos dirigentes da FNLA, até um acampamento no Congo-Léopoldville que tinha sido preparado para abrigar os guerrilheiros desse movimento antes do ingresso deles em Angola. Só a presença do informante, identificado apenas como Mariano, no local explicaria o detalhamento sobre a localização, o armamento e o número de homens (225 no total). O relatório de 24

de setembro de 1963, com base em informações do mesmo Mariano, descreve o encontro ocorrido em Thysville – localidade do Congo-Léopoldville onde seria construído um importante campo de treino militar da FNLA, – entre Inglês, Mariano e Paka, esse último também informante da Pide. O irônico, e ao mesmo tempo interessante, pela confirmação de algumas informações presentes nos relatos, é que nem Mariano nem Paka sabiam de suas atribuições extra-FNLA (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 16.07.A/6 – D. Inf/1, nt 2119, fls. 46-7 e 56).

Essa vigilância da Pide possibilitou às forças de repressão portuguesas anteciparem-se a algumas ações, preparando planos de defesa específicos. Em outros casos, como o relatado a seguir, chegou-se mesmo a interceptar grupos de guerrilheiros da FNLA. Essa ação teria lugar nos primeiros dias de julho de 1963, com base em informações de um guerrilheiro (Manuel Pedro Lumba) capturado, que, ferido, seria transportado para São Salvador. Interrogado pelos militares, informa que na localidade de Bona Lue encontrava-se material de guerra escondido. Rapidamente, prepara-se uma operação para resgatar o equipamento e da qual o guerrilheiro é obrigado a participar, mesmo estando preso a uma maca. Os militares e o próprio agente da Pide na região encontram 500 kg de material, logo transportado de helicóptero. Apesar das dúvidas, o agente da Pide acredita que tenham morrido três guerrilheiros. O relato ganha importância não só por demonstrar a dedicação da Pide em seguir as informações referentes a Luís

Inglês, como também pelo inventário que realiza do material apreendido. Todo o equipamento fica a cargo do Exército, composto, segundo o agente da Pide no Noqui, Antonio Augusto Bernardo, de duas minas de fabricação inglesa, um cunhete de balas de metralhadora, um caixote de granadas, dois máuseres, um capacete, várias balas, muitos frascos de vitaminas e um monte de canhangulos (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 16.07.A/6 – D. Inf/1, nt 2119, fls. 29-35. Os relatórios sobre esse caso duram de julho a outubro de 1963).

O empenho da Pide em tentar minar as atividades dos homens da FNLA antes mesmo de eles cruzarem a fronteira para o território angolano mostra o temor da polícia política quanto ao crescimento dessas ações. Nessa tarefa de impedir o progresso dos guerrilheiros da FNLA, a Pide usaria dos mais variados artificios. Por exemplo, em 29 de outubro de 1963, o posto de Cabinda envia para a Pide de Luanda um relatório em que se transcreve uma carta do chefe do povo Chimpolo explicitando a movimentação de “terroristas”, seus armamentos e, principalmente, as vinculações de caráter étnico, afirmando que entre os “terroristas” poucos eram daquela área, sendo recrutados principalmente entre os “Belizes” e “Mussorongos”. Esse tipo de informação possibilitava aos agentes da Pide reforçar a propaganda colonial em determinadas áreas e a repressão em outras (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 16.07.A/6 – D. Inf/1, nt 2119, fls. 17-8).

Nesse mesmo relatório, afirma-se ainda que os ataques feitos ao longo da fronteira eram autorizados pelo governo central do Congo-Léopoldville: “Trazem uma credencial que apresentam as autoridades onde pretendem montar os acampamentos.” No entanto, nesse caso descrito, o relator, Elias da Silva Melo, desloca-se até a fronteira para falar com o chefe da povoação vizinha ao território angolano, pois já tinha acontecido de outras vezes, mediante promessas de dinheiro e outras facilidades, fazer com que esse chefe impedisse a instalação dos “ilustres visitantes”, o que nesse caso seria confirmado posteriormente. Surge então a explicação, segundo o agente da Pide, para essa ligação aos chefes das aldeias no Congo-Léopoldville próximas da fronteira com Angola. Eles desejavam a independência de Angola, mas “preferem, no entanto, comprar o nosso peixe, o que não aconteceria se provocassem a nossa cólera”. Afirmava ainda que a presença da tropa portuguesa na linha de fronteira assustava as populações do Congo-Léopoldville: “Assim, a partir desta data, vamos fazer junto dos cidadãos congolezes uma certa pressão persuasiva para que corram de lá com os nossos ‘amigos.’” Para isso, o agente da Pide defendia que a aviação portuguesa deveria bombardear alvos escolhidos, ressalvando: “mas dentro do nosso território – há bons lugares, cheios de capim somente e que se prestam maravilhosamente para esse serviço – e então encarregar-nos-íamos de dizer que sorte semelhante teriam os seus povos se continuassem a dar guarita aos terroristas” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 16.07.A/6 – D. Inf/1, nt 2119, fls. 17-21).

A tarefa de cooptação não se limitaria aos chefes dos povoados fronteiriços. É o que podemos perceber em uma carta do Ministério do Ultramar datada de 11 de junho de 1962, em que se tece elogios aos agentes do SCCIA pelo empenho em se aproximar de algumas autoridades do Congo-Léopoldville simpáticas a Portugal e que, por conta dessa relação, poderiam criar entraves à ação da FNLA nesse país. Refere-se, inclusive, à possibilidade de se programarem viagens dessas autoridades ao território angolano. Entre os dirigentes congoleses contatados estariam Moanda Vital, vice-presidente da província do Baixo Congo, e Kissokele Charles, ministro do Trabalho (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, P. 234 – CI (2), SCCIA, nt 6977, fls. 450-1)<sup>8</sup>.

A documentação da Pide nos fornece indícios ainda quanto às formas e aos locais de atuação da FNLA. No tocante à extensão de suas ações, por exemplo, podemos perceber que elas ocorreram em áreas muito além da região mais próxima à fronteira com o Congo-Léopoldville. Apesar de em alguns casos se tratarem de incursões de menor intensidade, registram-se sinais de atividade

---

<sup>8</sup> Por outro lado, essa movimentação de guerrilheiros e agentes da Pide na fronteira abria espaço para dramas pessoais, como o de um rapaz identificado apenas como Daniel e que dizia ter sido seqüestrado pelos guerrilheiros. Em outubro de 1963, solicita às autoridades permissão para voltar ao território angolano. Aos poucos, o agente da Pide começou a suspeitar da veracidade de sua história e acaba por descobrir que Daniel devia dinheiro a um comerciante, de nome José Luis Cristo, para quem enviou a tal carta. O chefe do posto informa Luanda e diz ser possível que Daniel tenha elaborado o seqüestro para conseguir dinheiro, já que na carta ele afirma que só poderia regressar se pagasse aos "terroristas". Infelizmente, não encontramos novas informações sobre o caso (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 16.07.A/6 – D. Inf/1, nt 2119, fls. 24-5).

guerrilheira na Bacia do Cuango, em zonas relativamente próximas a Malange e em áreas cada vez mais a leste do território angolano.

As operações da FNLA – descritas, invariavelmente, pelos agentes da Pide como “assaltos” ou “ataques”, sempre perpetrados, ainda segundo o vocabulário policial, por “terroristas” – atingiam também aldeias afastadas do alcance das forças de repressão. Nesses casos, o principal objetivo era recrutar jovens a fim de enviá-los para o Congo-Léopoldville e assim reforçar as tropas do movimento, mesmo que estas não viessem a penetrar em território angolano. Para melhor compreensão dessa estratégia, é preciso não esquecer de quão importante era para os movimentos de libertação apresentarem aos apoios internacionais forças militares, ou simplesmente militantes, que poderiam contar como fator legitimador face aos seus interlocutores a até mesmo diante de uma possível negociação. Com o passar do tempo, dada a intransigência do governo português, esta última alternativa foi se demonstrando cada vez mais impossível, mas os jovens continuavam sendo necessários como uma espécie de garantia para a manutenção dos auxílios externos.

O recrutamento da FNLA, quando feito através do convencimento ou pela arte da conquista, se valia e muito dos vínculos relativos à etnia, região e religião, assim como das promessas de bolsas de estudo. Essa tarefa seria cada vez mais importante, em função da diminuição do fluxo migratório dos angolanos

temerosos da retaliação portuguesa em direção ao Congo-Léopoldville, o que tendeu a acontecer já a partir de 1962 (PÉLISSIER, 1978, p. 658-9). Entretanto, ocorreram também, por vezes, verdadeiras ações de “captura”, principalmente de jovens, para o treino militar em campos localizados no Congo-Léopoldville. Os dados disponíveis indicam que essa tática foi utilizada, sobretudo, nos anos de 1962 e 1963, o que se coaduna perfeitamente com a diminuição das investidas militares da FNLA a partir de meados de 1964, quando a organização começa a sofrer uma série de problemas internos.

Em boa medida, essa afirmação sobre as ações de “captura” das populações se baseia na leitura de uma série de relatórios da Pide, além de alguns testemunhos dispersos por livros de memórias. Tendo isso em conta, nunca será demais lembrar que esta análise sempre buscou considerar o leque de intenções subjacentes dos agentes produtores desses relatórios, ávidos em *demonizar* os movimentos de libertação e enxergar a todo instante e em todos os lugares vestígios da presença deles. Também é preciso não esquecer a tendência dos angolanos presos pelas forças de repressão em transferir para a organização guerrilheira a responsabilidade por terem apoiado determinado movimento de libertação, na esperança de que tal testemunho abrandasse o castigo esperado.

Mas as ações de “captura” não eram recorrentes e, certamente, existe uma ligação entre o recrutamento no interior de Angola e o que se passava nos

campos de treinamento da FNLA no Congo-Léopoldville. É possível inferir isso quando comparamos uma longa série de relatos de populações que se apresentaram às autoridades administrativas coloniais para acusar os guerrilheiros da FNLA de roubo de alimentos, roupas, utensílios e, mais raramente, armas. Na sua grande maioria, tais casos foram direcionados para a Pide, a fim de se obterem maiores esclarecimentos. Essas informações prestadas pelas populações do interior da região norte se repetem por muito tempo, mas a acusação a respeito da "captura" da população, principalmente de jovens, se aumenta em determinados momentos, não possui a mesma freqüência das demais acusações e perde impacto a partir de 1964.

Outro dado interessante consiste na utilização desse argumento – da captura das populações – pela Pide e pelos militares portugueses com o objetivo de organizar milícias que levassem em conta a participação de angolanos das aldeias atingidas pelas ações da FNLA, fato esse que incluiria a distribuição de armas e munição. Uma operação desse tipo, na aldeia de Bumba, província de Malange, seria comentada no relatório de 29 de maio de 1964, preparado pelo posto da Pide de Tembo Aluma. A população de Bumba é identificada pelo agente da Pide como "fiel", já que contaria entre ela com "parte dos que em nov 63 [novembro de 1963] foram obrigados a ir para o Congo [Léopoldville]" e que regressaram "apesar da oposição dos 'terroristas'". Foram distribuídas cinco Lee-Enfield (arma utilizada pelos ingleses ainda na I Guerra Mundial), com quinze

cartuchos para cada uma delas. De acordo com o informe, não se forneceu mais armas por não existirem em número suficiente naquele posto (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 16.10.A, fls.137-9). Um outro relatório do mesmo posto e do mesmo dia refere-se também à entrega aos sobas da região e aos “soldados nativos em disponibilidade, armas canhangulos” para a defesa das populações das sanzalas de Quiteba, Caputo e Caca (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 16.10.A, fls. 135-6), também localizadas na província de Malange.<sup>9</sup>

Em alguns casos, as ações da FNLA se direcionavam exatamente para as populações que retornavam do Congo-Léopoldville, como forma de dar *exemplo*, para as demais aldeias, do mal que lhes poderia acontecer – como as ameaças aos sobas por parte dos guerrilheiros da FNLA –, caso se mostrassem contrárias ao desejo dos dirigentes do movimento atuantes na região. No caso da localidade de Tembo Aluma, em que muitos regressaram do Congo-Léopoldville, as ameaças dos homens da FNLA foram feitas em zonas distantes e, talvez, por conta disso, tomadas mais a sério pela própria Pide (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 16.10.A, fl. 133).

---

<sup>9</sup> Por vezes, as localidades citadas são pequenas aldeias que dificilmente aparecem nos mapas consultados. Em função disso, optou-se por registrar, sempre que possível, a província onde se encontra tal localidade.

A FNLA temia ainda que essas populações transmitissem informações às autoridades coloniais a respeito do que se passava no movimento, principalmente no tocante à sua gestão militar. É evidente que as questões relativas a esse tema tomariam boa parte do interrogatório dos agentes da Pide aos indivíduos regressados de áreas sobre controle da FNLA ou do próprio Congo-Léopoldville. Como exemplo, temos o depoimento de André Garcia, natural de Quilhita, concelho de Ambrizete, que, apesar de ter afirmado que fora até a zona dos “refugiados”, sob controle da FNLA, para visitar os sogros, acabou por relatar a carência de armas de fogo pela FNLA, reduzida a alguns canhagulos. Afirma ainda que metralhadoras, pistolas e espingardas passaram a ser consideradas armas preciosas, de sorte que o guerrilheiro portador de tal arma era acompanhado por outros dois ou três nas ações ofensivas. A missão destes, era, em caso de ferimento ou morte do primeiro, recuperar a arma (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 16.10.A, fls. 256-63, datado de 9-12-63).

Em muitos ataques promovidos pela FNLA, segundo os informes da Pide, alguns dos envolvidos eram responsáveis por recolher os cartuchos utilizados pelos guerrilheiros, o que poderia ser constatado pela inexistência destes horas depois ao ataque, quando se realizavam buscas no local de onde partira a ação — hipótese confirmada ainda pela recuperação de material já utilizado anteriormente pelos guerrilheiros em ações ofensivas das tropas coloniais. A Pide elaborou um pouco mais a sua suspeita e, além do argumento da carência de

material de guerra, associa o fato de a FNLA não querer deixar pistas quanto à procedência das armas utilizadas (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 16.10.A, fls. 230-41, relatório datado de 8-1-64).

Arriscando uma análise mais geral, obedecendo aos limites, é claro, do material consultado, é possível perceber que as ações visando a alvos militares, pelo menos nessa primeira fase da guerrilha iniciada pela FNLA, tenderam a diminuir e muito com o passar do tempo. As ofensivas sobre os pequenos aquartelamentos portugueses eram, na verdade, de curta duração, com lançamentos de morteiros e granadas ou uma seção de tiros seguida de fuga. Outro tipo de investida eram as ações contra soldados portugueses durante operações de reconhecimento ou patrulhamento. De qualquer forma, todas elas parecem escassear a partir de meados de 1964 e só tempos mais tarde, em finais dos anos 60, voltariam a receber novo fôlego, ainda que de curta duração. A proposta militar da FNLA acabaria por gerar como fruto mais importante a manutenção do clima de tensão, pois mesmo do ponto de vista econômico essas ações não conseguiam acarretar danos mais sérios à economia colonial da região.

### **A FNLA e o MPLA no Exterior**

Apesar de a história da FNLA ser tratada de forma tangencial neste trabalho, já que ele se concentra na trajetória do MPLA, não se pode deixar de

mencionar o entrelaçamento da FNLA com a história do Congo-Léopoldville, até porque o que se passava nesse país vizinho de Angola tinha implicação direta no percurso a ser seguido pelo MPLA. De imediato, essa relação significaria para a FNLA retaguarda, apoio e base de treinamento militar, mas em determinados momentos transformou-se num fator limitador das suas ações, que ficariam sujeitas às oscilações políticas ocorridas em Léopoldville. A direção da FNLA foi incapaz de se libertar dessas amarras; pelo contrário, cada vez mais se empenharia na aproximação.

É assim que, no período de Cyrille Adoula como chefe de governo do Congo-Léopoldville, de julho de 1961 até junho de 1964, a amizade pessoal deste com Holden Roberto, cultivada na adolescência de ambos em Léopoldville, contará favoravelmente para o reforço da FNLA. Nem mesmo a disputa entre a FNLA e a Abako, organização apoiada pelo então presidente do Congo-Léopoldville Joseph Kasavubu, se constituiu em entrave capaz de prejudicar de forma decisiva o bom trânsito de Holden Roberto no país após a ascensão política de Cyrille Adoula. Em contraste, a situação ficou insustentável para o MPLA, devido aos inúmeros obstáculos criados pelo governo Adoula para sua permanência em Léopoldville, marcada até mesmo pela detenção de alguns de seus dirigentes, forçando-o finalmente a se retirar para o Congo-Brazzaville.

Os ventos mudam novamente para a FNLA com a queda de Adoula, em cujo lugar assume Moïse Tshombe, o líder da secessão de Katanga (atual Shaba) – secessão essa, iniciada em 1960, logo após a independência do país, e que fora derrotada pelo governo central com a ajuda das tropas da ONU no início de 1963 (BENOT, 1981, p. 230-3). Tshombe, enquanto primeiro-ministro, já em 1964, teria como missão controlar o país, que enfrentava nova crise militar. Antigos grupos opositoristas ao governo central, formados após a morte de Patrice Lumumba e empunhando algumas de suas bandeiras, conseguiram ampliar seu leque de apoios internacionais, o que incluía a participação de contingentes cubanos.

A solução encontrada por Kasavubu, Mobutu e seus interlocutores internacionais, com destaque para a Bélgica e os Estados Unidos, não poderia ser pior para a FNLA. Tshombe, quando líder da secessão de Katanga, mantivera ótimas relações com as autoridades portuguesas, interessadas em estabelecer um aliado na região que se opusesse ao governo de Léopoldville e ao mesmo tempo impedisse a manifestação de focos guerrilheiros na parte nordeste da fronteira angolana (MARCUM, 1978, p. 184). Certamente, tal proximidade e os problemas internos enfrentados pela FNLA, como veremos adiante, responderam pela diminuição das ações militares do movimento a partir de 1964.

Voltando ao conflito entre os dois movimentos angolanos, é importante, ao considerarmos a luta empreendida quer pela FNLA quer pelo MPLA, não nos esquecermos de que o primeiro possuía acesso direto à fronteira de Angola, dadas as boas relações com as autoridades do Congo-Léopoldville, ou, o que seria mais correto dizer, o efetivo apoio desse país em quase todo o período da guerra colonial em Angola. Em função disso, torna-se ainda mais intrigante as práticas reproduzidas pelos guerrilheiros da FNLA no interior norte de Angola, bem como a ausência de orientações políticas de maior amplitude da parte da direção do movimento, apesar de ela seguir certos parâmetros de atuação previstos como importantes para os movimentos de libertação, tal como a criação de um exército, no caso o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA).

Sobre esse ponto, a entrevista de Holden Roberto concedida a Davezies (1965, p. 182-91) novamente nos fornece um auxílio importante, principalmente pelo fato de ter ocorrido na conjuntura em questão. Na ocasião, Holden Roberto, longe de refutar algumas das acusações do MPLA contra a FNLA, confirmaria e defenderia determinadas posições. Quanto à falta de formação política dos combatentes do seu movimento, por exemplo, ele argumentava que ao povo deveria ser deixada essa iniciativa, num tom populista que pretendia *embaçar* os limites entre a população e os militantes do movimento, mas que, ao mesmo tempo, mostrava a fragilidade da FNLA no campo da conscientização política. Ao responder sobre a ausência de um programa político definido, descarta a

importância de um projeto desse tipo, afirmando que seu movimento estava aplicado na luta que se desenvolvia no terreno militar e que isso era o fundamental.

O cotejo da entrevista de Holden Roberto com a de Lúcio Lara, nesse mesmo livro, deixa patente quão diferentes, qualitativamente, eram os pontos de vista da FNLA e do MPLA. Contrariamente à postura do líder da FNLA, o dirigente do MPLA fazia questão de enfatizar os cursos de formação política para os militantes de seu movimento, existentes de forma mais organizada desde fevereiro de 1963, ainda em Léopoldville (MARCUM, 1978, p. 30), e em que se discutiam, entre outros pontos, as histórias das lutas revolucionárias na Argélia, na China e em Cuba (DAVEZIES, 1965, p. 208). Mesmo se considerarmos que o MPLA internamente passava por um momento muito difícil de sua história, após a dissidência de Viriato da Cruz e uma série de abandonos individuais, e computarmos as afirmações de Lúcio Lara sobre a formação política dos militantes como mais uma das importantes tarefas do *marketing* promovido pelo movimento, ainda assim ela expressa uma orientação bem diferenciada.

As declarações de Lúcio Lara são importantes também pelos exemplos de luta estudados nos cursos internos do MPLA, todos de tendência socialista, denunciando um certo contraste com a postura não-alinhada que pautava o discurso oficial do MPLA.

## Crise na FNLA

Quando a crise se instala na direção da FNLA, em 1964, já uma onda de insatisfação pulsava no interior do movimento. Após a expulsão do MPLA de Léopoldville e o reconhecimento da FNLA pela OUA como o único movimento de libertação angolano a empreender ações armadas contra o colonialismo português, as exigências quer externas, de seus aliados, quer internas, de seus militantes, aumentaram. Paralelamente, cresciam as acusações de desvios de verba e de favorecimentos contra Holden Roberto e seus colaboradores mais próximos. A progressiva escassez de recursos, ou que, pelo menos, não chegavam aos campos de treinamento dos guerrilheiros e aos postos de atendimento aos refugiados, logo se traduziram em fome e doenças. Já em finais de 1963, um primeiro alerta seria dado por Andreas Shipango, representante da South West African People's Organization (SWAPO), em Léopoldville, ao recusar os campos da FNLA como local de treinamento para seus homens (WAALS, 1993, p. 96). A situação se agrava quando ocorre na base de Kinkuzu, o mais importante campo de treinamento, em funcionamento desde meados de 1962, uma série de protestos. Os guerrilheiros, apoiados por alguns de seus comandantes, insurgem-se contra a falta de alimentação, de roupas e de medicamentos, carências que contrastavam com o modo de vida de alguns dirigentes. As deserções aumentam e Holden Roberto teve de apelar para o

Exército do Congo-Léopoldville para sustar a rebelião (MARCUM, 1978, p. 119).

Essas informações começam a transitar pelo Congo-Léopoldville e logo chegam à fronteira com Angola e, conseqüentemente, à Pide, que em seus relatórios passa a acentuar o papel de Jonas Savimbi, ministro dos Negócios Estrangeiros do governo revolucionário criado pela FNLA, como o provável rival de Holden Roberto (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.C, nt 1828, fls. 277-81, datado de 21-4-1964). A análise da Pide, baseada em seus agentes instalados em Léopoldville, levava em conta a ascendência política de Jonas Savimbi sobre dirigentes descontentes com o presidente da FNLA, acrescida pelo fato de em certos casos tratar-se de indivíduos pertencentes a grupos étnicos diferentes do de Holden Roberto. Sobre esse ponto, é preciso realçar que, apesar de a maioria dos militantes da FNLA pertencer ao grupo etnolingüístico *bakongo*, assim como seus principais líderes, alguns de seus dirigentes eram originários de áreas *ovimbundu* e *kimbundu*.

Mas Jonas Savimbi tinha um outro trunfo importante na mobilização dos descontentes. Durante dois anos, aproximadamente, circulara em muitos países e embaixadas buscando conseguir apoio para a FNLA, o que, conseqüentemente, fortalecia seu nome e, ao que tudo indica, sua ambição pessoal. Tanto que chegara a assustar Holden Roberto, ao realizar uma viagem por capitais do Leste

Europeu sem o conhecimento do líder da FNLA (MARCUM, 1978, p. 134). O resultado não seria satisfatório para Savimbi, que partiria para um caminho alternativo, aproximando-se de países como Egito, Gana e Iraque, até então distantes do foco das relações exteriores da FNLA, concentrado no Congo-Léopoldville, Estados Unidos e Tunísia. No que diz respeito aos países árabes, essa distância era fruto, em boa parte, do fato de Holden ter aceito um pequeno auxílio oferecido por Israel. A bagagem internacional de Savimbi lhe possibilitara instalar, em algumas representações da FNLA no exterior, homens de confiança que fortaleciam sua imagem interna. O contato com o Egito e Gana teria uma importância maior, pois através deles se estabeleceu uma ligação mais estreita de Jonas Savimbi com a China (Entrevista de Jonas Savimbi, ANTUNES, 1995, p. 95-6). Todos esses componentes fazem com que Holden Roberto busque esvaziar o poder de seu novo rival e, entre as armas utilizadas, estaria a aliança com Viriato da Cruz e seu grupo.

Em julho de 1964, durante uma conferência da OUA no Cairo, Jonas Savimbi anuncia a sua saída da FNLA e dispara uma série de críticas contra a organização, entre as principais, a ocorrência de tribalismo no movimento e o fato de Holden Roberto ter realizado uma administração mais do que ineficiente. Logo em seguida, outros quadros da FNLA o acompanhariam. José Kalundungo, chefe do Estado-Maior do ELNA, e José João Lihuca, diretor do Serviço de

Assistência ao Refugiado Angolano (SARA),<sup>10</sup> também anunciam a saída do movimento. Suas acusações, bem mais detalhadas, retomavam problemas antigos que diziam respeito ao favorecimento de amigos por parte de Holden Roberto e ainda ao tribalismo, que afirmam persistir como forma de orientação interna do movimento.<sup>11</sup> O destaque maior talvez tenha ficado por conta da acusação de que a base de Kinkuzu, sempre anunciada pela FNLA como uma espécie de modelo para estágios militares, consistia muito mais em propaganda do que realmente num local de formação. Segundo José Kalundungo, faltavam roupa e comida e o número total de jovens que passaram por lá não ultrapassaria os 3 mil homens, enquanto Holden Roberto anunciava na imprensa internacional ter formado mais de 25 mil.

José Kalundungo também confirmou a participação do Exército do Congo-Léopoldville na repressão aos guerrilheiros angolanos, quando estes ousaram questionar as péssimas condições de alojamento. Nesses casos, não se constituiu processo e muito menos se tomou conhecimento de qualquer julgamento; simplesmente, os jovens desapareceram. José João Lihuca, por sua vez, concentraria suas críticas na questão da péssima gestão interna dos recursos, responsável pela falta de médicos, enfermeiros e escolas. Todas essas acusações estão presentes, de forma detalhada, no livro de Davezies (1965, p. 211-5) e nos

---

<sup>10</sup> O SARA correspondia institucionalmente, na estrutura da FNLA, ao CVAAR do MPLA, mas nem de longe poderia ser comparado à importância política que este último teve para o MPLA e muito menos no tocante à capacidade de atuação para os fins de assistência.

arquivos da Pide (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.C, nt 1828, fls. 84-90, com data de 23-10-1964).

Os abandonos não parariam por aí, outros quadros da FNLA, principalmente *ovimbundu*, seguiriam Jonas Savimbi. Os percalços na saída de alguns deles indicam que a articulação não tinha sido das melhores. com, ironicamente, muitos deles se valendo até mesmo de redes clandestinas do MPLA ainda existentes em Léopoldville, segundo nos informou João Abano (Entrevista realizada em Luanda em 20 de setembro de 1997). Jorge Alicerces Valentim, por exemplo, conseguiria sair de Léopoldville para Brazzaville no último instante, pouco antes de os aliados de Holden Roberto fecharem o cerco (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.C, nt 1828, fl. 169, Relatório da Pide do Noqui, datado de 25-8-1964).

A dissidência, no entanto, abrigou também dirigentes da FNLA pertencentes a outros grupos etnolingüísticos que não o *ovimbundu*, como seriam os casos de Ernesto Mulato, José N'Dele, Miguel N'Zau Puna<sup>12</sup> e Tony da Costa Fernandes. Um outro grupo que daria apoio a Savimbi seria formado por aproximadamente 65 angolanos recrutados na província congoleza de Katanga,

---

<sup>11</sup> Entre outros exemplos, os dissidentes destacam o fato de que, dos 22 oficiais enviados para treinamento na Argélia, apenas seis pertenciam a etnias diferente da de Holden Roberto.

<sup>12</sup> Em entrevista, Puna dá destaque à divisão existente na FNLA entre os de expressão francesa e os de expressão portuguesa, ou seja, entre os que foram educados pelos belgas e aqueles que o foram pelos portugueses, como elemento explicativo para a saída de muitos quadros (Entrevista de Miguel N'Zau Puna, JAIME e BARBER, 1999, p. 170-1).

em 1963, e que, em virtude do temor das autoridades do Congo-Léopoldville em deixá-los retornar após o treinamento na base de Kinkuzu, dada a situação delicada daquela região, permaneceriam retidos por ordem de Holden na base do Ndolo (MARCUM, 1978, p. 135).

Em novembro de 1964, os agentes da Pide em Léopoldville traçaram um cenário mais do que desastroso para a FNLA. Os abandonos de militantes continuavam, não só por falta de recursos para a alimentação e demais necessidades, mas também pela constante ausência de Holden Roberto. Para piorar a situação, as medidas tomadas sem a sua presença, mesmo que inadiáveis, podiam ser desfeitas após a sua volta, com implicações nada amistosas para o seu autor (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.C, nt 1828, fls. 58-9).

As informações desse relatório baseavam-se em dados fornecidos pela embaixada portuguesa em Brazzaville e ganham um interesse especial por ser um dos primeiros documentos da Pide a alertar para as perspectivas “pouco animadoras” quanto a uma possível colaboração entre Jonas Savimbi e o MPLA. O documento afirma que o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros da FNLA pretendia criar um novo movimento que ficaria baseado na recém-independente Zâmbia (ex-Rodésia do Norte) e que contaria com os homens que saíram da FNLA, embora até aquele momento não possuísse armamento. O relatório faz

referência ainda ao fato que também o MPLA estava tentando o estabelecimento de uma base nesse país.

Como em 1961, Jonas Savimbi mais uma vez tenta uma aproximação com o MPLA, sendo que desta feita as negociações decorrem face a face, em reuniões em Brazzaville.<sup>13</sup> Os relatos sobre tal episódio, quando fornecidos por dirigentes do MPLA, tendem a identificar a postura de Jonas Savimbi como intransigente, obstinado na obtenção de um cargo na direção do MPLA de peso efetivo. Por outro lado, Jonas Savimbi prefere levantar problemas de ordem cultural e até mesmo de classe para explicar o fracasso do acordo. O que por ora nos interessa é realçar a crescente fragilidade da FNLA e o surgimento de um novo grupo independentista angolano reunido à volta de Jonas Savimbi.

O ex-ministro das Relações Exteriores do GRAE circularia algum tempo entre o Cairo e Argel. Na primeira capital, teria encontros importantes na sua estratégia de exposição internacional, conhecendo, entre outros, Malcom X. Em Argel, encontraria Che Guevara e se prepararia para uma viagem pelo Oriente, apoiado pelo presidente da Argélia, Ben Bella.<sup>14</sup> Aliás, o líder argelino demonstrara em diferentes episódios uma atitude muito flexível no tocante aos apoios aos líderes angolanos. As declarações de Ben Bella eram sempre no

---

<sup>13</sup> Essa aproximação (de 1961) encontra-se fartamente documentada em Lara (1997, p. 410-24).

<sup>14</sup> Esse foi o segundo encontro entre Savimbi e Che Guevara. O primeiro ocorreu em Dar-es-Salaam, sobre o qual falaremos adiante quando tratarmos do apoio cubano ao MPLA. Savimbi, em seu relato, faz

sentido da conciliação entre os movimentos de libertação de Angola, em vez de apelar para a necessidade de eles se unificarem como pressuposto para qualquer auxílio, como pregavam alguns países africanos na OUA (MARCUM, 1978, p. 141). Na viagem de Savimbi ao Oriente, ele se encontraria com Mao Tsé-tung e Chou En-lai na China e com Giap no Vietnã. A visita à China lhe renderia a possibilidade de envio de alguns homens para treinamento militar.

A FNLA ainda sofreria mais uma crise logo em seguida. Em junho de 1965, militares do ELNA comandados pelo ministro da Defesa do GRAE, Alexandre Taty, contando com o apoio de André Kassinda, antigo dissidente da UPA, proclamam a exoneração de Holden Roberto do comando da FNLA e se instalam temporariamente na sede do GRAE em Léopoldville. Uma vez mais, a principal acusação seria quanto aos esquemas de corrupção gerenciados por Holden Roberto. Dessa vez, o contexto vivido no Congo-Léopoldville também contribuiria para tal empreitada. Moïse Tshombe, que, como vimos, sucedeu Cyrille Adoula no cargo de primeiro-ministro, entre julho de 1964 e novembro de 1965, demonstraria interesses diferentes dos manifestados por Holden Roberto. Tshombe não estava tranqüilo com o aparato militar do GRAE instalado no Congo-Léopoldville e passou a investir numa maior aproximação com as autoridades portuguesas, tendo em conta um possível apoio contra a rebelião promovida pelos chamados lumumbistas, comandados por Pierre Mulele. Ainda

---

questão de frisar esse contato estreito que teria tido com Che Guevara (Entrevista de Jonas Savimbi,

assim, a insurreição promovida por Taty e Kassinda não teria sucesso. Holden Roberto controlaria a agitação com o decisivo apoio de alguns de seus aliados que ainda ocupavam cargos de importância no governo e no Exército do Congo-Léopoldville. Tropas congoleesas foram mobilizadas e rapidamente a situação retornaria ao controle de Holden (MARCUM, 1978, p. 148-9).

Após fugir ao cerco da FNLA e do Exército congolês, Alexandre Taty se juntaria aos colonialistas portugueses e teria uma participação mais do que efetiva na repressão às forças militares dos movimentos de libertação (GUERRA, 1994, p. 145-6). O líder dissidente arregimenta guerrilheiros de Cabinda que militavam na FNLA e, sob o comando dos militares portugueses, cria as Tropas Especiais, mais conhecidas como TE. Oliveira Marques, oficial português que comandou uma companhia portuguesa em Cabinda, em 1966, afirma que as TEs eram muito utilizadas para ações do outro lado da fronteira, "principalmente para capturar elementos da população necessários à obtenção de informações" (Entrevista de Oliveira Marques, ANTUNES, 1995, p. 993).

Alexandre Taty ambicionava conquistar uma situação diferenciada para Cabinda, evidentemente sob o seu comando, caso ocorresse uma derrota total dos movimentos de libertação. As negociações com o Exército português têm início logo após a detenção de seu sobrinho, Alexandre Ambrósio, pela tropa

portuguesa. Em seu relato sobre as atividades militares de Portugal em Cabinda, entre 1964 e 1966, o general Carlos Azeredo (em entrevista a ANTUNES, 1995, p. 380) descreve esse contato e afirma ter visitado as instalações militares comandadas por Alexandre Taty no Congo-Brazzaville. O próximo passo seria a apresentação do ex-dirigente da FNLA com aproximadamente outros 600 guerrilheiros, que formavam a Junta Militar de Angola no Exílio (JMAE). Para lutar contra a FNLA e o MPLA, receberiam instrução militar, armamento e a designação de TE.

Essa descrição difere, em alguns detalhes, da apresentada pelo general Duarte Silva no mesmo livro de Antunes com testemunhos sobre a guerra colonial, o que nos faz enfatizar uma vez mais os desafios em se trabalhar com relatos autobiográficos e entrevistas (Entrevista de Duarte Silva, ANTUNES, 1995, p. 449-64). De acordo com Duarte Silva, a missão de recrutamento dos homens da JMAE fora planejada em Lisboa e contava com o apoio da Pide de Luanda, que já vinha subsidiando o grupo. Em princípio, dever-se-ia manter a atuação de parte dos homens da JMAE com Alexandre Taty no Congo-Léopoldville. A sua prisão pela FNLA é que fez necessário seu resgate e a posterior transferência para Cabinda. Ou seja, esse recrutamento se deveria a uma articulação mais ampla, com negociações locais, evidentemente, mas associada a

uma política portuguesa de cooptação.<sup>15</sup> O que se pode assegurar é que as TEs exerceram um importante papel na contenção das atividades militares do MPLA em Cabinda e da FNLA no norte do território angolano.

### Tortura e Terrorismo de Massa

Em função de termos destacado acima o depoimento do general Carlos Azeredo, abriremos um novo parêntese, a fim de analisar um tema até aqui pouco referenciado. Diz respeito à condução das investigações por parte das forças de repressão portuguesas e aos diferentes embates militares registrados. A decisão deriva do fato de o general ter apresentado em seu testemunho uma menção ao fenômeno da tortura como método para obtenção de informações, apesar de se demarcar pessoalmente dessa prática. De acordo com o militar, “normalmente só se conseguem obter coisas dos prisioneiros através da tortura ou dos documentos apanhados” (Entrevista a ANTUNES, 1995, p. 379). Essa é uma questão incontestável quando se estuda o tema das guerras de libertação. Os relatos sobre as práticas de tortura utilizadas pela Pide e pelos militares para obtenção de informações relacionam, entre várias, as agressões físicas, a estátua (manter o

---

<sup>15</sup> Antonio Bernardo, ex-inspetor da Pide, avançando sobre essa última perspectiva, afirmou em entrevista ao jornal português *Expresso*, de 23 de maio de 1992, que a polícia política havia elaborado um plano para o assassinato de Holden Roberto, em 1965. De acordo com Bernardo, a idéia era substituir Holden por Alexandre Taty, já então comprometido com as autoridades portuguesas. Os responsáveis optaram por uma operação de tipo militar apoiada pela embaixada portuguesa no Congo-Léopoldville, de incursão armada ao quartel-general da FNLA em Léopoldville. Houve tiroteio e Holden escapou. Alexandre Taty e os demais golpistas foram desmascarados e não tiveram outro remédio senão deixar o Congo e a FNLA e procurar refúgio em Angola junto às tropas portuguesas.

prisioneiro em pé ininterruptamente), a fome e a tortura do sono – todas também utilizadas pela Pide na metrópole contra os militantes da esquerda portuguesa – como as ações mais frequentes.

Não é nosso objetivo enveredar longamente por esse caminho, mas apenas destacar alguns pontos relativos ao tema e que se relacionam ao MPLA e a algumas das fontes aqui utilizadas. Em primeiro lugar, não encontramos nenhuma referência à utilização de tais práticas por parte da Pide em seus arquivos. Por se tratar de um assunto ilegal e nada honroso, é provável que continuemos a ter dificuldades em achar qualquer registro sobre episódios envolvendo atos de tortura da parte portuguesa em tais fundos documentais. Mas a sua ausência nos documentos consultados pode servir de parâmetro quando nos deparamos com relatórios em que o “bom tratamento”, ou seja, uma detenção que aparentemente seguisse as regras militares ou policiais sem atentar contra a vida do opositor, é destacado como tendo efeito importante na “colaboração” posteriormente demonstrada pelo preso. Daí podermos inferir que em muitos casos tais regras foram simplesmente postas de lado.

Outro ponto importante se refere à escassez de relatos produzidos por militantes dos movimentos de libertação angolanos que foram presos e sujeitos aos ditames brutais da Pide. Não se produziram obras coletivas, como registrado no Brasil, em que as vítimas da tortura perpetrada pelo Estado apresentam seus

relatos, o que também seria uma tentativa de exorcizar seus fantasmas, e discutem as razões e os envolvidos. No caso angolano, as referências mais conhecidas são sempre gerais, no sentido de se acusar tal comportamento por parte dos serviços de repressão portugueses, sem se preocupar em reunir num documento de maior circulação as acusações e os envolvidos. Os registros mais contundentes que conseguimos encontrar são os de José Ervedosa, Mário Pádua e Alberto Pinto, todos ex-militares portugueses que desertaram do Exército colonial e que descrevem as cenas de tortura de que tomaram conhecimento.<sup>16</sup>

Tais testemunhos nos fazem ainda confrontar a percepção, ainda que pouco alardeada, mas de qualquer forma muito presente na memória da guerra colonial, de que os atos de tortura seriam obra quase que exclusiva da Pide. Devemos lembrar, antes de mais nada, que a Pide recrutava muitos de seus quadros entre os militares que terminavam a comissão militar. E claro, para além desse tipo de simbiose, existem as descrições de sessões de tortura orquestradas por militares. Mário Tomé, major reformado do Exército português, que teve quatro comissões nas guerras coloniais na África, relembra o conhecimento dos comandos militares sobre as torturas e as execuções como armas utilizadas pela Pide para

---

<sup>16</sup> Sessões em que, por exemplo, derramava-se azeite fervente nos ouvidos dos interrogados e cortavam-lhes as orelhas. Por vezes, os presos eram obrigados a comer a orelha de outro. Os estupro também seriam apresentados pelos desertores como uma das torturas impostas aos prisioneiros. O documento, já citado, foi consultado em Coimbra, Portugal, no Centro de Documentação 25 de Abril, onde está arquivado sob a cota: "325.3 (1960-1974) CON". Mário Pádua, que, depois de desertar do exército português, atuaria durante a guerra colonial como médico no Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) – um desdobramento do PAI, de que falamos anteriormente –, reforçaria recentemente seu testemunho, acrescentando que muitos militares portugueses passaram a compreender a

obter informações. Mas vai mais além, ao referenciar os “casos em que os próprios militares, mais azougados ou ambiciosos, eles próprios obtinham as suas informações à custa de tortura” e que estes mesmos militares “atiravam indiscriminadamente contra populações, ou por medo, ou porque no meio delas poderia estar o inimigo, ou porque os mortos da população também contavam para o relatório e, portanto, para a qualificação operacional” (TOMÉ, 2001. p. 74).

É importante ainda, longe de cairmos numa discussão macabra e infrutífera a respeito da quantificação da tortura, pois o fato é que esta aconteceu, tentarmos analisar a sua prática relacionada ao seu objetivo. Para isso, podemos de início reter a idéia da tortura como mecanismo sistematicamente usado pelas forças de repressão para a obtenção de informações, como comentado pelo general Carlos Azeredo. Nesses casos, o objetivo imediato é a desativação de células políticas ou guerrilheiras.

Sobre esse ponto, vale destacar as considerações de Alfredo Margarido a respeito do conhecimento dos militares portugueses sobre as táticas antiguerrilha utilizadas na Indochina e na Argélia. As análises francesas e americanas eram consumidas sem restrição pelos militares portugueses, quer através de apostilas, como as que constam dos arquivos da Pide, quer por intermédio de visitas e

---

luta pela independência ao tomarem conhecimento da exploração e dos atos de tortura a que estavam

cursos de oficiais portugueses nos locais de treinamento dos militares americanos e franceses nesse tipo de técnica. Portanto, já se tinha conhecimento da dificuldade em se combater forças nacionais com tropas expedicionárias, bem como as implicações geradas por uma guerra colonial, entre elas a tortura (MARGARIDO, 1999, p. 154).<sup>17</sup>

Talvez, nesse item, a comparação com o caso brasileiro uma vez mais se faça produtiva. No Brasil, a tortura seria empregada essencialmente dessa forma, como método sistemático de investigação, transformada numa arma eficaz de luta contra os movimentos revolucionários e legitimada pelos militares como tal. O que implicaria a montagem de verdadeiros cursos para se promover tal prática. Importa-nos salientar, porém, o forte caráter urbano que a luta de guerrilha assumiria no país. Isso porque, nos casos de ação urbana, a localização do inimigo e a identificação de seus hábitos e suas relações o quanto mais rápido proporcionariam um ganho militar diferenciado, facilitando o desmonte do grupo em questão de forma quase imediata. Também os angolanos e seus companheiros brasileiros, representantes da luta do MPLA no Brasil, sofreriam com tais arbitrariedades. Logo após o golpe militar de 1964, os principais envolvidos na divulgação e na busca de apoio para a luta angolana seriam detidos no Rio de

---

sujeitos os angolanos (TEIXEIRA, 2001, p. 194).

<sup>17</sup> Margarido frisa, de forma muito contundente, a necessidade de se rever a responsabilidade da sociedade portuguesa no que se refere à sua prática social da violência: "A nossa tradição de violência em relação ao Outro é conhecida, mas tem sido considerada como uma curiosidade histórica, sem conseqüências na própria organização moral da sociedade (...), procura desresponsabilizar os cidadãos, confiando a responsabilidade dos 'crimes' a grupos particulares" (MARGARIDO, 1999, p. 157-8).

Janeiro e em São Paulo. José Lima de Azevedo, uma das vítimas angolanas desse processo, descreveria as brutalidades sofridas, identificando ainda seus agressores, em relatório entregue ao jornalista Márcio Moreira Alves, que tempos depois publicaria trechos do documento no livro *Torturas e Torturados*. Vale destacar a presença de um agente da Pide, de nome Passos, em toda essa ação.<sup>18</sup> além dos agentes brasileiros do Dops (Departamento de Ordem Política e Social) e do Cenimar (Centro de Informações da Marinha).<sup>19</sup>

O que nos interessa, portanto, é relacionar os atos de tortura executados pelas forças de repressão portuguesas ao fato de a guerrilha angolana ter permanecido próxima aos territórios fronteiriços e principalmente não ter alcançado as cidades mais importantes e numerosas. O ciclo urbano de atividades do MPLA, já que os demais movimentos tiveram dificuldades ainda maiores de atuar nessas áreas, foi intermitente e acima de tudo pouco ou nada militarizado, o que ficaria a dever e muito à repressão imposta pela Pide. O que se conhece das ações urbanas até o momento são tentativas de montagem de aparelhos e o trabalho político de conscientização. Nesses casos, a tortura orquestrada pela Pide cumpriria o papel de obtenção de informações com o fim de desbaratar o mais rápido e da forma o mais ampla possível os grupos em ação.

---

<sup>18</sup> A presença do agente da Pide seria noticiada pelo jornal *Última Hora* de 28 de julho de 1964.

<sup>19</sup> As prisões se iniciaram em 4 de abril de 1964 e os envolvidos começariam a ser libertados a partir de fins de agosto do mesmo ano. Alguns pediriam asilo em embaixadas e outros seriam expulsos do país (ALVES, 1966, p. 183-90). Um dos detidos, o professor José Maria Nunes Pereira, posteriormente teria acesso às conclusões do Inquérito Policial-Militar do Grupo Angolano e nos forneceu uma cópia desse documento.

Com respeito a essa questão, caberia tentar relacioná-la ao certo realce, encontrado nos inúmeros relatórios consultados nos arquivos da Pide, que seria dado ao fato de o MPLA possuir entre seus quadros uma gama importante de indivíduos formados nas universidades portuguesas. O cuidado que fora empregado na confecção dos processos de muitos desses indivíduos – com as inclusões de diversos detalhes de suas vidas pessoais e estudantis, quer tenham sido detidos ou não, as referências ao grau acadêmico e, o que é mais importante, sem que seja inteiramente espantoso, ao seu “grau de civilidade” – permite-nos especular a respeito de comportamentos diferenciados, quer se tratassem de quadros com maior formação educacional ou não. Lembremos que as atrocidades expostas pelos desertores do Exército colonial (ver nota 16) foram infligidas a pessoas capturadas na área rural e dificilmente se referiam a quadros de destaque dos movimentos de libertação, pois tal ênfase certamente seria feita em tais testemunhos. É evidente, como afirmamos anteriormente, tratar-se de um tema polêmico, mas, ainda assim, podemos buscar relacionar os efeitos das diferenciações sociais coloniais reproduzidas pela Pide e suas terríveis conseqüências, inclusive no tocante ao tratamento dos presos.

Seguindo essa estratégia de vincular a prática da tortura com o seu objetivo, iremos verificar que, nas áreas rurais onde a guerrilha conseguira penetrar, a localização do inimigo por parte dos militares e da polícia portuguesa assumiria

uma outra importância. A mobilidade da guerrilha por áreas muito extensas e a sua possibilidade de retirada para os territórios vizinhos implicaria que as informações pretendidas pela Pide tomassem outros contornos que não só o especificamente ligado à localização dos guerrilheiros, que, vale dizer, eram identificados pelas próprias ações promovidas por seus destacamentos. As forças de repressão portuguesas demonstrariam estar também interessadas em controlar e, quando não, afastar as populações rurais das áreas de atuação da guerrilha, criando os já mencionados aldeamentos.

Em tal cenário, surge uma outra variante dos atos de tortura, que podemos identificar como terrorismo de massa. Nesse caso, não há uma busca de informações, apenas a necessidade de causar dor e sofrimento a uma população, que, por sua localização ou trajetória, poderia ceder algum tipo de apoio aos guerrilheiros. A terrível lógica desses atos parece indicar que quanto mais horror, maior o temor e, conseqüentemente, melhor a prevenção. Em muitos casos, os atos praticados sob essa ótica tendiam a privar as vítimas de sua humanidade, reduzindo-lhe a capacidade de reação. Sem ousar muito pela seara alheia, o fato de se cortar a orelha de jovens dessas regiões – o que fora descrito como uma das brutalidades impostas a muitos dos populares detidos quer pela Pide quer pelos militares portugueses em Angola, sem que qualquer ligação mais estreita com os movimentos de libertação estivesse estabelecida –, para além de causar imensa dor e marcar para sempre, também parece tentar bestializar o oponente. De

qualquer forma, o que sobressai nesses casos é o fato de não existir um objetivo militar imediato de captura de um determinado grupo de guerrilha ou célula política. O objetivo é estabelecer o terror generalizado como prevenção às ações de cooptação empreendidas pela guerrilha.

Por último, devemos afastar qualquer possibilidade de uma leitura mecânica das relações aqui estabelecidas entre tortura e região de atividade guerrilheira. Nossa pretensão é tão-somente refinar a análise no que diz respeito ao objetivo pretendido quer pela Pide quer pelos militares portugueses, em função da configuração local do oponente. É evidente que, mesmo nas áreas rurais de maior confronto direto com a guerrilha, a captura de um guerrilheiro com potencial de informações não excluiria a tortura como meio para se obter dados importantes no combate à sua organização. Essas informações poderiam ser as mais diferenciadas – desde os nomes dos chefes da guerrilha naquela região, o número de armas, a procedência destas, até a composição étnica do grupo e o detalhamento das aldeias que os apoiavam.<sup>20</sup>

### **A Ota e a Estratégia do Governo Português**

---

<sup>20</sup> Outro exemplo a ser lembrado, e que corrobora a idéia de que não devemos nos ater apenas aos vínculos estabelecidos acima, é o caso da tortura nos campos prisionais, como no caso do Campo de São Nicolau. A comissão de inquérito montada para investigar as acusações de desrespeito aos presos, reunida em agosto de 1974, portanto, já sob uma nova orientação política, que tivera lugar em Portugal após a derrubada do regime ditatorial pelos militares, congregava militares e magistrados portugueses. O relato de um dos seus componentes, ao qual tivemos acesso, deixa clara a existência de tortura nessa prisão. Mais ainda, os relatórios evidenciam os confrontos e as respectivas manobras junto à procuradoria para não se avançar com incriminações em relação aos policiais envolvidos. O corolário desse embate seria a

Fechado o parêntese quanto à tortura, podemos passar à discussão sobre como se desenvolveu a estratégia político-diplomática portuguesa de defesa das suas colônias. Muitos analistas encaravam a manutenção de Angola por Portugal, e mesmo seu império na África, como uma missão quase impossível. O clima de descolonização reinante no cenário internacional seria um fator decisivo e incontornável. Afinal, Portugal dificilmente poderia sustentar aquilo que, até mesmo, as grandes nações europeias, Inglaterra e França, perderam com uma certa brevidade, mesmo nos casos em que se optara pela confrontação direta.

As duas maiores potências coloniais na África preferiram outro caminho, enquanto Portugal se lançaria de forma arrojada na busca de uma solução militar. Todavia, apesar de pequeno e frágil economicamente, quando comparado à escala europeia, Portugal não o era para os parâmetros africanos; além do mais, consistia num importante elo da corrente conservadora e racista formada juntamente com as Rodésias – que depois de 1964, com a independência da Zâmbia (ex-Rodésia do Norte), incluiria apenas a Rodésia do Sul (atual Zimbábue) – e a África do Sul.

A certeza de que a guerra em Angola não seria resolvida de forma imediata, como chegara a ser anunciado pelas autoridades militares e políticas portuguesas,

---

fuga preparada para o antigo diretor do Campo de São Nicolau, João José Baltazar Lima (Centro de

instala-se após a perda em definitivo de Goa, Damão e Diu. Com isso, às razões econômicas somaram-se as políticas. Um abalo de tal envergadura balançaria o regime salazarista. Em fins de 1961, já são aproximadamente 33.500 homens mobilizados pelas forças militares em Angola, chegando a cerca de 57 mil em 1965.

Novos momentos de apreensão para o governo português logo surgiriam. O PAIGC, de Amílcar Cabral, após a promoção de campanhas de desobediência civil e mesmo algumas ações de sabotagem, que se iniciaram no segundo semestre de 1961, passa à ação militar efetiva em janeiro de 1963, dando início à guerra pela independência na Guiné-Bissau. Ao contrário do que se verificaria em Angola, o conflito militar na Guiné-Bissau seria de intensidade crescente. Em seis meses de luta, o ministro português da Defesa Nacional reconhece o controle do PAIGC sobre 15% do território guineense. Em 1966, as chamadas áreas libertadas já possuíam estruturas de saúde, educação e justiça e eram visitadas por jornalistas estrangeiros (GUERRA, 1994, p. 214). Apesar do altíssimo investimento português em homens e equipamentos militares, a contenção da guerrilha parecia impossível.

As dificuldades do regime salazarista se agravariam ainda mais com a abertura de um novo campo de batalha, dessa vez em Moçambique, onde a

guerra pela independência, dirigida pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), inicia-se em setembro de 1964. As tropas portuguesas passariam a defrontar três guerras anticoloniais simultaneamente, um esforço muito grande para um país tão pequeno. As alianças internacionais seriam, portanto, fundamentais.

Quanto a essa articulação, os anos iniciais da administração Kennedy registram alguns atritos entre o projeto político de Washington para a África, calcado na retórica da emancipação, e a linha conservadora dominante em Lisboa. Todavia, a condição de membro da Otan e a posse da base de Lajes, nos Açores, dois fatores da maior relevância no contexto da Guerra Fria, fariam mais alto e permitiriam o gerenciamento do apoio dos grandes parceiros ocidentais a Portugal. França, Inglaterra, República Federal da Alemanha e Estados Unidos dariam um suporte mais do que efetivo à empreitada portuguesa. O apoio militar através da Otan se faria sentir não só através de munição, armas, combustível, *jeeps*, caminhões (*Portuguese and Colonial Bulletin*, nº 5-6, 1967) e até mesmo o uso de aviões, mas também pela realização de cursos de formação militar e técnica.<sup>21</sup>

Entre 1963 e 1968, os Estados Unidos concederiam 33 milhões de dólares em ajuda militar a Portugal (PINTO, 1999a, p. 61) e apesar do discreto apoio à

FNLA, fez vista grossa à utilização de equipamento militar destinado à Otan pelas forças coloniais portuguesas. O fator decisivo na manutenção dessa aliança velada seria a liberação por Portugal do acesso dos Estados Unidos à base aérea dos Açores (BIRMINGHAM, 1998, p. 219).

A força militar demonstrada por Portugal, os graves problemas internos sofridos pelo MPLA e pela FNLA, além da permanente rivalidade entre os dois principais movimentos de libertação angolanos, contariam e muito para abalar algumas convicções pessoais. Pelo lado do MPLA, os abandonos continuariam, com o agravante de em alguns casos implicarem o retorno a Angola de indivíduos que circularam próximos à direção do movimento, como seriam os casos de Ernesto Lara Filho e Mário Silva. O regresso de ambos traria desânimo e desmobilização para a frágil agitação existente, principalmente de caráter urbano, em Angola.

A Pide, depois desses episódios, passaria a recolher mais atentamente as informações existentes sobre outros possíveis casos e elabora uma verdadeira campanha com o objetivo de atrair novos descontentes. Seus informantes e agentes infiltrados, principalmente em Brazzaville, reforçavam tal possibilidade e indicavam focos de insatisfação. No primeiro semestre de 1964, proliferam as mensagens policiais dando conta do desejo de militantes do MPLA de

---

<sup>21</sup> A condição de que tais armamentos não fossem usados nas campanhas na África dificilmente seria

regressarem a Angola. Todavia, os casos consultados apresentam indivíduos com pouca expressão dentro do movimento, algumas vezes tratando-se mesmo de homens que apenas tinham recebido assistência por parte do MPLA (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.C, nt 1828, fls. 282, 332, 341 e 458). As exceções parecem ser o caso de José Ferreira, comandante do EPLA em Pointe Noire, e Costa Sozinho da Fonseca, que chegara a ficar detido em Dolisie por ordem da direção, juntamente com outros quadros (MARCUM, 1978, p. 173), se bem que suas deserções tenham ocorrido em março de 1965 e meados de 1966, respectivamente.

Apesar do destaque que seria dado à fuga de José Ferreira pelas autoridades coloniais, a iniciativa da Pide de atrair quadros do MPLA descontentes com a situação da luta e cansados desta não parece ter atingido o objetivo proposto em seus relatórios. É necessário, portanto, observarmos o outro lado da questão, que diz respeito ao processo de recuperação do MPLA.

### **O MPLA Avança para Cabinda**

A Conferência de Quadros em Brazzaville, ainda em 1964, logo após a transferência da direção para essa capital, destacaria a fragilidade militar e de coesão interna do MPLA. O balanço era extremamente negativo e apontava estar

---

respeitada, até porque havia autorização para o chamado material não-letal.

a luta ainda numa fase “essencialmente insurrecional (...) sem organização, sem direção, isolada da maioria da população africana” (CEDETIM, 1977, p. 89). Não vingaram as primeiras tentativas de implementar a guerrilha em Cabinda, iniciadas nos anos anteriores, e até aquele momento não se tinha conseguido municiar os focos de guerrilha espalhados pelos Dembos e arredores. Isso agravava a insatisfação daqueles que queriam menos propaganda e mais atividade militar para fazer frente à FNLA. A dissidência de Viriato da Cruz e os abandonos individuais tinham deixado o movimento fragilizado. Em ambos os casos, tratava-se de quadros importantes na gestão interna. Por outro lado, a instalação em Brazzaville favorecia as alianças e os apoios do bloco socialista, mais especificamente Cuba e União Soviética, bem instalados no país. A aproximação com os soviéticos significaria de imediato uma maior divulgação da sua luta e maior prestígio internacional. Diante dessa situação e buscando reverter o quadro geral de insatisfação, a direção do MPLA decide avançar no terreno militar.

O Congo-Brazzaville não faz fronteira com o território angolano, à exceção de Cabinda – um pequeno enclave situado a norte de Angola entre os dois Congos e que não tem conexão por terra com o restante do território angolano. Por conta da limitação do MPLA no acesso às demais regiões angolanas, Cabinda assumiria importância imediata nessa nova estratégia militar. Nas palavras de Lúcio Lara (Entrevista em Luanda, 7 de fevereiro de 1995), Cabinda

seria “o cadinho da fonte onde se forjavam os nossos quadros”, idéia recorrente em várias das entrevistas realizadas com dirigentes e guerrilheiros do MPLA, sempre apontando Cabinda como uma espécie de laboratório para a formação de quadros do movimento.

Contudo, a penetração nessa província não seria fácil, pelo contrário. Já na própria Conferência de Quadros, os militares do MPLA que tinham realizado investidas na área, em busca de apoio da população fronteiriça do enclave, admitiram ter tido grandes dificuldades em realizar o trabalho de conscientização e mobilização (DAVIDSON, 1974, p. 308-9). Os laços comerciais, regionais e até familiares pendiam muito mais a favor de uma aproximação com os dois Congos, vizinhos ao enclave, do que com a até certo ponto distante Angola. Falar em luta pela independência angolana podia soar, por vezes, como algo longínquo para a população cabinda.

A FNLA, através do ministro da Defesa do seu governo no exílio (GRAE), Alexandre Taty, originário da região, também investiria na abertura de uma frente de luta em Cabinda, antes que esse dirigente tentasse o golpe contra Holden e acabasse por se aliar aos militares portugueses. O resultado seria semelhante: falta de mobilização e apoio necessários à manutenção da atividade guerrilheira.

Sobre esse tema dos problemas encontrados para fazer avançar a guerrilha, é preciso lembrar a existência em Cabinda de uma densa floresta tropical, de nome Mayombe, porta de entrada para ações de guerrilha e principal refúgio dos combatentes, com baixa densidade populacional e, conseqüentemente, dificuldades para conseguir alimentação.

Para completarmos o quadro das dificuldades a serem enfrentadas pelo MPLA, é preciso acrescentar que Cabinda despertava interesse nos vizinhos mais próximos, como o Congo-Brazzaville e o Congo-Léopoldville. Apesar disso, tais países, de acordo com seus interesses e alianças, apoiavam respectivamente o MPLA e a FNLA. Não obstante o auxílio e as provas de amizade, esses mesmos países ajudavam os grupos separatistas de Cabinda, na tentativa de desvincular a luta dos cabindas da luta angolana.

Ainda assim, o MPLA consegue avançar com a guerrilha na região, criando a sua 2ª Região Político-Militar (2ª RPM), o que viria a reforçar o processo de costura política realizado pela direção, na tentativa de construir uma coesão mínima que facilitasse a execução de projetos para o futuro próximo. Isso lhe permitiria implementar ações ofensivas quer no campo militar, quer no diplomático. O ano de 1964 provavelmente pode ser escolhido como um marco na tentativa de retomar o equilíbrio entre a estratégia militar e a diplomática, que até então pendia bem mais em favor da segunda.

A penetração de guerrilheiros do MPLA em Cabinda não era novidade. A primeira tentativa seria contada de forma detalhada por José Ferreira, em seu relatório entregue à Pide (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11 - SR, np 996, Pasta 2, fls. 179-205). Nele surge a descrição do grupo enviado para Massabi, ainda em 1962: Ferreira, Afonso Bissafi, Pascoal Bonda, Pedro Maria Tonha e Luis "Gonzaga". Comentam-se as dificuldades de difundir a mensagem do movimento, apesar de alguns indivíduos desse grupo falarem o fiote, língua corrente na região.

Uma nova investida seria feita em janeiro de 1963, organizada e executada pelo próprio Manuel Lima, responsável máximo do EPLA. O grupo foi descoberto antes mesmo de realizar o ataque ao posto fronteiriço de Massabi e ações de sabotagens na região de Inhuca, a que se propunha. Confrontados com o maior poderio bélico do Exército português, tiveram que bater em retirada (MARCUM, 1978, p. 40-1). Manuel Lima (GUIMARÃES, 1994, p. 17-23) confirma a fraca iniciativa em Cabinda, mas não se estende nos detalhes sobre a operação de que participara. Ferreira, ao contrário, se concentra nos detalhes e parece querer realçar as possíveis falhas de planejamento ou mesmo na conduta daqueles que dirigiam o movimento. Resta saber até que ponto a orientação da Pide induzia a esse caminho, ou se o próprio Ferreira buscava justificar sua importância como analista e informante ao mesmo tempo. Vale destacar que essa

versão sobre o ataque das forças portuguesas, antes mesmo de qualquer ação militar por parte dos guerrilheiros do MPLA, e a fragmentação do grupo seriam confirmadas por um dos guerrilheiros que, após vagar pela mata sem comida e rumo por cerca de 15 dias, resolveu se entregar ao “chefe do povo Chivovo, em Massabi”, com sua pistola-metralhadora e munição, sendo, em seguida, encaminhado à Pide (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.B, nt 1828, fls. 474-6).

O MPLA tentaria penetrar em Cabinda novamente em 1964, dessa vez com resultado positivo, num momento em que se estabeleciam as novas orientações do movimento de reforçar a estratégia militar. O grupo contaria com doze guerrilheiros, que iniciam a investida em maio de 1964 a partir do Congo-Brazzaville. Benigno Vieira Lopes “Ingo”, atual adido militar da Embaixada de Angola no Brasil, era um dos integrantes desse grupo e descreve algumas das dificuldades encontradas pelo caminho:

“Então, em junho, maio de 64, desarmados, apenas o grupo de doze, entramos em Cabinda, para fazer uma ação a mão livre, tentamos apanhar umas armas e com essas damos continuação aos nossos combates (...). A gente fez uma ação e conseguimos apanhar algumas armas ao inimigo. Entretanto o MPLA tinha muito armamento capturado, preso com as autoridades de Brazzaville (...) [fruto de] uma ajuda que o governo argelino tinha oferecido ao MPLA. [Eram] toneladas de armamento. (...) [Depois] nós conseguimos arranjar um estratagema, (...) formas revolucionárias, digamos assim, e conseguimos retirar a nossa parte do armamento que estava em quartéis militares do Congo-Brazzaville. Quando se deram conta, nós já tínhamos esse

armamento no interior de Cabinda. (...) À medida que a gente permanecia lá, o grupo também ia aumentando. (...) Um ano depois, sou retirado do interior porque a organização abre o seu primeiro Centro de Instrução Revolucionário, o CIR. Daí eu sou nomeado para instrutor militar desse CIR. (...) Embora Cabinda fosse uma luta de fronteira, nós já tínhamos grandes atividades no interior, aliás, com ações mesmo já feitas.” (Entrevista com Benigno Vieira Lopes em Luanda, 13 de fevereiro de 1995).

Apesar das carências iniciais descritas no relato de Benigno, o desfecho é francamente otimista, e não poderia ser diferente. Após um período de crise aguda, o processo de recuperação iniciado pelo MPLA começava a dar os primeiros sinais positivos do ponto de vista da coesão interna e do avanço da guerrilha. Ainda nesse ano de 1964, seria aberto o campo de treino para a guerrilha em Dolisie, no Congo-Brazzaville, o que se traduziria também no reforço aos cursos de formação política. Tarefa que ficaria a cargo do Centro de Instrução Revolucionária (CIR), que, além do comandante Benigno, responsável pela instrução militar, contaria com Carlos Rocha Dilolwa, Gilberto Teixeira da Silva “Jika” e Tomás Medeiros, nomes importantes na história do movimento.

### “Voz da Angola Combatente”

Brazzaville, no entanto, significaria um outro passo importante para o MPLA, que seria a utilização da principal rádio instalada na cidade. O movimento já havia ensaiado alguns programas de rádio em Léopoldville, mas sem sucesso e continuidade. Dessa vez, o resultado seria diferente. Inaugurada

em dezembro de 1940, em plena Segunda Guerra, a Rádio Brazzaville passaria, em junho de 1943, a contar com novos emissores, muito mais potentes que os anteriores, como parte da estratégia montada pela França Livre, comandada por Charles De Gaulle. O líder francês, transformara Brazzaville numa referência para toda a África Equatorial Francesa, durante a disputa com Henri Philippe Pétain, que assinara o armistício com a Alemanha.

Mesmo antes dos anos 60, a rádio faria sucesso em Angola, principalmente nos meios liberais, através do programa de Pedro Rocha, um exilado português que participara da guerra civil de Espanha, e José Rocha de Abreu, que vivera muitos anos em Benguela. A audiência, nesse período, aumentaria com a campanha eleitoral de 1958, em Portugal (Entrevista com José Gonçalves, Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 2001). Vinte e quatro anos depois da sua criação, a rádio abrigaria programas do MPLA, transmitidos para boa parte do território angolano.

O programa “Voz da Angola Combatente”, transmitido pela Rádio Brazzaville, foi um dos mais importantes instrumentos de divulgação da luta e das propostas do MPLA e o único canal de ligação regular e de risco não muito elevado com os que estavam em território angolano. É verdade que as informações provenientes de militantes e simpatizantes instalados em Angola continuariam dependentes de ações individuais arrojadas, ou de esquemas ainda

menos seguros, como as cartas via países europeus, até que chegassem à direção do movimento. Mas, de qualquer forma, a Rádio Brazzaville trouxe uma dinâmica e uma presença até então inexistentes. Antes da rádio, as ações da guerrilha eram conhecidas através de boatos, que, num clima de repressão, nem sempre alcançavam segmentos mais vastos. A falta de informações sobre as idéias e a trajetória do MPLA era outro ponto a ser revertido.

Esse programa radiofônico do MPLA, que ficaria popularmente conhecido apenas como “Angola Combatente”, passa a ser transmitido às quartas e domingos, com cerca de uma hora de duração, sempre depois das 19 horas, inicialmente sob a responsabilidade de Aníbal de Melo e Deolinda Rodrigues. Nessa fase, teria como música de abertura a canção angolana “Muxima”, depois substituída pelo hino do MPLA. Outros nomes de destaque do movimento passariam pelo programa, como Adolfo Maria, que participaria do “Angola Combatente” entre 1969 e 1972.

A FNLA também investiria na emissão de um programa de rádio a partir de Léopoldville. Este seria às terças e sextas das 20:30 às 21 horas, mas não teria o mesmo alcance no território angolano, em virtude sobretudo das limitações técnicas que enfrentaria. Também não teria a mesma regularidade, fatores que devem ter pesado para uma audiência menor. O programa da FNLA chamava-se “A Voz de Angola Livre”.

Os relatos dos entrevistados que por essa época estavam no interior confirmam a importância do programa “Angola Combatente” na mobilização de novos simpatizantes para o movimento. Muitos deles acabariam por confundir o nome do programa com o da organização. Toda essa agitação, rapidamente, foi detectada pela Pide, que passa a rastrear os programas e a fazer transcrições das alocações, o que hoje nos permite consultar esse material. Já em 29 de setembro de 1964, a Pide de Luanda transmite uma circular a todas as suas subdelegações e postos, a fim de que informassem sobre as emissões de rádio com “características subversivas de propaganda antiportuguesa” que se ouviam na região, condições de escuta, comprimento da onda e horas de emissão (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.D, nt 1829, fl. 604). Logo começam a surgir os nomes dos angolanos, das mais diversas localidades, que escutavam tais transmissões e, conseqüentemente, as detenções e interrogatórios.

Os inúmeros pedidos das autoridades administrativas para que a Pide ou os militares tentassem a interferência nessas transmissões não surtiam efeito. Segundo os informantes da polícia, a “Voz da Angola Combatente” era aguardada com ansiedade e depois virava alvo de debates entre os que apoiavam a luta pela independência. Um exemplo citado pelos informantes foi o programa que reproduzia a fala do presidente do MPLA, Agostinho Neto (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.D / D. Inf., nt 1829, fl. 314), que

exortava as alunas do liceu a não se entusiasmarem com a farda da força aérea colonial, mas sim ajudarem aos nacionalistas, principalmente através da Organização da Mulher Angolana (OMA), o braço feminino do MPLA.

A “Voz da Angola Combatente” também se dirigia aos brancos de Angola e a Pide sentia certo receio de que ameaças e pedidos de apoio surtíssem efeito sobre parte desse segmento. Por conta disso, passou a recomendar uma eficiente contrapropaganda para minimizar o efeito não só sobre esse grupo em particular, mas também sobre o conjunto da população angolana, no que seria acompanhada pelos militares. Ainda assim, em 1966 começam a aparecer *slogans* e frases de apoio ao MPLA fixadas ou pintadas em lugares públicos. Quase sempre palavras de ordem divulgadas pelo programa, o que demonstra a sua força como meio de conscientização e a sua audiência. O programa se reportaria até mesmo aos jovens militares portugueses, explicando os objetivos do MPLA e realçando as injustiças do regime colonial. Era comum também a reprodução de entrevistas dadas pelos dirigentes a outros órgãos de informação.

As emissões da “Voz da Angola Combatente” buscavam conjugar informação e ação, apostando no crescimento dos grupos clandestinos em Angola, a partir dos ensinamentos passados pelos programas. O objetivo era fazer com que os simpatizantes se organizassem e realizassem atividades de divulgação, sabotagens e contatos com os guerrilheiros. Os apelos por uma maior

participação eram constantes e defendiam que todos os angolanos deveriam e poderiam ajudar das mais diversas formas, não bastando ficar escutando o programa e torcendo pela independência.

Os programas orientavam como deveria ser feita a organização de células clandestinas, seguindo a arquitetura-padrão de três a cinco indivíduos, e indicavam os principais critérios a serem respeitados, num tom didático e de forma recorrente (pontualidade; não indicar nomes só porque se tratava de um amigo ou parente; evitar os que gostavam de aparecer; testar os iniciantes em pequenas tarefas; usar nomes falsos e sinais para indicar que tudo estava bem nos encontros; marcar encontros em lugares públicos; no caso de encontros com outras células, exigir senha e contra-senha; evitar apontamentos escritos; e estabelecer sempre uma alternativa de fuga).

A preocupação com o didatismo levaria o MPLA a fornecer dados aos ouvintes sobre a história de Angola, a partir de uma perspectiva angolana, realçando os seus feitos. É assim que, no programa de 12 de maio de 1967, se procura traçar em linhas gerais a resistência por parte de alguns Dembos aos portugueses, desde o século XIX até os anos da segunda década do século XX. Tinha-se em mente dar uma certa historicidade à luta, associando aquele período ao que se passava na 1ª Região (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, nt 9089, Pasta 1, fls. 662-6).

Quanto às informações mais práticas, principalmente as ligadas à atividade de sabotagem e mesmo a pequenas ações ofensivas, tinham que ser detalhadas ao máximo. A descrição minuciosa e a atenção com os materiais fáceis de serem obtidos aumentavam a possibilidade de sucesso, o que durante certo tempo assustou a Pide e os militares. Em relatório datado de 31 de dezembro de 1968, referente à transcrição da "Voz da Angola Combatente" do dia 23 desse mês, a Pide informa que o MPLA enfatizava a idéia de se iniciarem ações de sabotagem nas cidades e para isso ensinava a fabricação de granadas incendiárias do tipo coquetel molotov, bem como a montagem de uma bomba incendiária retardadora, baseada em clorato de potássio, açúcar e ácido sulfúrico. Há ainda exemplos de como transformar armas mais rudimentares, como a caçadeira, em armas eficientes a curta distância (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, np 9084, Pasta 2 - Subdelegação de Serpa Pinto, fls. 310-5). O programa também veiculava mensagens codificadas a fim de que militantes do interior fossem informados sobre determinados pedidos ou ficassem certos do sucesso de um determinado companheiro ou companheira na sua tentativa de se juntar ao MPLA.

Nesse mesmo ano de 1968, um outro programa, também transcrito pela Pide, chama a atenção por demonstrar a preocupação do MPLA com as ações de contra-informação e repressão. De acordo com o relatório da Pide que apresenta

a transcrição, o MPLA informava que o governo português havia colocado, no mesmo horário da “Voz da Angola Combatente”, um programa de música angolana para diminuir a audiência do MPLA. Nessa mesma emissão, alertava-se também para o perigo da clandestinidade no contexto urbano, onde a Pide infiltrava provocadores para conhecer as redes do movimento. Pedia atenção ao fato de que nem sempre os que possuem o discurso mais inflamado são os mais confiáveis. Por fim, afirmava que a Pide tinha mais facilidade em corromper e arregimentar os informantes na cidade, por nela os prazeres da vida tornarem o homem mais fraco e a tentação do dinheiro agir mais facilmente (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, np 9085, Subdelegação de Salazar, Pasta 1, fls. 714-8).

Com o tempo, o MPLA, buscando atingir o maior público possível, passa a transmitir o programa e os pronunciamentos nas diferentes línguas de Angola. Na emissão do dia 1º de dezembro de 1968, transcrita pela Pide (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, np 9084, Pasta 2, Subdelegação de Serpa Pinto, fls. 286-7), o movimento afirma que a difusão do programa em línguas nacionais estava em vias de corresponder aos princípios nacionais do movimento.

Admite, porém, que:

“se até aqui, por exemplo, a maioria dos nossos programas em línguas nacionais se limitava praticamente ao kimbundu, e por vezes irregularmente ao fiote, o facto deve-se apenas à falta de quadros competentes que dominassem os idiomas ou aos quadros

disponíveis estarem entregues a outras tarefas, no momento, mais importantes.”

Esse trecho acaba por explicitar as carências do movimento, o que pode ser questionado como estratégia política, já que não era necessário afirmar a inexistência de quadros competentes em outras línguas em número suficiente para a execução de um único programa semanal de cerca de uma hora de duração. A transcrição termina informando os novos dias e horários, com o programa passando a ser transmitido às quartas-feiras, em português e kimbundu, às sextas-feiras, em português e kikongo, e no domingo, em português e fiote. Como se pode observar, eram apenas três as línguas nacionais atendidas, ficando de fora a que tinha o maior número de falantes, o umbundu.

Não é possível, em virtude do material consultado, afirmar que a FNLA tivesse a mesma dificuldade. Todavia, no que respeita às transcrições do programa “Voz de Angola Livre”, desse movimento, encontramos programas apenas em kikongo, kimbundu e português. Nossa incerteza vem do fato de a Pide transcrever muito menos os programas de rádio da FNLA, um fato que merece ser destacado.

Essa discussão nos permite tecer alguns comentários sobre a visão da Pide acerca dos movimentos de libertação angolanos. No tocante à atividade geral dos movimentos, é arriscado afirmar que as forças de repressão tivessem mais

cuidado ou temor em relação a esta ou aquela organização, já que nossa pesquisa se concentrou nos problemas relativos ao MPLA – portanto, os pedidos de acesso à documentação retratavam tal enfoque. Ainda assim, podemos frisar o fato de que, na documentação consultada, ao surgirem termos de comparação entre os movimentos, o MPLA recebe maior destaque, pesando para tanto, de acordo com a própria Pide, a maior qualidade de seus quadros e suas alianças internacionais. Na verdade, chega a ser recorrente o reconhecimento da competência dos dirigentes do MPLA por parte das autoridades coloniais civis e militares. O interessante a ser realçado é que tal leitura do inimigo se baseia, em grande parte, no fato de muitos desses dirigentes terem estudado nas universidades portuguesas. Quer dizer, valorizar esse inimigo, em especial, era manter a crença na sua eficiência enquanto sistema colonial e ao mesmo tempo não desvalorizar suas instituições, muito pelo contrário.

No caso dos programas de rádio, por se tratarem em boa parte de arquivos comuns às duas transmissões, quer a do MPLA quer a da FNLA, fica mais evidente a maior preocupação da Pide e dos SCCIA, os principais responsáveis por esse acompanhamento, com o programa realizado pelo MPLA (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, np 7943, CI (2), Pasta 2).

Valeria ainda lembrar que a “Voz da Angola Combatente”, um dos principais instrumentos de mobilização e espécie de cordão umbilical para a

passagem de informações do MPLA ao interior, não tem recebido muita atenção nos trabalhos sobre a guerra colonial. É possível que isso ocorra em função de esses trabalhos se basearem, em grande parte, nos relatos de militares portugueses e guerrilheiros angolanos, que tendem a sublinhar os casos de confronto armado e as dificuldades encontradas no terreno. Todavia, para aqueles que estavam no interior, ao lado do MPLA, incluindo guerrilheiros e simpatizantes, a Rádio Brazzaville seria de fundamental importância. O programa ajudaria a manter um amplo leque de apoio ao MPLA, que seria decisivo para o movimento no momento da independência. De acordo com Iko Carreira, nem os posteriores programas do MPLA transmitidos a partir de Dar-es-Salaam, na Tanzânia, e Lusaka, na Zâmbia, teriam o mesmo impacto para a população angolana (CARREIRA, 1996, p. 107).

Por outro lado, não podemos deixar de realçar o fato de que todo esse destaque dado à “Voz da Angola Combatente” foi facilitado pela transcrição dos programas pela Pide e pelos agentes do SCCIA, o que demonstra como um material produzido pelas forças coloniais pode servir para fazer a história dos que lutavam pela independência. O fundamental é que seja essa a pretensão de quem analisa a documentação e que se tenha atenção às informações, ao contexto e às necessárias críticas e ponderações.

## A Perseguição aos Protestantes

O alcance das emissões se amplia cada vez mais, como se depreende pelos relatórios e pelos processos provenientes das diversas subdelegações e postos da Pide. Mesmo o Planalto Central, bem distante da fronteira norte de Angola, sofreria com essas investigações, o que nos fornece uma idéia do espaço atingido pelas transmissões da Rádio Brazzaville e, conseqüentemente, pela “Voz da Angola Combatente”. O caso de maior repercussão por influência do programa e encontrado nessa região centro-sul refere-se à comunidade protestante. A Pide inicia uma investigação em junho de 1967 para descobrir quem era o responsável pela divulgação de “propaganda subversiva” sobre a Rádio Club do Huambo, a administração civil de Nova-Lisboa (Huambo) e o Governo Distrital do Huambo, deixada no quintal de uma residência, no Liceu Nacional de Nova Lisboa e nos correios. Os bilhetes traziam frases em tom de ameaça e faziam referência ao programa de rádio do MPLA:

“A pouca vergonha dos colonialistas portugueses continua. Mas não se esqueçam ladrões que a refrega não cessará sem vermos Angola independente, caso for necessário usaremos a violência. Estão prevenidos”; “Não se esqueçam de escutar os nossos noticiários do MPLA, às 19 horas nas quartas, sextas e domingos, sim? Este é um convite”; “Angola não é Portugal. O MPLA, GRAE e os nossos irmãos africanos estão prontos para lutar, para o derrubamento do colonialismo e tornar Angola independente”; “Convite. Nós os revolucionários temos a honra de convidar aos senhores salazaristas à farra do dia 10 do corrente. Não se esqueçam...” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.E/1 - D. Inf./1, fls. 192-200).

O conteúdo dos bilhetes mostra uma grande confusão, ao associar o GRAE, que era uma organização dirigida pela FNLA, ao MPLA. Por outro lado, ameaça com violência, quando tais organizações já enfrentavam as tropas portuguesas há aproximadamente seis anos, o que pode ser entendido como, além de um sinal da falta de ligação entre o interior e o exterior, uma demonstração da inexistência de ações ofensivas por parte dos independentistas na região. Ao mesmo tempo, consiste num alerta quanto à permanência da vontade de lutar pela independência. Novos bilhetes foram encontrados, mas o susto da Pide de Nova Lisboa não seria acompanhado pelos agentes de Luanda, que relatam para Lisboa outros casos semelhantes acontecidos em outras cidades. Arriscavam ainda afirmar que “dada a forma limitada desta distribuição”, não parecia que os bilhetes proviessem do “núcleo local do MPLA, devidamente organizado” – esse seria mais um dos exemplos do certo “respeito” com que a Pide tratava o MPLA, principalmente quando comparado à atividade desenvolvida pelos demais movimentos (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.E/1 - D. Inf./1, fl. 191).

Com o prosseguimento das investigações sobre os responsáveis pela “propaganda subversiva”, começam a ser identificados os suspeitos. Entre as principais acusações, estava a escuta do programa “Voz da Angola Combatente”, o que seria confirmado pela maioria dos investigados. Entretanto, no decorrer dos

interrogatórios, a Pide redireciona sua linha de atuação. Deixa para segundo plano o fato de os envolvidos escutarem os programas do MPLA e passa a dar mais importância ao fato de eles serem em grande parte, se não na sua totalidade, protestantes.

O processo se transformaria numa longa acusação aos protestantes como tendo facilitado a fuga para o exterior de vários angolanos que iriam reforçar os movimentos de libertação. Toda essa documentação é muito interessante de ser acompanhada, pois demonstra com clareza o temor que as forças coloniais tinham desse meio que lhe era estranho e, ao mesmo tempo, indicam, nesse caso, que o caminho privilegiado inicialmente por esses indivíduos era em direção à FNLA e depois à Unita.

A Pide se esforça em demonstrar, no decorrer do processo, que as missões protestantes questionavam o poder instituído e auxiliavam os angolanos a fugirem da colônia. É fácil reconhecer que tais missões significavam novos horizontes para os angolanos e não apenas no que diz respeito à fé. Criavam possibilidades na área do ensino, da saúde e até mesmo profissional. Conseqüentemente, produziam alternativas ao fechamento colonial e ativavam, ainda que de forma bem menos imediata do que acusava a Pide, a conscientização de seus quadros tanto para o que se passava no continente, quanto para a situação angolana.

A Pide iria se valer desse caso para tentar a expulsão dos pastores protestantes estrangeiros do território angolano, tentativa que não teria êxito, em face da pressão internacional impulsionada pelas igrejas protestantes. Diante desse entrave, a polícia política coloca em prática formas indiretas para obter o mesmo resultado. É assim que começam a ser dificultadas as renovações de visto de entrada, o que obrigaria alguns pastores e suas famílias, cientes desse artifício, a não saírem de férias e a ultrapassarem o período previsto de estadia.

É verdade que não foram apenas os protestantes com missões pelo interior de Angola (Batistas, Congregacionais e Metodistas) que sofreram tais perseguições. Isso é o que se pode deduzir acerca de uma investigação levada adiante pela Pide sobre um grupo de cinco indivíduos detidos para interrogatório na área do Alto Catumbela, distrito de Benguela, pelo simples fato de serem Testemunhas de Jeová. O caso, ocorrido em junho de 1963, seria seguido pelos agentes do SCCIA. De acordo com os autos e os relatórios produzidos, percebe-se que o grande temor provocado por esse grupo religioso consistia no seu não-reconhecimento de outra autoridade que não fosse Jeová, o que levava à possibilidade do desrespeito às autoridades coloniais e seus mecanismos de coerção e reforço, como o serviço militar e outros. Um outro ponto de questionamento quanto a tal “seita” – forma como seria identificada pelas autoridades coloniais civis e militares – era sua crença na ressurreição do homem

em corpo e alma, o que poderia incutir no angolano a indiferença quanto à morte, fortalecendo um espírito de rebelião.

Nesse caso, as autoridades contaram com o apoio dos serviços de correio, mobilizados para identificar e reter informações, já que o grupo recebia o material religioso por correspondência. Um missionário católico foi chamado a participar dos interrogatórios e dessa forma determinar o seu grau de adesão. O governador do distrito sugeria, por fim, a detenção dos implicados como forma de impedir a difusão de tal pregação (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, P. 234 – CI (2), nt 6977, SCCIA, fls. 112-6).<sup>22</sup>

O acompanhamento pela polícia política dos diferentes grupos religiosos, em especial os protestantes, seria uma constante no período de luta anticolonial. Conseqüentemente, a Pide, sempre que possível, frisaria em seus relatórios às autoridades governamentais o apoio dos protestantes aos insurretos, a participação direta de indivíduos que freqüentavam essas missões em ações “subversivas” e a irradiação de idéias de emancipação pelos “pastores estrangeiros”. Daí a permanente preocupação em tentar extinguir as missões protestantes, o que se mostrava difícil, mas não tanto quanto enfraquecê-las.

---

<sup>22</sup> O mesmo diretório dos agentes do SCCIA abrigaria uma outra informação passada pelo órgão à Pide, em 28 de fevereiro de 1963, dando conta da decisão do governador da província de que todos os tocoístas deveriam ser cadastrados, para que fosse possível controlar suas ações. Os que fossem considerados mais perigosos deveriam ser exilados e os líderes mais conciliadores receberiam bolsas de estudo para seus filhos (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, P. 234 – CI (2), nt 6977, fls. 106-8). Essa orientação para

## “Jornal do Congo”

Longe de pretender qualquer comparação com os programas de rádio produzidos pelos movimentos de libertação, será interessante observarmos alguns aspectos referentes aos meios de comunicação escritos coloniais. Para isso, selecionamos o *Jornal do Congo*, dada a sua proximidade com os eventos militares de maior impacto, já que a sua redação estava situada na cidade de Carmona (atual Uíge), à época distrito do Uíge, no norte de Angola. A coleção consultada encontra-se disponível na Biblioteca Municipal de Luanda.<sup>23</sup>

O periódico começaria a ser editado, semanalmente, em julho de 1958. Seus números iniciais apresentam pedidos de melhoria para o distrito, exaltam a grande produção de café e descrevem as lutas pela independência na África como resultado de ação imposta a partir do exterior. Não se mencionam as prisões dos nacionalistas angolanos em 1959, nem qualquer outra notícia a respeito das ações clandestinas dos grupos independentistas angolanos. O único sinal de que a situação de confronto estava para eclodir são os constantes alertas quanto à necessária coesão e unidade nacionais. Os acontecimentos em 1961 provocaram alterações profundas no conteúdo do jornal, a começar pela não-publicação das

---

a concessão de bolsas de estudo, como mostramos antes, funcionava como mais um elemento na estratégia de conquista de apoio para a política colonial portuguesa

edições de 23 de março e 6 de abril. Nas edições seguintes, o tema não poderia ser outro, a não ser os ataques, as mortes e a destruição. Os culpados, segundo o jornal, eram sempre os "terroristas", que não recebiam outro nome a não ser esse.

Com o passar das semanas, o jornal acusa as autoridades de se preocuparem em demasia com Luanda, abandonando as demais regiões. Apresenta como um dos principais erros da colonização o pequeno número de colonos brancos instalados no norte da colônia. Excepcionalmente, no dia 20 de julho de 1961, discute-se a acusação de que alguns responsáveis coloniais já sabiam previamente do levante de março, mas nada fizeram. Em 1962, boa parte do jornal é dedicada à demonstração de que Portugal está retomando o controle da situação e de que são necessárias mudanças para que o terrorismo não volte a aflorar. Em meio a isso, os movimentos angolanos são citados de forma indiscriminada. É interessante assinalar ainda as diversas matérias sobre o problema racial nos Estados Unidos, sempre na tentativa de minimizar a crueldade dos comportamentos racistas dos colonos. O Brasil também recebe algum destaque pelo fato de algumas delegações de políticos brasileiros, duas só no ano de 1963, terem visitado o distrito de Uige. Ao que parece, foram as únicas delegações estrangeiras nesse ano.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Estante 38, prateleira, 3, registros 13.856 - ano de 1958, 14.976 - ano de 1959, 15.705 - ano de 1960 e 1961, 17.252 - ano de 1962, 17.253 - ano de 1963, 18.070 - ano de 1964. A partir do ano de 1965, o jornal não possui mais número de registro na biblioteca, apesar de essa coleção estar completa até 1974.

<sup>24</sup> A maior delegação seria composta por treze deputados do estado de São Paulo, que chegaram em Carmona no dia 20 de novembro de 1963. As autoridades coloniais aproveitaram a ocasião para enfatizar a "obra de promoção social das populações rurais". Do lado brasileiro, os discursos oficiais ficaram por

A partir de 1964, as referências à guerra começam a escassear, coincidindo com o início das sérias dificuldades que a FNLA enfrentaria para a manutenção de seus ataques, cada vez mais esporádicos, em território angolano, com os graves problemas que atingiam a 1ª Região do MPLA e com a importância que Cabinda passou a ter para essa organização no contexto da luta de libertação. As exceções ocorrem, principalmente, nas edições próximas a 15 de março, numa clara referência ao levante da UPA ocorrido em 1961. As únicas presenças constantes no jornal que informam que se está diante de uma situação de guerra é o “Boletim Informativo das Forças Armadas” e a coluna “Militares Falecidos”. Os números publicados a partir de 1965 e 1966 dão conta de uma recuperação das forças coloniais na região norte não só do ponto de vista militar, mas também da autoconfiança e dos investimentos.

A rotina da seção militar do jornal é divulgar os insucessos dos chamados “terroristas”, com o passar do tempo também chamados de “bandoleiros”, sem qualquer preocupação em explicitar a que movimento pertenciam. Na verdade, pouco se fala sobre o MPLA ou a FNLA. Quando surge algum artigo citando os movimentos, é para mencionar “ataques” às populações nativas e aos locais de atividade comercial e produtiva, ou ainda para descrever os seus “justiçamentos”

---

conta do deputado Araripe Serpa e da deputada Conceição da Costa Neves. O jornal não faz a transcrição dessas intervenções, mas realça que ambas foram simpáticas e reafirmaram a solidariedade do povo brasileiro (*Jornal do Congo*, 21 de novembro de 1963).

e “mentiras”. Frisa-se sempre o número de nativos mortos e de baixas reduzidas do lado colonial. Fala-se também da apresentação de nativos às autoridades coloniais. Mas, de uma forma geral, à exceção desses artigos pontuais, por vezes com um espaço de meses, tudo se faz crer normal: coluna social, esportes, turismo, compras e propaganda da União Nacional.

Em 1967, até mesmo as matérias sobre o aniversário do levante de 15 de março foram reduzidas a um editorial alertando para a necessidade de não se esquecer o que acontecera. Vez ou outra, aparece um anúncio clamando “todos” à participação nos treinamentos da Defesa Civil, organização que seria apontada pelos editoriais como uma boa alternativa para proteger as propriedades dos colonos no norte da província. A novidade por essa época ficaria a cargo da coluna “Panorama”, que, ao contrário do boletim militar, formula e analisa as vinculações e disputas entre os movimentos de libertação angolanos. Mas durou pouco tempo, logo ela passaria a tratar de outros temas bem mais amenos, como o designado “estudo da cultura tradicional”.

O boletim das Forças Armadas deixa de ser publicado a partir de março de 1969 e o único sinal com presença constante a lembrar que a guerra continuava passa a ser a coluna “Militares Falecidos”, fato que permaneceria até o 25 de Abril de 1974, quando, então, a periodicidade do jornal é alterada sem aviso

prévio. Semanas depois, ele vai escasseando até que desaparece dos registros da biblioteca.

A censura, presente desde o seu início em todos os números de forma explícita, carimbada, para ser mais preciso, dava sinais de estar mais preocupada em calar os opositores à linha de atuação militar existente do que em evitar que se comentasse a atuação dos movimentos de libertação. Os censores ainda teriam que defrontar a recorrência dos fatos e a sua proximidade, caso as guerrilhas conhecessem algum avanço. Mas, como um dos veículos de comunicação do regime, o jornal certamente não deixaria de ser usado para manter uma cortina de silêncio se assim se fizesse necessário.

## Ações Urbanas

E no que se refere à agitação política nas cidades? Como ficara Luanda após os acontecimentos de fevereiro de 1961? Qual a reação aos programas de rádio do MPLA? As respostas a essas perguntas, talvez até de forma surpreendente, em poucos casos poderão ser consideradas positivas, se tomarmos em conta a perspectiva dos que lutavam pela independência.

A seguir ao episódio do 4 de Fevereiro teria lugar uma série de ações persecutórias implementadas preferencialmente pela Pide, mas que também contariam com os SCCIA, as Forças Armadas e a PSP, além da própria população civil. Chacinas e raptos nos principais musseques de Luanda se alastrariam para bairros pobres que rodeavam outras cidades de Angola, como Benguela e Nova Lisboa (atual Huambo). O clima de intriga, perseguição e morte, associado à debilidade do movimento de contestação, explica a suspensão das atividades clandestinas. De acordo com a documentação policial e com as entrevistas realizadas, novas atividades de propaganda independentista em área urbana só retomariam maior impulso a partir de 1963. Nesse intervalo, um dos principais caminhos para os partidários da libertação era a fuga para se juntar aos movimentos de libertação. Sobre isso, o relato de Roberto de Almeida, atual presidente da Assembleia Legislativa de Angola e que naquela época tentara o mesmo itinerário, nos parece bem esclarecedor:

“Em 1961, dá-se o 4 de Fevereiro e há uma grande repressão aqui em Angola. (...) Os estudantes, os intelectuais, aquelas pessoas que eram mais esclarecidas, passaram a ser naturalmente mais vigiadas, mais apertadas, perseguidas. (...) Não havia uma abertura de maneira a confiar-se muito nas pessoas (...) e havia a polícia política aqui, que arregimentava aquilo que nós chamávamos os ‘bufos’, que eram os informadores (...) E é assim que se começa a organizar as fugas, quer dizer, grupos de jovens estudantes, sobretudo, que saíam daqui, quer para se unir à luta, quer para prosseguir os estudos. (...) A maior parte dos jovens fugia para o Congo [Léopoldville]. (...) Não nos eram dados passaportes. As autoridades portuguesas sabiam que a maior parte dos jovens saía daqui com a intenção de se unir à luta (...) Então, em 61, depois de eu terminar o liceu, (...) e uma vez que não havia aqui universidade, eu com mais dois colegas, com apoio de uma missão religiosa, tentamos sair de Angola para nos juntarmos ao movimento de libertação e, se possível, prosseguir os estudos. Nessa altura, (...) os aviões da companhia portuguesa TAP que faziam o trajeto Luanda-Lisboa, transitavam pela Nigéria. (...) Fizemos uma tentativa de apanharmos essa avião e sairmos na Nigéria (...). Mas isso não se concretizou (...). Nós tentamos por todos os meios sair (...), mas a polícia não (...) nos deixou sair do aeroporto. E assim tivemos que continuar para Lisboa. Claro que eles comunicaram à tripulação do avião (...). A partir daí, nós chegamos a Lisboa e fomos logo presos pela Pide. (...) Isto foi em 11 de junho de 61, estivemos de junho a setembro, (...) quando fomos recambiados para Luanda, sempre sob prisão. (...) Fomos interrogados, acusados de atentado contra a segurança do Estado, (...) ficamos presos até 63. Eu fui libertado em 28 de fevereiro de 63. (...) Com a residência fixa em Luanda, (...) tínhamos uns documentos que nos obrigavam, de 15 em 15 dias, a [nos] apresentar à Pide, (...) de maneira que estávamos absolutamente cercados. Era extremamente difícil sair nessas circunstâncias. Mas há muita gente que saiu mesmo depois disso”. (Entrevista com Roberto de Almeida, Luanda, 16 de fevereiro de 1995).

Nesse ano de 1963, Adriano dos Santos, que já mencionamos quando nos referimos às ligações entre a guerrilha dos Dembos e alguns núcleos

clandestinos, sai de N'dalalando e volta para Luanda como aspirante do quadro administrativo. Na capital angolana, ele tentará reatar contato com alguns circuitos independentistas, mas as ligações no interior se mostravam cada vez mais difíceis, segundo revelou em entrevista (Luanda, 13 de setembro de 1997), ilustrando as principais dificuldades na preparação e no desenvolvimento das redes clandestinas.

Por essa época, no entanto, tem-se notícia de um grupo coordenado por Lopo do Nascimento, aparecido em 1962, e depois de um outro que contaria com Aristides Van-Dúnem, já em 1963. Em 1964, de acordo com a pesquisa de Carlos Pacheco, surge o Comitê Regional do MPLA, conhecido por *Kimangua* (Pacheco, 1997, p. 52-3). O interessante aqui é enfatizar que em todos esses grupos se encontravam indivíduos que tinham tido no passado recente uma militância próxima à de Adriano dos Santos, mas, mesmo assim, os circuitos não se tocavam. Para qualquer dos lados, a resposta prendia-se sempre à repressão imposta pela Pide, que, de acordo com esses militantes, fazia com que os círculos de ativistas fossem muito pequenos e as atividades também pouco avançassem para além de reuniões e discussões internas.

Adriano dos Santos tentaria um percurso próximo ao que estivera envolvido antes de sua saída de Luanda. Seu relato sobre tal tentativa nos faz retornar à luta clandestina dos anos 50, no seu caso ligada ao clube Botafogo. Vivia naquela

época no bairro indígena de Luanda, que reunia uma razoável quantidade de indivíduos oriundos de localidades mais do interior, como Catete, Golungo Alto e Malange. O clube era um local de encontro que permitia fazer algum trabalho clandestino de conscientização. O nome era devido ao clube brasileiro e se dedicava, na sua área desportiva, quase integralmente ao futebol. Era um clube de musseque que chegou a disputar jogos com os clubes da baixa, os clubes dos colonos. O presidente honorário era Joaquim Leite. Na direção estavam Manuel dos Santos, Antônio Contreiras da Costa, Aristides Van-Dûnem, Lopo do Nascimento, Armando Correia de Azevedo, Vítor Hugo e o próprio Adriano dos Santos, entre outros. Comportava, como se pode observar, nomes ligados ao nacionalismo angolano aqui já citados ou ainda por citar.

O clube tinha um serviço de assistência gratuita para consultas, dadas pela doutora Julieta Granda, que seria presa no famoso Processo dos 50, ocorrido em 1959. Tinha também um serviço de alfabetização e um departamento cultural que publicava um jornal chamado Balumuquene (segundo Adriano dos Santos, esse título em kimbundu poderia ser traduzido como "Levantem-se").<sup>25</sup>

Em 1961, o Botafogo seria fechado pela Pide no decorrer da repressão verificada nesse ano. Adriano dos Santos lembra ainda que muitos dos associados do Botafogo chegaram a ter contato com os líderes do Partido

Comunista Angolano (PCA), feito por Manuel dos Santos, Antonio Contreiras e Noé da Silva Saúde, dirigentes do clube que militavam próximo ao PCA e que também seriam presos no Processo dos 50 (Entrevista com Adriano dos Santos, Luanda, 13 de setembro de 1997).

Esse retrato contrasta e muito com o que Adriano dos Santos encontrará a partir de 1963. Sua partida, em 1959, para N'dalatando, para trabalhar como auxiliar de topografia, no que seria seguido por Lopo do Nascimento, que iria trabalhar nas obras públicas, evitaria que fosse preso como o fora boa parte do grupo político a que estava ligado. Lopo do Nascimento retornaria para Luanda antes de 1963, após passar num concurso para os serviços de educação. Mas, logo depois, seria preso juntamente com Hermínio Escórcio, Mário Torres e Aires de Almeida Santos entre outros.

Adriano dos Santos admite que pouco conseguiria fazer. Segundo ele, não havia espaço para movimentar-se, a Pide parecia ter ouvidos em todos os lugares – e, de acordo com os documentos que consultamos, realmente tinha –, principalmente quando se tratava de indivíduos suspeitos e com relações de amizade com os ativistas já detidos. Em 1965 seria transferido para a Huíla, onde de novo tentaria formar redes clandestinas preocupadas com a conscientização dos jovens e a discussão dos problemas para a organização de grupos de apoio ao

---

<sup>25</sup> Adriano dos Santos informa que, anos depois, ficou sabendo que esse jornal apareceu citado numa

MPLA. Regressaria a Luanda em 1970, para trabalhar no serviço de geologia e minas, o que lhe permitiu percorrer quase todo o território angolano e assim voltar a fazer ligações de Luanda com o interior. Mas esse canal ficaria restrito ao trabalho de divulgar notícias e transportar algumas roupas e medicamentos para a 1ª Região do MPLA. Sobre isso, faz questão de enfatizar que o meio mais eficaz de comunicação entre a direção e os militantes do interior, mais do que qualquer rede de que tenha tido conhecimento, foi o programa “Voz da Angola Combatente” (Entrevista com Adriano dos Santos, Luanda, 13 de setembro de 1997).

Como exemplo daqueles ativistas que nos anos de 1962 e 1963 participaram mais diretamente das células clandestinas de apoio ao MPLA, em Luanda, podemos destacar o caso do atual embaixador de Angola no Egito, Hermínio Joaquim Escórcio, com quem me encontrei na Torre do Tombo pesquisando nos arquivos da Pide sobre os anos 60. Em conversas travadas nessa oportunidade, ao longo da última semana de outubro de 1999, Hermínio Escórcio informou que, na tentativa de se desmentir a idéia, divulgada internacionalmente por Portugal, de que os aderentes do MPLA eram estrangeiros e que não haveria contrapartida interna, um grupo de militantes decide criar o Movimento Interno Popular de Libertação de Angola (Mipla). A intenção era chamar a atenção da ONU para o fato de que no interior também havia agitação popular promovida

pele MPLA. Segundo Hermínio Escórcio, depois do 4 de Fevereiro, as ações para a criação do Mipla constituíram a principal agitação ocorrida no meio urbano. Isso se passou em 1963 e quase todos do grupo foram presos no mesmo ano, quando as células se encontravam em fase de expansão. Esse cenário e a justificativa quanto à criação do Mipla seriam confirmados por Roberto de Almeida:

“Portanto, sou preso novamente, a segunda vez, aqui [em Luanda], já com a acusação de termos uma organização interna, que era o Mipla, Movimento Interno Popular de Libertação de Angola. Fomos acusados de ter organizado essa organização e, enfim, ela existia realmente. Nossa intenção era exatamente mostrar que era falso o argumento das autoridades portuguesas, que queriam sempre dizer que o movimento de libertação existia lá fora, só nos Congos, e que aqui dentro tudo era paz, aqui não havia nada.” (Entrevista com Roberto de Almeida, Luanda, 16 de fevereiro de 1995).

Por ocasião desse encontro, Hermínio Escórcio escreveu de próprio punho uma lista com os nomes de todos os militantes do Mipla – Hermínio Joaquim Escórcio, Aristóфанes Vinhas do Couto Cabral, José Carlos Vieira Lopes, Lopo Ferreira do Nascimento, Roberto Victor Francisco de Almeida, Mário Simões Torres, João Henriques Garcia, Joaquim Henriques Monteiro, Rui Frederico Gonçalves, Aires de Almeida Santos, Pires Júnior, Teresa Gama, Afonso Neto, Jorge Van-Dünem, Luís Ferreira Rita, Domingos dos Santos Silva e Armando dos Santos –, que ficariam detidos por cinco anos, na prisão de São Paulo e na Casa de Detenção, em Luanda, sendo libertados em 1968. Sobre esses episódios,

uma vez mais, o relato de Roberto de Almeida descreve com detalhes o que se passou:

“Nós tivemos essa prisão. Foi-nos organizado um processo, fomos interrogados, fomos levados ao (...) tribunal militar territorial, (...) fomos julgados dois anos depois, em 65. Nosso julgamento começou, e eu não esqueço essa data, no dia 30 de junho de 65. Foi a data em que houve um golpe de Estado na Argélia, em que foi derrubado o presidente Ben-Bella, [que] foi substituído por Boumediène [o golpe militar na Argélia ocorrera de fato em 19 de junho], (...) e o juiz no dia do julgamento fez alusão a isso, dizendo que nós tínhamos sorte porque estávamos a ser julgados num tribunal português (...), porque se fosse, por exemplo, na Argélia, onde houve golpe de Estado: ‘vocês seriam pura e simplesmente fuzilados, não seriam julgados nem nada’. Bom, fomos julgados em 65, deram-nos as penas, a pena mais alta era de 14 anos de prisão, eu tive 18 meses de prisão (...). Contava só a partir da data do julgamento. Aí que era a prisão efetiva. Já estávamos presos já há bastante tempo, mas pra eles só contava a partir do julgamento (...). E eles, em todas as penas, aplicavam as medidas de segurança. O que eram as medidas de segurança? Era um artifício da lei portuguesa, fazia com que qualquer preso político, depois de cumprida a sua pena, ficasse submetido a medidas de segurança de seis meses até três anos, [e] de seis em seis meses era prorrogada a prisão, sob a alegação de que [o preso] ainda não estava recuperado (...). Então, prorrogavam essa pena até entenderem que já podia ser libertado. (...) Fiquei cinco anos preso, e comigo quase todos os companheiros. Foram dois ou três absolvidos, mas a maior parte, alguns que tiveram até 15 meses, teve medidas de segurança.” (Entrevista com Roberto de Almeida, Luanda, 16 de fevereiro de 1995).

Hermínio Escórcio nos informaria ainda que o grupo do Mipla pretendia colocar notas frias no mercado para assim obter fundos. Do ponto de vista militar, pretendia-se investir em treinamento, em zonas do interior próximo a Luanda, e lançar granadas de mão quando da passagem do presidente do

concelho pela cidade. Quanto a esse último item, a direção do MPLA teria negado autorização, temendo a contra-ofensiva por parte da Pide e do Exército português, o que iria afetar a toda a população.

Os que não foram presos continuaram fazendo trabalho clandestino, mas usando apenas a sigla MPLA. O grupo, no seu todo, ainda de acordo com as informações passadas por Hermínio Escórcio, era bem diversificado do ponto de vista racial e profissional. Eram todos muito jovens, abaixo dos 25 anos. Uma das principais tarefas era buscar a comunicação com a direção, enviar documentos contando os problemas de Angola e a situação interna. O retorno de tal esforço seria confirmado posteriormente através do programa "Voz da Angola Combatente". As dificuldades em trazer para Angola qualquer material enviado pela direção no exterior eram enormes. Escórcio não se recorda de nada muito especial, a não ser algumas flâmulas e cartões de militantes.

Descrever esses episódios ligados à luta clandestina é sempre uma tarefa difícil. Precisamos contar com a cooperação e a paciência dos participantes em relatar suas experiências e com um certo exercício de montagem dos enredos, pois quase sempre as versões se chocam, tanto no tocante a dados como datas, nomes, locais e números, quanto a perspectivas e análises dos episódios referidos. Para agravar, à raridade dos documentos preparados nas atividades clandestinas, devemos somar a necessária segurança que os cercava. Sobre esse

tema, em conversa informal ocorrida em Luanda, em 15 de outubro de 1997, Lopo do Nascimento, um dos nomes já destacados como pertencendo à militância independentista dos anos 60, confidenciou que sua mãe teria destruído todos os documentos que ele guardava, temendo a repressão da Pide. Por conta dessas carências, os arquivos policiais, em especial os da polícia política (incluindo tanto os documentos da militância clandestina que foram apreendidos quanto os da própria Pide), ganham outra dimensão, desde que observadas as necessárias contextualizações.

A documentação policial permite ainda que se tome conhecimento de situações que não aparecem nos relatos ou nos textos mais conhecidos sobre a história da independência de Angola. Ou porque se referem a zonas mais distantes de Luanda, ou ainda por terem sido implementadas por um curto espaço de tempo e envolvendo um número pequeno de indivíduos. Esse parece ser o caso de um grupo organizado em apoio ao MPLA e que envolvia indivíduos que circulavam entre Lobito, Benguela e Nova Lisboa (atual Huambo). Seus ativistas seriam conhecidos como "Amigos do Sr. Romeu". O grupo funcionava através de cotas que eram enviadas em auxílio ao movimento. O contato no exterior era Sócrates Daskalos, da FUA, cuja organização, como vimos, nunca deixou de apoiar abertamente o MPLA. A rede seria descoberta em dezembro de 1962, após a violação da correspondência emitida pelo próprio Sócrates para Eduardo Cardoso Albernaz. O portador entre Lobito, antigo local de residência do

destinatário, e Nova Lisboa, onde residia Cardoso Albernaz, era um informante da Píde, um *bufo*, e como tal rapidamente fez chegar ao comando policial tal informação. A orientação que esse portador recebeu foi para que entregasse a correspondência normalmente, mas que se mantivesse atento ao que se passava em torno do grupo de amigos de Cardoso Albernaz. Na entrega da carta, Cardoso Albernaz contaria ao portador, seu conhecido de muito tempo, que fazia parte do grupo chamado “Amigos do Senhor Romeu” e que esse grupo era uma “filial do Movimento de Libertação dos Povos de Angola, MLPA” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.B – D. Inf. 1a., nt 1828, fls. 687-91).

Creditemos o nome errado do MPLA ao informante ou ao fato de se estar no início da luta e com inúmeras dificuldades em se estabelecer contato. O importante é que a vinculação é confirmada pela referência ao nome de Mário de Andrade. Cardoso Albernaz, no entanto, passaria outros dados a seu interlocutor, já que este se mostrou interessado em fazer parte do grupo e logo se prontificou para arcar com o pagamento das cotas. É assim que fica sabendo da participação de Eurico Ribeiro da Silva, proprietário da Stand Auto em Nova Lisboa, Victor de Barros, advogado, e Ernesto Lara, pai do Ernesto Lara Filho, de quem já falamos anteriormente e que também apoiava o MPLA. Assim, toda a rede começa a ser desvendada. Ela incluía até mesmo militares negros sediados em Nova Lisboa. Segundo o próprio Cardoso Albernaz, logo estariam estruturados os grupos de Benguela e Lobito. Evidentemente, em seguida, os principais nomes

foram chamados para depor e algumas prisões realizadas. O grupo seria, pelo menos temporariamente, desmontado (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.B – D. Inf. Ia., nt 1828, fls. 687-91).

Esse episódio, além da idéia inicial de valorizar o uso que podemos fazer da documentação policial, teve também a pretensão de demonstrar uma atividade clandestina estruturada fora de Luanda, ainda que numa área urbana, e ao mesmo tempo deixar claro que as artimanhas, *os olhos e os ouvidos* da Pide, funcionavam de forma muito parecida em outras zonas do território. Era realmente muito difícil articular a criação de um grupo ou célula clandestina e buscar sua expansão sem esbarrar na rede de informantes recrutada pela Pide.

Na agitação clandestina em Luanda, em 1963, é possível verificar, através dos relatórios da Pide, o novo ímpeto que ganhou a tarefa de distribuição de panfletos por parte dos que apoiavam o MPLA. Os locais onde os panfletos aparecem são muito variados, mas vale citar, como exemplo, alguns deles: na porta da firma comercial de artigos elétricos Galvão e Moura, num avião da DTA que tinha transportado jornalistas americanos até Nova Lisboa (atual Huambo), na caixa de correio de um segundo sargento do Exército e nos carros estacionados entre a Pastelaria Imperial e o Largo Diogo Cão. Esses casos fariam com que o comando militar sediado na cidade elaborasse um ofício à Pide alertando sobre o perigo dessa atividade, já que ela poderia ser aperfeiçoada,

servindo futuramente para a colocação de material de sabotagem (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.B – D. Inf. 1a., nt 1828, fls. 562-76).

Nesses relatórios a respeito da distribuição de panfletos, há uma vez mais referências ao Mipla. Na documentação apreendida pela Pide em Luanda foi possível encontrar um panfleto do MPLA chamado “Directivas para funcionamento de células”, assinado pelo Comitê Central, mas sem data. Nesse panfleto afirma-se que “O MPLA, para uma mais eficiente coordenação de movimentos e acção da luta pela libertação de Angola”, resolvera “estender o seu campo de acção no interior do País, organizando para isso o Movimento Interno Popular de Libertação de Angola – Mipla”. Orienta-se, então, as formas de contato e recrutamento de apoio na zona do Caminho de Ferro de Benguela (CFB), onde se deveria buscar o auxílio dos “condutores negros, criados e demais empregados” na tarefa de distribuição de informações. Para as demais regiões, dever-se-ia apostar nos “camionistas negros” como facilitadores para a troca de informações. Em outro documento, assinado pelo “Comitê Central do Mipla” e dirigido à Zona do Lobito, mais precisamente à área do Caminho de Ferro de Benguela (CFB), exorta-se os trabalhadores a divulgar e arregimentar quadros para a luta, utilizando-se das facilidades de trânsito que eles tinham, e tudo isso em nome do MPLA e do Mipla. Ao que parece, portanto, essa ação mobilizadora, reiniciada em 1963, resultaria, em certa medida, no contato, ainda que difícil e irregular, do interior, representado pelo Mipla, com a direção do

MPLA no exterior (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.B – D. Inf. 1a., nt 1828, fls. 512-7).

Um outro documento, datado de abril de 1963 e redigido pelo Comité Diretor do MPLA, questiona a idéia de se pôr em andamento uma rebelião armada a partir do interior, principalmente tendo-se em conta o poderio do Exército português. Parece, portanto, que essa era a pretensão do Mipla, o que estaria plenamente de acordo com a afirmação de Hermínio Escórcio. O Comité Diretor indaga dos apoios existentes – se eles se estendiam às camadas populares ou se se resumiam a certos meios africanos influentes –, da capacidade bélica do grupo, dos principais nomes envolvidos e da possibilidade de os militantes se deslocarem pelo interior e para o exterior. Chama a atenção ainda para alguns pontos a serem seguidos: a necessidade de se desenvolver a atividade política principal nos meios rurais, buscando a preparação de guerrilheiros e sua colaboração com os da 1ª Região; a possibilidade de se executar um estudo sobre a planificação dos quartéis, com o cálculo dos efetivos militares; o exercício de práticas de sabotagem, como cortar a água e provocar avarias elétricas e telefônicas; e, por último, alerta-se para o “caráter africano” da luta, o que implicaria não aceitar “na fase actual uma colaboração estreita com europeus” (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.B – D. Inf. 1a., nt 1828, fl. 512).

A resposta do Núcleo Central do Mípla foi que ainda não conseguira obter as informações sobre o Exército português, mas que poderia adiantar outros pontos do questionário. Os militantes concordam em não avançar com a rebelião, mas afirmam que o movimento está “acente em todas as camadas sociais de africanos (...) sem uma supervisão efectiva do núcleo central” e ainda “numa fase de coordenação de grupos”. De acordo com o documento, os ativistas eram, na sua maioria, “nativos do Icolo e Bengo e de Malange e das camadas populares dos musseques”, embora se encontrassem também alguns “evoluídos”. A rede possuía pontos de contato em Lobito, Sá da Bandeira (atual Lubango), Lucunga e Camabatela, ou seja, ao norte e ao sul do território angolano. Menciona-se ainda a dificuldade de mobilidade dos militantes, posto que se contava só com funcionários ou empregados, além da falta de armas, e alerta-se para a necessidade de se fazer chegar armamento e dinheiro no interior. Sobre esse último item, argumenta-se quanto à possibilidade de se falsificar a moeda na Europa, bem de acordo com o que relatara Herminio Escórcio. Quanto à idéia do Comitê Diretor de se realizarem ações de sabotagem, o Mípla lembra que o próprio MPLA não concordava com a idéia da insurreição armada, pois que, tal como esta, também as ações de sabotagem seriam respondidas pelas autoridades com o arrasamento dos musseques. Mas o mais importante talvez seja a seguinte afirmação:

“Lembramos que uma revolução para que seja vitoriosa tem que partir de dentro para fora, pelo que pensamos que embora com

directivas partidas do MPLA a acção deverá partir do Mipla (demos o nome de MOVIMENTO INTERNO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA ao nosso grupo, e explicamos no nosso boletim V ou M [Vitória ou Morte] que éramos um órgão do MPLA no interior do País, tal como o é o EPLA, por exemplo). Através de panfletos e agora do Boletim esperamos conseguir uma consciência revolucionária em pouco tempo e para isso precisamos que nos digam qual o programa do MPLA para que trabalhemos sincronizados; precisamos também que o Boletim nos seja enviado com regularidade pela mesma via habitual, pois não queremos fazer o nosso boletim diferente do editado pelo COMITÉ DIRECTIVO. O programa a que nos referimos é o que, conseqüentemente, o Comitê deve ter feito depois da conferência de Addis-Abeba. Uma questão importante é a urgência que vemos em nos ser enviado, imediatamente após a realização, o resultado de conferências que tratem do nosso problema. Queremos também saber quais os dessídios que nos afastam da UPA." (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.B - D. Inf. 1a., nt 1828, fl. 514).

Esses documentos confirmam que o Mipla era uma criação do interior, com grandes pretensões organizativas e de expansão da luta, já que não faz por menos ao se comparar com o EPLA, e que era desse grupo que provavelmente estava partindo a distribuição de panfletos, citada anteriormente, que assustara os militares e a Pide. Por outro lado, ao mesmo tempo que fornece novos elementos sobre as dificuldades em se manter o contato entre o interior e o exterior, reflete uma certa disputa entre os dois pólos a respeito da forma como se deveria encaminhar a luta armada, se por uma via insurrecional, de forte apelo urbano, ou através da expansão dos focos de guerrilha rural, partindo dos já existentes. A discussão, evidentemente, não se prolongaria, pelo menos no interior de Angola, pois, como vimos, ainda nesse ano de 1963 os apoiantes do Mipla seriam quase

todos eles presos. O que importa aqui, uma vez mais, é ressaltar a recorrência dessas perspectivas diferenciadas entre os do interior e os do exterior.

Outro ponto importante é a menção à arregimentação de apoio entre os “nativos”, as “camadas populares dos musseques” e os “evoluídos”. Ou seja, ainda que legalmente a divisão entre “assimilados” e “indígenas” tivesse sido abolida em 1961, as hierarquizações socioculturais, e não apenas econômicas, no meio colonizado se mantinham. Fácil é compreender como tal distinção apresentada no documento se aproxima das categorias “crioulos” e “novos assimilados”, que de certa forma balizaram muitas das organizações independentistas de finais dos anos 50. Todavia, e apesar das referências explicitadas, o documento informa da aproximação desses segmentos e da sua disposição em passarem à ação de forma conjunta.

### **Estratégia Colonial e Desconexão da Luta Independentista**

Nesse ambiente urbano, após a grande leva de prisões em 1963, que atingiria não só os ativistas que militavam no Mipla, mas também simpatizantes da luta, ocorrerá um longo período de refluxo. Desta forma, a partir de 1964, já com a transmissão de programas do MPLA na Rádio Brazzaville, é possível perceber um grande *descompasso* entre o que a direção do movimento pleiteava internacionalmente como agitação interna e, acima de tudo, entre os

ensinamentos, alertas e convocações veiculados pela "Voz da Angola Combatente", e o que realmente se produzia internamente. As ações clandestinas, de acordo com as entrevistas feitas e com os documentos da Pide, raramente iam além da distribuição de panfletos e da organização de grupos de discussão, que com o passar do tempo, em muitos casos, se converteriam em células de boatos. É muito interessante confrontar essa realidade com o que o MPLA, no seu programa de rádio, alardeava a respeito dos detalhes de como montar grupos de atuação, esconder armas e fabricar bombas caseiras. Nada disso resultaria em ações militares, ou mesmo de sabotagem, significativas.

Tentar entender esse fenômeno apenas pela crueldade e amplitude dos meios de repressão coloniais, excluindo outros elementos que possam ser considerados, não parece ser o caminho mais acertado para a compreensão do problema. É claro que a ação da Pide sobre os principais núcleos clandestinos nas cidades desarticulou uma rede que ainda não estava montada, longe disso, e trouxe apreensão e isolamento aos que conseguiram escapar ao cerco, em grande parte muito jovens. Todavia, é preciso olhar para as demais medidas implementadas pelo regime colonial buscando cooptar, o que era mais difícil, os angolanos nos centros urbanos e em determinadas zonas rurais, neutralizando ou desmobilizando segmentos da população, paralelamente ao permanente estado de tensão que a Pide impunha. Acrescente-se a isso a distância entre as áreas mais densamente povoadas da colônia e as iniciativas implementadas pela guerrilha,

agravado pelo avançar intermitente desta, e teremos um quadro mais amplo do ocorrido.

Nesse mesmo ano de 1963, são criados os Estudos Gerais Universitários de Angola, cuja sigla – EGUA – seria encarada com grande ironia pelos angolanos.<sup>26</sup> Os cursos de medicina e engenharia ficariam em Luanda, agronomia em Nova Lisboa (atual Huambo) e letras em Sá da Bandeira (atual Lubango). Cursos que, na opinião de Elisete Marques da Silva, responsável por um dos poucos trabalhos a respeito da evolução do sistema educacional na última fase colonial, foram escolhidos por serem menos problemáticos do ponto de vista político e espalhados de forma a evitar a aglomeração de estudantes. Tais cuidados, somados ao proporcionalmente ínfimo número de negros matriculados e à vigilância da Pide, teriam impedido o surgimento de qualquer contestação do sistema colonial nesse meio. Em 1970, cria-se a Faculdade de Economia em Luanda (SILVA, 1992-1994, p. 123-4).

Apesar de proporcionalmente as novas medidas coloniais terem um alcance limitado para a população africana, não devemos simplesmente esquecê-las. Elisete Marques da Silva afirma que, de forma geral, a escolarização, principalmente de nível elementar, aumentou significativamente na década de 60,

---

<sup>26</sup> Essa versão bem-humorada acerca da forma de encarar a nova proposta educacional nos foi contada por Ccsallina Abreu, em 22 de novembro de 2000, no Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes.

conjugando-se com a expansão econômica sentida nesses anos. Passa-se de 105.781 matrículas na primeira classe, em 1960-1961, para 521.920, em 1972-1973, ainda que o número dos estudantes concluintes dos quatro anos iniciais continuasse abaixo dos 10% dos matriculados. Esse impacto educacional tirou do analfabetismo “populações anteriormente pertencentes à categoria dos ‘indígenas’” (SILVA, 1992-1994, p. 124). Isso, no entanto, não esconde os baixos índices de escolaridade e, de forma paralela, também não faz desaparecer as clivagens do mundo colonial. Valendo-se da análise proposta por Franz-Wilhelm Heimer, acerca da divisão da realidade colonial angolana em sociedade central e sociedades periféricas,<sup>27</sup> a autora afirma que nesse primeiro pólo “a educação contribuiu, com respeitável eficácia, para o ‘desenvolvimento das forças produtivas’ e para a difusão da ideologia da modernização”, sendo que nos anos 70 transformou-se num fator decisivo para o avanço dos não-brancos a posições de classe média. Esse sistema educacional da última fase do colonialismo, também responderia pelo êxodo da população em direção aos centros urbanos (SILVA, 1992-1994, p. 125).

---

<sup>27</sup> A base da sociedade central, segundo Elisete da Silva, estava em Luanda e se ligava a uma rede de cidades e povoados, além de determinados prolongamentos no espaço rural, tal como as empresas, o comércio e os postos administrativos aí existentes. Essa sociedade central era controlada pela população branca e compreendia também a maior parte da população mestiça e um importante número de negros (1992-1994, p. 104-5). Essa caracterização social, de perspectiva espacial, se afasta do problema da criouldade e da assimilação. Entretanto, na definição de seus componentes, dos indivíduos que dão forma aos diferentes segmentos, apresenta certa proximidade das formulações anteriormente descritas com respeito aos crioulos e novos assimilados.

De acordo com essas considerações, apesar de segmentado e também por conta disso, o ensino estaria em consonância com o novo cenário da economia angolana. É nesse quadro que se estabelece a expansão do ensino técnico no nível secundário. As matrículas nas escolas técnicas saltam de 2.164 alunos, em 1955, para 15.559, em 1966, atingindo 620% de índice de crescimento, enquanto no mesmo período, com referência ao ensino tradicional, as matrículas sobem de 3.729, em 1955, para 16.700, em 1966, correspondendo a uma taxa de crescimento de 351% (SAMUELS, BAILEY, 1969, p. 183-8).

A nova perspectiva colonial, no entanto, não deve ser considerada apenas do ponto de vista econômico e educacional. Incluía ainda as teses da chamada "ação psicossocial", que, além da vertente de atuação junto às populações rurais suscetíveis aos avanços da guerrilha, possuía uma componente de conteúdo bem mais urbano e que propagandeava a absorção de segmentos da população angolana até então excluídos, como forma de reforçar a idéia de que Portugal promovia indiscriminadamente o progresso para todos no território angolano. O fato de que se tenha necessidade de montar uma política para alcançar tal fim por si só não demonstra o engodo de tal perspectiva, mas, somado aos dados sociais e econômicos angolanos, reforçam sua dramática desproporção.

Também na área da saúde implementaram-se mudanças no sentido de ampliar o atendimento aos angolanos, principalmente no tocante às doenças

endêmicas, aos cuidados com a maternidade e, em paralelo, aos serviços sanitários. A controvérsia em torno dessas ações se deve à precariedade dos dados analisados e à diferença entre os sistemas de avaliação da Organização Mundial de Saúde e do governo português, inviabilizando mecanismos de comparação (SAMUELS, BAILEY, 1969, p. 190-1).

O importante, porém, é questionar até que ponto tais ações tiveram uma parcela de contribuição na fragilidade com que se realizaria a luta clandestina independentista nas zonas urbanas. Para tanto, é preciso ressaltar de imediato que a incidência dessas ações coloniais, traduzidas na ampliação das possibilidades de ensino, trabalho e moradia, entre outras, foi muito limitada, devido à própria condição colonial e ao contrário do que o regime apregoava nos fóruns internacionais. Por outro lado, elas resultarão em impactos diferenciados nos segmentos urbanizados, atingindo, portanto, preferencialmente, crioulos e novos assimilados, que afinal já tinham uma formação educacional prévia, em níveis muito distintos é verdade, mas que de qualquer forma lhes possibilitava, diante dessa nova realidade, alcançar ocupações profissionais até então impossíveis. Para a luta independentista, essas ações eram temerosas, pois, como temos visto até agora, os principais agentes dinamizadores da luta nas zonas urbanas eram exatamente esses indivíduos.

É evidente que houve repulsa a esse aliciamento, como podemos perceber de forma mais do que concreta através das várias prisões efetuadas pela Pide ao longo da década de 60 e nos primeiros anos da década de 70. Também os relatos sobre as células clandestinas, que permaneceram no lento e persistente trabalho de conscientização e divulgação da luta, fornecem elementos para identificar a manutenção de um certo nível de contestação nas áreas urbanas. Uma vez mais, em função de ter vivenciado essa realidade urbana após a sua libertação, o relato de Roberto de Almeida fornece detalhes esclarecedores:

“Foi extremamente difícil pra mim arranjar emprego. (...) Onde quer que se fosse pedir emprego, eles tinham a informação da PIDE (...) Estivemos nisso muito tempo, mas em outubro de 68 eu consegui empregar-me (...) [como] quadro auxiliar, que era uma coisa eventual, (...) graças aos apoios de dois compatriotas que trabalhavam aí. O serviço era a Junta Autônoma de Estradas (...). Mas, enfim, a gente nunca podia estar completamente divorciado da situação política e continuei a dar uma certa colaboração, porque havia aqui muito mais células organizadas. É conveniente dizer que em relação a 63, ano em que eu fui preso pela segunda vez, em 68 as autoridades aqui tinham feito uma certa, não é bem abertura, tinham (...) iniciado aquilo que se chamou a ‘política psicossocial’, que era uma política de admissão de angolanos, de africanos, sobretudo de raça negra, nos serviços. (...) Em 68, nessa altura também eles fundaram um jornal para o meio africano, (...) *Tribuna dos Musseques*, e abriram uma emissora de rádio que era a ‘Voz de Angola’, só para politizar os angolanos para se sentirem cada vez mais portugueses e afastarem as idéias de libertação. (...) Bom, essa era a política deles. (...) Em 71 eu mudo de emprego, saio da Junta Autônoma e sou admitido num banco, (...) já dentro desse quadro de admissão de angolanos nos serviços. Nessa altura, a atividade política aqui estava cada vez mais desenvolvida nas organizações clandestinas. (...) Ingressi numa célula e enfim tínhamos trabalho de mobilização, de consciencialização, através de panfletos, e tínhamos também algumas ligações para envio de

roupas, materiais para a Primeira Região Militar, [que] era aqui na zona dos Dembos, onde estavam os guerrilheiros do MPLA." (Entrevista com Roberto de Almeida, Luanda, 16 de fevereiro de 1995).

A postura independentista demonstrada pelo entrevistado condicionaria suas ações e sua retomada das ligações clandestinas, mas seu relato também destaca a tentativa portuguesa de atração e conseqüente acomodação dos angolanos à esfera colonial. Evidentemente, nem todos agiriam da mesma forma. Somemos a isso o descompasso entre o novo cenário econômico produzido nos últimos anos de colonialismo em Angola e o discurso veiculado pelos movimentos de libertação. O MPLA fazia acusações a respeito da exploração do trabalhador angolano, ao mesmo tempo que destacava a estagnação econômica da colônia. Essas afirmações, sem contextualizações e ponderações, não correspondiam à experiência de vida de alguns segmentos da população angolana que passaram a receber benefícios, ainda que mínimos, do crescimento econômico registrado em Angola, mesmo que os resultados fossem baseados na manutenção de formas diferenciadas de exploração do trabalhador angolano, como bem referia o movimento.

Por outro lado, complexificando esse quadro, podemos admitir que a melhoria das condições de vida dos africanos sofria os limites impostos pela situação colonial, o que tendia a agravar o descontentamento interno. As transformações econômicas coloniais também não foram suficientes para superar

os abusos legais e ilegais cometidos por empresas agrícolas em busca de maior “rentabilidade”. É fundamental, portanto, ampliarmos nossa análise e reconhecermos que o descontentamento individual e o desejo de independência dos angolanos – apesar de em alguns casos amortecidos em face do avanço da economia colonial – não encontravam no interior de Angola alternativas de expressão que suplantassem as distâncias existentes. Ou seja, que superassem quer a distância em relação aos movimentos de libertação (territorial e até mesmo de perspectivas de implementação da luta em contextos diferenciados), quer o rígido controle das autoridades coloniais.

Vejamos outros números desse crescimento econômico. Em 1970, a mão-de-obra assalariada atingia pouco mais de 18,6% da população economicamente ativa angolana, algo como 400 mil pessoas. E ainda que tal crescimento tivesse uma vertente rural muito acentuada, como nos mostra Luisa d’Almeida Alegre, não conseguia superar o índice de 8% de trabalhadores rurais assalariados em 1970. Apesar do aumento registrado entre os anos de 1960 e 1970, quando os assalariados rurais passam em números absolutos de 145 mil para 250 mil, a grande maioria dos angolanos permanece ligada a uma agricultura familiar – já que havia sido decretado o fim do “contrato” como forma compulsória de trabalho, bem como as culturas obrigatórias. O emprego no setor manufatureiro passa de 71.200 trabalhadores em 1967 para 110 mil em 1973, o que corresponde a aproximadamente 4% da população ativa (ALEGRE, 1990, p. 62-3). O quadro

se completa com a constatação de que esse desenvolvimento da economia se valeu e muito das atividades de extração, como os diamantes, o ferro e o petróleo, que crescem de forma vertiginosa em finais dos anos 60, atraindo investimentos dos Estados Unidos, da África do Sul e de países da Europa Ocidental. Para Marcum, os rendimentos provenientes das atividades extrativas estabeleceriam novos parâmetros na equação entre guerra e economia (1979, p. 182-3). Embora, como os dados demonstram, o alcance desse crescimento tenha sido mínimo para os angolanos, mesmo assim, teve sua importância como fator desmobilizador dos segmentos sobre o qual a sua incidência foi maior.

No que se refere ao quadro geral da economia colonial, novas diretrizes econômicas traçadas na metrópole, em finais dos anos 60, e a atração exercida pelo comércio europeu fariam cair as trocas comerciais com as colônias africanas. Em 1968, Angola importou da metrópole 3.175.057 mil escudos e exportou 2.677.226 mil, enquanto em 1972 as mesmas rubricas se invertiam e apontavam 2.485.084 mil escudos e 3.632.551 mil, respectivamente. Essas mudanças ficam mais claras quando comparamos esses dados com os do comércio da colônia com o exterior, exceto com a metrópole e o restante do ultramar português. Em 1968, as importações angolanas do exterior (exceto Portugal) foram de 5.291.501 mil escudos, subindo para 7.969.233 mil escudos em 1972, enquanto as exportações passaram de 4.692.547 mil escudos em 1968 para 9.751.456 mil em 1972. Os principais parceiros nessa trocas eram os

Estados Unidos, a Alemanha, a Inglaterra, a África do Sul, a França e o Japão (REPÚBLICA PORTUGUESA - ESTADO DE ANGOLA, 1972, p. 54-5).

Vale frisar que as novas relações comerciais metropolitanas estavam longe de significar uma perda de importância política de Angola para o regime português. O dinamismo da economia europeia arrastava forças comerciais antigas e novas de Portugal, mas não feria decisivamente as ligações mantidas pelos grandes oligopólios portugueses com as colônias africanas. Principalmente no caso angolano, cujas receitas do petróleo e dos diamantes apontavam para patamares crescentes que subjugariam qualquer possibilidade de voltar as costas economicamente àquela que era considerada a "jóia do império português". Do ponto de vista político e estratégico, tal hipótese perde ainda mais o sentido, tendo em conta a forma como se processou a colonização, a luta com os movimentos de libertação e o caráter irreduzível do regime português. A manutenção de Angola significava cada vez mais a sobrevivência desse império africano.

Para completar, o crescimento econômico em Angola, que permanece, apesar dessas mudanças no comércio exterior, repercutiria também na ascensão de atividades não-especializadas, em que o número de trabalhadores incorporados tende a flutuar muito acima dos dados oficialmente registrados, mas

ainda assim com implicações na melhoria da condição de vida de muitos desses indivíduos.

É preciso alertar ainda para o fato de que esse crescimento, como seria de esperar, não se mostrou equitativo do ponto de vista regional, o que viria a agravar o quadro preexistente quanto aos diferentes tipos de relacionamento entre o poder central e as diversas regiões angolanas. Somemos a isso as questões de ordem étnica e racial e temos um conjunto de variantes atuantes na composição de redes de alianças e oposições regionais de diferentes formatos e dimensões, em muito baseadas em estereótipos, que mantiveram sua força mesmo depois da independência, com incidência sobre o recrutamento para os movimentos de libertação.

O avanço da economia colonial traduziu-se ainda no crescimento das cidades. Segundo Ramiro Monteiro, no início da década de 70 mais da metade dos africanos residentes nos musseques de Luanda nasceu nas áreas rurais de Angola. Essa migração, de acordo com o autor, alterava a composição das famílias, inviabilizando a manutenção de extensas redes de agregados. Os dados apresentados para Luanda indicam que aproximadamente um terço da população africana (100 mil pessoas) vivia em construções regulares, o que significa dizer fora dos musseques. Nesses residiam 210 mil pessoas, sendo 96,3% de africanos

e 3,7% de europeus. A cidade alcançaria os 475.328 habitantes em 1970 (MONTEIRO, 1973, p. 213-8).

Outro indício, no entanto, nos faz retornar ao tema da tentativa de cooptação dos angolanos pelo regime colonial. Trata-se da participação crescente de angolanos no processo eleitoral português, inclusive na condição de membros do colégio eleitoral da província (lembramos que essa era a designação do território angolano dada pelo regime colonial). Sobre esse tema, encontramos nos arquivos da Pide uma série de listas com os representantes municipais eleitos para o colégio eleitoral visando à eleição de chefe de Estado. Todos, obviamente, tinham a sua vida investigada pela polícia política (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 17.12.C, nt 2195, fls. 31-7, 50 e 62-3). Essa atitude difere sensivelmente do que acima chamamos de neutralização ou desmobilização de camadas mais largas da população angolana, em certa medida já com poucas esperanças de avanço da luta de guerrilha e ao mesmo tempo ciente dos limites que a relação colonial impunha ao crescimento econômico.<sup>38</sup>

Por conta disso, devemos salientar uma outra componente desse processo, situada para além das relações econômicas e até políticas e que vai mesmo em direção contrária ao que descrevemos. Trata-se das relações sociais existentes e em alguns casos estabelecidas a partir dessas alterações econômicas. É preciso ter

em conta que o melhor desempenho da economia, ocorrido de forma acelerada na década de 60, não seria suficiente para alterar as relações interpessoais na sociedade colonial. Melhoria das condições de vida é algo perfeitamente palpável e até contabilizável, mas as atitudes preconceituosas e discriminatórias continuavam a moldar o cenário das relações dessa sociedade. Não há como fugir a isso estando numa situação colonial. Todos os atos e pensamentos são condicionados por essa situação. O que nos auxilia na explicação do porquê se mantém o sentimento de revolta, ainda que se registrem os casos de neutralização e até mesmo de cooptação.

Em muitos relatos de angolanos, quer sejam negros, mestiços ou brancos, quando se descrevem ou analisam as relações pessoais desse período (fins dos anos 60), surgem referências ao crescente sentimento de agressividade dos colonos. De acordo com o que nos foi possível apurar, esse sentimento estaria associado a duas perspectivas até certo ponto complementares. Por um lado, as melhorias das condições de vida de alguns negros e mestiços, apesar de se pautarem por uma desproporção, quando relacionada ao conjunto da população angolana, passaram a ser tomadas por muitos colonos como algo que podia ser generalizado e, por conta disso, acusavam a “ingratidão” dos negros e mestiços, que continuavam a “fazer a guerra”. De outro, o crescimento econômico não seria suficiente para atender a todas as demandas dos colonos pobres, que

---

<sup>28</sup> Pélissier acusa tal segmento de um certo imobilismo, à espera de uma ação vinda do exterior (1979, p.

passariam a questionar os fundamentos da política de “ação psicossocial”, já que os africanos continuavam a defender a independência, mesmo após o Estado lhes criar facilidades.<sup>29</sup>

Importa dizer que a tensão racial vivida em Angola, quer no campo quer nas cidades, tinha sido agravada não apenas pela eclosão da guerrilha, mas também pela crescente migração metropolitana para a colônia. Paralelamente a tais fenômenos, vale destacar a diminuição proporcional no número de mestiços que passa a se registrar na colônia. Bender nos informa que, no período entre 1920 e 1940, a taxa de crescimento anual dos mestiços foi de 6,8%, passando de 7.500 indivíduos para 28.035, enquanto de 1940 a 1960, quando o número de mestiços alcança 53.392 pessoas, já contando com um maior fluxo migratório da metrópole para a colônia, a taxa de crescimento anual desce para 3,3%, que nos cálculos do autor seria pouco mais que a taxa de crescimento natural do próprio grupo, de 2,5%. Para a década de 60, a elevação dessa taxa não chega a surpreender, dado o elevado número de homens brancos que aportam à colônia para alimentar as Forças Armadas, o que provavelmente se traduziu num grande número de casos de violência contra a mulher angolana. Em 1970, o censo registraria 89.337 mestiços, significando uma taxa de crescimento anual, entre

---

115 e 153).

<sup>29</sup> Wheeler ao relatar sua experiência em Luanda, em 1966, também enfatiza os temores e as atitudes racistas registrados de uma maneira geral na população portuguesa residente na cidade (1972, p. 177-8).

1960 e 1970, de 5,3%.<sup>30</sup> Ainda assim, a tese de Bender continua sendo válida: a elevação do número de mulheres brancas na colônia, diminuindo a desproporção existente em relação aos homens brancos (100 mulheres para 187 homens em 1920 e de 100 mulheres para 127 homens em 1960), é mais uma pá de terra sobre o discurso da mestiçagem portuguesa (BENDER, 1980, p. 86).

### Novas Ações Independentistas nas Áreas Urbanas

Aproveitemos o alerta quanto às alterações do cenário colonial, principalmente no que diz respeito à sua esfera econômica, para melhor analisarmos a participação e o alcance das ações ocorridas no contexto urbano. Voltemos, portanto, a falar nas diferentes formas de atuação encontradas pelos independentistas nesse contexto.

A ameaça a empresários que lucraram com uma situação colonial ou ditatorial, seguida da cobrança de altas quantias, uma das fórmulas já conhecidas de obtenção de recursos e ao mesmo tempo de manutenção de um clima de tensão por parte das guerrilhas, ao que parece não foi adotada pelas células clandestinas do MPLA. É através da documentação da Pide que tomamos conhecimento de tal atividade, ainda que seus relatórios não mencionem os nomes dos empresários ameaçados. Os próprios responsáveis da Pide chegam a

---

<sup>30</sup> Essa taxa foi calculada em função do número de mestiços divulgado pelo governo angolano para o ano

levantar dúvidas quanto à paternidade de tal plano. Afirmam que muito dificilmente os ativistas do MPLA estivessem desenvolvendo a tática, que eles diziam ser da FLN argelina, de intimidação de empresários. De acordo com a Pide, o mais provável é que o caso referenciado, ocorrido no primeiro semestre de 1964, tenha sido obra de um aventureiro, já que a sigla assumida, CARA, não corresponde com precisão ao CVAAR, que trabalhava em conjunto com o MPLA. Além disso, o processo de envio de cartas ameaçadoras não seria levado à frente, talvez temendo a represália da Pide (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.C, nt 1828, fls. 260-1). Os argumentos da Pide de que se tratava de um aventureiro não satisfazem totalmente. Afinal, no período inicial da luta, as dificuldades de comunicação eram grandes e a possibilidade de um erro na grafia do nome CVAAR estava longe ser impossível. Da mesma forma, a suspensão do envio das cartas por temor ou não da Pide, é um dado insuficiente como prova de que não se tratava de um grupo de apoio ao MPLA.

Esse episódio das cartas de ameaça parece ser o último caso de maior destaque dentro da atividade clandestina, antes que se desse início a um período de certo refluxo em tais ações, o que duraria até finais de 1966. Isso é o que se pode afirmar com base no material consultado nos arquivos da Pide e no balanço das informações registradas nas entrevistas com os apoiantes ao MPLA. A partir de 1966, uma nova agitação se faria presente, através da distribuição de

panfletos, organização de grupos de discussão e células que buscariam ações mais arrojadas.

Um dos primeiros sinais desse ressurgimento seria a divulgação de panfletos do MPLA ocorrida em Benguela. A subdelegação do Lobito, envia, em 12 de junho de 1967, um breve relatório à Pide de Luanda dando conta do caso. Segundo esse relatório, os panfletos, num total de 98, distribuídos em Benguela em maio de 1967, seriam obra exclusiva do "euro-africano" Luís Augusto Rodrigues Ferreira "Nocas", que se identificou na polícia como irmão materno de Mário Pinto de Andrade, mas disse não conhecê-lo pessoalmente. Nocas teria dito ainda que era simpatizante do MPLA, mas que não fazia parte de qualquer célula e que não estava em contato com tal organização; os panfletos seriam obra sua apenas. A Pide informa ter chegado ao acusado após comparar a tinta usada no estêncil dos panfletos com a de algumas das máquinas na cidade. O resultado indicaria o escritório utilizado por Luís Ferreira. A versão de que se tratava de uma ato isolado parece ter sido aceite pela Pide, pois em relatório enviado aos agentes do SCCIA, em setembro do mesmo ano, informa que não tem conhecimento de qualquer rede subversiva do MPLA em Benguela e afirma que os panfletos distribuídos em maio foram obra exclusiva de Luis Augusto. O que a Pide faz questão de enfatizar é o perigo existente em função de os angolanos continuarem a escutar as emissões da "Voz da Angola Combatente" (IAN/TT,

PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.D, D. Inf., nt 1829, fls. 270-1 e 282-5).

Da parte dos guerrilheiros do MPLA, instalados na sua 1ª Região Politico-Militar, também surgem ações na tentativa de estabelecer contato com as células existente nos centros urbanos, ainda que seu principal interesse continuasse a ser encontrar meios que facilitassem a sua sobrevivência. Por conta disso, vários são os relatórios dos postos da Pide espalhados por essa área que citam a movimentação dos guerrilheiros. O posto de Catete, por exemplo, em 25 de julho de 1967, mostra que, cerca de duas semanas antes, Miguel Garcia, José Jorge, Fernando Manuel e Domingos Manuel Bento, todos do MPLA, estiveram nas imediações de Calomboloca para visitar parentes e ser abastecidos com roupas. Segundo o posto, apesar das diligências do batalhão militar da região, não foi possível a captura (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.D, D. Inf., nt 1829, fls. 273-6).

Noutro caso, os guerrilheiros não tiveram a mesma sorte e foram presos pelos militares, ainda em agosto desse mesmo ano. Miguel Afonso Pedro, Sebastião Capite e Fernando Quiquige seriam enviados à Pide para interrogatório. Foram presos quando tentavam aproximação com a população da sanzala de Gombe-Ia-Muquiama, em Pango Aluquem (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.D, D. Inf., nt 1829, fl. 266). De acordo com esses

relatórios, os homens do MPLA localizados na região faziam incursão junto à população para contactar parentes e obter roupas e outros utensílios. Outra atividade registrada eram os “ataques” a colonos madeireiros da região de Catete, que também tinham por finalidade obter utensílios que facilitassem a manutenção da guerrilha, tais como colchões, rádios, armas e roupas.

É importante mencionar que as informações a respeito das ações promovidas pelos guerrilheiros da 1ª Região seriam corroboradas por eles próprios em entrevistas ou ainda por meio de livros de memória, como seria o caso de Kiluanji. O que difere muitas vezes uma informação de outra é o detalhamento quanto aos nomes, datas, locais e materiais capturados presente nos relatórios da Pide. Afora, é claro, a utilização, nesse último caso, dos termos pejorativos e as conclusões extraídas.

Uma iniciativa mais ousada seria tentada por um grupo de apoio ao MPLA em fins de 1966, em Luanda. O grupo mantinha contato com grupos opositores ao regime português em Lisboa, através de estudantes angolanos matriculados em universidades na metrópole, e por esse caminho solicitara materiais para a confecção de bombas a serem detonadas em Luanda. O grupo em Lisboa entra em contato com um militar nascido em Angola, que concorda em participar. O envio do material seria feito em duas etapas, mas já na primeira foi descoberta a tentativa. O portador, desconhecendo o conteúdo do volume que lhe fora

entregue para ser repassado a uma determinada pessoa, recebe uma notícia que lhe faz descuidar da bagagem e quando retorna a Pide já está de posse das malas e, conseqüentemente, do material explosivo. Interrogado, confessa não saber do que se tratava e fornece os nomes do emitente e do destinatário. Caem nas mãos da Pide os dois extremos dessa corrente clandestina. O relato dessa experiência foi feito por Joaquim Pinto de Andrade, em entrevista realizada em Luanda em 27 de agosto de 1997, e seu conhecimento acerca dos detalhes advém do fato de posteriormente ter casado com uma das estudantes que em Lisboa ajudara na montagem do plano, Vitória Andrade.

É possível que esse grupo de ativistas luandenses descrito por Joaquim Pinto de Andrade seja o mesmo que seria identificado pelos agentes do SCCIA como "Corpo de Milícia Popular de Libertação - COMPOL", apesar de certa discordância quanto às datas (aliás, o próprio Joaquim Pinto de Andrade confidenciou não estar muito certo quando ao período exato em que tudo ocorreu). Da parte das forças de repressão, o que pudemos descobrir foi a apreensão de um panfleto em que se descreve em breves linhas a agitação anticolonial e a crise social, política e econômica que se vivia em Angola, enfatizando a situação dos negros. A Pide, no ofício em que apresenta o grupo, datado de 2 de outubro de 1967, diz estarem próximos do MPLA e que por isso era preciso estar atento ao programa de rádio "Voz da Angola Combatente". Além disso, informa que o grupo pretendia fabricar e patrocinar atentados com

bombas em restaurantes e estacionamentos. Mas não é só a referência às bombas que nos fez pensar ser possível tratar-se do mesmo grupo. É também porque a leitura do documento apreendido faz crer que o grupo era de tendência católica, pois citam a encíclica *Rerum Novarum*, o Cônego Manuel das Neves e o próprio Joaquim Pinto de Andrade, e, segundo este, na entrevista que nos concedeu, o grupo por ele descrito como pretendente a montar os explosivos circulava nesse ambiente católico de esquerda (IAN/IT, SCCIA, Caixa 257, Título: “Corpo de Milícia Popular de Libertação – COMPOL”, P. 34.87.00, fls. 2-5).

### Rede Clandestina no Congo-Léopoldville

Se internamente, principalmente nas cidades, a luta clandestina do MPLA pela independência tinha sofrido novo refluxo após as prisões de 1963, no exterior, ou seja, em Brazzaville, as coisas caminhavam de forma bem diferente. Apesar da maior distância em relação ao território angolano (à exceção de Cabinda), ainda assim, existiam refugiados angolanos no Congo-Brazzaville que aos poucos se aproximariam do movimento.

Além disso, uma das principais ações da clandestinidade era organizar a fuga de pessoas que quisessem aderir à organização, o que manteria certo fluxo de ingresso no movimento. Essa atividade passaria a ter maior sucesso quando a direção começa a contar com uma melhor movimentação no Congo-Brazzaville,

o que lhe permitiria montar a ligação com uma rede clandestina de apoio a esses refugiados em Léopoldville. Lembremos que alguns militantes que acompanharam Jonas Savimbi na sua saída da FNLA iriam se valer de uma rota montada pelo MPLA a partir de Léopoldville. Era o princípio dessa rede clandestina, segundo João Abano (Entrevista concedida em Luanda, 20 de setembro de 1997).

Os depoimentos de algumas mulheres que militaram no MPLA, ligadas à Organização da Mulher Angolana (OMA), criada em 1961, quando a organização se instalara em Léopoldville, relatam detalhes sobre a montagem e a atuação desse grupo de apoio que ficara nessa cidade.<sup>31</sup>

A OMA exercia importante atividade informativa junto às populações refugiadas, principalmente no que dizia respeito à higiene pessoal, alimentação e cuidados com as crianças, mantendo uma estreita relação com o CVAAR, assim como auxiliavam o MPLA na área educacional e de conscientização. Quando da transferência da direção para Brazzaville, a OMA migrou junto, mas, segundo o relato de Maria Judith Santos, determinadas militantes permaneceram no Congo-Léopoldville e tiveram papel fundamental no funcionamento da rede clandestina de apoio aos refugiados:

“A OMA tinha passado também para Brazzaville. Embora tivesse continuado com uma secção clandestina em Léopoldville, secção essa que era dirigida pela Dona Catarina de Jesus, mais conhecida pela Dona Zinha, e mais outras senhoras que também viviam lá (...), fizeram um trabalho bastante bom, não só junto das mulheres como mesmo para o MPLA, porque deram muito apoio clandestino (...) ali no Congo-Léopoldville e então, através das senhoras da OMA, não é, elas apoiaram muito, recebendo nas suas casas alguns militantes do MPLA que se encontravam escondidos, digamos, a trabalhar clandestinamente, e dando todo o apoio material que elas podiam, algumas até com bastante risco (...). E mesmo quando os grupos do MPLA, aqueles destacamentos que entraram através do Congo-Léopoldville e da fronteira do Congo, portanto, com Angola, elas ajudaram muito, essas camaradas, ajudaram-nos muito, deram-nos muita cobertura, sobretudo material, ajudaram muito esses destacamentos todos.” (Entrevista com Maria Judith Santos, 18 de julho de 1991, realizada por Christine Messiant, Maria da Conceição Neto e Nicásia Casimiro Matias).

Entre os refugiados de Angola que tentavam fazer a passagem do Congo-Léopoldville para o Congo-Brazzaville, encontravam-se algumas mulheres, como Engrácia dos Santos, saída dos Dombos, e Teresa Afonso, de Nambuango, que chegam a Léopoldville a pé em 1964. Outra que consegue chegar a Léopoldville é Luisa Inglês, que militara na 1ª Região do MPLA. O interessante de seu relato é que ela fornece a perspectiva de quem encontra essa rede funcionando em Léopoldville e passa a fazer parte dessa engrenagem, dando conta ao mesmo tempo das suas atividades no interior:

“Veio a aviação bombardear a aldeia e nós tivemos que nos refugiar para a floresta (...) de 61 a 64. Nesta 1ª Região,

---

<sup>31</sup> Esses depoimentos foram coligidos por Christine Messiant, Ilda Carreira, Maria da Conceição Neto e Nicásia Casimiro Matias. As entrevistas nos foram fornecidas por Christine Messiant.

funcionei como professora primária e instrutora para crianças revolucionárias. Em 64 tínhamos falta de papéis ou cadernos para continuação das tarefas de aulas. Foi assim que sou indigitada para ir para o Congo-Kinshasa [Léopoldville]. (...) Em Kinshasa, encontrei já o MPLA tendo sido evacuado para Brazzaville (...). É assim que apresento a documentação onde trazia os requisitos das necessidades que tínhamos na 1ª Região. Esse documento é entregue ao camarada Comandante Benedito, que estava na altura em Kinshasa [Léopoldville]. Neste posto de clandestinidade [estavam] o camarada Benedito [posteriormente seria preso pela FNLA e desapareceria], o camarada Janguinda, o camarada Nelumba, o José Pascoal e outros. Portanto, depois que o documento chegou para o outro lado [Brazzaville, onde estava a direção do MPLA], (...) o camarada presidente ordenou-me a fazer um trabalho de clandestinidade no seio da FNLA. Isto era para captar junto do presidente Holden Roberto os seus pensamentos contra o MPLA, o que é que ele pensasse e passar a palavra ao outro lado para os programas de (...) Angola Combatente." (Entrevista com Luisa Inglês, 3 de novembro de 1988, realizada por Christine Messiant e Ilda Carreira).

Sua atividade, de acordo com seu testemunho, exigiria uma maior proximidade da FNLA e, por conta disso, um certo distanciamento das tarefas implementadas pelo restante da rede clandestina do MPLA. Contudo, em função do que lhe ocorreria algum tempo depois, sua vida passaria a depender da capacidade de planejamento e execução desse grupo:

"Foi assim que eu permaneci, desde 64 até 67, neste serviço de clandestinidade, fazendo a fuga de jovens que vinham da nossa área para recrutá-los, a fim de enriquecer o número de membros ou de soldados que nós tínhamos. (...) Foi assim que juntei um número de seis camaradas, entre os quais um fugiu e voltou a apresentar-se na unidade da FNLA e denunciou-me, que eu era uma pessoa infiltrada no seio da FNLA e que recrutava jovens para o outro lado, para Brazzaville. (...) Já eu trabalhava como professora de dia, período da manhã, e à noite dava aulas aos adultos e era assim que eu tinha possibilidade de fazer o

recrutamento, pois na aula tinha troca de impressões com alguns jovens que me pareciam ser mais acessíveis e assim fiz esse trabalho todo de recrutamento. (...) À noitinha, vou para as aulas, deixam-me dar as aulas, [e] no meu regresso para casa sou apanhada por um grupo de elementos, negros, falando português...(...). Foi assim que apanhei pancada (...). Na altura tínhamos como nosso Comitê de Acção na área de Kinshasa [Léopoldville] o camarada Jesus, o camarada Lengue, tinha a velha Catarina de Jesus, (...) tínhamos a velha Violante, tínhamos a velha Maria Correia, (...) a velha Domingas, essas camaradas foram as que me receberam em Kinshasa [Léopoldville, em 1964] e foram as camaradas que me indicaram qual era a organização (...). Graças à politização do MPLA que já trazia, pude sensibilizar os [carcereiros] (...) falando-lhes sobre religião. (...) Na altura, tinha um parto fresco e os peitos cheios de leite que estavam a verter (...) [e] foi assim que o senhor, através dessa linguagem que eu utilizei, compadeceu-se de mim e pôs-me fora. (...) Portanto, eu tive que viver a partir daquele momento refugiada na casa dos camaradas do Comitê, até que eles juntaram um número de finanças que garantiu a minha retirada de Kinshasa [Léopoldville] para Brazzaville.” (Entrevista com Luisa Inglês, 3 de novembro de 1988, realizada por Christine Messiant e Ilda Carreira).

Dessa forma, podemos verificar que a rede clandestina no Congo-Léopoldville fazia chegar a Brazzaville não só os angolanos que continuavam fugindo de Angola, com o intuito expresso de se juntar ao MPLA, mas também os descontentes com a FNLA e suas crises. Portanto, o processo de alargamento do movimento – iniciado em Léopoldville e que sofrera um sério retrocesso devido à crise de 1963, com a saída de Viriato da Cruz e seus simpatizantes, seguida por uma série de abandonos individuais – voltava a ganhar fôlego. O MPLA já não era composto apenas de crioulos e novos assimilados, tinha também e em número cada vez maior camponeses que em sua imensa maioria

viviam afastados das cidades e sofriam com as terríveis condições de vida pautada pela exploração colonial.

### O Auxílio Cubano

Brazzaville, com toda a efervescência gerada pelo novo governo de Massemba Debat, atraía a atenção de países e partidos progressistas. Sua localização privilegiada junto ao turbulento Congo-Léopoldville transformaria a cidade num local de pouso para muitos dos revolucionários e guerrilheiros que ainda envergavam a bandeira de luta de Patrice Lumumba. Esse seria o principal fator a chamar a atenção dos cubanos e, em especial, de Che Guevara. Durante seu périplo por vários países africanos entre dezembro de 1964 e março de 1965, Che se encontraria com dirigentes do MPLA em Brazzaville numa reunião, de acordo com seus biógrafos, ocorrida entre os dias 2 e 7 de janeiro de 1965 (CASTAÑEDA, 1997, p. 326; TAIBO II, 1997, p. 477-9).

Segundo esses biógrafos – a partir de depoimentos daqueles que acompanhavam Che Guevara e dos seus próprios escritos, ainda inéditos, sobre a luta no Congo-Léopoldville, da qual participaria diretamente em boa parte de 1965 – Che defendia o desencadeamento da luta primeiro no Congo-Léopoldville, afirmando que ela deveria ser apoiada por todos os movimentos progressistas da África para, a partir daí, serem fortalecidas as demais lutas

anticoloniais e antiimperialistas do continente.<sup>32</sup> Também Iko Carreira confirma que tal idéia era sustentada por Guevara, ressaltando que a direção do MPLA discordava totalmente dela (1996, p. 35-7).<sup>33</sup> As propostas diferenciadas, no entanto, não impediriam o auxílio ao movimento por parte de Cuba, numa parceria que se estenderia durante longos anos e que no período pós-independência alcançaria formas mais amplas.

A primeira ação em que estiveram envolvidos cubanos e guerrilheiros do MPLA foi a chamada "Operação Macaco", ocorrida em dezembro de 1965, em Cabinda, já então denominada 2ª Região, e que consistiu num ataque ao quartel português do Miconge, sem sucesso. Os militares portugueses conseguiram reverter a situação e transformar a operação num duro golpe contra o MPLA. De acordo com o depoimento do comissário político António Rebelo de Macedo Júnior "Certa", capturado pelas forças militares portuguesas em 1970, a Operação Macaco teria consumido na sua preparação uma soma elevada de dinheiro, que num segundo momento traria fome aos que dependiam do MPLA no Congo-Brazzaville e um forte desânimo em virtude da ineficácia da ação

---

<sup>32</sup> Essa estratégia internacionalista de Che Guevara tinha sido defendida em Dar-Es-Salaam, numa reunião com vários líderes guerrilheiros sediados nessa cidade, entre eles Jonas Savimbi (ANDERSON, 1997, p. 707 e 870). Guevara também iria insistir na idéia de que o treinamento dos guerrilheiros africanos deveria ser feito no terreno da própria luta, o que, segundo seus apontamentos, não seria bem aceito pelos presentes.

<sup>33</sup> Iko Carreira afirma que Agostinho Neto não estava em Brazzaville quando da passagem de Che Guevara. Este teria sido recebido por outros dirigentes, entre eles o vice-presidente do movimento, reverendo Domingos da Silva (1996, p. 35). Em nenhuma das recentes biografias de Che Guevara, alerta-se para tal fato. Pelo contrário, em todas elas há referências a um encontro de Che com Agostinho Neto (ANDERSON, 1997, p. 703; CASTAÑEDA, 1997, p. 326-7 e TAIBO II, 1997, p. 478).

(IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11 – SR, np 996, Pasta 2, fls. 40-9).

Apesar de essa primeira investida não ter tido o sucesso esperado, o que inibiria novas ações dessa envergadura, a principal atividade dos cubanos permanecia: a instrução militar. Como demonstração de gratidão por esse apoio, o MPLA chamaria um de seus destacamentos de “Camilo Cienfuegos”, em homenagem a um dos principais comandantes da revolução cubana, desaparecido em novembro de 1959. Esse destacamento teria como missão atravessar o Congo-Léopoldville para se juntar a até então isolada 1ª Região do MPLA, nos Dembos. Em seguida, outras duas colunas tentariam o mesmo objetivo. Lúcio Lara, em seu relato elogioso ao internacionalismo cubano, confirma que o pedido de ajuda partira do MPLA e ressalta o papel dos instrutores cubanos:

“Primeiro, (...) pedimos instrutores ao Che Guevara, e eles mandaram-nos cinco instrutores (...). Depois, a nossa luta desenvolveu-se com esses cinco instrutores, e eles nos mandaram mais. Ainda estávamos em Cabinda. Eles é que nos ajudaram a formar os esquadrões (...). No fundo, mandamos três esquadrões, um deles teve que ir para o leste. (...). Os outros entraram mesmo por Kinshasa [Léopoldville] (...), com tráfico de armas e homens. Fizemos a operação assim mesmo [e] quem nos apoiou foram eles, [que] prepararam os nossos homens para a floresta, para ir para a 1ª Região.” (Entrevista com Lúcio Lara, Luanda, 14 de fevereiro de 1995).

Um dos participantes desse grupo inicial de cubanos, hoje residindo em Luanda, afirma que o grupo era composto de seis instrutores, todos negros, e que

se procurou disfarçar tal relação. Rafael Moracem Limonta (em entrevista a JAIME e BARBER, 1999, p. 320-1) conta que passou a chamar-se Humberto Vasque Mancebo, assim como os demais também ganhariam novos nomes. A versão a ser reproduzida era de que se tratavam de angolanos que tinham ido à ilha de Fernando Pó (atual Bioko, na Guiné Equatorial, à época colônia da Espanha), razão por que falavam espanhol, e que quando souberam da luta do MPLA resolveram juntar-se ao movimento. Dessa forma, todos receberiam cartões de membros do MPLA. Moracem confirma que estiveram principalmente em ações de instrução militar no campo de treino do MPLA em Dolisie, mas também lutaram na 2ª Região (Cabinda) ao lado dos guerrilheiros do MPLA. Essa última afirmação seria confirmada pelo militar português Oliveira Marques (Entrevista a ANTUNES, 1995, p. 992), em seu testemunho sobre a guerra em Cabinda. O grupo permaneceria no Congo-Brazzaville até meados de 1967, quando, a partir de então, regressam a Cuba e o apoio ao MPLA passa a ser quase exclusivamente referente à formação de quadros angolanos na ilha (Entrevista com Lúcio Lara, Luanda, 14 de fevereiro de 1995).

O comandante cubano de toda essa operação no Congo-Brazzaville, Jorge Risquet Saldanha, complementa essas informações afirmando que a operação em Brazzaville de auxílio ao presidente Massemba Debat estava também articulada à luta em curso no leste do Congo-Léopoldville, onde estava Che Guevara com aproximadamente outros 100 guerrilheiros cubanos em apoio a Laurent Kabila.

Em Brazzaville, o efetivo cubano chegaria a 250 homens e seria chamado de Batalhão Patrice Lumumba ou coluna 2, numa clara referência à frente desenvolvida por Guevara no Lago Tanganica, na fronteira entre a Tanzânia, o Burundi e o Congo-Léopoldville. Com o fracasso da guerrilha no leste do Congo-Léopoldville, os cubanos que estavam no Congo-Brazzaville continuaram a missão de estruturação do exército desse país. Esse efetivo, juntamente com os guerrilheiros do MPLA, ajudaria a debelar um golpe militar contra Massemba Debat. Jorge Risquet informa ainda que o pequeno grupo de instrutores enviados em auxílio ao MPLA chegara em abril de 1965, enquanto o maior contingente cubano chegaria em agosto do mesmo ano (Entrevista de Jorge Risquet, JAIME e BARBER, 1999, p. 333 e 339).

### **O Difícil Reforço da 1ª Região**

Jorge Risquet reforça as afirmações de Lúcio Lara quanto à participação cubana na estruturação das colunas de guerrilheiros do MPLA montadas no Congo-Brazzaville. De acordo com seu depoimento, Rafael Moracem teria dirigido esse treinamento específico, e as armas, de fabricação soviética, para essas operações foram oferecidas por Cuba (Entrevista de Jorge Risquet, JAIME e BARBER, 1999, p. 334 e 336).

A primeira coluna do MPLA a tentar chegar à 1ª Região, a já referida coluna Camilo Cienfuegos, passou por dificuldades, mas conseguiu atingir o objetivo com sucesso em 1966.<sup>34</sup> A segunda, porém, a coluna Kami, comandada por Benigno Vieira Lopes, enfrentaria vários problemas em 1967 e chegaria aos Dembos com efetivos muito reduzidos e em péssimas condições de saúde. O próprio Benigno fornece mais detalhes sobre a travessia do Congo-Léopoldville e do norte do território angolano:

“Monstro Imortal [João Jacob Caetano] comanda os Cienfuegos, e eu comando o Kami. Porque chegou os Cienfuegos, imediatamente o MPLA organiza outro grupo (...), entretanto, com a chegada de Cienfuegos ao interior, pela primeira vez depois de seis anos, depois de vários grupos dizimados (...) Isto surpreende todos os inimigos (...), [mas, ao mesmo tempo, os] alertou (...). Então eles tiveram todas as condições para evitar que o MPLA pudesse voltar a infiltrar um grupo no interior. (...) Tínhamos que atravessar o Zaire [Congo-Léopoldville] e depois uma grande faixa, os distritos de Zaire e Uíge, que eram (...) de tendência para a UPA [FNLA]. Nós éramos 200, chegamos apenas 19. (...) Tivemos, então, que atravessar todos na clandestinidade, (...) ganhamos o interior de Angola por áreas desconhecidas até ali, (...) pra fugirmos aos caminhos habituais. (...) Só muito dentro do interior é que estava planejada a primeira parte da nossa marcha (...) e nós, ao fazermos isso, perdemos 22 dias, e só no 23º dia é que a gente retomou os caminhos que nossos guias já conheciam. Nós levávamos uma alimentação para nos aguentarmos durante cinco dias (...) e viemos apanhar o maior obstáculo natural, que era o rio [M’Bridge]. (...) Isso já em março, abril. Chovia torrencialmente [e o] rio vira um oceano (...). Só de fome, já tinham morrido 22, (...) morreram muitos na própria travessia, e resolvi dividir o grupo (...). O camarada general Ludy [Kissassunda], a quem eu

<sup>34</sup> Kiluanji descreve detalhadamente a travessia feita por essa primeira coluna, segundo ele composta por 96 homens (1990, p. 33-9). Marcum afirma que desse primeiro grupo chegaram a 1ª Região 72 guerrilheiros (1978, p. 176).

indico para dirigir o grupo de regresso (...), chegou muito reduzido. Estas moças heroínas, (...) a Irene [Cohen], a Deolinda [Rodrigues], a Teresa [Afonso], a Engrácia [Fragoso], são cinco [ficou faltando a Lucrecia Paim] pertencem ao meu esquadrão. Iam comigo. Para salvá-las, preferi que elas voltassem. (...) Extraordinárias, não queriam voltar. (...) Eram todas da intelectualidade, a Deolinda era universitária, e isso conta muito. A Irene era mestiça e formada, tinha os sete anos do liceu feitos. E o MPLA era isso. Aliás, tenho a impressão de que o único que mete quadros formados, doutores, no interior do país. (...) Os últimos 22 dias foi marchando e combatendo, marchando e combatendo (...) elementos da UPA [FNLA] (...) até chegarmos ao destino.” (Entrevista com Benigno Vieira Lopes, Luanda, 13 de fevereiro de 1995).

As mulheres citadas ficariam conhecidas como as “Heroínas de Angola”. Elas, com outros guerrilheiros do MPLA, seriam capturadas pela FNLA nessa tentativa de retorno para Brazzaville através do território do Congo-Léopoldville. Sua passagem da primeira vez, na tentativa de alcançar a 1ª Região do MPLA, já tinha sido identificada, e durante esse retorno quase todos foram presos e posteriormente assassinados pela FNLA. Ainda em 1967, uma nova tentativa de penetrar no interior de Angola seria feita com a coluna Ferraz Bomboko, comandada por Ciel da Conceição “Gato”. Grande parte fora detida pelas tropas do Congo-Léopoldville, mas dessa vez a pressão internacional, principalmente da OUA, evitou o pior e os guerrilheiros foram libertados, ainda que as armas fossem apreendidas e depois parte entregue à FNLA. O grupo reapareceria tempos depois na Frente Leste – sobre a qual nos concentraremos no próximo capítulo – tentando uma vez mais alcançar a 1ª Região. Nessa sua nova versão,

estaria entre os responsáveis António Rebelo de Matos e Jaime Cortes, que seria preso pelos militares portugueses (CARREIRA, 1996, p. 84).

As declarações de Benigno Vieira Lopes sobre esse período não terminam com a narração dos obstáculos enfrentados na travessia para atingir a região dos Dembos. Além da fome, do rio e dos ataques da FNLA, que vitimariam mais de uma centena e meia de indivíduos, outros problemas surgiram. Estes diziam respeito à própria luta na 1ª Região contra as tropas coloniais. Mesmo com a chegada dessas duas colunas em reforço aos guerrilheiros que estavam no interior, a situação de carência logo voltaria a ser sentida, cercados que estavam pelas forças da FNLA e do Exército português:

“Desfolhantes, que eles lançavam nas lavras, (...) arreventou com a nossa região, acabou com o pouco de armamento que os dois grupos conseguiram levar. (...) Nós tínhamos de um lado a UPA [FNLA] e do outro lado os portugueses, naquele pequeno espaço. Nós fomos resistindo, resistindo, [numa] área em que quase que andávamos nus, [vestidos apenas] na base de uma casca de uma árvore que nós utilizávamos em processos rudimentares. (...) Mas havia áreas em que não havia esse tipo de imbondeiro, e era muito difícil, então andava-se mal. A gente só se alimentava de tubérculos, mais nada. (...) As coisas foram piorando a partir de 69, 70. (...) O importante é que aquele povo aguentou. (...) Por tática, aos elementos que eles [os inimigos] fossem apanhando, ou mesmo a alguns que foram se entregando, (...) já não lhes faziam mal (...), de forma a poderem cativar. (...) Muitas vezes, havia incursões inimigas e éramos obrigados a recuar para trás dos acampamentos, (...) desorganizadamente. (...) Os combatentes de arma na mão viviam nos quartéis, e ao redor do quartel ficavam então as populações. Naquelas fugas, a gente muitas vezes já não tinha possibilidade de controlar a população (...) ou, pelo menos, não toda, mais um ou outro

elemento doente que a gente tinha por ali às dúzias em cada acampamento. (...) E eles sabiam que as forças inimigas, o regime inimigo, colonial, já não fazia mal, antes pelo contrário, tratavam deles e havia possibilidade dele se salvar, mas [mesmo assim], não se entregavam. Nem se deixavam apanhar, faziam tudo para que isso não acontecesse, entre mulheres, velhos, crianças. Esses casos eram repetidamente. (...) Não tínhamos forma nenhuma de defendermos. (...) Era mais uma sobrevivência do que qualquer outra coisa.” (Entrevista com Benigno Vieira Lopes, Luanda, 13 de fevereiro de 1995).

Ainda assim, no período imediatamente a seguir à chegada dessas colunas à 1ª Região, os guerrilheiros do MPLA conseguiram imprimir alguma ação ofensiva. O próprio Benigno Vieira Lopes, como vimos, alerta para o fato de que a situação da guerrilha naquela região militar iria se agravar de forma aguda somente a partir de 1969. O novo fôlego do MPLA naquela área, ainda que de pouca duração, seria noticiado pelo SCCIA em seu relatório anual sobre o Distrito do Cuanza Norte, em 1968. Essa atuação guerrilheira é o que desponta ao compararmos a situação descrita por esse relatório com o que seria narrado a respeito de outros distritos. O SCCIA situa essa retomada de iniciativa em junho de 1967:

“O terrorismo manifestou-se em acções sobre fazendas, ou sobre viaturas, ou sobre as NT [nossas tropas] – quer em emboscadas, quer em resultado de reacções a acções militares operacionais. (...) A actividade terrorista desenvolveu-se subitamente, vindo a assolar a totalidade do Concelho de Bolongongo e, ainda, os Postos Administrativos da Sede e do Máua, do Concelho de Ambaca. Em resultado dessa intensificação da actividade inimiga, as populações rurais, de vontade ou sob pressão, bandearam-se com ela e isso trouxe em consequência a paralisação da vida comercial, a necessidade de abandono de

algumas fazendas agrícolas e prejuízos de monta na colheita de produtos agrícolas. (...) Nos princípios do ano de 1968, a actuação dos terroristas começou a incidir igualmente sobre as vizinhas áreas do Posto do Quiage, do Concelho de Bula Atumba. (...) na 'zona calma' do Centro do Distrito, começaram a registrar-se em 1966 fortes indícios de subversão nos postos administrativos da Cerca e do Quilombo dos Dembos, do Concelho do Golungo Alto. (...) idênticas manifestações foram surgindo na zona norte do Posto de Zenza do Itombe, do Concelho de Cambambe, bem como [na] parte sul do de Cazua, do Concelho dos Dembos." (AHN, Códice 12220, cota 40-1-14, SCCIA, Relatório Anual da Delegação Distrital do Cuanza Norte - 1968).

Apesar de nesse trecho do relatório, os agentes do SCCIA identificarem os guerrilheiros como "terroristas", sem se preocupar com uma definição mais objetiva acerca de que movimento eles estavam se referindo, ao longo desse mesmo relatório irá aparecer o nome do MPLA e até mesmo da OMA. A identificação do MPLA no documento surge quando da narração das investidas militares portuguesas, a partir do segundo semestre de 1968, sobre os acampamentos dos guerrilheiros. A operação portuguesa, montada para reverter esse quadro de expansão da guerrilha, ficaria a cargo de Oliveira Marques e se chamaria "Nova Luz". Em seu relato (Entrevista a ANTUNES, 1995, p. 995), o militar português afirma que os guerrilheiros do MPLA instalam-se de imediato ao norte do Rio Dande (entre Quibaxe e Quitexe) e expandem-se para o itinerário Luanda-Úcua-Quitexe-Carmona (atual Uíge), para a barragem das Mabubas e finalmente até as margens do Rio Zenza, afetando áreas até então abertas ao livre trânsito colonial. No entanto, a impossibilidade de se construir uma linha de abastecimento para a 1ª Região, tanto de guerrilheiros quanto de armas,

inviabilizou a manutenção dessas ações ocorridas em 1968. O resultado já fora descrito por Benigno Vieira Lopes e se traduziria na luta dos guerrilheiros pela sua sobrevivência.

### Relatórios Distritais e Baixa da Intensidade da Guerrilha no Norte

Diferentemente de grande parte da documentação consultada nos arquivos da Pide, os relatórios dos governos distritais fazem balanços mais gerais, já que são anuais, dos diferentes problemas enfrentados pelas autoridades civis, incluindo os relacionados aos movimentos de libertação. O conhecimento dos governos distritais sobre as disputas existentes entre os diferentes movimentos era mínimo, mas, ainda assim, representavam uma outra fonte, mesmo que apenas do lado colonial.

O que se destaca na pesquisa feita no Arquivo Histórico Nacional de Angola, em Luanda, onde nos deparamos com tais relatórios, é a inexistência de referências a ações militares por parte dos movimentos de libertação ao longo da costa angolana, no Planalto Central e na parte sul da província. As ações guerrilheiras se concentram nos distritos do Cuanza Norte e do Uíge, ao norte, e no leste da província.

Esses relatórios também indicam as limitações espaciais da 1ª Região do MPLA. É interessante verificar que no distrito do Uíge, situado logo acima do Cuanza Norte, onde vimos a retomada de atividades ofensivas por parte do MPLA, não haja notícia sobre qualquer ação guerrilheira de vulto, além da ocorrida na localidade de Quitexe. Sobre esse ponto, é preciso alertar para o fato de que essa separação administrativa colonial encobria, a grosso modo, uma fronteira étnica entre *bakongo* e *kimbundu*. Dessa forma, podemos admitir que, apesar da fragilidade militar demonstrada pela FNLA, seu poder de atração ou apoio, mais do que o de recrutamento, já que não se verificavam ações de maior peso por ela patrocinadas nessa área, mantinha-se e continuava concentrado no apelo de caráter étnico.

Ainda no que diz respeito ao Uíge, o relatório de 1967 do governo distrital destaca a existência de vários núcleos "tocoístas", dando mais ênfase a esse "problema" do que à presença de guerrilheiros em atividade. O temor colonial era de que os seguidores de Simão Toco burlassem "as medidas restritivas à propagação da seita", pois eram tidos como uma ameaça ao controle colonial, dada a incompatibilidade entre alguns de seus preceitos e as orientações das autoridades administrativas. Por conta disso, o relatório traça um mapa detalhado da presença dos tocoístas no distrito, apresentando-os por concelho, depois por posto administrativo, até chegar às aldeias. Apesar da perseguição imposta pelas autoridades administrativas e até pelas tradicionais, incentivadas pela força

olonial, o que teria feito com que as “cerimônias de casamento tocoísta” defluissem, “bem como as reuniões que antigamente faziam”, o relatório admite que “não quer isto dizer que um ou outro núcleo” não fizesse a “sua reunião clandestina na mata” (AHN, Uíge, Cx. 15, ano de 1967, fl. 95). O documento conclui que a situação dos tocoístas, ainda que mantivessem alguns núcleos, estava sob controle. Isso tende a se confirmar nos relatórios seguintes, o que está longe de significar um refluxo dessa seita. Todavia, as limitações à movimentação das populações mais ao norte, impostas pelas medidas de segurança dos militares portugueses, criariam barreiras para a sua progressão.

Já em Malange, o relatório de 1968 do governo distrital demonstrava certo receio quanto à possível expansão do “terrorismo” para esse distrito, apesar de na sua introdução sobre o tema afirmar que “a situação política do distrito” era “estável, não se vindo a notar (...) focos de subversão”. A ameaça mais temida era um possível avanço das ações do MPLA a partir do distrito vizinho, Cuanza Norte, mas, como vimos, essas iniciativas teriam curto fôlego. Outra possibilidade era a entrada de guerrilheiros pelo leste, e não só do MPLA, que iniciara suas ações ofensivas nessa região em 1966, mas também da Unita, que tentara uma primeira penetração no distrito, malsucedida, em março de 1967 (AHN, Códice 12.218, cota 40-1-12, Governo do Distrito de Malange, Relatório Anual - 1968).

Por outro lado, enquanto se assistia, nesses anos de 1967 e 1968, ao recrudescimento das atividades guerrilheiras ou ao receio de uma possível expansão dessas ações em alguns dos distritos mais ao norte, nas regiões mais ao sul e no Planalto Central não se constatavam os mesmos indícios. De acordo com o SCCIA, a formação de milícias no distrito da Huíla estava progredindo de acordo com a confirmação dos “graus de lealdade dos seus integrantes”, mas sem muita pressa, visto não ter sido registrada qualquer tentativa de ação direta por parte dos movimentos de libertação. A única forma de atuação continuava a ser o programa de rádio “Voz da Angola Combatente”. O relatório torna-se mais interessante por apontar o tipo de armamento e a quantidade sugerida para ser repassada às forças de autodefesa, que incluíam milícias de angolanos e colonos no distrito. O pedido é de 228 espingardas, 40 pistolas-metralhadoras, 756 granadas de mão ofensivas e aproximadamente 55 mil tipos diversos de munição, o que demonstra que essas forças paramilitares tinham funções relativamente importantes na manutenção do sistema (AHN, Códice 12.215, cota 40-1-9, SCCIA, Relatório Anual da Delegação Distrital da Huíla – 1968).

No entanto, a maior preocupação nesse relatório do SCCIA sobre a Huíla refere-se ao aspecto religioso. Uma vez mais o temor é quanto ao tocoísmo, que crescera após a instalação do próprio Simão Toco nesse distrito, mais especificamente no colonato agrícola de Caconda, por ordem das autoridades coloniais em 1963. A idéia de dispersar seus seguidores e instalá-los em outra

região acabaria por incrementar a expansão de suas idéias. Temendo esse desenvolvimento, foi divulgada em dezembro de 1966 uma carta que teria sido assinada por Simão Toco, na qual ele aconselha aos líderes locais acabarem com o tocoísmo. De acordo com o SCCIA, uma nova carta, transcrita nesse relatório, seria feita em 1968. Nela Simão Toco admite "já não ser dirigente do tocoísmo". Apesar de todas essas tentativas, os núcleos permaneceriam ativos no distrito, como se pode ver através do mapeamento detalhado, incluindo localidade e principais líderes, apresentado pelo SCCIA (AHN, Códice 12.215, cota 40-1-9, SCCIA, Relatório Anual da Delegação Distrital da Huíla – 1968).

Em Benguela, da mesma forma, observa-se uma situação militar relativamente tranqüila. Segundo o relatório anual de seu governo distrital, os problemas principais resumiam-se ao consumo de bebidas fermentadas e estupefacientes e à fabricação de pólvora. As bebidas produzidas localmente recebiam diversos nomes, como "cachipembe", "jeropiga" e "quimbombo", e acarretavam apreensões que alcançavam algumas vezes os quatro mil litros. Sobre a "liamba", nossa popular maconha, nem sempre se registra a quantidade interceptada, mas se ressalta o fato de envolver "africanos" e "europeus". Uma das apreensões alcançaria os três quilos. A fabricação de pólvora, que a princípio poderia significar alguma relação com a luta pela independência, era, segundo a PSP, para venda aos africanos, mas em pequena quantidade e não teria qualquer ligação com os movimentos de libertação. Ainda assim, o grupo que produzira o

produto, a partir de ingredientes adquiridos no Lobito, provavelmente no porto, seria todo ele preso em 1968 (AHN, Códice 12.031, cota 39-3-30, Governo do Distrito de Benguela, Relatório Anual – 1968).

Essa situação não foge ao que anteriormente havia sido afirmado quanto à pequena atuação dos movimentos de libertação em áreas urbanas e nas regiões mais afastadas das fronteiras. Na verdade, as poucas ações pensadas para serem executadas nessas áreas em muitos casos não chegaram a ocorrer, sendo debeladas antes da sua implementação, e mesmo quando efetivadas mostraram-se sempre de alcance limitado, pouco conseguindo fazer além da divulgação de panfletos, estabelecimento de cotas e algumas redes de auxílio aos guerrilheiros do MPLA na 1ª Região.

Vale lembrar, porém, mais um episódio, também isolado, mas que nesse caso não poderia deixar de sê-lo, dado o seu ineditismo e formato. Trata-se do seqüestro do avião DC-3 do Departamento de Transportes Aéreos (DTA), em 4 de junho de 1969. O aparelho com cinco tripulantes e quinze passageiros fazia a ligação entre Luanda e Sazaire (atual Soyo), quando um grupo de três homens anunciou a ação. Lourenço Diogo de Jesus e Manuel Soares da Silva eram suboficiais do Exército colonial e Antônio Alberto Neto, estudante. A idéia era seguir para Brazzaville a fim de se juntarem ao MPLA, mas, diante da argumentação do piloto de que o combustível não seria suficiente, altera-se a rota

para Pointe Noire. Logo que descem do avião, entram em contato com o representante do MPLA e anunciam a ação, que o movimento desconhecia (*Africasia*, n.º 6, 1970, p. 15-6). Tal desconhecimento deve ter influenciado na modesta propaganda que seria feita sobre tal episódio, o que demonstra a permanência das dificuldades em se estabelecer contatos entre o interior e o exterior.<sup>55</sup> Estava claro que a luta armada, à exceção do curto sopro ativista da 1ª Região nos anos de 1967 e 1968, dificilmente deixaria de restringir-se às áreas de fronteira, em que se verificava o apoio do país vizinho aos movimentos de libertação.

Assim acontecera em Cabinda, onde o MPLA contava com o apoio do Congo-Brazzaville. Como vimos, a abertura da frente de luta no enclave de Cabinda, a 2ª Região do MPLA, marcaria a reunificação das duas vertentes de atuação do movimento: a militar e a político-diplomática. Os anos de 1964 e 1965 traduziriam a retomada da iniciativa por parte da direção comandada por Agostinho Neto e apontariam para perspectivas de grande potencialidade. As primeiras ações contra as forças coloniais seriam rapidamente divulgadas pelos dirigentes do movimento e reproduzidas pelos seus aliados internacionais. Congregavam-se novos militantes e alargava-se o apoio político-diplomático no plano internacional, enquanto militarmente consolidava-se o apoio de Cuba na

---

<sup>55</sup> Mais tarde, em 1971, Manuel Soares da Silva, mais conhecido como Nelito Soares, faria um curso de instrução em armas pesadas na Coreia do Norte (IAN/TT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, P. 19544 - C1(2), m 7840, CSLA, fl. 387). Posteriormente, seria enviado para Argel como representante do MPLA,

formação dos guerrilheiros e da URSS no fornecimento de armas. Por último, seu principal rival no campo do nacionalismo angolano, a FNLA, passava a conviver com uma série de crises internas, agravadas pela sua progressiva interação com o conturbado ambiente político e militar do Congo-Léopoldville.

A queda do primeiro-ministro congolês, Moïse Tshombe, em outubro de 1965, patrocinada pelo presidente Joseph Kasavubu, não solucionaria o impasse político interno vivido no Congo-Léopoldville e muito menos a crise econômica que o país atravessava. Pouco mais de um mês após a deposição de Tshombe, o general Joseph-Desiré Mobutu comanda um golpe de Estado e torna-se presidente.

Apesar de Holden Roberto ser cunhado e amigo do novo presidente, a situação da FNLA não lograria grandes avanços num período imediato, ainda que o movimento não mais defrontasse os crescentes entraves impostos por Moïse Tshombe. O delicado contexto do Congo-Léopoldville exigiria tempo e paciência de Mobutu para tecer as alianças necessárias à sua consolidação, de modo que a FNLA, por sua vez, acabaria enredada por esse percurso. A isso devemos somar as crises internas que a organização sofria, envolvendo a dissidência de dirigentes importantes e a revolta de militantes em algumas bases militares. Em fins de 1966, alguns ataques isolados da FNLA na área próxima a Katanga, através do

---

onde entraria em contato com um grupo de brasileiros militantes do PCB, entre os quais Apolônio de

Rio Cuango, proporcionariam a falsa impressão de uma retomada das ações ofensivas.

### Problemas do MPLA em Cabinda e no Congo-Brazzaville

Numa perspectiva mais abrangente do quadro vivido pelos movimentos de libertação angolanos nessa segunda metade dos anos 60, focando em especial a luta travada na parte norte do território angolano e suas articulações com os dois Congos vizinhos, o que se pode observar é um cenário mais favorável ao MPLA. Todavia, tais linhas gerais encobrem alguns problemas internos de ordem militar e também política que impedia o movimento de dar uma outra dinâmica à sua atuação.

Por exemplo, a partir do ano de 1967 ficaria mais do que evidente a incapacidade do MPLA em fazer expandir a luta pela independência em Cabinda e na parte norte do território angolano. A estagnação das ações da guerrilha no enclave era o resultado de uma conjugação de fatores interligados, alguns deles identificados há algum tempo. Nas palavras de Gilberto Teixeira da Silva (o comandante Jika), que esteve envolvido diretamente nesse contexto, “em Cabinda, os balbucios do esforço guerrilheiro (condicionados pelas características geográficas, étnicas, políticas e econômicas) são matéria para a

eclosão no seio da organização de orientações estratégicas erradas” (JIKA, 1979, p. 65).

Os problemas começam, antes de mais nada, pela fraca adesão das populações da região ao projecto de luta implementado pelo MPLA. Em muitos casos, a preferência dessa população se direccionava para as reivindicações autonomistas da FLEC, apoiada nas simpatias políticas que causava em dirigentes dos dois Congos e até mesmo em empresas estrangeiras interessadas na região. Mas nem tudo era articulação internacional, a população local tinha interesse na obtenção de um estatuto diferenciado do restante do território angolano, com o qual as ligações ainda eram ténues, e enxergavam aquele momento de luta pela independência como uma excelente ocasião para se alcançar a aspiração autonomista. Quanto a essa dificuldade de penetração e mobilização popular, devemos acrescentar o obstáculo natural que consistia a densa floresta que cercava as zonas mais fortemente povoadas (MABEKO TALI, 1996, p. 82). Posteriormente, a descoberta de petróleo na região, mesmo que concentrado na plataforma marítima (*off shore*), reforçaria o interesse de Portugal e dos Estados Unidos em afastar quer as ameaças geradas pelos movimentos de libertação quer as pretensões territoriais dos dois Congos, intensificando o controle militar sobre Cabinda.

Todas essas dificuldades se conjugavam aos questionamentos dos guerrilheiros a respeito da pouca participação dos efetivos militares do movimento na região. A defasagem entre os quadros mobilizados pelo MPLA nos campos de treino e nas bases militares em Brazzaville, Dolisie e Pointe Noire e os poucos homens que realmente se encontravam em ação militar em Cabinda continuaria crescendo. O MPLA até aquele momento, não conseguira estabelecer bases fixas e seguras no interior do enclave. Ruy de Castro Lopo, um dos responsáveis militares no interior do enclave, mostra com clareza a dificuldade em expandir a luta em Cabinda:

“Havia muito mais gente fora da guerrilha do que dentro. (...) Éramos meia dúzia (...) de homens, de efetivos. (...) O caso de Cabinda é sintomático, você tinha centenas de pessoas em Brazzaville, Ponta Negra [Pointe Noire], Dolisie. Na frente de combate, éramos 30 a 40 pessoas. (...) Eu fui membro do comando no interior de Cabinda (...) e sou o único sobrevivente. Era o Bolingo, que era o comandante, o Delfino de Castro e eu. E nunca reunimos mais de 60 pessoas nos combates.” (Entrevista com Ruy de Castro Lopo, Luanda, 19 de outubro de 1997).<sup>36</sup>

Não obstante, a imagem de retomada da iniciativa passada pelo MPLA é efetiva, se levamos em conta o período anterior a 1964 e a crise interna da FNLA. Mas essa nova disposição encobria ainda outros problemas, para além dos de ordem militar na 2ª Região. Questões que tinham sido amortecidas diante do avanço experimentado pelo movimento em 1964, mas que evidentemente não

foram ultrapassadas de forma definitiva, retornariam à cena, entre as quais, a questão racial.

É o que podemos perceber com a fuga do comandante do EPLA, José Ferreira, para Luanda, em março de 1965, e sobre a qual já tecemos alguns comentários. A deserção seria capaz de gerar um novo abalo no movimento, trazendo à tona uma vez mais a questão racial. Os mestiços voltariam a advertir que se sentiam acuados pelo fato de as críticas surgidas em relação ao comportamento de José Ferreira passarem por uma espécie de filtro racial, generalizando-se de forma imediata para todos os demais.<sup>37</sup>

Certamente, a componente racial continuava tendo implicações na delimitação do campo político e na determinação das possibilidades individuais de ascensão dentro do MPLA. Nesse período, após o desgaste causado pela dissidência de Viriato, teria lugar uma etapa de reestruturação da organização que abriria possibilidades de ascensão até então inexistentes para alguns militantes, e que se ampliaram com os avanços ocorridos em 1964. Os interessados se esforçaram por esgrimir as armas que lhes convinham e que lhes favoreciam, e o

<sup>36</sup> Ruy de Castro Lopo, após deixar o trabalho de contato entre o movimento e os estudantes universitários na Europa, em 1967, faria o curso de oficiais superiores na Coreia do Norte, com duração de um ano, até que em 1969 assumiria responsabilidades militares na 2ª Região Político-Militar do MPLA (Cabinda).

<sup>37</sup> Esse cenário conflituoso pode ser visualizado a partir da confrontação entre depoimentos tão dispares como os de António Rebelo de Macedo Júnior "Certa", capturado pela Pide em 1970, e o do próprio José Ferreira (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. II - SR, np 996, Pasta 2, fls. 40-9 e 179-205).

ator racial, longe de ter sido ultrapassado pela última crise do movimento, consistia num componente de peso mais do que relativo.

Mas os problemas não ficariam restritos às velhas questões. Novas dificuldades surgiriam, como as acusações de desvio da ajuda recebida. Sobre esse ponto, é interessante notar que a penúria por que passara o movimento em seus primeiros anos inviabilizara esse tipo de crítica. Contudo, tão logo se intensificam os apoios internacionais, começam as acusações de desvios de provisões originalmente destinadas para os guerrilheiros e militantes. Os homens que estavam na frente de luta, no interior de Cabinda, sofreriam com a falta de abastecimento, reduzindo e muito sua combatividade, segundo Ruy de Castro Lopo (Entrevista em Luanda, 19 de outubro de 1997). Também as áreas com população angolana apoiada pelo MPLA e as bases do movimento no Congo-Brazzaville passariam por esse problema, de acordo com Maria do Céu Carmo Reis (Entrevista em Lisboa, 22 de outubro de 1999). O bom humor dos militantes, apesar das dificuldades e da consciência do que se estava enfrentando, criaria a expressão “zonas político-alimentares”, para denominar as casas dos indivíduos que prestavam apoio aos militantes e suas famílias nos momentos de maior carência.

Vale lembrar que esse tipo de análise mais minuciosa dos problemas internos do MPLA é uma das propostas que fundamentam esta tese, o que

significa dizer que, sem abrir mão de abordar os aspectos internacionais e as questões de ordem étnica como fatores condicionantes da história contemporânea de Angola, e que invariavelmente aparecem com destaque nas análises existentes, acrescentamos novos elementos e enfoques que acreditamos possam ser capazes de enriquecer novos trabalhos sobre Angola (BITTENCOURT, 2000a). Na verdade, quando se estuda a vida cotidiana dos movimentos de libertação e as alterações sofridas pelo colonialismo ao longo do século XX, é fácil perceber que tanto as implicações internacionais quanto as filiações e manipulações de base étnica não são os únicos fatores a balizarem esse enredo, mostrando a importância de relacioná-los com outros tópicos.

Foi com base nessa perspectiva que constatamos a inexistência de um espaço para discussões internas no MPLA desde os seus momentos iniciais. É provável que a falta de democracia interna seja inerente a todos os movimentos de libertação, que ao mesmo tempo que é flexível o bastante a ponto de incorporar diferentes grupos de atuação na defesa de um objetivo comum, a independência, não consegue escapar à criação de uma estrutura centralizada que reprime os diversos grupos existentes no movimento, identificados segundo os mais variados filtros: político, social, econômico, familiar, regional, racial e quanto mais associações puderem ser feitas.

No MPLA, a não-discussão dessas questões era fruto do temor da desagregação que poderia advir. Mas, como seria de esperar, não-defrontar essas questões apenas manteria uma acomodação precária, sujeita ao gerenciamento do equilíbrio de forças dentro do movimento por parte da direção, que cada vez mais se tornaria dependente da figura de Agostinho Neto.

Para melhor compreensão dessa análise, é preciso ter em mente que a luta anticolonial se prolongaria por vários anos, fornecendo ao movimento uma forma mais estática do que a princípio ele deveria ter. Com isso, o movimento passa a ser ele próprio alvo de diversas disputas, local de sobrevivência e de luta pelo poder. E, como não poderia deixar de ser, galgar postos mais elevados na organização implica a composição de redes de apoio político.

Evidentemente, não seria apenas o fator racial que contaria nesse processo de disputa interna do movimento. Os conhecimentos de ordem militar também assumiriam destaque na configuração do terreno político, principalmente a partir de 1964, com a nova estratégia de atuação da guerrilha do MPLA. Outro elemento diria respeito às alianças estabelecidas a partir das localidades de origem dos envolvidos, que em muitos casos ganha mais importância que a filiação étnica. Um exemplo disso é o caso da maioria dos indivíduos originários de Catete, que dentro do movimento assumiram uma posição de defesa incondicional da política e das ações de Agostinho Neto por conta de ele também

ser oriundo dessa região (de uma vila chamada Kaxicane), situada no concelho de Icolo e Bengo. O resultado nesse último caso é que, quer conseguissem subir ou não na hierarquia do movimento, em função de serem originários dessa região, eles eram encarados por boa parte dos demais militantes como homens do presidente.

Essa visão reforçava a união dos militantes oriundos de Catete, pois estabelecia um mecanismo de alimentação e defesa do grupo. E como não havia o espaço para discussões internas em torno dessas questões, ou seja, como não havia o desmentido, já que a direção se apegava tão-somente à defesa da idéia de que o movimento era a-racial e contra as divisões de caráter étnico e regional, o sentimento que se espalha pelo movimento – perceptível nas entrevistas e em cartas trocadas entre militantes apreendidas pela Pide – é de que existe um “grupo de Catete” com muitos poderes, à volta do presidente Agostinho Neto (IAN/TT, PIDE/DGS, Delegação de Angola, P. 11.15.D / D. Inf., nt 1829, fls. 442-3).

Também entre os principais dirigentes, tais problemas apareceriam. As relações envolvendo Agostinho Neto, Lúcio Lara e Iko Carreira parecem ter sofrido um sério abalo em 1966. Para a Pide, o motivo seria o envio, por Iko Carreira, de seu filho para Luanda, com o conhecimento de Lúcio Lara, segundo relatório da embaixada portuguesa em Léopoldville (IAN/TT, PIDE/DGS,

Delegação de Angola, Subdelegação de Malange, nt 9087, fl. 408). Daniel Chipenda confirma em entrevista essa versão (JAIME e BARBER, 1999, p. 145). Fernando Costa Andrade, em sua apresentação ao livro do próprio Iko Carreira, esclarece que a criança fora enviada de Brazzaville para Luanda por conta da separação dos pais e que isso teria gerado intensa campanha de conteúdo racial contra Iko Carreira. Sem se referir às causas do episódio, Benigno Vieira Lopes lembra de um momento de ruptura entre Agostinho Neto e Lúcio Lara, segundo o entrevistado, logo superado, e insere o caso numa perspectiva acerca das dificuldades enfrentadas pelo movimento, que exigiam de seu presidente muita determinação:

“Aquilo era realmente mão-de-ferro (...), mas é uma coisa sobretudo inevitável, inclusive numa luta de libertação nacional, [especialmente] dentro do MPLA, com várias tendências por causa do número elevado de quadros, de homens pensantes que o MPLA tinha. (...) Agora, pra mim, [Agostinho Neto era] um grande chefe, um estadista eminente, grande mesmo, que (...) contribuiu imenso para o MPLA dar grandes saltos, depois daquelas makas [desavenças] antes do Neto chegar. (...) Quantas vezes ele com Lúcio Lara tiveram altos e baixos no relacionamento. (...) Mas o fato é que o camarada Lúcio nunca o abandonou. Recordo-me que em 65, 66, nós já estávamos a dar os passos em Cabinda, o relacionamento entre o dirigente Neto e o Lúcio, que eram os homens fundamentais dentro da organização, era má. Fui eu quem levantou essa questão numa reunião alargada: (...) ‘O que que está a se passar entre vocês? Já estamos a morrer, já estamos a lutar, vocês foram dois homens sempre unidos, velhos amigos, amigos e camaradas, agora vem, passa pelo outro?’ (...) A situação é grave, o Comité Diretor propõe um intervalo de 45 minutos. (...). Foram reunir e quando vieram estavam os dois de mãos dadas, e que estava tudo sanado, sim, senhor. Fui louvado por ter procurado levantar aquele

problema, mas o problema estava resolvido." (Entrevista com Benigno Vieira Lopes, Luanda, 13 de fevereiro de 1995).

Todos esses problemas de ordem interna aqui referenciados iriam contribuir para o enfraquecimento da luta do MPLA em Cabinda, em finais dos anos 60, ao mesmo tempo que consistiam num forte indício das dificuldades militares enfrentadas pelo MPLA no enclave e na tentativa de alcançar a parte norte do território angolano. É preciso, no entanto, para completarmos o quadro, relacionarmos ainda os fatos ocorridos nessa 2ª Região à abertura da Frente Leste - sobre a qual iremos nos debruçar com maior atenção no próximo capítulo.

A nova frente guerrilheira do MPLA, situada na fronteira angolana com a Zâmbia e aberta em 1966, traria perspectivas animadoras para o movimento. Finalmente, o MPLA poderia contar com uma retaguarda direta, já que no norte o único acesso direto era à Cabinda, que, por sua condição de enclave, não favorecia a expansão da luta para o restante do território. Em relação às demais áreas dessa região norte, como observamos, era inevitável, ao mesmo tempo quase impossível, a travessia pelo território do Congo-Léopoldville. Dessa forma, o ímpeto causado pela Frente Leste acabaria por evidenciar em paralelo a pouca viabilidade da luta dirigida a partir de Brazzaville. Logo, os principais dirigentes se mudariam para a Zâmbia e com eles os principais recursos financeiros e militares. A consequência é um lento mas progressivo esvaziamento

da importância da 2ª Região e do aparato do movimento instalado no Congo-Brazzaville.

Assim, os problemas surgidos na Frente Norte, e que ganhariam um peso maior a partir de 1966, seriam ofuscados em grande parte pela abertura da Frente Leste. Só um acompanhamento mais minucioso é que nos permite perceber esses obstáculos, pois, numa visão mais geral, o MPLA conheceria um novo salto em 1966, com a penetração da sua guerrilha pela Zâmbia. O campo de batalha que se abria acenava com possibilidades inéditas que certamente viriam dar novo ânimo ao movimento. Uma vez mais, a união entre as vertentes militar e político-diplomática se faria sentir, gerando um novo sopro de iniciativa que tomaria conta do movimento.